

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/ International Journal of African Studies

Email: africanastudia@letras.up.pt

N.º de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

DOI: <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42>

DOI Africana Studia n.º 42: <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42>

Editor/Entidade proprietária: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

FLUP, Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Email: ceaup@letras.up.pt

NIF da entidade proprietária: 504045466

Diretor: Maciel Morais Santos (ceaup@letras.up.pt)

Secretariado: Carla Delgado

Revisão gráfica e de textos: Henriqueta Antunes

Sede da Redação: FLUP, Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Tiragem: 200 exemplares

Periodicidade: semestral

Design capa: Tipografia Comercial

Execução gráfica: Amarelo Laranja

Conselho científico/Advisory Board: Augusto Nascimento (FLUL), Dmitri Bondarenko (Instituto de Estudos Africanos – Moscovo), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Emmanuel Tchoumtchoua (U. Douala), Fernando Afonso (Unilab/CEAUP), Jean Gormo (U. Maroua/CEAUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Manzambi V. Fernandes (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda)/CEAUP, Michel Cahen (IEP–U. Bordéus IV), Mohammed Nadir (CEAUP), Nizar Tadjiti (U. Tetouan/CEAUP), Paul Nugent (U. Edimburgo), Paulo de Carvalho (Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda), Philip Havik, (IHMT) e Suzanne Daveau (U. Lisboa).

Conselho editorial/Editorial Board: Aicha Janeiro, Carla Delgado, Celina Silva, Éva Sebestyén, Francisco Topa, Jafar Silvestre Jafar, Jorge Teixeira, Maciel Santos, Manuela Barbosa, Mourad Aty.

Venda online: <http://www.africanos.eu/ceaup/loja.php>

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou eletrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies.

Capa: “Centro de Acomodação 25 de junho”, distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, Moçambique. Janeiro de 2023. Foto: Equipa de recolha de dados (Elidio Muamine).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P, no âmbito do Projeto UIDP/00495/2020.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 42 - 2.º semestre - 2024

Cabo Delgado: uma periferia crónica de Moçambique

Índice

Editorial	5
-----------------	---

Evoluções sociais na longa duração

Chefias africanas, Islão e nacionalismo no Sul de Cabo Delgado, c. 1919-1974/75 .. Eduardo Medeiros	9
--	---

A reorganização social nas aldeias comuniais de Moçambique	33
Cardoso Armando	

O contexto das crises recentes: as duas últimas décadas

Vozes de Afungi: “deixar nossa terra, antepassados, zonas de pesca, árvores e locais sagrados, mas sem reassentamento não há desenvolvimento?”	45
Jafar Silvestre Jafar	

Promessas e frustrações: Desafios de convivência entre comunidades locais e os megaprojetos de gás - caso do distrito de Nacala-à-Velha, 2019-2022	69
Pedro Sebastião Joaquim	

Capital Contradictions and Social Change in Cabo Delgado: the “Montepuez Ruby Mining” Experience	85
Maciel Santos	

A insurgência armada e o deslocamento de populações

A Bird’s-eye view of the <i>Jihadist</i> insurgencies in Africa. Towards understanding the place of ASWJ-Mozambique in the wider <i>Jihadist</i> landscape	121
Alexander Zhukov	

Propaganda do Grupo Al-Shabaab nas aldeias de Cabo Delgado - Moçambique	131
Emílio J. Zeca	

De combatentes a vítimas da “Causa”: deserções da insurgência no Norte de Moçambique	143
Rufino Siteo	

Respostas possíveis - alguns balanços

Práticas de reintegração de Deslocados Internos (IDPs) em Cabo Delgado: ação humanitária, pedagogia e arte nos Centros de Acolhimento 159
Armindo Armando e Castro António Tafula

Qualidade de vida da população deslocada pelo conflito armado em Cabo Delgado - uma avaliação 169
Elídio Muamine, Hamida Mulungo e Naisa Manafe

Acesso à Terra e Revisão da Lei de Terras em Moçambique: O caso dos Deslocados Internos no Centro de Reassentamento de Corrane 181
Éva Sebestyén

Entrevista

Dom Luiz Fernando Lisboa 191
Entrevista conduzida por Éva Sebestyén e Maciel Santos

África em Debate

A apicultura como estratégia para o desenvolvimento rural e socio-económico em África: paralelismos entre Guiné-Bissau e Moçambique 203
Maria João Sousa, Fernando J. Tanleque-Alberto, Porfírio Rosa e Miguel Vilas-Boas

Resumos 235

Legenda das ilustrações 249

CABO DELGADO: UMA PERIFERIA CRÓNICA DE MOÇAMBIQUE

Sofala, Moçambique, Quiloa, Zanzibar: topónimos que evocam o comércio e o cosmopolitismo da “costa suaili”, intermediária entre os planaltos da África austral e os mundos árabe e índico antes da chegada dos europeus. A intervenção portuguesa destruiu essas redes políticas e, por algum tempo as comerciais, mas não as culturais. A partir de 1650, a expansão omani acantonou a presença portuguesa a sul do Rovuma e mesmo assim com uma fronteira litigiosa (só fixada definitivamente depois da I Guerra: o triângulo de Quionga). Entretanto, em 1891, o governo português tinha concessionado a uma companhia privada, a Cª do Niassa, os territórios entre o Rovuma e o Lúrio, com limite oeste no lago Niassa. Em 1907, um anúncio publicitário da Cª, na altura um consórcio de capital britânico, continha a seguinte descrição do seu potencial:

Alem das numerosas ilhas junto á costa, os Territorios da concessão abrangem uma extensão de cerca de 26 milhões de hectares, onde se encontram terrenos de primeira ordem para o desenvolvimento da agricultura de todos os productos tropicaes e de muitos dos climas temperados, bem como para a silvicultura e para a criação de gados. (...) A população indigena é em geral pacifica, sendo facil a obtenção de braços para os trabalhos agricolas. As riquezas mineiras em diversos pontos dos Territorios da concessão entre os quaes se devem especialisar os depositos carboníferos, constituem outro motivo para a colonisação europea.¹

Na falta do aproveitamento dos “braços” nos trabalhos agrícolas ou nas “riquezas mineiras” (isto é, não tendo aparecido capitais europeus para os explorar), a Cª já tinha nos dez anos anteriores aumentado 2,5 vezes os impostos cobrados aos camponeses². Em 1929, na sequência do incumprimento do contrato (sem nenhuma infraestrutura instalada, os rendimentos da Cª continuavam a vir desses impostos e pior ainda, da exportação de trabalhadores forçados) o governo português não o renovou. Nos anos imediatos, a administração colonial reorganizou erraticamente a região (em 1930 o distrito de Porto Amélia foi separado do Niassa, reunido de novo em 1934, por “economias”, juntando-se-lhe também de Moçambique, para voltar a separá-los todos). Compreende-se assim que nos primeiros anos, o Estado retomasse apenas a herança fiscal da Companhia, continuando tudo mais em branco³. Só com a agricultura do algodão, experimentada na circunscrição de Montepuez e generalizada através do cultivo obrigatório ao resto do território, foi possível inverter a ruptura social em curso desde a ocupação colonial – violência fiscal, fuga de populações (para o Tanganica), subalimentação crónica, duplas chefaturas, etc.

1 Revista Portuguesa Colonial e Marítima, 19.º volume, n.º 114 - 10.º ano.

2 Entre 1897 e 1907, o imposto indígena passou de \$900 a 2\$250. Gonçalves, Luís da Cunha, *O imposto colonial*, Revista Portuguesa Colonial e Marítima, 21.º volume, n.º 122 - 11.º ano. Quanto ao resto, “não tem feito absolutamente nada em África”. Albuquerque, M. de (1934). Moçambique 1896-1898. Vol. II. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias: 220.

3 *É preciso notar-se que (...) n’estes territórios, fora da zona do litoral não havia edifícios de alvenaria, nem estradas (...) Como se sabe, os territórios da Companhia do Niassa são os mais atrasados de toda a Colónia e portanto a ajuda de que esta Província precisa não pode ser olhada no mesmo paralelo que as outras.* Casqueiro, João Barbosa da Silva, *Relatório anual do Governo da Província do Niassa. Ano de 1935-36*.

Graças ao algodão, entre 1939 e 1961 o rendimento camponês, a preços correntes, aumentou várias vezes (mas o ponto de partida era mínimo!), tal como a produtividade (2,4 vezes). Os impostos estavam finalmente garantidos: o “norte de Moçambique continuaria a ser mato por desbravar se o algodoeiro não tivesse sido lançado na região”⁴. Mas embora Cabo Delgado fosse o ponto de partida do algodão “fiscal” de Moçambique, as suas condições estavam longe de ser favoráveis para o cultivo, mesmo se comparadas com a dos restantes distritos do Norte⁵. Não foi accidental que em Cabo Delgado a resistência tivesse dado lugar à repressão desproporcionada (Mueda, 1960) e ao início da luta armada (1964). *Caeteris paribus*, um crescimento baseado apenas em cultivos forçados não estava em condições de se consolidar depois da independência. Com um estado frágil no qual as sociedades camponesas continuaram subordinadas, as grandes transformações só viriam depois de 2010, depois da instalação das multinacionais: em 2021, o distrito contava com nada menos de 21 na exploração do gás e 3 nos minérios, sem contar as de serviços. As transformações vieram no pior sentido e quase todos os indicadores sociais se apresentam hoje, mais uma vez, em regressão acelerada: da produção agrícola de base (milho, mapira, mandioca) à saúde e educação, a ruptura social está de volta. Com a exceção das catástrofes naturais, é apenas pela amplitude dos conflitos e pelo impacto destes na interrupção do fluxo internacional dos lucros (2008, processo judicial em Londres contra a Montepuez Ruby Mining; 2017, insurgência jihadista) que o distrito entra nos *media* internacionais.

É, portanto, de uma periferia crónica de um país periférico que trata o presente dossier. Ao contrário dos ciclones que a assolam, a exclusão social descontrolada desde 2010 é impossível de compreender sem a dimensão histórica. Tentou-se assim desagregar as variáveis temporais em quatro secções. Na primeira, consideram-se dois fenómenos com efeitos de longa duração: a expansão das confrarias islâmicas (Eduardo Medeiros) e, depois de 1975, as tentativas estatais para reorganizar o campesinato (Armando Cardoso). A segunda foca-se num dos principais aceleradores da actual ruptura social: a ação das multinacionais, tanto as que exploram o gás natural (J. Silvestre Jafar e Pedro S. Joaquim) como as da mineração de rubis (Maciel Santos). A terceira tenta contextualizar o fenómeno mais mediático do distrito – a conflitualidade armada. A insurgência jihadista é analisada enquanto parte de redes internacionais (Alexander Zukhov), na sua retórica política (Emilio Zeca) e na evolução do seu recrutamento (Rufino Siteo). As consequências desta guerra civil não assumida são descritas na quarta secção, que se centra na população deslocada: metodologias de intervenção nos campos (Armando Armando), sobre o seu nível de vida (Elídio Muamine, Hamida Mulungo e Naisa Manafe) e sobre uma conflitualidade derivada, a do acesso à terra (*Éva Sebestyén*). Como é habitual na *Africana Studia*, a entrevista constitui um complemento documental ao dossier. Aqui, registamos um testemunho em primeira mão sobre a década crítica da explosão social: o do então bispo de Pemba, D. Luiz F. Lisboa. Concluímos ligando também a habitual secção de divulgação “África em Debate” ao dossier, isto é, com um estudo comparativo sobre o potencial apícola de África e a sua possível aplicação ao desenvolvimento de Cabo Delgado.

Esperamos que esta publicação ajude a lançar novas pesquisas sobre uma parte do mundo, agora periferizada pela “modernidade” para que tanto contribuiu. Mas para as comunidades do distrito, compreender as mudanças em curso não chega. Como um dos nossos informadores sintetizou: “A população esperava mais”.

Éva Sebestyén (CEAUP), Jafar Silvestre Jafar (U. Rovuma/CEAUP),
Maciel Santos (CEAUP)

4 Baptista, J. do Amparo (1962), *Moçambique*: 407.

5 Comparando com o agregado dos distritos do norte da colónia (Moçambique, Niassa e Cabo Delgado), já menos favorecidos que os do sul para este cultivo, a produtividade média do algodão (kgs/hectares) de Cabo Delgado baixou de 1,5 em 1939 a 0,88 em 1961. A partir de Bravo, Nelson Saraiva (1963), *A cultura algodoeira no Norte de Moçambique*, IIU, n.º 66, pp. 135-138.

Evoluções sociais na longa duração





Chefas africanas, Islão e nacionalismo no Sul de Cabo Delgado, c. 1919-1974/75

Eduardo Medeiros*

pp. 9-32

1. Introdução

O artigo que apresento pretende contribuir para o estudo da expansão do Islão no sul de Cabo Delgado no período colonial tardio. Pretende também refletir sobre o uso da religião islâmica pelos dignitários das antigas chefaturas e depois dos regulados macua-mêto na tentativa de ruptura com as dinâmicas linhageiras matrilineares e constituição de uma rede muçulmana a partir da malha política africana tradicional e das Confrarias. Por último, procura apresentar alguns caminhos exploratórios para a análise do posicionamento islâmico face à administração colonial e ao movimento nacionalista dos anos 60. Algumas notas serão também avançadas para o pós-Independência.

Desde a expansão do Islão para o interior de Cabo Delgado, entre os rios Montepuez e Lúrio, que esta religião se tornou uma ideologia de pertença dos dignitários das chefaturas e depois dos regulados que estavam relacionados entre si pelo parentesco clânico e por alianças interclânicas em torno da hierarquia dos chefes de linhagem do clã Ekoni e, de modo mais amplo, das Irmandades muçulmanas.

2. O Islão Negro no norte de Moçambique

A grande maioria dos muçulmanos do norte de Moçambique pertence à corrente islâmica sunita. Os de origem africana regem-se pela Escola Jurídica Shafi'íta ou Xafeíta (Chafi'íta), ao passo que os de origem asiática são habitualmente Hanafitas (Hanafi'ítas) ou Hanífita. Estes últimos têm estado mais ou menos agregados na Associação Maometana de Moçambique (Seita Suni), desde 1928. Esta Escola penetrou em Moçambique com muçulmanos provenientes do subcontinente Indiano.

Os da Escola Jurídica Shafi'íta do setentrão moçambicano estão na sua quase totalidade integrados em Irmandades ou Confrarias, chamadas genericamente Twakiri, Tarique ou Tiquire, do árabe Tarîqa, com núcleos dispersos pelo território moçambicano. Não obstante, há muçulmanos Shafi'íta que não pertencem a qualquer Confraria, cuja existência contestam, aliás. A palavra árabe donde resultou o termo kiswahili para designar as Irmandades significa “caminho”. A jurisprudência Shafi'íta coloca a ênfase no consenso e limita o livre arbítrio individual; o Islão sufista é interpretado aqui no contexto cultural africano.

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a1>

* CEAUP. Universidade de Évora.

A história da difusão em Moçambique da Escola Shafi'íta está por fazer¹. Ela foi fundada por Muhammad ben Idriss ax-Xafeí e ganhou Moçambique pelo mundo swahili. Sabe-se com alguma precisão que o aparecimento local das Confrarias teve início do século XX, na sequência da chegada à Ilha de Moçambique de *Macharif* (singular, *Charifu*, do árabe *Charíf*) e de *Masheikh* (singular, *Sheik*), provenientes de Zanzibar e das Comores. A Grande Comore foi um centro fundamental de difusão do Islão no litoral norte de Moçambique, tão importante como Zanzibar, Kilwa e Brava o foram para o interior do Continente, apesar de o Sultão da Ilha e seus dignitários pertencerem ao ramo Baadhe ou Abaze ou Khauarije, da corrente Xiita.

A tradição (Madhab) da Escola Shafi'íta estendeu-se às diferentes comunidades muçulmanas em Moçambique, Tanzânia e Comores, numa rede em *continuum* pela qual se processou a difusão do saber religioso.

Teoricamente, as Irmandades existem para a oração coletiva dos seus membros, numa aspiração mística que é a dos Sofistas e para a realização de festas específicas em honra do fundador da Confraria-Mãe, o *Wali*, ou melhor, do *Madhi*, palavra árabe que significa o *Iluminado*. É que o místico fundador é tido como possuidor de um poder sobrenatural, definido pela sua *Baraka*, inspiração sagrada, que se materializa no seu corpo ou nos objectos do seu uso, podendo comunicar-se por contacto. Daí decorre a preocupação com as relíquias e com os santuários dos *Wali*, geralmente nos túmulos, e com as datas do nascimento e da morte, comemoradas religiosamente. A crença no *Wali* é local, mas alguns deles tiveram renome regional e mesmo universal, tendo-se difundido no mundo muçulmano o seu “pensamento” a partir da *qubba*³.

Porém, as Confrarias na África Oriental são sobretudo o espaço social de ajuda mútua, em particular no que diz respeito aos funerais dos confrades falecidos, e são também uma rede especial de relações familiares, sociais, económicas e jurídicas que ligam os membros e, através de relações de parentesco e das relações das respetivas hierarquias, estabelecem uma rede de relacionamentos com outras Confrarias e com a restante sociedade.

A pertença a uma Irmandade acontece por via familiar, coisa que sucede o mais das vezes por livre adesão, havendo casos em que o engajamento numa ou noutra depende do dinamismo e capacidade de mobilização do líder e restantes dignitários da Confraria. É de assinalar que, devido à matrilineariedade local, uma mulher pertence geralmente à Tarique da sua mãe, mas o seu marido costuma pertencer à Irmandade do pai dele; por conseguinte, as filhas de um casal não pertencem necessariamente à mesma Confraria do pai. E como numa Irmandade estão membros provenientes das mais diversas linhagens da sociedade costumeira, e de homens polígamos, as relações entre os membros e as inter-relações das Confrarias tornaram-se mais complexas que as antigas relações linhageiras e interlinhageiras, embora algumas regras do direito clânico se tenham mantido, sobretudo nos segmentos politicamente dominantes, dos quais saem geralmente os dignitários das Irmandades.

É a nível das relações inter-Confrarias que se resolvem (estou a referir-me ao início dos anos 80), as questões relativas ao casamento, adultério, divórcio, iniciações, enterros, etc.. O pagamento nupcial *Mahari* é combinado pelos dignitários da(s) Irmandade(s) a que pertencem os noivos e é registado na(s) mesquita(s) de ambos.

Os ritos de iniciação, tanto dos rapazes como das raparigas muçulmanos, cujos pais estão

1 Refiro-me aos anos 80, de XX, quando fiz as minhas pesquisas.

2 «Charíf» é todo aquele que é descendente de Muhammad. Epíteto protocolar que designa tudo aquilo que é apanágio do sultão, neste caso de Zanzibar.

3 «Qubba» é a cúpula branca que encima o túmulo de um santo.

filiados numa Irmandade, são profundamente islamizados e tornaram-se uma questão do Poder da Confraria e não da Autoridade Tradicional; aliás, o mesmo se passa nas Comunidades Cristãs, embora a Igreja Católica tenha estrategicamente tido a preocupação de envolver simbolicamente nos rituais cristianizados os *Mamwene* (chefes de linhagens ou seus segmentos) e as *Apwiamwene* (mulheres “grandes”) da linhagem ou da chefatura dos iniciandos.

Existem no norte de Moçambique duas grandes Irmandades mãe: a Confraria Kadiria (ou Cadria, Kadri ou mais correctamente Qâdiriyya), com cinco Confrarias locais saídas dela, e a Confraria Xadulia (Chadulia, Chaduly Liaxuruti ou simplesmente Lixuruti ou Liaxeruti), com três Confrarias saídas dela. As primeiras têm uma remota origem iraquiana, as segundas uma origem omanita, apesar do seu *Wali* ter nascido na Tunísia. Mas ambas chegaram suahilizadas a Moçambique a partir de Brava, Lamu, Mombassa, Zanzibar e Comores. As rotas comorianas e zanzibaritas foram as mais importantes. Desde o final do século XIX que o ensino corânico da corrente Shafi’ita e o movimento das Confrarias se expandiu numa reação à conquista colonial.

A Irmandade Qâdiriyya, localmente Cadria, foi fundada em Bagdade, no Iraque, por ‘Abd al-Qâdir al-Djîlânî⁴; foi o somaliano Sheikh Muhammad bin Uways, um dos primeiros proselitistas das Confrarias na costa swahili no século XIX, e o fundador do ramo Uwaysiyya da Confraria Qâdiriyya. A Confraria Xadulia foi fundada por Ali Abdul Chaduli, que nasceu na Tunísia e morreu em Humaithora, no Egito. Mas algumas fontes dizem que esta última Irmandade foi criada em Meca pelo referido Ali Abdul Assane Chaduli, juntamente com Ali Nurudine Liaxuruti, nascido em Marrocos, e Abdalia Daruxe, das Comores. Terá sido este último *Xêhê* que, no final do século passado, enviou à Ilha de Moçambique o *Xêhê* Saide bin Xêhê, onde permaneceu por algum tempo a fazer comércio e a contactar a comunidade muçulmana. No prosseguimento desses contactos, foi recomendada a criação de um grupo de crentes para rezarem em honra de Allah segundo Ali Abdul Assane Chaduli. Foi um irmão de Saide bin Xêhê que, em 1905, foi à Ilha de Moçambique fazer comércio e indigitar Amur bin Gimba (ou Amur Mugiba), um *mujojo*, isto é, um comerciante natural das Comores, para organizar a Confraria Chaduli (Shaduliya) Liaxuruti.

Por volta de 1903 ou 1906, segundo Branquinho (1969: 252-253), um outro comerciante suahili, proveniente de Zanzibar, chamado Issa bin Ahmed, fundou a Confraria Qâdiriyya Sadate. A palavra *Sadate* significa “senhor”, “coisa grande”, “importante”. Mas, por causa de dissensões entre as duas Confrarias, e coincidindo com a visita à Ilha de Moçambique em 1910 do *Xêhê* Rajak Ali, proveniente das Ilhas Comores, foi criada uma terceira, que tomou o nome Shaduliya E’Madhania e que passou a ser dirigida por Saide Jauhari depois da visita daquele *Xêhê*. Pertencem ao ramo Kadiria ou Cadria as seguintes Confrarias: Sadate, Bagdade, Jailane, Saliquina e Macherapa ou Maxiraba. Ao ramo Xadulia pertencem as Confrarias Liaxuruti, E’Madhania e Itifaque.

Este número elevado de Irmandades deve-se a cisões sucessivas a partir da Confraria-mãe. Por ordem de importância histórica e de número de filiados destacam-se as confrarias Bagdade, Sadate e Liaxuruti.

Do ponto de vista da sua organização, as Confrarias comportam nos tempos modernos três tipos de hierarquias: a hierarquia sociocultural, com os seguintes níveis: Murides (membros da Confraria), aos quais preside um *Xêhê*, palavra que tem aqui o sentido de Chefe de Irmandade e que é equivalente a *Sajada*; Murchides (responsáveis pelo

4 Morreu em Bagdade em 1166 (561). Na documentação portuguesa aparece com frequência o seu nome (ou de outro santo!), grafado como Saide Abdul Cadre.

ensino, cantos e danças); Naguibos (os que desempenham funções administrativas); Naguibu N'Kuba (vice-califa) e Califa; a hierarquia jurídica: Abal Muride (pai dos Murides) a quem compete o aconselhamento e resolução dos conflitos entre os membros) e o seu conselheiro, denominado Charuria. A hierarquia religiosa é composta pelo Iman (que dirige as orações), o Khatibu (que faz as leituras das orações e os discursos) e o Maudine (cuja função é o “azam”, ou seja, o chamamento para as orações). Antigamente, ao *Xêhê* da Irmandade competia, em princípio, ler, traduzir e explicar o Corão, os Hadhits e os Quita-bos, mas na maioria dos casos estas funções eram delegadas para o *Xêhê* da Mesquita (ou seja, o Iman), especialista da doutrina e aquele que dirige as orações. Para além disso, o chefe da Irmandade deve fornecer os alvarás de nomeação, ditos *Idjazas*, para os diferentes cargos e para as outras Irmandades saídas dela, e deve apreciar, aconselhar e resolver os vários casos que lhe sejam apresentados, para além de orientar e indicar o que julgue conveniente para o bem da comunidade. Supõe-se que o investido no cargo de *Xêhê* de uma Confraria passa a ter um certo poder *Baraka* (de bênção), como o fundador, poder este que não só lhe confere a santidade como também o dota de alguns poderes sobrenaturais, exactamente como, no processo de elevação ao cargo de uma chefia de linhagem ou direcção de uma chefatura, a iniciação ao comando dava um *status* de soberania mágica ao novo chefe; só que no caso da chefia da Irmandade, o Islão dá ao eleito um *status* mais universalista, digamos assim, que a chefia linhageira não dá.

Os Halifas são os colaboradores directos do *Xêhê*, cabendo substituí-lo durante as suas ausências ou impedimentos. Dirigem também as cerimónias de casamento, préstito, iniciação e orações da Irmandade; dão ainda o seu parecer sobre os novos candidatos à Confraria. Os Mucamos ou Mucádamos são os professores corânicos. Os Chawrias são dignitários subalternos chamados para os exercícios religiosos e ouvidos sobre problemas que haja a resolver. O conjunto dos filiados da Confraria constitui a comunidade dos Murides. A hierarquia tem uma estrutura piramidal e a sucessão de um *Xêhê* não é geralmente pacífica; a história destas sucessões revela muitos conflitos, por vezes graves, que conduziram a cisões dentro da Irmandade-mãe. Do ponto de vista da sociedade macua, a sucessão devia ser de “tio” para “sobrinho”, filho da irmã mais velha, embora em casos de necessidade e temporariamente, pudesse ser de um homem para um irmão mais novo. Ora, o estudo das sucessões nas Confrarias mostra que esta regra quase nunca é cumprida, e que os jogos de influências dentro da comunidade dos Murides têm conduzido ao cargo, por escolha, pessoas consideradas na altura as mais capazes. Mas como no interior das Confrarias existe uma rede muito complexa de parentesco e de subordinações familiares de cariz patrilinear (e patriarcal), qualquer dos cargos dentro da Irmandade se transmite habitualmente de pai para filho ou de avô paterno para neto; por causa disto, tornava-se conflituoso nestas comunidades com o poder linhageiro por filiação feminina. Porém, o Islão forneceu aos homens, sobretudo dos grupos dominantes, a justificação ideológica e o espaço sociopolítico necessário para transmitir o poder e as heranças aos filhos varões, incluindo filhos de cativas. E quando os poderes por via matrilinear eram ainda importantes numa dada região, o chefe antigo ou o régulo da administração portuguesa eram também membros importantes das Confrarias mais representadas nos seus territórios ou então eram joguetes nas mãos dos dignitários islâmicos da zona.

É de assinalar que os *Maxêhê* (ou, na forma aportuguesada, *Xêhês* ou *Chêhês*) das Confrarias não são necessariamente os *Xêhês* das Mesquitas; isso só aconteceu com raras excepções e em momentos históricos particulares. Disseram os meus entrevistados que isso se devia aos múltiplos afazeres nos negócios por parte dos *Xêhês* das Irmandades e, por causa disso, preferiam delegar num *Xêhê* específico e “profissionalizado” para o acolhimento da Irmandade na Mesquita. Recordo que a palavra *Xêhê* provém de *Sheikh* e tanto

designa a dignidade ou qualidade de mestre e professor corânico como pode estar integrada no próprio nome de uma pessoa, como era o hábito, por exemplo, entre os chefes ayao (ajaua) do Niassa, *Che Mataka*, *Che Makandjila*, *Che Nyambi*, *Che Mponde*, etc. O mesmo se passa com as palavras *Mwalimu* (plural, *Walimu*⁵), *Sharifu* (*Masharifu*) e *Sayyid* (= Senhor; sem concordância no número). Deste modo, para além das hierarquias das Confrarias, existe uma hierarquia religiosa em torno de cada Mesquita e do seu próprio *Xêhê*, como também existe uma estrutura governativa nas Associações Culturais do povo do litoral, umas e outras compostas por vezes pelas mesmas pessoas ou aliados por relações matrimoniais ou de filiação.

Muitos dos muçulmanos das Confrarias fizeram a Peregrinação a Meca (*Hadjj*, ou a Peregrinação menor, *Umra*) o que lhes valeu o *status* privilegiado de “Peregrino”, com direito a tratamento e porte da palavra honorífica *Hajje* ou *Haji*. Foi o que se passou a partir de Maio de 1963 com Abdul Camal, o *Megama* do momento no Chiúre, como veremos mais adiante. Não existe nas regiões moçambicanas de implantação das Confrarias uma estrutura de cúpula que reúna os vários *Xêhês* das Irmandades, como aliás não existe uma estrutura político-religiosa que congregue todas as Mesquitas; por isso, são episódicas as ações comuns, prevalecendo a “guerrilha” e os conflitos entre elas. É de algum modo contra este vazio que alguns muçulmanos do Conselho Islâmico se insurgem. Mas não existem apenas questões inconciliáveis de doutrina relativas às interpretações dadas pelos fundadores: os chefes das Confrarias resistem a qualquer mudança para manter os seus poderes e privilégios. Talvez por isso, e pelo contexto socioeconómico destes privilégios, independentemente de um certo fundamentalismo, existiu nos últimos anos uma grande contestação das chefiadas das Irmandades por parte dos Murides; tratou-se de reações que refletiam de algum modo o momento político que se vivia no país e ao qual não escaparam as Confrarias. A pouca preparação académica e teológica dos seus dignitários torna as Confrarias bastante frágeis e influenciáveis face aos debates e posicionamentos políticos. Com algumas exceções, tanto os *Xêhês* das Mesquitas como os *Xêhês* das Irmandades foram formados em Moçambique, numa rede de difusão do saber religioso e numa linha de ensino quase familiar, transmitindo-se, como referi, de pai para filho ou de avô para neto. Isso perturbava, obviamente, a estrutura matrilinear da sociedade local, como mostrei noutra ocasião.

3. A expansão islâmica no Sul de Cabo Delgado

Se excetuarmos o enraizamento islâmico no litoral desde tempos recuados, sobretudo no Ibo, Quissanga, Muchojo, Mocimboa e Palma, a progressão do Islão entre os macuas a sul do rio Montepuez foi um fenómeno relativamente recente, começado em meados do século XIX com o desenvolvimento da produção local para o mercado e do comércio entre a praia e o Mêto. Até à montanha Pondo, e desta até à fronteira oriental da chefatura dos Mugabu, no Concelho de Porto Amélia, toda a gente era muçulmana, embora só até aos limites dos territórios do *Mpêwe*⁶ Mazeze e do *Mpêwe Said-Aly* é que os muçulmanos pretendiam ser rigorosos (Vilhena, 1905: III, 321). Para o interior do território dos Mugabu, ou seja, do cruzamento do Metoro para ocidente, apenas o Mwaliya reinante obedecia estritamente às práticas da religião islâmica, não sendo esta seguida por grande número dos seus súbditos, limitando-se apenas o culto pelos dignitários locais. Desses antigos contactos comerciais não resultou, portanto, e de imediato, uma influência religiosa mui-

5 A palavra *walimu* provém do árabe *Imâm*, aquele que está à frente, que guia a oração.

6 «*Mpêwe*» é o termo macua da região em estudo que designa o chefe da chefatura já em ruptura com a estrutura linhageira clássica, diferenciando-se por isso do *Mwene mulupale*, o chefe de um grupo de linhagens.

to pronunciada comparativamente ao que se passava no litoral no mesmo período. Os comerciantes árabes, swahíli e indianos muçulmanos preocupavam-se exclusivamente como o negócio; apenas a sua presença e a prática exterior do culto terá influenciado muito levemente a população. Disso resultou que a religião islâmica, se bem que conhecida, não fosse muito praticada pelo povo, resumindo-se as “conversões” aos chefes e seus familiares mais próximos, “a quem seduzia a beleza do turbante, da cabaia e a cantilena das orações e mesuras que as acompanham” (Amaral, 1990: 380). Mas também fundamentalmente por outras razões. A centralização do poder político em torno das linhagens dominantes deu origem a que muitos chefes da zona fossem aderindo ao Islão como cobertura ideológica de um poder supra linhageiro, tornando-se chefes com o título pomposo de *sultões*⁷ como, por exemplo, o *Mwaliya* (*Mualia*) de Balama.

Só a partir de 1906 é que o Islão deixa de ser difundido pelos comerciantes que percorriam o sertão ou pelos caravaneiros locais que iam ao litoral fazer comércio. Desde esta data, árabes-suahílis e indianos começaram a estabelecer-se no interior e a difundir permanentemente ali a sua fé. Mais concretamente, foi depois da Primeira Grande Guerra e da montagem do aparelho administrativo da *Majestática* que a progressão do Islão se passou a fazer com maior profundidade, tornando-se de algum modo refúgio e resistência cultural ao colonizador, numa “nacionalidade de recurso”, como escreveu alguém. A moralidade islâmica era mais tolerante que as regras do colonizador, a poligamia aceite, o divórcio muito facilitado; a doutrina é simples e transige com certas crenças ancestrais. Mesmo assim, Pélissier considera que a expansão do Islão no país macua nos anos 1915 e 1916 era ainda mais quantitativa que qualitativa (Pélissier, 1984: I, 306). As escolas corânicas não tinham aqui o brilho das suas congêneres de Zanzibar e mesmo da Ilha de Moçambique, e o Islão não participava nestas terras como ao longo da costa e das Ilhas de Cabo Delgado na reprodução da sociedade global. Só lentamente é que o Corão se tornou um guia para as relações sociais, preceitos morais e, por vezes, código jurídico.

Foi a partir dos anos 20 do século XX que as Confrarias se tornaram as grandes motoras da expansão islâmica na região de Mecufi-Chiúre. Surgiram aqui as Irmandades Qadiriya e Shaduliya, com ligações à Ilha de Moçambique, Zanzibar e Comores. Esta dupla subordinação marcou profundamente a história islâmica do sul de Cabo Delgado.

Em certas épocas desse passado, a sujeição às Escolas Shafi’itas de Zanzibar era tal que alguns chefes macua e chefes muçulmanos do litoral ali se dirigiram para obter a confirmação dos cargos para que tinham sido investidos.

A povoação do Lúrio e depois Mecúfi foram os principais centros de irradiação islâmica entre o rio Montepuez e o rio Lúrio. Destes centros, os dignitários muçulmanos locais estabeleciam contactos com a Ilha de Moçambique, Ibo, Zanzibar e Comores.

Na década de trinta, Abdul Magide era o grande *Xêhé* da Confraria Sadate na região, um dos grandes *Maxêhé* de Mecúfi e também um grande *mwaliyu* da zona. O *Xêhé* exercia uma notável e incontestada audiência sobre as comunidades muçulmanas de todo este território, e mantinha relações íntimas com Kalami Nahiya (Abdul Camal), o futuro *Megama* do Chiúre.

Abdul Magide nasceu em Maruha, localidade da foz do Lúrio e começou a sua aprendizagem religiosa nesta povoação com o *Xêhé* Abdala Talaussini. Mais tarde, numa data não determinada, terá ido estudar com o *Xêhé* Issa bin Ahmed na Ilha de Moçambique (Branquinho, 1969: 353-354).⁸ Depois de instruído, Magide instalou-se definitivamente na região do Lúrio-Mecúfi. Em Mecúfi fez construir uma mesquita no N’kolukhoni (hoje

7 «Sultân»: Potência. Título que indicava a independência política de um príncipe.

8 Issa bin Ahmed terá deixado a Ilha a 28 de Agosto de 1925, tendo ido para Zanzibar, onde veio a falecer.

Bairro Mithakani). Foi a partir dessa data que se tornou o grande *Xêhê* e o *Mualimu* de toda a região. Alguns *Imanu* e mesquitas do Concelho de Porto Amélia (Pemba) estavam sob a dependência directa de Abdul Magide, e o Khalifa Abdul Remane, formado por Magide, era adjunto em Memba do *Xêhê* Amade Abdul Remane da Confraria Qadiriya Sade, subordinada ao *Khalifa* Saide Mohamed Bacre (Said Bakr) da Ilha de Moçambique, e este *Xêhê* mantinha boas relações com os outros *Maxêhê* e *Khalifas* da região.

O *Xêhé* abriu uma Madraça na sua própria residência, passando a exercer uma grande influência em Cabo Delgado. Mantinha contactos regulares com a Ilha de Moçambique e com a Ilha do Ibo. Em 1939, foi à Ilha de Moçambique apresentar as boas vindas ao Presidente português Marechal Carmona, em representação dos muçulmanos de Mecúfi-Lúrio. Um ano depois morreu em Mecúfi.

Ilustração 01 - Islão no Norte de Moçambique



Fonte: Monteiro, 1993.

O *Xêhê* pertencia à Confraria Qadiriya Sadate, a qual tinha núcleos de fiéis em todo o litoral, de Angoche a Mocimboa. Existiam outras Confrarias no norte de Moçambique, e todas elas com origem (directa ou indirecta) nas Comores ou em Zanzibar, via Ilha de Moçambique, Ibo e Quissanga. Apesar dos núcleos de cada uma serem relativamente independentes, mantinham relações e contactos com as casas mãe naquelas Ilhas. Em cada uma das épocas históricas da região, os núcleos locais das Confrarias do norte do país, ora se subordinavam à Ilha de Moçambique ora à Ilha do Ibo. E era a um destes locais, ou a ambos, que iam os chefes religiosos para se fazerem confirmar.

Para além desta dinastia de *MaXêhê* na Confraria Qadiriya em Mecúfi, havia no sul de Cabo Delgado dinastias de *MaXêhê*, *Mwalimu* e *Khalifa* de outras Irmandades. Destas dinastias, os mais importantes dignitários foram o *Xêhê* Abala Talaussini, *Mwalimu* Abdul Magid e o *Khalifa* Apaite Cassimo.

Após a morte do *Xêhê* Abdul Magide, em 1940, sucedeu-lhe o seu filho Athiya Abdul Magide, que morreu em 1951. A este sucedeu o irmão Assumane Abdul Magide, que morreu em 1982. Athwa Abdul Magide sucedeu-lhe como *Xêhê* de Mecúfi. Depois de Magide, as mesquitas de Mecúfi, Montepuez e Porto Amélia passaram a gozar de certa autonomia espiritual dada a grande distância da Ilha de Moçambique. O *Xêhê* Saide Abahassane, a quem Magide entregara a chefia espiritual dos núcleos da Qadiriya Sadate em Cabo Delgado, raramente os visitava.

Em 1947 havia na Circunscrição de Mecúfi três mesquitas de alvenaria, uma na Sede, uma no Chiúre e outra em Ocua; para além destas, devem ser mencionados os muitos locais rudimentares de culto.

4. O islão e o poder na chefatura e no regulado

No norte de Moçambique, o Islão penetrou primeiramente nos planaltos do Niassa além Lugenda. Só muito mais tarde se expandiu a partir do litoral para o interior de Montepuez, Namuno, Balama e Murrupula. Isso deveu-se ao facto de terem sido os árabes-suahíli que estabeleceram contactos comerciais até àquelas terras do Niassa, subindo o Rovuma e o Lugenda, ao passo que de Montepuez e regiões vizinhas eram os chefes locais que iam ao litoral com o seu marfim. Mas nos planaltos do Niassa não havia propriamente marfim, havia, sim, condições sociais para controlar a produção e escoamento para o litoral do marfim, chifres de rinoceronte e outros produtos de origem animal obtidos nas margens do Lugenda e nos territórios de além Lago Niassa, que iam a perder de vista até aos confins do Kazembe. De modo que os agricultores de idioma bantu da segunda leva do povoamento, numa terra onde havia suficiente ferro à superfície para uma elaborada tecnologia da forja, rapidamente se tornaram promotores de caçadas e controladores do comércio dos despojos da fauna silvestre. Recordo que nas sociedades matrilineares do Norte, a célula produtiva agrícola constituía-se em torno de um grupo de irmãs, sob a chefia de um irmão mais velho. Os irmãos e maridos, terminada a sua contribuição na agricultura, que não era muito grande naquela época, tinham todo o tempo disponível para a colecta da cera, do mel, e para as caçadas, que é como quem diz para a guerra. Quando isto deixou de ser apenas subsidiário da agricultura local e passou a ter uma grande procura externa, as diferentes linhagens ou grupo de linhagens envolveram-se afincadamente na produção e no comércio, passando a gerir mal os conflitos entre elas. Foi então que a matrilocidade do casamento tendeu para uma patrilocalidade, o que possibilitou aos homens expedições venatórias e de comércio com irmãos e cativos próprios e não com cunhados e cativos alheios. Mas rapidamente a produção e a procura de produtos da caça obtidos por outros passaram a ser fundamentais. Certas linhagens

distanciaram-se de outras para esse controlo. Digamos que a partir desta época começaram as viagens de alguns homens até ao mar, e teve início a diferenciação entre grupos de parentesco, formando-se novas identidades grupais. Só que isto foi profundamente alterado durante a segunda metade do século XVIII e durante todo o século XIX com o tráfico de escravizados. Ferreiros, caçadores eméritos e organizadores de caravanas tornaram-se predadores de gente e comerciantes do seu produto e do produto negroiro de outros. Como escrevi noutro estudo, a “produção” escravagista pressupõe a ressocialização violenta de pessoas livres. E desde logo a diferenciação do “nós” predadores e dos “outros” onde se faz a captura, contra quem se faz a guerra para capturar. E vice-versa. No seio de cada um desses grupos de linhagens só raramente se vendia um sobrinho mais atrevido e ambicioso ou alguém acusado de marginalidade pelas crenças na feitiçaria. Era preciso, pois, ir procurar pessoas para cativo em outros grupos. Mas esses outros, no planalto, eram idênticos na força e na organização, e ainda por cima eram cunhados! O melhor seria que se caçassem “bárbaros”, porque os outros que se caçam e se escravizam são sempre “bárbaros”, “selvagens” “antropófagos” e “infieis”. Para se distinguirem desses bárbaros, os do Planalto logo se lembraram que os antepassados tinham descido de uma montanha a que chamavam *Yao*. As cartas míticas falam das origens e indicam elementos essenciais da constituição do grupo e estabelecem também relações com outros grupos do espaço cognitivo dos utentes dos mitos. A localidade foi sempre uma das fontes de territorialidade e identidade. Por isso, passaram a dizer *Wayao*, «*nós os de Yao*». Sem mais. Até final do século XIX e século XX. Os outros eram infieis! As etnias e as etnicidades não são criadas segundo um plano. Surgem como aspetos da cultura, como resultado, às vezes secundário, de formação de domínios políticos e do surgimento de espaços sociais. Facilmente compreenderam os chefes desses grupos do Planalto que o Islão era uma boa razão. Os mais ativos e ambiciosos, porque queriam continuar a ser chefes com mais poder do que o decanato tradicional da linhagem ou a chefatura, compreenderam rapidamente que ser *sultão* lhes dava mais poder e prestígio que simples chefe tradicional. Já não bastava a patrilocalidade do casamento com mulheres de outras linhagens por causa da exogamia. Agora, as suas esposas legítimas e as inúmeras concubinas podiam viver perto dele. Assim lhe permitia o Islão. Em resumo: a penetração do Islão no planalto do Niassa fez-se pela via das chefiadas e doméstica.

Na década de 1840, uma confluência de fatores, como o comércio de escravizados, as grandes secas, bem como a chegada dos Angunes, deu origem a uma série de mudanças políticas e económicas de importância considerável, não só no Niassa, mas também em Cabo Delgado, na Zambézia e em Nampula.

Por volta de 1880, a maioria dos chefes *ayao* tinha-se convertido ao Islão e as suas povoações passaram a ser centros de proselitismo e de educação corânica. Esta conversão dos chefes *ayao* esteve relacionada, repito, com a associação aos parceiros escravagistas do litoral, sobretudo de Zanzibar, com o uso do islamismo como ideologia de governação, colocando esses chefes acima da malha política linhageira tradicional, e com a resistência ao domínio colonial em curso no último quartel do século XIX.

O mesmo se passou nas terras do Sul de Cabo Delgado, para os lados das nascentes do Messalo e do Montepuez. Mas aqui, era sobretudo importante, para além do próprio tráfico, o controlo das caravanas que vinham do interior com marfim, primeiro, e escravizados, a seguir, controlo que fortalecia as chefiadas. Admirava-se Frei Bartolomeu dos Mártires na década de 20 do século XIX com a chegada à costa de caravanas com centenas de cativos apenas guardados por uns míseros *nahota*, que muitas vezes acabavam também por ser vendidos! O que se foi estruturando, de facto, foi uma malha política em rede para controlo do comércio sob a égide de um clã dominante, o clã *Ekoni*. A maioria dos chefes

mwekoni limitou-se durante algum tempo ao uso da senioridade clânica para a afirmação do seu poder. Mas quando isso não bastou, o Islão foi fundamental. E foi sobretudo importante como afirmação e refúgio identitário após a conquista colonial, e na sequência de uma quase ineficaz presença da *Compahia do Niassa* até 1929. Quando a administração portuguesa tomou em mão o governo do território estava em curso a formação identitária dos Metthu (Medeiros, 1986: 21-27), que só foi interrompida com a repressão ao Islamismo, a instalação da produção capitalista com a cultura obrigatória do algodão e o estabelecimento nessas terras de missionários católicos e colonos.

A maioria das autoridades das chefaturas da região, e depois da conquista colonial, os régulos, cabos, chefes de povoação e outros dignitários das chefias linhageiras e dos regulados eram muçulmanos. Os régulos Sahide e Mwareriya do concelho de Porto Amélia eram considerados *Mwalimu* de grande mérito. Sahide mantinha, aliás, estreitas relações com o *Xêhé* Sahide Bahassane bin Abdurramane da Ilha de Moçambique.

Por isso, quando os alemães e os seus *askaris* circularam pela região entre Dezembro de 1917 e Fevereiro de 1918, trazendo consigo “padres” muçulmanos do Tanganica, muitos desses chefes islamizados puseram-se ao lado dos germanos para obter a sua independência face à *Companhia do Nyassa*, e, por conseguinte, face aos portugueses.

5. As relações das chefias muçulmanas com o poder colonial

Durante a governação da *Majestática* deu-se, por conseguinte, o ressurgimento do Islão no litoral e a sua expansão para o interior de Cabo Delgado. Em 1929, a população africana era crescentemente muçulmana, com um pequeno grupo de convertidos católicos. A da Circunscrição de Mecúfi, em particular da sede, passou a praticar o seu culto livremente sem qualquer restrição da *Companhia*, nem do governo da colónia.

Mas as relações das comunidades muçulmanas com o poder colonial depois do termo da concessão da *Companhia do Nyassa* passaram a ser caracterizadas por uma hostilidade recíproca e permanente. A década de 30 do século XX corresponde a uma época de tensões e de conflitos importantes entre a hierarquia muçulmana e a administração colonial. Segundo Alpers (1999a: 166-167), as autoridades portuguesas lamentavam a fraca presença da Igreja Católica no Norte de Moçambique, o que deixava os africanos sob a crescente influência dos *maxêhé* islâmicos e das inúmeras escolas corânicas.

A partir de 1938, a administração portuguesa procurou enfatizar a conflitualidade entre as comunidades muçulmanas negras e as indo-britânicas; tentava deste modo atrair para o seu campo os muçulmanos africanos com vista a combater o Islão asiático, sobretudo os súbditos britânicos. Pinto Corrêa (1940: III, Nota n.º 510/IN/760) é explícito quando escreve: “dada a impossibilidade de destruir a crença islâmica e de impedir a sua expansão, é preciso orientá-la, submetendo-a aos interesses da soberania portuguesa. (...) Fechar os locais de culto e de ensino corânico se não houvesse uma vassalagem clara das comunidades muçulmanas ao governo colonial. Houve mesmo uma repressão policial contra as suas lideranças, e combateu-se o uso da língua árabe. Ao mesmo tempo decidiu-se examinar as possibilidades de indígenas construírem mesquitas, graças a cotizações regulares, que fossem ao mesmo tempo uma afirmação de portuguesismo” (Corrêa, 1940: Nota n.º 371). Em diversas localidades, como Mocimboa da Praia e Ibo, esta iniciativa terá sido recebida com entusiasmo. Pretendia-se também o controlo das Irmandades muçulmanas. Em Mecúfi, a administração local participou na reparação da mesquita e pôs à disposição dos crentes meios para transformar a antiga de madeira num templo em alvenaria. Mais ainda, procurou cativar Abdul Magide.

Simultaneamente promoveu-se a expansão das Missões Católicas (dos Monfortinos e dos de Cucujães) e a abertura de Escolas do Mato para “neutralizar o Islão Negro e desviar a popu-

lação do Islão, procurando ao mesmo tempo transformar a integração legal dos negros e dos mestiços em integração real” (Gonçalves, 1963: 287).

Foi neste contexto que se publicaram os Diplomas Legislativos n.º 167 e n.º 168 autorizando a atividade de mesquitas, *madraças* e outros locais de ensino corânico desde que devidamente reconhecidos pela Administração. Para tal, foi fixado um prazo de três meses para a aplicação da Lei sobre as mesquitas e as escolas corânicas, passado o qual seriam encerradas, cabendo a responsabilidade moral disto aos próprios interessados e não à administração colonial. Todavia, registaram-se hesitações e reservas por parte da administração local na aplicação destas medidas. Consideravam alguns administradores que proibir subitamente o encerrando de mesquitas a uma população muçulmana com raízes profundas era incutir a revolta nos espíritos e incitar os crentes contra a administração.

A política de “nacionalização” do Islão Negro e as discussões que tiveram lugar nos anos 30 e nos anos 40 são a ilustração das relações na época entre o poder colonial e o Islão.

Se considerarmos a data em que Abdul Camal ascendeu ao poder no Chiúre, ela coincidiu com o período de tensões e da tentativa de recuperação do “Islão Negro”. A sua nomeação para o cargo surgiu como estratégia colonial para a gestão dos conflitos inerentes à situação colonial dessa época.

Mas nos anos 50 e primeira metade dos anos 60, vários acontecimentos agravaram as relações entre os colonizadores e o Mundo muçulmano, tanto mais que foi durante este período que vários movimentos nacionalistas de inspiração sindicalista ou religiosa foram criados nos territórios vizinhos, em particular no Tanganica e na Ilha de Zanzibar, e com os quais os trabalhadores emigrantes, sobretudo macondes, e os muçulmanos do norte de Moçambique passaram a ter relações. Nasceu desta feita no Tanganica a *Makonde Association of Tanganyika* (MAT) e a *Tanganyika Mozambique Makonde Association* (TMMA), em 1957, que foram fortemente influenciadas pela *Tanganyika African Nacional Union* (TANU). A difusão do ideário islâmico esteve associado, segundo Amaro Monteiro, ao expansionismo do Islão desejado pela Líbia, Egito e Arábia Saudita, numa solidariedade pan-islâmica no contexto do conflito israelo-árabe. O Egito nasseriano, para além de conceder bolsas a estudantes negros para a Universidade de Al-Azhar, acolheu e apoiou movimentos independentistas africanos, e a Rádio Cairo criou programas dedicados à luta desses movimentos que eram ouvidos no norte de Moçambique (Monteiro, 1993: 90).

A repressão que se abateu em meados dos anos 60 contra tudo e todos aqueles que podiam ter alguma ligação com os movimentos nacionalistas ou favorecer ideias independentistas ceifou literalmente a cúpula das autoridades tradicionais e muçulmanas do sul de Cabo Delgado e do norte da província de Nampula.

Em 1965 e 1966, depois dessa repressão violenta a que muitos muçulmanos foram sujeitos, houve um momento de recuo e de concessões por parte das Confrarias; os chefes da maioria delas, numa atitude conciliatória, sugeriram em Novembro deste último ano ao ministro português do Ultramar que seria oportuno estarem representados na Câmara Cooperativa a título permanente, na sua Secção dos interesses espirituais. Segundo Amaro Monteiro (1993: 61), «as Confrarias e o seu Conselho de Notáveis passaram a desempenhar um papel dissuasório do alastramento da subversão».

6. O “nacionalismo” dos chefes do sul de Cabo Delgado

Na década de 50 do último século, assistiu-se à difusão no Norte de Moçambique de ideias etno-independentistas, como referi, tendo surgido, segundo Alpers (1999b: 165-169), algumas associações clandestinas. Os muçulmanos do norte do distrito de Moçambique e no sul de Cabo Delgado terão formado uma *Irmandade dos Muçulmanos Macuas*. Esta Ir-

mandade (ou Liga) teria como objectivo obter assistência de países islâmicos para prover à educação dos jovens e assim preparar futuros líderes da comunidade.

De acordo com o testemunho que recolhi de Leonardo Domingos (Nkurua Nkohola)⁹, antigo funcionário da administração e ex-professor nas escolas da Missão de 1952 a 1962, era administrador em Namuno Correia de Freitas que lhe confidenciava que muitas mudanças iriam suceder em Moçambique. E que devia ouvir a rádio Tanzânia! Sem dizer, contudo, de o porquê. Mas acrescentava que se alguém falasse de Nyerere devia informar a Administração. Cada denúncia seria paga com um «matabicho» de 1.000\$00. E Leonardo acrescentou, que a partir dessa época começou um maior controle das pessoas que viajavam para a Tanzânia.

Mas só em 1962 é que se ouviu falar do que se passara em Mueda. Que os Macondes se tinham revoltado e queriam a terra deles, e melhor preço para os seus produtos. Terá sido por isso, que a partir de 1960 começou muita a vigilância dos portugueses. Mesmo sobre os que trabalhavam com eles. Começaram a desconfiar. Todos os fins de mês havia uma *banja* em Namuno com os régulos, chefes de grupo de povoações, de povoação e alguns anciãos (*mahumu*). A reunião era dirigida pelo Chefe do Posto que recomendava vigilância sobre os que queriam roubar Moçambique. Mas não dizia quem eram esses ladrões. Também os régulos não lhe perguntavam. Só diziam: “sim, sim, sim, senhor!” Durante a *banja* era sempre recomendada vigilância contra os que falavam de Nyerere. Esses deviam ser presos. Em 1960, 61 e 62, muita gente foi presa. Porque, a partir dos anos 55 e 56, muita gente ia para o Tanganica vender cera, produção agrícola ou trabalhar. O caminho habitual era partindo de Namuno, Balama, Morrola, onde atravessava o rio Messalo, Mutaparata, estrada Marrupa-Lugenda, Mecula, Nankanka, posto Negomane e Rovuma. Mas havia outros caminhos. Quando começou a luta em 1964 esse caminho ficou fechado. Mas passaram a existir outros. Eram os antigos caminhos do comércio com o Tanganica e Zanzibar. Quase todos os que regressavam eram presos. Os colonos queriam saber: porque tinham ido à Tanzânia, e o que andaram a fazer por lá. Os interrogados respondiam que tinham ido trabalhar; mas, na verdade, tinham fugido ao trabalho forçado. Geralmente, regressavam com muito cuidado, apresentando-se sempre aos seus régulos, a quem ofereciam sempre uma peça de roupa. Os régulos que sabiam quem tinha ido recomendavam cuidado, e apresentavam alguns no Posto. Todo o régulo que não apresentasse um regressado era castigado. Os viajantes ficavam presos algumas semanas.

Em 1962, em Namuno não se ouvia ainda falar da criação da FreLiMo. Todavia, desde 1961, alguns muçulmanos tinham aderido à *União Nacional Africana de Moçambique* (MANU) dirigida pelo maconde A. Kibriti Diwani, da antiga *União dos Macondes de Moçambique*. E terá sido nesse ano que o *Megama* Abdul Camal terá estabelecido contactos com pessoas ligadas a esses movimentos.

Tudo isto levou a administração colonial a afirmar que a contestação africana penetrou em 1963 no clã Ekoni por via do chefe Mualia aquando da visita a Balama e Namuno de dignatários islâmicos vindos de Nassesse (Tanganica). Nesse ano de 63, no segundo mês após o Ramadão, Abdul Camal fez a Peregrinação a Meca a expensas do Estado colonial. De torna viagem, escalou Dar-Ês-Salam, e foi a Zanzibar onde teve contactos com pessoas ligadas àqueles movimentos. No regresso a Moçambique passou a ser vigiado pela PIDE. Segundo as investigações dos serviços secretos do exército português, “Megama foi contactado, em Outubro de 1963, por três militantes vindos do Tanganica com propósitos de aliciamento. Estes e outros independentistas terão contactado régulos e chefes menores

9 E.M., Entrevistas com Leonardo Domingos, Namuno, 7, 8 e 9 de Agosto de 1982. Cassetes n.º 17, 18 e 19. Arquivo Histórico de Moçambique, Secção de História Oral.

do sul de Cabo Delgado e dos distritos do Eráti, Momba e Mucuburi, no Distrito de Moçambique. No seguimento destes contactos com *Megama* e deste com outros régulos e chefes menores, muitos Chacas de Cabo Delgado aderiram ao movimento em 1965. Dos Chacas do Distrito de Moçambique apenas terá havido a adesão do régulo Mepera, do clã Lapone, parente dos régulos de Ocua” (Branquinho, 1969: 115).

Na primeira fase do movimento anti-colonial, de 1960 a 1963, houve por parte dos independentistas o aproveitamento das relações de parentesco clânico de um e outro lado do rio Lúrio. No Distrito de Moçambique, o ideário penetrou particularmente nos regulados Morroma e Mepera, do Posto-Sede de Namapa, e nos de Uantera e Muhula, do Posto do Mirrote, por via do régulo Metalia de Ocua, muito relacionado com o *Megama*. Em 1965 e 1966, verificou-se um comprometimento comum dos régulos do clã Ekoni e de outros clãs das áreas de Montepuez, Namuno e Mecúfi, a que apenas se furtaram os régulos em exercício de Namuno, e Merrungo (Munrette), também de Namuno.

Na *Prospecção das Forças Tradicionais*, Mello Branquinho (1969: 116 e ss.) afirma que as chefias linhageiras dos Macua-Meto dos Ekoni eram repartidas pelos *mamwene* Matico, Mualia, Muempa, Megama, Muemba, Muere, Marire, etc. E Branquinho acrescenta que o Matico se sobrepunha ao Muemba, e que Mualia era nesses anos o maior régulo de Balama, sendo o Matico o importante régulo do Chiúre, etc., concluindo que cada um era considerado um grande chefe nas suas terras, ou seja, nas terras que os seus antepassados ocuparam e distribuíram pelos parentes uterinos e aliados. A administração da Companhia do Nyassa manteve essa organização territorial, sem uma chefia única dos Ekoni. Havia, aliás, forte adversidade entre o Matico e o Mualia, que provavelmente estava relacionada com o facto de Mualia se ter revoltado sempre contra os colonos, chefiando a contestação na área de Montepuez e de Namuno. Todavia, não estimulou a coesão do clã Ekoni, que o *Megama* do Chiúre procurou sedimentar, alcançando uma projecção notável dentro dos Mêtos. O *Megama* tinha prestígio numa população de 500 000 almas, do Distrito de Cabo Delgado até ao Mossuril, no concelho do Distrito de Moçambique. E nisso o Islão foi fundamental.

7. Kalami Nahiya

O penúltimo chefe da dinastia dos *Megama* do Chiúre antes da Independência foi Abdul Camal, incontestavelmente o mais notável de todos os seus predecessores dinásticos, um dos mais conhecidos chefes do clã *Ekoni*, e o régulo mais destacado do Sul de Cabo Delgado a partir dos anos 40 do século XX.

Quando foi investido para o cargo de régulo, nos primeiros anos desse decénio, estava em curso a reforma administrativa colonial, a reorganização dos regulados e dos auxiliares da administração, intérpretes, sipaios, etc. Também tinha sido lançado em 1938 um novo empreendimento de exploração: o cultivo do algodão. Esta política decorreu, numa primeira etapa, até 1942, durante a qual foram elaborados, passo a passo, os mecanismos de uma cultura forçada. A cultura obrigatória deu início a uma longa luta nas concessões algodoeiras reestruturadas entre os produtores africanos, por um lado, e as companhias e administradores, por outro.

O predecessor de Camal tinha-lhe deixado um regulado bastante povoado, um poder fortemente centralizado numa linhagem dominante *Mwekoni*, e uma rede segura de alianças fora dos limites da chefatura que, para além da malha clânica, tinha na hierarquia islâmica do Sul de Cabo Delgado um argumento importante.

Ora, para o desenvolvimento da cultura forçada do algodão e de uma nova política de exploração laboral e tributária, todos os régulos da região viram os seus poderes fortemente enquadrados pela administração colonial e pelas algodoeiras, a fim de apoiarem

a moderna organização e exploração colonial. O novo *Megama* do Chiúre, apoiando-se na antiga aliança de chefes *Ekoni* com os portugueses e nas suas relações pessoais com alguns dignitários coloniais, vai ser, até 1963-64, a autoridade tradicional mais importante no novo contexto político do Sul de Cabo Delgado, tirando partido e benefícios pessoais da nova situação.

Mas quem foi o *Megama* Camal? Abdul Camal, aliás Kamali Nahiya, de seu nome linhageiro, terá nascido, segundo alguns informantes, em terras do antigo Distrito de Moçambique, hoje província de Nampula, mas outros testemunhos recolhidos no Chiúre por um administrador colonial dizem que nasceu nas terras do chefe Mwempa, em Namuno, por volta de 1892; o seu pai, Nahía, é que seria originário das terras a sul do rio Lúrio, de qualquer forma irrelevante para a sua pertença aos *Ekoni*.

Seria filho, real ou classificatório, da *pwiamene* Mpimbi, que passou a visitá-lo com frequência no Chiúre, depois da sua ascensão ao cargo de *Megama*. Mas alguns informantes consideravam que a mãe real era Mwadáwa, sobrinha da Mpimbi.

Muito cedo, o jovem Abdul terá sido enviado para uma escola corânica em Mecúfi; todavia, não se tratava de uma preparação para uma futura ascensão ao poder clânico ou islâmico. A organização política macua não previa tal preparação para a sucessão. Pouco tempo depois, terá ido para o Ibo à procura de emprego. Sabe-se que viveu em Porto Amélia e em Mocímboa da Praia, e que esteve algum tempo no sul do Tanganica; mas nessa época não foi a Meca. Terá tido múltiplas ocupações, entre outras, a de cozinheiro, mainato (= lavandeiro) e servente. Adelino Sanina Megama, um dos seus filhos varões, declarou a Brito João que “o pai foi para a Ilha do Ibo trabalhar; só depois regressou a Mecúfi para estudar o Corão” (Brito João, 1989: 97). Pelo menos até aos anos 40, a região do Ibo, Quissanga, Mocímboa e Palma atraía muito mais jovens muçulmanos que Porto Amélia e mesmo Mecúfi. Era nessa região que viviam os mais destacados muçulmanos da sociedade mwani e suahíli; era uma região com muitas mesquitas, uma grande atividade cultural e relações íntimas com o Tanganica, Kílua, Zanzibar e Comores. Por último, era a região por excelência do comércio africano e da presença de brancos e indianos em Cabo Delgado. Nessa época era frequente a deslocação de jovens do interior para estas povoações à procura de emprego, sobretudo doméstico, junto dos europeus e dos indostânicos; essas atividades eram desprezadas pelos jovens locais, que preferiam consagrar-se à pesca e a profissões de prestígio, como a alfaiataria, a carpintaria, etc.

Terá sido durante estas andanças que Camal conheceu no Ibo ou em Porto Amélia o comandante Gabriel Teixeira, então diretor do porto da capital do Distrito e futuro governador-geral de Moçambique. Porém, não foram ainda encontrados documentos para afirmar com alguma garantia que trabalhou para ele, na sua residência ou nos serviços da capitania ou marinha, ou mesmo para o médico indo-português Mariano João Gonzaga, conhecido de Gabriel Teixeira. Também não há ainda documentos disponíveis para se saber se houve uma influência das autoridades coloniais e, em particular de Gabriel Teixeira, para o guindar ao poder no regulado dos *Megama* no Chiúre.

Por volta de 1930, Camal terá deixado o Ibo e regressado à região do Chiúre-Mecúfi. Terá sido a partir desta data que se meteu a estudar o Corão com o *Mwalimu* Abdul Magide, dignitário da Confraria Qadiriya. Camal passou a residir no Chiúre mas visitava com frequência o *Mwalimu* em Mecúfi. Entre os dois homens estabeleceu-se uma amizade duradoura que acabou por dar origem ao casamento de Camal com uma parente de Magide e a um matrimónio deste com uma mulher da linhagem do futuro régulo. Foi, aliás, por causa deste relacionamento que Kamali Nahiya passou a chamar-se Abdul Camal ou Abdula Kamali.

Terminada a sua formação corânica, Camal obteve o título de *Imanu* e manteve-se no Chiúre por algum tempo, onde, com a ajuda dos comerciantes muçulmanos hindustâni-

cos construiu uma mesquita na proximidade do edifício da Administração. No exercício dos cultos nesta mesquita, ele mesmo exerceu as funções de *Xêhê* e de *Mwalumu*. Mas Camal nunca foi, até ao fim da sua vida, um dirigente religioso nem um personagem muito importante na hierarquia islâmica de Cabo Delgado.

Em 1940, há notícias que trabalhava para a companhia algodoeira SAGAL e que viajava com frequência para Porto Amélia.

Fontes orais, sempre contraditórias, aliás, insistem no facto de que ele foi elevado à categoria de *Mwene* do *Erukulu* (dono, senhor, chefe do ventre uterino, da linha dos *Megama*) por volta de 1940, ainda em vida de N'khaya, já muito idoso. Só alguns anos depois da morte do tio é que Camal terá sido nomeado *Mwene*. A confirmar-se esta tese, isto seria uma distorção ao direito sucessório entre os macua-mêto, porquanto, só depois da morte de um *Mwene* é que o sucessor é escolhido e, geralmente, sem o seu conhecimento.

Para suceder a N'khaya como *Mwene*, Abdul Camal foi necessariamente indigitado pelos anciãos do clã *Ekoni*, tornando-se assim o 3.º ou 4.º *Megama* conhecido, como a seguir se explica. Na genealogia dos *Megama* do Chiúre que consegui estabelecer, Ntokohone (ou Nkorokosso ou Metokoana) surge como o primeiro, tendo o seu *Erukulu* iniciado a cisão da linhagem mãe ainda em Namuno, para depois se ter deslocado para Meza, em Montepuez, e dali para o Chiúre; mas o chefe desta gente não chegou a ser régulo; sucedeu-lhe Nkaia (ou N'khaya ou Nikuero, o "Justiceiro"), a partir da Primeira Guerra Mundial, e só depois Abdul Camal. N'khaya ficara conhecido pela colaboração que dera aos portugueses na guerra contra os alemães durante o conflito de 1914-18, tendo sido por isso recompensado e recebido favores do colonizador. Ntokohone seria sobrinho do chefe *Mwekoni* Matico e filho de Nsiere, *Mwene* do clã Mulima, na margem direita do Lúrio. Ntokohone terá vindo de Napaha para terras na margem esquerda governadas pelo pai.

Mas uma outra versão da tradição diz que Ntokohone e Nkorokosso são pessoas distintas; este último terá sido o sucessor do primeiro *Megama*, sendo N'khaya o terceiro e Camal o quarto. Só depois de N'khaya é que os *Megama*-régulos do Chiúre passaram a ser poderosos, em particular Abdul Camal. N'khaya terá sido o primeiro chefe *Megama* a ser nomeado régulo no Chiúre pela administração da Companhia do Nyassa, por volta de 1919 ou 1924. Foi durante o reino do *Megama* N'khaya, diz a tradição, que a sede do "*mwenado*" se transferiu por duas vezes; inicialmente estava em Kolokoloni, mas N'khaya decidiu, por razões não conhecidas, transferi-la para Minrase e, depois, quando foi nomeado régulo, para a região onde ainda se encontrava em 1980, no Chiúre-Velho.

Alguns anos depois da fixação no Chiúre, o ancião *Megama*, tio de Camal, morreu por volta de 1940, já com uma idade muito avançada. Os parentes uterinos do *Megama* defunto tinham-se reunido e decidido designar Abdul Camal para sucessor. E foi assim que ele foi nomeado *Megama* apesar das suas hesitações. Abdul terá declarado que tinha uma vida tranquila e que não sabia como dirigir a chefatura. Mas acabou por aceitar! Preparava deste modo a sua ascensão ao regulado.

A cerimónia da investidura de Camal para o cargo de *Mwene Mulupale* da linhagem *Megama* foi patrocinada pelos grandes *Mamwene* Mugabu, Matiko, Nankosso, Mweri, Kigire e Mwaliya, todos do clã *Ekoni* ao qual pertencia Camal. As cerimónias foram realizadas num local de fronteira do *mwenado* dos *Megama* com o território dos Mugabu, embora haja quem considere que elas tiveram lugar na residência do Mugabu reinante, grande *Mwene Mwekoni* de Ancuabe. Seja como for, elas realizaram-se sob patrocínio deste chefe, pois que, segundo a tradição, competia aos Mugabu "escolher" os sucessores dos *Megama*, da mesma maneira que, para a sucessão de um chefe *Matiko*, a decisão era ditada por um *Suhulu*; para a sucessão de um *Mwaliya*, a decisão era de um *Matiko*; para a sucessão de um *Mugabu*, a decisão era de um *Suhulu*. *Mugabu* era, deste modo, o tio sénior dos *Megama*.

Anos mais tarde, entre 1943 e 1945, Camal foi conduzido à residência de Mugabu em Ancuabe e submetido ao ritual *Mukelampa*¹⁰ perante outros chefes *Ekoni*, como Matiko, Mwaliya, etc. Alguns informantes meus, afirmaram que depois da cerimônia de *Mukelampa* (ou *Mukalampa*), Abdul Camal fez uma visita a Balama, Namuno e Montepuez, a fim de ser apresentado aos parentes da sua linhagem, isto é, do seu *N'locko*.

A investidura para régulo realizou-se na capital do regulado, próximo da povoação do Chiúre-Velho, sede administrativa do Posto colonial.

Aquando das investiduras para as funções de *Mwene* e de régulo, Camal já era casado. Nenhum homem podia ser promovido a *Mwene* sem ser casado e ter filhos. Para além da mulher principal, tinha na altura mais três esposas e vários filhos: a mãe de Anthumane (ou Athumane), a mãe de Omar, a mãe de Yussufo e a mãe de Arune.

Tradicionalmente, o sucessor de um *Mwene* e de um régulo herdava as esposas dos falecidos. Mas no caso de Camal isso não sucedeu. Ele não herdou nenhuma das mulheres do seu tio *N'khaya*. Tratou-se de um caso nunca visto na sociedade Macua-Mêto aquando da investidura de um chefe.

Porque razão decidiu Abdul Camal ir contra o costume? A religião muçulmana, a que pertencia, tolerava esta prática. Opondo-se às regras costumeiras da sucessão, Camal rompeu com os antigos preceitos para reforçar o seu *status* de régulo dos tempos modernos em detrimento das suas funções de *Mwene* da linhagem. Esta atitude terá feito dele o “grande” régulo dos régulos coloniais de Cabo Delgado. Não aceitou, pois, ficar com as esposas do *Megama* falecido; todas elas readquiriram a sua liberdade e puderam voltar a casar. Ignora-se a reação dos dignatários *Ekoni* à sua recusa de herdar as mulheres de *N'khaya*. Mas desde então as relações entre o *Megama*-régulo e os mais proeminentes chefes *Ekoni* de Namuno, Balama e Montepuez foram-se deteriorando.

Depois de ter sido nomeado régulo pelos portugueses, Camal foi contraindo matrimónio com inúmeras esposas. Cada linhagem, cada segmento de linhagem de todos os clãs existentes no território (*Mutthetthe*) do regulado e mesmo fora dele, queriam ver mulheres suas casadas com o *Megama*-régulo. Chamava-se a esta prática *N'thatto* (plural: *Mathatto*), quando um chefe linhageiro ou de uma chefatura sucedia ao parente defunto. Os tios maternos das linhagens ofereciam noivas ao *Mwene* segundo o costume, em virtude de ele ter ascendido à chefia da sua linhagem e do território. Neste caso Camal reverteu a tradição, sobretudo em favor da sua ascensão ao regulado.

À administração colonial, o *Mpêwe* Camal declarava, contudo, que não era sua intenção aceitar todas essas raparigas em casamento. Mesmo assim, são-lhe conhecidas inúmeras esposas. Cada uma tinha a sua própria casa, mas todas viviam no *Ohano* do *Megama*, que era um verdadeiro *harém* onde homem algum podia entrar sob pena de severos castigos e multas. No início dos anos 50 já tinha muitos filhos, dos quais indicou à Administração Colonial 29, 13 homens e 16 raparigas, numa relação com vista à abertura de uma *Escola de Preparação de Autoridades Gentílicas*. De cada um dos casamentos *mathatto*, o *Megama* teve em média poucos filhos, mas ao todo foram cerca de sessenta, tendo morrido muitos deles. Teve, por conseguinte, muitas mulheres; mas como o número de linhagens dadoras de esposas era reduzido, Camal teve várias co-esposas provenientes da mesma linhagem uterina. Depois da sua promoção ao cargo de *Mwene* dos *Megama*, Camal manteve algum tempo a seu lado na governação a *Pwiamwene* do tio falecido e que vivia em Manrasi. Todavia, quando ela faleceu, sucedeu-lhe uma sobrinha que não teve um papel relevante junto do régulo.

10 Termo equivalente a *othapeliya* (ser aclamado) ou *ovariya-iyipa* (ser agarrado), que significa ritual de intronização de um *mwene* ou de um *humu*. O ritual é marcado por quatro momentos distintos: a escolha do futuro chefe, a marginalização e iniciação do escolhido, a consagração, as cerimônias de apresentação (Brito João, 1989: 105-106).

Na altura da sua entronização como régulo, Camal já possuía alguns rudimentos do português falado e escrito, o que era raro na época entre os régulos do sul de Cabo Delgado. Através dos relatórios dos chefes do Posto do Chiúre e dos Administradores de Mecúfi, consegue-se datar a evolução do domínio da língua do colonizador. Para o fim do seu reinado, assinava do próprio punho os documentos administrativos, embora nunca chegasse a escrever correctamente o idioma de Camões. Em contrapartida, falava bem o kiswahili e escrevia em caracteres árabes qualquer das línguas que falava.

Diz a lenda que N'khaya, sentindo-se velho, terá pedido ao sobrinho que sáisse de Mecúfi e fosse para junto dos brancos (*Akunya*) do Ibo, a fim de aprender a falar e escrever a língua deles (*Osutta orukunusha n'lumi* = aprender a tornear a língua), para mais tarde lhe poder suceder. Mas Camal já conhecia na altura alguma coisa do idioma português, que as suas viagens e trabalho junto dos colonos tinham favorecido. O que a lenda ilustra de algum modo é a preocupação e necessidade dos dignitários africanos da época no uso da língua portuguesa com vista a um melhor relacionamento com a administração colonial, o que, aliás, ia ao encontro das disposições administrativas. Os seus contactos permanentes com os brancos e a possibilidade de dialogar com eles na sua língua devem ter pesado muito na nomeação de Camal para régulo, não apenas por parte dos dignitários macua como também da administração colonial. Esta hipótese é aceitável na medida em que, nessa época, a administração portuguesa tentava substituir os antigos chefes, considerados incapazes, por responsáveis com um mínimo de instrução.

Abdul Camal foi adquirindo ao longo da sua governação um grande prestígio junto da população do Chiúre e do sul de Cabo Delgado. Mas também inspirava neste mesmo povo um grande temor. O *Megama* mandava aplicar castigos severos aos seus súbditos, mesmo aos aristocratas *Ekoni* e aos *Mahumu* de qualquer linhagem.

Os próprios colonos e administradores tinham-lhe consideração, mas também rancor por se ter tornado os “ouvidos” do poder central. O régulo passou a constituir para o poder colonial o tipo ideal de autoridade indígena: antigo empregado doméstico dos brancos, falante de português e, ao mesmo tempo, chefe tradicional.

A administração passou a elogiar o *Megama* pela maneira como desempenhava sempre as ordens recebidas e pelo apoio que procurava dar às autoridades portuguesas. O régulo possuía bens materiais consideráveis e vivia como qualquer europeu. Ele procurava que os filhos fossem educados e aprendessem a língua portuguesa. Recebia com muita deferência as visitas de administradores e inspetores, aos quais agradecia sempre com atenção respeitosa e pedia que transmitissem ao Governador-Geral o seu reconhecimento e o de toda a população pela afeição e atenção que lhe dispensavam; ele continuaria a executar todas as decisões das autoridades portuguesas e trabalharia para melhorar as condições de vida do povo da sua jurisdição.

Os testemunhos orais confirmam que Abdul Camal foi um régulo fiel da administração colonial. Foi um dos melhores assessores dos tribunais indígenas. Utilizava a sua própria residência para resolver os litígios e punir “preguiçosos”, alcoólicos e os que faltavam ao respeito às mulheres casadas.

Tanto o povo como os colonos consideravam que Camal era o mais importante régulo de Cabo Delgado, por isso era conhecido pelo cognome de “Governador”. Mas se o povo tinha este sentimento, os notáveis do clã *Ekoni* em Ancuabe, Montepuez, Namuno e Balama e outros *Ampêwe* do sul de Cabo Delgado não partilhavam da mesma opinião. Para a maioria dos *Ekoni*, o *Matiko* de Balama continuava a ser o seu chefe grande, o *Mpêwe Mulupale* de todos os *Mamwene Ekoni*. Por volta de 1946-47 os dignatários do clã *Ekoni* convocaram a Balama o *Megama* para ser repreendido pelos desmandos que fazia e que punham em causa o poder e o prestígio dos *Ekoni*. Claro que Camal não se apresentou à

reunião do conselho *Mwekoni*. Mais ainda: fortalecido pelas suas relações privilegiadas com a administração portuguesa, contra-atacou, procurando, com algum êxito, mostrar ao Governador do Distrito de Cabo Delgado e por seu intermédio ao poder central, que era o chefe tradicional *Mwekoni* mais importante e que os *Megama* do Chiúre sempre foram os chefes dos Mêtos. Desta “prova” resultou o famoso texto *Descrição da origem dos ‘mêtos’ e fundação do regulado “Mecama”¹¹*, que a administração publicou e fez circular. Neste documento, que reproduzirei com notas noutra ocasião, Camal diz o seguinte:

«Mal chegaram os portugueses a estas terras mandaram chamar o régulo grande do distrito. Quando o Mecama (sic!) ouviu o dito recado do seu chamamento, deixou-se entregue a profundos pensamentos. No final de tudo teve a conclusão de que não era necessário ir pessoalmente, mas sim, bastaria mandar um seu régulo pequeno para ir declarar em seu nome que havia um régulo grande e temido pela sua bravura e heroicidade. E como antigamente os grandes homens nunca iam logo quando chamados por alguém, seja por quem for, para evitarem certos perigos e também para escapar a prisões que pudessem acontecer, foi por isso mesmo que o Mecama em vez de ir pessoalmente a Porto Amélia mandou o seu sobrinho Magabo (sic!). Nessa ocasião era encarregado de Porto Amélia um senhor Romero, governador em tempo da Companhia do Niassa e Cabo Delgado. Quando o Mugabo foi introduzido no gabinete do senhor governador Romero, nas suas interrogações o Mugabo respondeu que o maior régulo do distrito era ele, sendo então reconhecido como o grande régulo do distrito, e mandaram publicar no Boletim Oficial, concedendo-lhe uma pensão mensal, ignorada de quanto, que recebeu cerca de alguns anos. A declaração do engano foi feita nos anos de 1920 (sic!) pelo actual régulo dos Mêtos em virtude de lhe constar que se encontrava publicado há já muitos anos que o régulo dos Mêtos era o Mugabo. Pois convidou o dito Mugabu desta época e foram juntos a Porto Amélia para declararem pessoalmente e cara a cara a verdade e rectificarem o engano que se achava registado há anos. Apresentados ao governador daquele ano daquele ano e interrogados, o dito Mugabo, na presença do outro, disse que na verdade o régulo maior dos Mêtos é o Mecama, desde o princípio da fundação do seu regulado até aqui, visto que o Mugabo é régulo pequeno e sobrinho do Mecama. Desde então que ficou sendo o maior régulo dos Mêtos, continuando com aquele respeito até à data».

É um texto exemplar que, pontuando marcos históricos importantes dos Mêtos em geral, e dos *Megama* em particular, oculta e baralha a realidade em favor do autor. Pelo que já escrevi noutros textos, em meados do século XIX, o epicentro dos Mêtos era Balama-Namuno, onde pontificavam os grandes *mamwene* Matiko e Mwaliya. O Chiúre ainda não tinha sido conquistado pelos *Ekoni*, e Mugabo era um *mwene mwekoni* em Ancuabe, na rota do litoral, subordinado àqueles. Os portugueses tentaram vários contactos e alianças com o Mwaliya, Matiko de Balama e Namuno, e Mwero de Montepuez. E conseguiram-no algumas vezes, mas sempre com relações muito instáveis. Um dos Mwaliya, ou seu mandatário, como de facto era costume, chegou a ir ao Ibo, e Mugabo também, mas não a Porto Amélia como diz Camal, pois na altura a povoação ainda não existia. Mas nos anos 20 do século XX, nos quais Camal ainda era jovem, a região de maior prestígio *Ekoni* passou a ser Ancuabe. A região do Chiúre, como referi, e pela ajuda prestada aos portugueses pelo

11 O documento é datado do Chiúre de 1946, e tem 12 páginas datilografadas. Circulava pela Administração e pelos Missionários. Existe cópia no AHM, Fundo DE Cabo Delgado, Cx. 8.

Megama reinante durante a Primeira Grande Guerra, passou a ter prestígio junto da administração e o seu chefe foi feito régulo. Só que do ponto de vista da hierarquia clânica, tanto Mugabo como *Megama* continuavam subordinados ao Matiko e Mwaliya; e o próprio *Megama* ao Mugabo, como referi. Foi para inverter esta subordinação, pelo menos junto dos portugueses, que Camal produziu o documento do “engano”.

O *Megama* Camal viajava com frequência, quer dentro do seu “mwenado” quer fora dele. Sempre que saía do regulado pedia a necessária autorização ao chefe do Posto Administrativo. Fazia, aliás, gala nisso, com toda a pompa burocrática, e há documentos que nenhum outro régulo do Chiúre terá elaborado. Em 18 de Novembro de 47, pediu autorização no Posto de Chiúre para se deslocar a Nacala e à Ilha de Moçambique. A 15 de Novembro de 1958, deslocou-se a Mecúfi, devidamente autorizado pelo Chefe do Posto do Chiúre, Eurico Anselmo Paixão, com o objectivo de solicitar ao Administrador da Circunscrição a necessária guia para se deslocar ao Distrito de Quelimane, e para a qual lhe foi passada a nota n.º 109/58, em 15.11.5959. Em 1963, o Estado colonial autorizou e pagou-lhe a Peregrinação a Meca, no 2.º mês após o Ramadão. Na viagem de regresso, passou por Dar-Ês-Salam e Zanzibar, onde terá tido contactos com moçambicanos, o que depois lhe causou problemas com a polícia política portuguesa.

Quando pretendia sair da povoação para visitar o seu território, alguns dias antes mandava recados pelos seus *Mbiliza* aos chefes das aldeias por onde queria passar. O régulo era transportado numa machila. Os chefes das povoações por onde ele passava eram obrigados a ter refeições preparadas e homens para o transportar dentro dos limites do território da aldeia. Chegado a uma povoação, o *Megama* era instalado na melhor casa do chefe local. Quando chegava à residência de uma pessoa, esta era obrigada a oferecer-lhe uma cadeira para se sentar e sentava-se ela no chão, havendo mesmo outras cadeiras. A “rainha” e os *Mahumu* também tinham direito a este tratamento. Quando o *Mwene* viajava com a sua *Pwiamwene* e o seu ou seus *Mahumu*, o hospedeiro oferecia uma pequena cama ao *Megama*, uma esteira à “rainha” e um pequeno banco ao *Humu*. Sempre que saía de casa era transportado. Se, durante a sua estadia morria alguém na aldeia, o facto devia ser-lhe comunicado com o pagamento de dinheiro ou uma galinha. E ninguém poderia enterrar o defunto sem a sua autorização. Abdul Camal percorria as suas terras periodicamente. Os homens que o transportavam iam cantando para anunciar a passagem do régulo. Os súbditos ofereciam-lhe galinhas, cabritos e muitas outras coisas. Quando regressava ao seu quintal, vinha satisfeito e com muitas riquezas.

Mas do final dos anos 50 em diante foram-se agravando os conflitos com os colonos, incluindo os missionários católicos, que de uma maneira mais efetiva e presencial passaram a actuar no sul de Cabo Delgado¹². O próprio poder administrativo já não precisava dele da mesma maneira. A cultura forçada do algodão e o trabalho forçado atenuavam-se por causa das pressões internacionais. Apesar de tudo isto, os portugueses vão ainda tentar usá-lo na luta anti-nacionalista. Mas o *Megama* já era um *kulak* rico criado pela colonização, e um “nacionalista” africano e muçulmano que os ventos da época empolgavam. Os conflitos com a administração e com a polícia política agravam-se.

Em 1964 foi obrigado a sair do Chiúre e viver vigiado em Porto Amélia, numa residência sua ou de um dos filhos no bairro do Pakitekete. Em 1965 foi preso. Em 1966 foi assassinado na fortaleza do Ibo, transformada em prisão.

12 A região que tem como eixo Balama, Namuno e Montepuez foi entregue aos Missionários Monfortinos, na sua maioria holandeses; mais adiante, já no Niassa, Máua, aos Missionários italianos da Consolata; e a região do Chiúre aos Missionários portugueses da Sociedade Missionária (Cucujães). Está por fazer a história do envolvimento destas Missões com o movimento nacionalista durante a Guerra de Libertação Nacional e, depois, com a RENAMO durante a Guerra Civil.

8. O *Megama* Abdul Camal e a hierarquia muçulmana

O *Megama* Abdul Camal foi a expressão mais acabada do prestígio readquirido do chefe africano no norte de Moçambique, do enriquecimento e da progressão do Islão na hierarquia clânica do sul de Cabo Delgado. Os três parâmetros estão intimamente relacionados. Abdul Camal assentou o seu poder na tradição, mas sedimentou-o e alargou a sua influência para além do regulado através do Islão, sobretudo quando os portugueses pretenderam, desde os anos quarenta, trazer para o seu campo os dignitários muçulmanos africanos. E foi porque Camal era *mwekoni*, régulo, muçulmano e cooperador, que a Administração Colonial lhe proporcionou uma peregrinação a Meca em 1963. Camal regressou aureolado da sua nova condição de “Peregrino” e tocado pelos ventos nacionalistas que então sopravam.

Ilustração 02 - Camal com o traje de Peregrino



Fonte: Fotografia do autor existente na casa de um filho seu, em Pemba. Agosto 1982.

Um dos fatores que terá influenciado a ascensão de Camal à chefia do regulado foi a influência da comunidade muçulmana do Chiúre, incluindo dos muçulmanos asiáticos.

O facto de ser nomeado um régulo muçulmano com o *status* de *Imanu* era de algum modo para os crentes islâmicos da região a conquista de uma legitimidade para o exercício da religião e a existência de uma mediação possível com o poder colonial.

Camal mantinha estreitas relações com o *Xêhé* Saíde Abehassane da Confraria Qadiriya

Sadate e com os régulos muçulmanos Nakoha (Assumane Aburramane) e Suluho, parentes daquele Xêhê e todos do Concelho da Ilha de Moçambique.

Por volta dos anos cinquenta, o *Xêhê* da Confraria Qadiriya em funções acedeu ao pedido do régulo Camal para fazer do seu familiar Saïde Abehassane o chefe espiritual dos muçulmanos do Mêto.

Camal fez educar uma parte dos seus filhos na região islâmica. Foi o caso de Atumane (ou Antumane), que estudou em Unguja (Zanzibar); de Issa, que estudou em Mocímboa da Praia, e de Issufo, que acabou por ser Xêhê na mesquita do Chiúre-Velho.

9. Relações com o(s) movimento(s) nacionalista(s)

Ainda não se conhecem dados convincentes sobre as relações do(s) movimento(s) nacionalista(s) do final dos anos cinquenta e início dos anos sessenta¹³ com os dignitários do sul de Cabo Delgado. As recolhas que efetuei no terreno referem-se propriamente ao período do início da Luta Armada e ao início dos anos oitenta. Dessas pesquisas pude concluir que houve uma certa mobilização para a Luta de Libertação Nacional junto de certos régulos, chefes de linhagem e de antigas chefaturas. Mas não sabemos se a Frente Nacional de Libertação constituída em 1962 (ou de outros movimentos) tentou captar as simpatias da hierarquia muçulmana desta região. Por isso, o estudo do caso particular de Abdul Camal e de outros chefes africanos muçulmanos é muito interessante e servirá para tentar compreender esse relacionamento, se é que existiu efetivamente.

Se as causas da repressão que se abateu sobre a maioria dos chefes do sul de Cabo Delgado nos anos de 1963, 1964, 1965 e 1966 foram uma feroz perseguição política do colonizador, não deixaram de ter uma conotação de perseguição religiosa. Tratando-se de uma situação insurrecional em Cabo Delgado, todos aqueles que tinham ou podiam ter uma forte influência sobre as populações passaram a ser suspeitos de conspirar contra o Estado Colonial. Por isso, se rede clandestina havia, ela foi desmantelada e, sobretudo, criado um clima de suspeição, de pânico e de temor. Este clima foi aproveitado pelos portugueses para atualizarem os seus conhecimentos sobre a malha islâmica e sobre os personagens clânicos mais influentes, a fim de exercer a devida vigilância e de impedir a adesão ao movimento independentista.

10. Prisão e assassinato de Abdul Camal

Abdul Camal não foi preso no Chiúre. Foi obrigado a sair do seu regulado em 1964. Cerca de um ou dois meses viveu com residência vigiada na casa que possuía no Bairro do Pakitekete, em Porto Amélia (Pemba). Era incomodado com frequência pela PIDE. Finalmente, em 1965 foi enviado para a fortaleza da Ilha do Ibo, onde faleceu em 1966. A morte do *Megama* na fortaleza, transformada em prisão, tem vindo a ser motivo de especulações e controvérsias.

Uma das versões que recolhi diz o seguinte: durante os interrogatórios da PIDE, o régulo do Chiúre estimava que os polícias não tinham autoridade para o prender nem para o julgar. *Megama* queria saber porque estava na prisão. E dizia-lhes: «se durante toda a minha vida estive do vosso lado e vocês do meu lado, agora pretendeis que esteja a conspirar contra os portugueses! Porquê? Se tudo o que tenho devo aos portugueses!».

No início da sua detenção no Ibo, *Megama* foi metido isolado numa célula. Mas depois aca-

13 Uso o plural para referir os três movimentos anteriores à FreLiMo, mas também os movimentos nacionalistas no Tanganica, Zanzibar e Comores que eram conhecidos em Cabo Delgado.

baram por meter nela mais dois detidos. Foram os prisioneiros que o mataram. Um dos que presenciou diretamente no assassinato vive perto de Macomia (Medeiros, 1986: 27). Nessa época, *Megama* estava doente e enfraquecido. Sofria de asma. Por isso, foi fácil assassiná-lo.

Segundo Rafael da Conceição, o régulo foi enterrado perto da Fortaleza. Mas não se tratou de um verdadeiro enterro. A cova era pequena e pouco profunda. Meteram-lhe por cima uma chapa de zinco e pedras, para que os cães o não desenterrassem (Conceição, 1993: 253-254).

11. Breves notas finais

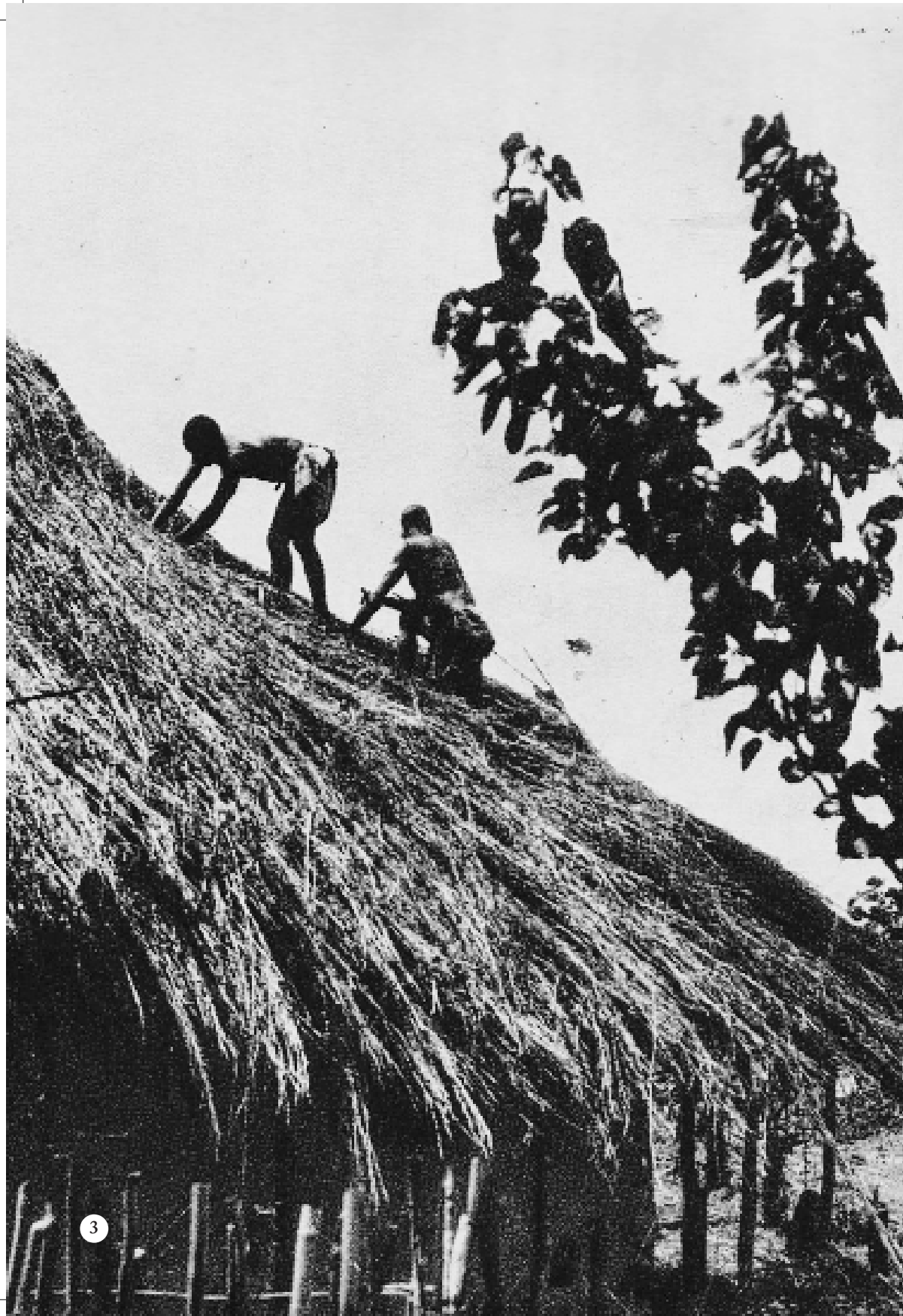
Procurei contextualizar a expansão do Islão no sul de Cabo Delgado durante o período tarde-colonial. Os aldeamentos dos últimos anos da administração portuguesa e as aldeias comunais que se seguiram à Independência - sendo estas últimas alguns casos a reconversão de antigos aldeamentos - abalaram profundamente as estruturas políticas e produtivas linhageiras dos Mêto¹⁴. Todavia, não afectaram em profundidade a religião dos muçulmanos das confrarias. As convicções e práticas religiosas foram sim “molestadas” pela mobilização política dos jovens e pelo ensino que se procurou implementar até aos confins da savana. Resta dizer que em todas as comunidades afro-islâmicas que acabei de descrever, o *Islão das Confrarias* reestruturou em termos religiosos a rede política tradicional dos Mêtos. Não me detive sobre a questão da organização e das práticas religiosas nas Confrarias. Sobre este assunto há bastante literatura. Permitam-me que insista apenas no seguinte: nestas comunidades nortenhas a matrilinearidade venceu sempre no confronto com a patrilinearidade árabe-suahili. Quando parecia que o casamento com cativas daria origem a linhagens patrilineares sob a chefia do pai mais velho, foi o princípio da matrilinearidade que se impôs ao longo das gerações e que se reproduziu ideologicamente através dos ritos de iniciação dos rapazes e das raparigas que, para além do Islão, tinha no culto dos antepassados maternos africanos o vértice fulcral no convívio com Allah. A própria circuncisão à maneira semita continuou a ter a mesma simbologia e função que a falsa circuncisão praticada antes. E ao invés da excisão nos povos lá longe nas terras setentrionais, islamizados ou não, as mulheres deste norte moçambicano preferiram as manipulações genitais para o alongamento do clitóris e dos pequenos lábios e não a mutilação genital. De modo que, neste contexto da matrilinearidade com uma poderosa organização linhageira, as confrarias dominadas pelos homens numa estrutura transversal a várias linhagens e clãs impunha-se (justamente como entre os “infiéis” macondes e cheuas, as confrarias secretas do Mapiko e do Nhau). Neste sentido, o rigor da ortodoxia islâmica, a que alguns chamam fundamentalismo, veiculado pela corrente globalista do Wahhabismo¹⁵, só vencerá entre a população rural do Norte se a matrilinearidade for definitivamente irradiada. O que não será amanhã.

14 Com a formação dos Grupos Dinimizadores os regulados foram abolidos na prática logo após a Independência, mas só o foram formalmente em 1978 pelo Decreto n.º 6/78. Boletim da República, I Série, n.º 48, Abril de 1978.

15 Esta corrente, veiculando influência política saudita, procurou desde 1964 minar o Islão afro-islâmico das Confrarias.

Referências bibliográficas

- Alpers, Edward A. (1999a), East Central Africa. In: Nehemia Levtzion & Randall L. Pouwels (orgs.), *The History of Islam in Africa*. Ohio: Ohio University Press, Oxford: James Currey (Oxford), Cape Town; David Philip.
- (1999b), Islam in the Service of Colonialism? Portuguese Strategy during the Armed Liberation Struggle in Mozambique. In: Lusotopie, 1999, pp. 165-184.
- Amaral, Manuel Gama (1990), *O povo Yao*. Lisboa: IICT.
- Amaro Monteiro, Fernando (1993), O Islão, o poder e a guerra (Moçambique, 1964-1974). Porto: Universidade Portucalense.
- Branquinho, José Alberto Gomes de Melo (1969), Prospecção das forças tradicionais do distrito de Moçambique. Lourenço Marques: S.C.C.I.
- Brito João, Benedito (1989), Abdul Kamal (1892-1966) et l'histoire du Chiúre aux XIXe et XXe siècles. Étude sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise. Paris: EHESS.
- Conceição, Rafael da (1993), *Entre mer et terre*. Paris: Universidade de Paris VIII.
- Geffray, Christian (1984/5), Structure lignagère, économie domestique et développement rural dans le district du Eráti. Rapport n.º 1: Structures precoloniais; 1984. Rapport n.º 2: Identification des groupes sociaux et principaux status. Elements sur l'organisation territoriale de la paysannerie. Maputo, DAA/UEM. Mimeo.
- Gonçalves, José Júlio (1963), *O mundo árabo-swahili e o ultramar português*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Medeiros, Eduardo (1986), A chefatura dos Megama do Chiúre: contexto económico e político da sua formação. In: *Cadernos de História* (Maputo), n.º 4, Maio de 1986, pp. 21-27.
- Pélissier, René (1988), *La Naissance du Mozambique*. Résistance et révoltes anticoloniales (1854-1921). Orgeval: Edição Pélissier. Tomo I.
- Pinto Corrêa, Armando Eduardo (1940), Província do Niassa. Inspeção aos serviços administrativos e dos negócios indígenas. Lourenço Marques: AHM, Fundo da Administração Civil, caixa 76.
- Vilhena, Ernesto Jardim de (1905), «*A Companhia do Nyassa: Relatórios e memórias sobre os territórios*». Lisboa: Typographia da "A Editora".



A reorganização social nas aldeias comunais de Moçambique

Cardoso Armando*

PP. 33-41

Introdução

A independência de Moçambique, conquistada em 1975, marcou o início de uma nova etapa de reorganização nacional, caracterizada por profundas transformações sociais, económicas e políticas. O governo recém-instituído, liderado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), adoptou uma orientação ideológica voltada para a construção de um Estado de matriz socialista. Neste contexto, foram delineadas diversas políticas com o propósito de transformar as estruturas herdadas do colonialismo, entre as quais se destacam as iniciativas orientadas para o reordenamento do espaço rural.

Uma das estratégias centrais deste processo foi a criação das aldeias comunais, concebidas como unidades organizativas destinadas a concentrar a população camponesa, facilitar a prestação de serviços públicos e promover práticas de produção coletiva. A proposta visava, sobretudo, estabelecer uma nova racionalidade na utilização do território e fomentar a equidade no acesso a recursos e oportunidades no meio rural.

Inspirado em experiências africanas de coletivização, como o modelo tanzaniano do *Ujamaa*, o governo da FRELIMO procurou reconfigurar a ocupação territorial e a dinâmica productiva no campo, apostando na coletividade, na solidariedade e na planificação central como pilares de um novo modelo de desenvolvimento rural. Contudo, no entender de Armando (2024: 254), a implementação dessas aldeias enfrentou desafios significativos, revelando limitações práticas que comprometeram os objetivos inicialmente traçados. Em numerosos casos, as aldeias comunais foram implantadas de forma apressada, com escasso envolvimento das comunidades locais no processo de tomada de decisão. A centralização das orientações políticas conduziu a decisões desprovidas de diálogo com as realidades socio-culturais e económicas das populações camponesas. Em vez de promoverem uma reorganização participativa e emancipadora, essas aldeias transformaram-se, em várias regiões do país, em mecanismos coercivos de deslocação e reagrupamento populacional.

A carência de infraestruturas, a ausência dos serviços essenciais prometidos pelo Estado como escolas, postos de saúde e sistemas de irrigação, bem como a inadequação de muitos dos locais escolhidos para a implantação das aldeias comunais, intensificaram o descontentamento popular. Paralelamente, práticas tradicionais de utilização da terra, de autoridade comunitária e de cooperação foram ignoradas, gerando conflitos sociais e a desestruturação de vínculos comunitários profundamente enraizados. Este cenário evi-

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a2>

* Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador-Bahia (Brasil). Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos.

dência que os ideais de equidade social, embora fundamentais, depararam-se com obstáculos de natureza técnica, logística, política e cultural, que limitaram significativamente o alcance da política de aldeias comunais.

Neste sentido, o presente artigo propõe-se a analisar criticamente os processos de reorganização social associados às aldeias comunais, procurando investigar de que forma os ideais de equidade social foram concebidos e em que medida a sua concretização contribuiu, de facto, para a transformação social sonhada. Parte-se do pressuposto de que a equidade não pode ser imposta por decreto, mas antes construída com base no diálogo entre o Estado e as comunidades beneficiárias, respeitando-se as dinâmicas locais e os saberes tradicionais.

Conceção de Aldeias Comunais e o contexto histórico do seu surgimento

As aldeias comunais foram concebidas como uma iniciativa estatal destinada a reconfigurar a organização social e territorial das populações rurais em Moçambique no período pós-independência. Com base numa visão de desenvolvimento de matriz socialista, o Estado moçambicano propôs a centralização das comunidades camponesas em unidades habitacionais coletivas, articuladas em torno de princípios de cooperação, produção coletiva e acesso igualitário a serviços públicos essenciais, como saúde, educação e abastecimento de água. Segundo Araújo (1983: 370), incluem-se neste modelo todas as aldeias que se formaram nas zonas libertadas, bem como outras criadas após a independência, na sequência da organização dos camponeses em formas coletivas de produção, como as cooperativas coletivas.

Neste contexto, a proposta das aldeias comunais não se limitava à realocação física das populações; incorporava uma intenção mais ampla de transformação social. Pretendia-se ultrapassar as estruturas tradicionais, consideradas fragmentadas e vistas como entraves à modernização, ao mesmo tempo em que se procurava fomentar uma nova consciência cívica e produtiva, assente nos valores da solidariedade e do trabalho coletivo. Esta reorganização visava igualmente facilitar o planeamento centralizado das atividades económicas, melhorar a eficiência na gestão dos recursos naturais e promover o desenvolvimento equitativo das zonas rurais.

No contexto histórico do seu surgimento, as aldeias comunais foram inspiradas em modelos de coletivização rural, como o sistema de Ujamaa na Tanzânia, e tinham como objetivo central concentrar a população rural para facilitar o acesso a serviços básicos e promover a solidariedade comunitária (Araújo, 1983). Paralelamente, Castelo (2021) e Cossane (2023) assinalam a influência da política colonial de colonatos, implementada tanto em Angola como em Moçambique, como outro elemento relevante deste processo, uma forma de “engenharia social” concebida no final do século XIX, que visava a gestão das populações rurais e a contenção do êxodo para os centros urbanos. Acresce ainda a experiência acumulada durante o período da guerra de libertação nacional (1964–1974) com a criação de zonas libertadas, que também contribuiu para moldar as estratégias de reorganização territorial no pós-independência. Ainda sobre o surgimento das aldeias comunais, Cossane (2023: 33) afirma que:

A palavra de ordem para a criação das aldeias comunais foi proferida pelo Presidente Samora Machel, enquanto líder da FRELIMO, em Maio de 1975, aquando da abertura do primeiro Seminário Nacional da Agricultura, realizado no distrito de Marrupa, província do Niassa, no norte de Moçambique. Na ocasião, o Presidente Samora identificou duas realidades prementes que o regime

enfrentava: a fome e a nudez da população rural. Neste contexto, as aldeias comunais foram apresentadas como a coluna vertebral do desenvolvimento das forças produtivas no campo, constituindo-se como elemento estratégico para a superação da pobreza extrema e para a consolidação de um modelo de desenvolvimento rural assente na solidariedade, na produção coletiva e no planeamento centralizado.

Esta visão estratégica das aldeias comunais seria reiterada pelo Presidente Samora Machel em várias ocasiões. Segundo Gallo (2016: 25), a ideia foi novamente enfatizada na reunião de abertura da Escola do Partido, realizada na Matola, em 25 de outubro de 1975, onde o Presidente reforçou a sua conceção sobre a dispersão populacional, declarando: “As aldeias comunais são este instrumento político porque nos unem e organizam e assim habilitam-nos a exercer efetivamente o poder conquistado. Devemos saber que dispersos e desorganizados não podemos exercer o poder”. Esta linha de pensamento é igualmente expressa em documentos oficiais do período. Moçambique (1975: 9) destaca que:

Devemos estar conscientes das desvantagens de continuarmos a viver dispersos, separados por quilómetros e quilómetros de zonas desabitadas. O colonialismo, conhecedor desta realidade, utilizou-a e acentuou-a, de modo a agravar as condições de isolamento do campesinato moçambicano, a impedir a troca de experiências, a coordenação e a unidade entre os camponeses mais explorados. De facto, se as massas camponesas exploradas se organizarem para viverem em conjunto nas aldeias comunais poderão coordenar e conjugar os seus esforços, criando as bases sólidas para o desenvolvimento político, cultural, económico e social, em suma, para a melhoria global das suas condições de vida.

Estas afirmações evidenciam que as aldeias comunais, para além de uma medida técnico-administrativa, era também concebido como um instrumento de mobilização ideológica e de reconstrução da coesão social, visando contrariar os efeitos fragmentadores do sistema colonial. Com vista à materialização deste propósito, “foi criada, pelo Decreto Presidencial n.º 1/78, de 2 de Março, a Comissão Nacional das Aldeias Comunais, com a responsabilidade de dirigir e coordenar a ação dos órgãos do Aparelho de Estado, das instituições subordinadas e das empresas estatais relativamente à implementação das aldeias comunais” (Cossane, 2023: 34). O processo de criação destas aldeias compreendeu não apenas a identificação de novos espaços rurais para o reassentamento da população, mas também a transformação de aglomerados já existentes, ajustando-os às exigências do novo modelo de organização social e territorial promovido pela FRELIMO.

No entanto, Armando (2024), argumenta que apesar inspirada em modelos semelhantes implementados em outros contextos africanos, como o Ujamaa na Tanzânia, a experiência moçambicana foi moldada pelas suas especificidades históricas, geográficas e culturais. O projeto das aldeias comunais emergia, assim, como um experimento político-ideológico que procurava articular a justiça social com o controlo territorial, numa tentativa de estabelecer uma nova ordem socioespacial no campo moçambicano. Essas aldeias foram encaradas como uma forma de organização social que permitiria a implementação de políticas públicas de maneira mais eficiente e equitativa, procurando reduzir as desigualdades e promover a coesão social nas áreas rurais. Assim, as aldeias comunais tornaram-se um ponto central para a realização das ambições sociais e económicas do novo Estado.

Ideais de equidade social nas Aldeias Comunais

A proposta das aldeias comunais em Moçambique surgiu como uma estratégia do Estado para promover a equidade social no meio rural, visando reduzir as desigualdades históricas e contribuir para a construção de uma sociedade socialista. O modelo das aldeias comunais pretendia não só reorganizar o espaço rural, mas também instituir uma nova ordem social baseada nos princípios de justiça social, cooperação e trabalho coletivo. A centralização da população nas aldeias visava garantir o acesso mais equitativo a serviços essenciais (como saúde, educação e infraestruturas básicas), ao mesmo tempo em que fomentava uma maior coesão social entre as comunidades rurais, cujas condições de vida haviam sido historicamente negligenciadas pelo colonialismo.

A implementação dessas aldeias visava, entre outros objetivos, a redistribuição inter-regional da população rural, estabelecendo uma relação equilibrada com os recursos naturais e reorganizando as formas de assentamento humano rural. Além disso, procurava-se mitigar o êxodo rural, que sobrecarregava as cidades e vilas em busca de melhores condições, as quais o campo não conseguia oferecer (Armando, 2024: 248). Paralelamente, Araújo (1983: 370), afirma que a partir de 1978 inicia-se um processo de distribuição territorial mais planificado de forma a estabelecer-se um equilíbrio harmonioso entre a população e os recursos naturais disponíveis (terra, água e floresta), incluindo também os serviços e infraestruturas sociais básicos (estradas, centros de saúde, entre outros).

A centralização das comunidades nas aldeias comunais tinha como um dos principais objetivos facilitar a prestação de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e abastecimento de água, promovendo uma distribuição mais equitativa desses serviços. Além disso, a organização coletiva pretendia fortalecer a coesão social e a participação comunitária na gestão dos recursos comuns, criando um ambiente propício para a implementação de políticas públicas voltadas para a equidade social (Matine, 2021: 15).

Limitações práticas na implementação das aldeias comunais

Apesar dos ideais de equidade social que orientaram a criação das aldeias comunais em Moçambique, a implementação prática dessas unidades organizacionais enfrentou desafios significativos, que comprometeram a concretização dos seus objetivos. A discrepância entre a visão ideológica e a realidade operativa expôs fragilidades institucionais, lacunas no planeamento e uma insuficiente articulação entre o Estado e as comunidades locais.

Em causa estava a desconsideração das dinâmicas locais, uma vez que a imposição do modelo das aldeias comunais sem a devida atenção às especificidades socioculturais e económicas das comunidades resultou em resistência e numa fraca adesão por parte das populações. Em regiões onde as estruturas tradicionais de organização social mantinham forte enraizamento, como em Mueda, no norte de Moçambique, a tentativa de destruição do tecido social local em nome da modernização conduziu a uma rejeição significativa do modelo promovido pela FRELIMO. A ausência de diálogo com as comunidades e a imposição de um paradigma externo contribuíram para a ineficácia da política de aldeamento comunal (Mosca, 1999).

Outro fator prende-se com a centralização do processo decisório e a escassa participação comunitária. A concentração das decisões no processo de implementação das aldeias comunais limitou a participação ativa das comunidades locais, que se viram frequentemente excluídas das etapas de conceção e execução dos projetos. A ausência de mecanismos efetivos de participação resultou em soluções tecnocráticas, frequentemente desajustadas face às necessidades reais das populações. Esta desconexão gerou desconfiança e de-

sinteresse por parte dos camponeses, comprometendo seriamente a eficácia da política (Simione, 2020).

A política das aldeias comunais deparou-se ainda com graves limitações ao nível das infra-estruturas e da provisão de serviços básicos. Apesar dos objetivos nobres que orientaram a sua criação, a falta de planeamento adequado, aliada à escassez de recursos financeiros e humanos, dificultou a instalação das condições mínimas necessárias ao funcionamento dessas unidades. A ausência de infraestruturas básicas, como escolas, postos de saúde, sistemas de abastecimento de água e vias de acesso, traduziu-se em condições de vida precárias para os habitantes e num crescente sentimento de frustração face ao modelo proposto (Armando, 2024).

Paralelamente, a resistência das comunidades locais agravou-se à medida que as populações viam as suas tradições e formas de organização social serem ignoradas. O agrupamento compulsivo de famílias em espaços que pouco dialogavam com a sua vivência sociocultural tradicional contribuiu para o insucesso de muitas dessas aldeias, que passaram a ser percecionadas como instrumentos de imposição estatal e não como plataformas de desenvolvimento comunitário (Monjane, 2016).

Além disso, a centralização das decisões e a imposição de normas externas contribuíram para o enfraquecimento da autonomia das comunidades, gerando desconfiança e desinteresse na participação nos processos coletivos. Ao afastar as populações dos processos decisórios que afetavam diretamente as suas vidas, minou-se o envolvimento comunitário e enfraqueceu-se a legitimidade das intervenções. Estas limitações práticas evidenciam a complexidade de operacionalizar os ideais de equidade social em contextos rurais marcados por realidades socioculturais diversas, exigindo abordagens mais sensíveis, participativas e respeitadoras das especificidades locais.

Adicionalmente, o projeto das aldeias comunais enfrentou, na sua execução, conflitos e formas de violência cultural decorrentes da tentativa de imposição de novos valores e práticas sociais que entravam em choque com as tradições culturais locais. Em diversas regiões, a coletivização forçada e a supressão de práticas culturais tradicionais foram percecionadas como formas de violência simbólica, desencadeando resistência e conflitos internos no seio das comunidades (Sitoe, 2023: 198).

Este argumento é reforçado por Guambe (2019: 140), ao observar que, embora a eliminação das etnias, cuja própria existência era frequentemente condenada como “tribalismo”, pudesse não representar, por si só, um risco imediato para muitas comunidades, o agrupamento compulsivo em aldeias comunais ou cooperativas agrícolas, sem qualquer relação com a vida social tradicional, representou um desafio substancial. O autor descreve esta situação como marcada por uma “ambiguidade da concentração comunitária”, na qual a estratégia de consolidação do Estado-nação colidia com os fundamentos sociais das comunidades camponesas.

Por outro lado, a chegada da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o aumento das suas ações violentas alteraram o cenário político e social. Populações que, após a experiência nas zonas libertadas, haviam conquistado alguma autonomia em relação ao controlo direto do Estado, viram-se novamente empurradas para os braços da FRELIMO, que as havia anteriormente obrigado à concentração em aldeias comunais e cooperativas. Este paradoxo revela uma ambiguidade partidária, na qual o controlo centralizado coexistia com um discurso de libertação, gerando tensões e contradições profundas no processo de transformação social no meio rural.

Por fim, Bussotti (2020) destaca que a ausência de um planeamento integrado e sustentável comprometeu a viabilidade a longo prazo do modelo das aldeias comunais. A inexistência de estratégias claras para assegurar a autonomia económica e a sustentabilidade

ambiental das aldeias resultou numa forte dependência do Estado, impedindo as comunidades de responder de forma autónoma a desafios económicos e ecológicos, como a escassez de recursos naturais e a degradação ambiental. Esta fragilidade estrutural tornou o modelo vulnerável a crises e reforçou a perceção de ineficácia das políticas adotadas no meio rural.

Na mesma linha de pensamento, Araújo (1983: 376) afirma que:

Na fase inicial da implementação das aldeias comunais, um dos principais problemas verificados dizia respeito à sua localização geográfica. Essa localização resultava, muitas vezes, do acaso ou de alguns conhecimentos empíricos dos camponeses, sem que tivesse havido uma base científica a sustentá-la. O movimento de criação das aldeias comunais não foi precedido de estudos físico-geográficos e económico-geográficos que pudessem orientar a instalação das comunidades em zonas adequadas, tanto do ponto de vista económico, como do ponto de vista físico. A escassez de quadros técnicos qualificados para uma tarefa desta envergadura comprometeu a racionalidade do processo.

Como consequência, Araújo (1988: 370) entende que foram implantadas aldeias em locais contra-indicados, sem articulação com a rede viária nem com os centros urbanos, o que dificultava o acesso a mercados, bens e serviços. Outro problema identificado refere-se ao desequilíbrio entre a dimensão da população agrupada e a disponibilidade de recursos naturais nas imediações, nomeadamente terra arável, água e lenha, o que gerou situações de escassez significativa e impactos negativos na sustentabilidade das aldeias.

Análise crítica e implicações das aldeias comunais para políticas futuras

A experiência das aldeias comunais em Moçambique, embora orientada por princípios de justiça social e igualdade, revelou um descompasso significativo entre a intenção e a prática. No entender de Armando (2024), o projeto estatal visava desconstruir formas tradicionais de vida rural, tidas como arcaicas, substituindo-as por modelos organizativos centralizados, racionalizados e planeados sob uma ótica estatal. Contudo, essa lógica *top-down* negligenciou aspetos centrais da vida camponesa moçambicana, tais como a pluralidade das práticas produtivas, a diversidade cultural e a legitimidade das lideranças tradicionais. A falta de diálogo efetivo com as comunidades e a imposição de modelos exógenos resultaram em resistência e insatisfação, comprometendo os objetivos de equidade social e desenvolvimento rural sustentável inicialmente propostos pelo Estado.

Este pensamento ecoa em Guambe (2019: 134), que pontua que os centros de decisão estavam afastados dos locais de execução. As decisões já não eram fruto de discussões locais, mas provinham de orientações centrais não discutíveis. Neste contexto, a FRELIMO tornou-se um distribuidor de ordens, distante dos destinatários das políticas que elaborava. Os órgãos do “poder popular” estabelecidos nas aldeias comunais, que inicialmente se pretendiam como espaços de debate e participação, passaram a ser uma simples tradução das decisões concebidas a nível central, sem espaço para controvérsias ou ajustes locais. A análise crítica desse processo revela que políticas públicas de reorganização social, especialmente em contextos rurais e pós-coloniais, não podem ser bem-sucedidas se desconsiderarem o papel ativo das comunidades na sua formulação e execução. A tentativa de substituir estruturas sociais consolidadas por um novo modelo, sem negociação com os sujeitos envolvidos, resultou em mais rutura do que transformação. Como aponta Mos-

ca (1999), a ausência de mecanismos de participação efetiva e a condução autoritária do projeto estatal acabaram por enfraquecer o potencial transformador das aldeias comunais, que, em vez de promoverem a mudança desejada, contribuíram para um distanciamento das comunidades do Estado.

Ademais, a perspetiva de desenvolvimento adotada priorizou uma visão tecnocrática e homogênea do campo, sem reconhecer as desigualdades regionais, os modos de vida locais e as distintas estratégias de sobrevivência das populações rurais. Este tipo de abordagem, como argumenta Bussotti (2020), resulta na criação de políticas com baixa adesão social e alto índice de rejeição, especialmente quando associadas a práticas coercitivas de reassentamento e mobilização, característica de uma estrutura governativa paternalista e asfixiante, que moldou o tratamento a que as aldeias comunais foram sujeitas.

Nesse sentido, uma das principais lições da experiência moçambicana é a necessidade de adotar políticas públicas baseadas em diagnósticos participativos e territorialmente sensíveis. A equidade social não pode ser alcançada por meio de imposições centralizadas que ignoram as subjetividades, os saberes locais e os mecanismos tradicionais de coesão social. Como enfatiza Simione (2020), o envolvimento genuíno das comunidades na gestão pública aumenta as chances de eficácia das políticas e fortalece os laços entre o Estado e os cidadãos.

Outro ponto crítico a ser considerado é a importância da sustentabilidade institucional e económica das políticas de reorganização social. Sem recursos adequados, capacitação de quadros locais e acompanhamento técnico, projetos como o das aldeias comunais tendem a perder força ao longo do tempo. A falta de continuidade e de ajustes estruturais diante dos desafios enfrentados comprometeu a perenidade da iniciativa moçambicana, levando à sua retração na década de 1980.

A análise crítica do processo de reorganização social nas aldeias comunais de Moçambique revela a necessidade de uma abordagem mais sensível às especificidades locais e ao respeito pelas formas tradicionais de organização social. Políticas públicas voltadas para a equidade social devem considerar a participação ativa das comunidades na conceção e implementação de projetos, garantindo que as suas necessidades e valores sejam adequadamente contemplados (Monjane, 2016). No entanto, o governo da FRELIMO foi contra este princípio basilar, como escreve Dinerman (2007: 104) nos seguintes termos:

As violações de direitos humanos e os grandes erros políticos cometidos sob a sua alçada no período de 1975-1990, especialmente durante a experiência socialista, são questões que se destacam. Recordar-se, por exemplo, a estratégia de acumulação centrada no Estado, adotada pela FRELIMO, que causou graves prejuízos para a vida da maioria dos camponeses, que representavam uma parte significativa da população moçambicana. Da mesma forma, recordam-se grandes abusos e arbitrariedades, como o acantonamento compulsivo da população em aldeias durante a guerra, os “campos de reeducação” e outras formas de deslocação forçada de populações, para citar apenas alguns exemplos.

Além disso, é fundamental que haja um planeamento integrado que leve em consideração os aspetos económicos, sociais e culturais, evitando soluções simplistas que desconsidere a complexidade das realidades rurais. Somente assim será possível avançar na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, alinhada aos ideais inicialmente propostos. Portanto, as implicações para políticas futuras envolvem não apenas a revisão de métodos e objetivos, mas também a adoção de uma abordagem que privilegie o diálogo entre o Estado e as comunidades. Isso requer o fortalecimento de espaços participativos,

a valorização da diversidade cultural e a construção de instrumentos que respeitem as lógicas locais de organização e produção. A experiência das aldeias comunais, com todas as suas contradições, continua a oferecer importantes lições para a construção de uma política rural inclusiva, democrática e socialmente justa.

Considerações finais

A experiência das aldeias comunais em Moçambique oferece uma reflexão valiosa sobre as tentativas de implementar mudanças sociais profundas em um contexto rural e pós-colonial. Embora a intenção inicial fosse a promoção da equidade social, a prática revelou as dificuldades de aplicar modelos centralizados sem considerar as especificidades locais e a participação ativa das comunidades. A centralização das decisões e a imposição de um modelo único ignoraram as tradições e as formas de organização social próprias das comunidades, gerando resistência e, em muitos casos, um fracasso na implementação das políticas.

Apesar das limitações evidentes na execução do projeto, a experiência das aldeias comunais oferece lições cruciais para a formulação de políticas futuras. A necessidade de um planeamento integrado, que considere os aspetos económicos, sociais e culturais locais, é imperativa para garantir políticas públicas que realmente atendam às necessidades das populações rurais. Além disso, é fundamental adotar abordagens que privilegiam o diálogo constante entre o Estado e as comunidades, respeitando as suas lógicas locais de organização e produção.

Em última instância, o legado das aldeias comunais em Moçambique deve ser visto como um ponto de partida para a construção de uma política rural inclusiva, democrática e socialmente justa, onde a participação e a valorização das comunidades sejam elementos centrais no processo de transformação social. A experiência, com todas as suas contradições, ainda possui relevância nas discussões actuais sobre o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da equidade social em países com contextos semelhantes.

Referências bibliográficas

- Araújo, M. M. (1983), As Aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da População rural na República Popular de Moçambique. *Finisterra*, vol. 18, n.º 36, pp. 365-377. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis2105>.
- Araújo, M. G. M. de (1988), *Geografia dos povoamentos: Uma análise geográfica dos assentamentos humanos rurais e urbanos*. Livraria Universitária.
- Armando, C. (2024), A política de aldeias comunais como proposta de urbanização do meio rural no Moçambique socialista (1975-1986). *Outros Tempos: Pesquisa em Foco – História*, vol. 21, n.º 38, pp. 248-266. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18817/ot.v21i38.1117>.
- Bussotti, L. (2020), Políticas agrícolas e usurpação de terras em Moçambique independente: Resistências, movimentos sociais, papel do Estado. *Cadernos de Estudos Africanos*, vol. 49, pp. 37-62. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.5243>.

- Castelo, C. (2021), Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: Processos e impactos sociais em tempos de guerra (1964-1974). *Tempo*, vol. 27, n.º 3, pp. 478-500. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/tem-1980-542X2021V2701>.
- Cossane, M. M. (2023), Reassentamentos e assentamentos populacionais resultantes dos colonatos e das aldeias comunais em Moçambique. In *História: Memórias do passado e o impacto na cultura e sociedade*, pp. 25-38. Atena Editora. [Em linha]. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/download-post/75916>.
- Dinerman, A. (2007), Moçambique depois do socialismo: A independência revisitada. *Relações Internacionais*, vol. 15, pp. 101-124. [Em linha]. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri15/Ri15_10ADinerman.pdf.
- Gallo, F. B. G. (2016), Para poderes viver como gente: Reflexões sobre o persistente combate ao modelo de vida disperso em Moçambique. *Revista Cantareira*, vol. 25, [Dossiê Áfricas], pp. 16-29. [Em linha]. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27921/16315>.
- Guambe, E. (2019), O autoritarismo modernizador do Estado: De uma administração excludente ao desejo de inclusão da municipalidade. In *Renegociar a centralidade do Estado em Moçambique*, pp. 115-150. Africae. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.africae.3612>.
- Matine, M. H. (2021), *A questão das aldeias comunais em Moçambique: a integração das famílias camponesas na Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990)*. (Tese de doutorado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Moçambique. Comissão Nacional das Aldeias Comunais. (1975, 25 de outubro), Discurso de Samora Machel na abertura da Escola do Partido, VIII Seção do Comité Central. Arquivo Histórico de Moçambique, Maputo. Cx 166.
- Monjane, B. (2016), Reagrupar para controlar? Uma análise crítica das políticas estatais de organização coerciva das populações rurais em Moçambique. *Revista Educação e Políticas em Debate*, vol. 5, n.º 1, pp. 84-94. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/REPOD-v5n1a2016-44573>.
- Mosca, J. (1999), *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Instituto Piaget.
- Simione, A. A. (2020), As iniciativas da gestão participativa em Moçambique: Lições e limites do envolvimento do público nas decisões municipais. *Revista Gestão e Organizações*, vol. 5, n.º 3, pp. 67-94. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.18265/2526-2289>.
- Sitoe, I. C. (2023), *Aldeia Comunal Ravene: coletivização, transformações sociais e violência cultural em Moçambique, 1976-1992* (Tese de doutoramento). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



O contexto das crises recentes: as duas últimas décadas





Vozes de Afungi: “deixar nossa terra, antepassados, zonas de pesca, árvores e locais sagrados, mas sem reassentamento não há desenvolvimento?”

Jafar Silvestre Jafar*

pp. 45-67

Introdução

De 2006 a 2009, o mundo foi sacudido por três crises. Uma dessas crises foi a dos combustíveis. Em resposta à mesma, muitas multinacionais investiram os seus capitais em grandes projetos extrativistas no Sul Global, sobretudo, no setor energético. De forma geral, os efeitos desses investimentos foram perniciosos a nível das comunidades locais, devido à usurpação de vastas extensões de terras e a consequente quebra da soberania alimentar, sobretudo na África subsaariana. Este facto levou a que muitos autores dissessem, por exemplo, que era o regresso de projetos coloniais (UNAC e GRAIN, 2015: 1); “manufatura da fome e da pobreza” (Biggs, 2016: 1); “investimento irresponsável” (Fraser, 2015: 1); “derrube da segurança alimentar” (Mulenga, 2012: 1); “promoção do subdesenvolvimento” (Attah, 2013: 1); “novo colonialismo” (Liberti, 2011: 1; Broughton, 2013: 25-29).

Obviamente, esses autores não criticaram o investimento em si, mas os impactos económicos e sociais resultantes da implantação dos projetos a nível local como, por exemplo, os deslocamentos forçados, a perda de terra e de outros recursos vitais, a diminuição dos meios de subsistência e, consequentemente, a deterioração das condições económicas e sociais, e até a profanação do património cultural das comunidades afetadas.

Diante disto, o Banco Mundial [BM] (2001) descreve os deslocamentos involuntários como um fenómeno destruidor e enfraquecedor das relações culturais, económicas e sociais das comunidades locais, dado que estas “perdem seus recursos vitais como terras, florestas, pastagens, fontes de água, por um lado; perdem locais sagrados, laços comunitários e relações sociais de produção e a capacidade de manutenção dos seus meios de subsistência, por outro lado”. Assim, as comunidades afetadas pelos grandes projetos extrativistas tornam-se mais pobres e vulneráveis, facto que contrasta com o discurso oficial

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a3>

* **Universidade Rovuma**, docente e pesquisador; **CEAUP**, pesquisador. Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania Global e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação.

segundo o qual os projetos extrativistas promovem o desenvolvimento das comunidades locais. Na verdade, como diz (Hosken, s/d: 1), os grandes investimentos extrativistas não visam promover o desenvolvimento local nos países pobres, mas estão orientados para a obtenção de lucros através da exploração de matérias-primas; uso da mão-de-obra barata; aproveitamento dos baixos custos de energia, isenções fiscais e a fragilidade institucional sobre questões ambientais e laborais.

Mas, a economia política de muitos países africanos, enquanto dependentes e recetores dos capitais de investimento externos, reveste-se de um discurso segundo o qual os investimentos de capitais estrangeiros são importantes porque “geram divisas em moeda estrangeira, promovem a transferência de tecnologia, criam postos de emprego, reduzem a insegurança alimentar e a pobreza” (Brouthgton, 2013: 28), facto que não é observável no continente africano como um todo, exceto, eventualmente, casos muito isolados.

Historicamente, Moçambique não esteve (e não está) à margem dessa dinâmica. Na sequência da implantação de grandes projetos extrativistas, quer no período colonial assim como no pós-colonial, com particular destaque ao período pós-guerra civil, grandes projetos forçam o deslocamento das comunidades, obrigando ao abandono das suas terras, pastagens, florestas e até zonas piscatórias. Além disso, usam a mão-de-obra barata para obter a *mais-valia*. Estes processos, de certo modo, configuram a reprodução das práticas coloniais pelo facto de não acrescentarem valor à vida das comunidades locais, o que Nkrumah (1965: 11) chama de “exploração de recursos sem recompensa”.

Nos dias de hoje, e de forma geral, estudos empíricos relativos ao contexto extrativista moçambicano revelam que “os grandes projetos não criam empregos suficientes, não contribuem significativamente para os cofres do Estado devido aos incentivos, não criam pontes de ligação com os sistemas locais de produção e não contribuem para o combate a pobreza” (Castel-Branco, 2002: 2).

Com vista a contribuir neste debate, este trabalho analisou os impactos do projeto de Gás Natural Liquefeito (GNL) liderado pela Anadarko Moçambique, Área 1 (AMA1), na Bacia do Rovuma (até setembro de 2019), sobre as comunidades de Afungi, distrito de Palma. De forma específica, o estudo desenvolveu-se nas três maiores (e as mais afetadas) comunidades da península de Afungi, nomeadamente: Maganja, Quitupo e Senga.

Neste trabalho, apresenta-se parte dos resultados do trabalho de tese de doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania feito na Universidade de Coimbra, com o título “Impacto da Globalização Económica Contemporânea em Monapo e Palma, Moçambique”. Este foi um estudo qualitativo e multidisciplinar que analisou o impacto ambiental, cultural, social e económico do projeto GNL de Palma sobre as comunidades de Afungi, dentro do contexto da globalização neoliberal e do capitalismo extrativista vigentes. A pesquisa baseou-se em três dimensões: revisão de literatura, estudo documental e trabalho de campo. O estudo documental consistiu, essencialmente, na análise das atas de reuniões de consultas públicas, relatórios, planos e legislação, enquanto o trabalho de campo se desenvolveu com recurso a entrevistas semiestruturadas (individuais e grupais) e a observação.

As entrevistas individuais foram desenvolvidas com os líderes locais e representantes das empresas, enquanto as grupais com os membros das comunidades afetadas, incluindo líderes e chefes dos Comitês Comunitários de Reassentamento (CCR). Por sua vez, a observação direta incidiu sobre as características físicas das aldeias, incluindo zonas agrícolas e de pesca, trabalhadores locais nos seus postos e reuniões dos CCR.

Tendo como foco o capitalismo extrativista, que é movido pela globalização económica contemporânea, o trabalho resultou da combinação do método estudo de caso alargado (ECA) e história local (HL). O ECA buscou as ligações no horizonte global/local, enquan-

to a HL captou a memória coletiva das comunidades sobre a evolução do passado ao presente. Assim, a fusão destes métodos permitiu construir uma abordagem holística e, ao mesmo tempo, inserir Afungi nas dinâmicas do capitalismo extrativista tendo em atenção dois prismas de análise: passado/presente e local/global.

Praticamente, este trabalho analisou as ações relativas aos processos de implantação do projeto e de reassentamento em Afungi, ouvindo as narrativas locais sobre capitalismo colonial; analisou também atas das reuniões de consultas públicas realizadas pela AMAI sob os auspícios do Governo local, no âmbito do projeto GNL. A análise foi extensiva ao processo de reassentamento das comunidades afetadas, confrontando o regulador oficial (Decreto n.º 31/2012 de 8 de agosto) com as ações desenvolvidas no terreno. Outras variáveis de análise foram (i) estudo do impacto ambiental; (ii) plano de reassentamento, incluindo os pacotes de compensação e os planos de reposição de meios de subsistência agrícola e pesqueiros; (iii) papel das organizações da sociedade civil no processo de reassentamento; e, por fim, (iv) impacto do projeto do ponto de vista cultural, económico e social ao nível local.

1. Capitalismo extrativista: contexto, panorama e impactos

O conceito extrativismo é amplo, pois “não se limita apenas à extração de minérios, gás e petróleo; mas também inclui à agricultura, silvicultura e a pesca” (Maldonado, 2015: 159-160); sobretudo quando a produção é feita em grandes quantidades e orientada à exportação (Gudynas, 2009: 188, e 2010: 37). É nesta amplitude que se aplica este conceito neste trabalho, tendo em conta três elementos que caracterizam empresas capitalistas: extração de matérias-primas, exportação e acumulação de capitais.

Em África, o extrativismo remonta ao período colonial durante o qual as comunidades locais foram forçadas a integrarem-se no sistema capitalista como produtores de matérias-primas que alimentavam indústrias europeias. Depois das independências, implantou-se o neocolonialismo e o extrativismo continuou a desenvolver-se por meio de grandes multinacionais, as quais “recorreram novos métodos para reproduzir o capitalismo colonial” (Vakruchev, 1975: 62) e, por via disso, reeditaram os processos de “exploração de vários recursos naturais sem recompensa para os africanos” (Nkrumah, 1965: 11).

Estes processos extrativistas continuaram e ganharam velocidade com o fim da Guerra Fria. Essa velocidade deveu-se, por um lado, ao que Fukuyama (1992) chamou da universalização da democracia liberal e do capitalismo neoliberal; por outro, a dependência económica e financeira dos países africanos em relação à Europa e aos EUA resultante dos efeitos da crise económica ocorrida sobretudo nos anos 80 e das desajustadas opções económicas adotadas por muitos países no período pós-colonial. Com efeito, a dependência financeira, a crise económica e o consequente endividamento dos países africanos foram vistos pelos países capitalistas do Ocidente como oportunidades para a expansão de influências comerciais e económicas, difusão da globalização neoliberal e, sobretudo, como *alibi* das novas formas de exploração de recursos naturais e humanos.

Foi nessa conjuntura que, à luz do Programa de Ajustamento Estrutural e do “Consenso de Washington”, muitos países africanos adotaram a economia do mercado livre. E, nessa altura, “os EUA usaram as instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, como instrumentos de influência político-ideológica, arautos da globalização do capitalismo neoliberal e simuladores de desenvolvimento” (Rist, 2008: 211-221). A adoção da economia do mercado não resolveu os problemas económicos e sociais dos africanos no período pós-guerra fria, “mas criou espaço de intimidade entre o

Estado e o neoliberalismo” (Angelis, 2005: 254) e a formação da “‘tripla aliança’ entre multinacionais, elites nacionais e o capital externo” (Santos, 2002: 25-75).

Em África, a fusão desses elementos gerou dois factos: o Estado e as elites nacionais tornaram-se “correia de transmissão” das novas formas de exploração ao serviço de investidores externos e, de algum modo, “culpados e responsáveis pela pobreza e vulnerabilidade que assola os povos africanos” (Langan, 2018: 33-34). Essas alianças, associadas à ocorrência de recursos naturais e à dependência ao capital estrangeiro, criaram terreno fértil para a efetivação da chamada *New Scramble for Africa* (Nova Corrida para África¹), espécie de repetição por outros meios da corrida aos recursos feita pelos países imperialistas europeus no último quartel do século XIX.

A *Nova Corrida para África* aparece como resposta às crises de alimentos e de combustíveis que surgiram em 2006 e 2007, respetivamente. Em resposta, “multinacionais dos EUA, da Europa Ocidental e da China, incluindo as do Médio Oriente, correram para África com vista ao desenvolvimento de grandes projetos para produção não só de alimentos, mas também de combustíveis biológicos e fósseis” (Broughton, 2013: 28).

Em Moçambique, na era colonial, o capitalismo extrativista foi o mecanismo através do qual o regime obteve a mais-valia absoluta (Wuyts, 1980: 11-18). E, no período pós-colonial, a saga extrativista continuou não apenas pelas grandes companhias capitalistas herdadas do colonialismo e que sobreviveram ao socialismo, como diz Pitcher (2003), mas pelos projetos extrativistas que irromperam no país sobretudo desde o pós-guerra civil. A proliferação de projetos extrativistas nesse período inseriu-se no contexto da globalização do capitalismo neoliberal, de forma geral, e nas dinâmicas do investimento direto estrangeiro, em particular. E, nessa conjuntura, para atrair mais investimento estrangeiro, Moçambique adotou um quadro legislativo com vista a atrair e a incentivar os investidores externos.

De entre vários projetos extrativistas que surgiram destacou-se o de fundição de alumínio da MOZAL dominado pela *PHP Billinton*², província de Maputo; extração de gás natural de Pande e Temane liderado pela *Suid Afrikaanse Steenkool en Olie* (SASOL), na província de Inhambane; extração de areias pesadas, em Moma, província de Nampula, pela *Kenmare Resources Ltd*; e extração de carvão mineral de Moatize, província de Tete, pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), conhecida vulgarmente pelo nome de VALE.

Estes megaprojetos produzem e exportam grandes volumes de mercadorias e, por isso, contribuem para o crescimento do PIB (Castel-Branco, 2002: 2), mas “não criam significativos postos de emprego devido às qualificações e especialização que requerem, não estabelecem pontes de ligação com sistemas produtivos das comunidades locais, não geram excedente para financiar a economia, não contribuem significativamente para os cofres do Estado devido à generosidade dos incentivos fiscais” (Ibid.). Mas, grande parte da “riqueza produzida pelos megaprojetos vai para as acionistas (corporações e particulares) que as detêm e controlam” (Ibid.).

Nessa conjuntura, em 2010, “a *Anadarko Moçambique Área1* (AMA1) anunciou a descoberta do primeiro dos vários poços, no campo Windjammer, área 1, na Bacia do Rovuma” (Instituto Nacional de Petróleo [INP], 2020); enquanto a outra empresa “a *Ente Nazionale Idrocarburi* (ENI) descobriu, em outubro de 2011, na área Mamba Sul-1, o primeiro furo da área 4”, na mesma bacia (Idem).

1 De entre vários autores que discutem a “Nova Corrida para África” destacam-se Carmody (2011), Fourie (2012) e Hole (2014). Na mesma senda, Dambisa Moyo (2013) analisa o caso chinês.

2 BHP Billinton, 47 %; Mitsubishi, 25 %; IDC da África do Sul, 24 % e Governo de Moçambique, 4 % (BHP Billinton & Mozal, 2003: 4).

No geral, estudos estimam a ocorrência de mais de 150 trilhões pés cúbicos (TCF³) de gás natural, nas áreas 1 e 4 da bacia do Rovuma (quadro 01). Especialista do setor de oil & gas, Eardley-Taylor, citado pelo Standard Bank (2018), estimou que ambas as áreas têm enorme jazigo de gás natural *offshore* avaliado em 150 TCF, correspondentes a 25 bilhões de barris de petróleo equivalente (BOE⁴). Contudo, o INP (2020) diz que existem “170 TCF de gás natural *in situ* nas duas áreas”.

Quadro 01 - Distribuição das áreas de gás natural na Bacia do Rovuma

Anadarko Moçambique			ENI e Exxon Mobile		
Área 1			Área 4		
Complexos	Golfinho/ Atum	Golfinho 1-4 Atum 1-2	Complexos	Mamba	N-1 NE-1, NE-2, NE-3 S-1, S-2 e S-3
	Prosperidade	Barquentine 1-4 Orca 1-3 Windjammer Lagosta-1 Camarão Tubarão-1		Coral	1, 2 e 3

Fonte: Ledesma (2013: 10).

Em 2012, a AMA1 tornou-se o líder do projeto GNL em Afungi por obter 25,5 % das ações do projeto (ilustração 01), na Área 1 da Bacia do Rovuma, onde ocorrem cerca de 75 TCF de gás natural, cujo volume de produção foi previsto entre 12.88 e 40 milhões de toneladas anuais (MTPA⁵)⁶. Assim, a AMA1, enquanto líder e executor do projeto, ocupou cerca de sete mil hectares de terra no cabo Afungi para implantar a fábrica de liquefação do gás e construir várias infraestruturas, incluindo a vila de reassentamento, em Quitunda.

Ilustração 01 – Distribuição de ações do projeto GNL de Palma



Fonte: Ingram, 2018.

3 Trillion Cubic Feet.

4 Barril of oil equivalent.

5 Metric Tonnes per Annum.

6 Em 2019, a Anadarko vendeu os 25,5 % de ações que detinha no projeto LNG, na área 1 da Bacia do Rovuma para multinacional francesa TotalEnergies, por 3,9 mil milhões de dólares americanos. O negócio foi intermediado pela Occidental Petroleum Corporation empresa norte-americana mais conhecida por Occidental.

Partindo da avaliação generalista dos efeitos do projeto extrativista acima exposto, este trabalho analisou, de forma preliminar, o impacto económico e social do projeto de GNL, em Afungi, nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga. A análise baseou-se na revisão de literatura, estudo documental, entrevistas grupais e observação focando-se nos processos de consultas públicas, compensação pecuniária aos afetados e do Plano de Reassentamento, oportunidades de emprego para residentes locais, incluindo os Planos de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA) e Piscatórios (PRMSP).

2. Cabo Afungi: características básicas

Afungi é uma zona rural localizada a Este da localidade de Mute, Posto Administrativo de Palma-Sede e é composta por 4 aldeias: Maganja, Monjane, Quitupo e Senga. Além das 4 aldeias, Afungi tem muitos povoados dispersos na zona costeira. A pesca é a principal atividade económica, e é complementada pela agricultura familiar e pecuária. Quer a pesca assim como a agricultura são praticadas por homens e mulheres. Na pesca, enquanto os homens usam embarcações a remo ou a motor, as mulheres (re)colhem mariscos nas zonas entre marés e nos mangais. A agricultura consiste na produção, em pequena escala, de arroz, caju, mandioca, feijões e milho; enquanto a pecuária se resume na criação de animais de pequeno porte, como galinhas, patos, cabritos e porcos.

Em termos pedológicos, em Afungi predominam os “arenosolos, solos da forma *fernwood*” (Anadarko e ENI, 2016a: 200)⁷. A vegetação da região é um “mosaico de bosques, áreas abertas de prado e matagais isolados” (Ibid.: 201). No entanto, “cerca de 70 % da vegetação, incluindo as pequenas florestas em zonas agrícolas, foi modificada pela ação humana” (Ibid.). O cajueiro, o coqueiro e a mangueira são as árvores de fruta mais comuns na região. Os residentes nativos de Afungi comunicam-se em quatro línguas: *ki-muani*, *ki-makwé*, *ki-swahil* e *chi-maconde*. No que tange à religião, a maior parte da população é islâmica, resultante da expansão árabe, entre os séculos VI e XIII, e da transformação do indico em “oceano islâmico”, como diz Alpers (2014: 40-68).

Geralmente, em Afungi, as habitações são retangulares, feitas de pau-a-pique e maticadas com matope misturado com restos finos de conchas brancas do mar. Uns cobrem as suas casas com folhas secas de coqueiro ou com um arbusto selvagem (*macuti*), outros fazem-no com chapas de zinco.

3. Capitalismo extrativista em Afungi: da copra ao gás natural

No período colonial, Afungi teve duas plantações: Maganja-a-Velha e Ngodgi. “Foi nessas plantações, de colonos alemães e portugueses, para as quais recrutavam nativos para produzirem copra” (E. M. Atibo, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). Assim, como noutras partes de Moçambique, as populações de Afungi foram forçadas a se integrarem no capitalismo colonial como produtores de matérias-primas destinadas à exportação.

Nessa altura, “o trabalho nas companhias era duro e o salário auferido era muito pouco, que só dava para pagar imposto e fazer pequenas despesas de casa; por isso, muitos residentes preferiam trabalhar nas plantações de sisal no sul de Tanzânia, onde as condições de trabalho e os salários eram melhores” (Ibid.). “Além das plantações de coqueiros, as companhias de Maganja-a-Velha e Ngodgi criavam animais, particularmente o gado caprino” (S. Macasale, comunicação pessoal, 20 setembro, 2017). “A copra produzida nessas duas companhias

7 Mozambique Gas Development Project.

era exportada para Europa através do porto de Mocimboa da Praia. O transporte da copra de Afungi para Mocimboa da Praia era feito por duas vias, marítima e terrestre” (Ibid.).

Durante a Luta de Libertação, surgiram as aldeias de Maganja e Quitupo. “A primeira resultou da concentração forçada pelos colonos, em Maganja, das populações que viviam dispersas nos povoados de Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Nanjululu, Nhagalala e Macongo. Ao concentrarem as pessoas, os colonos temiam que as mesmas se juntassem aos guerrilheiros da FRELIMO e, para as controlarem, construíram um cerco de arame farpado” (E. M. Atibo, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). A segunda, Quitupo, resultou da política de aldeamento das Zonas Libertadas. “Em 1973, a mando da FRELIMO, o senhor Nandjodja reuniu com líderes de vários povoados: Murdinine Saide, líder de Maiane e Nanlola; Momade Dade (ou Nankongoya), líder de Quitupo; Missongomwa, líder de Simo; Amisse Rachide, líder de Ntaunachi; e Sumail Mfaume, líder de Milamba 1 e Milamba 2” (A. Rachide, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). Além desses, “participaram da mesma reunião dois líderes religiosos, os mais influentes e respeitados professores de alcorão da região, conhecidos localmente por *mashehe*: Amade Djarafe e Inchamo Nawanga” (Ibid.). Com a Independência Nacional, “os colonos abandonaram as plantações de coqueiros, os animais e as infraestruturas das companhias. Contudo, as tentativas feitas por alguns investidores nacionais, no sentido de continuar as atividades da companhia de Ngodgi, não tiveram êxitos” (E. M. Atibo e A. Rachide, comunicação pessoal, 31 julho, 2017). A terceira aldeia, Senga, “foi criada por uma família tanzaniana, conhecida por *Nsenga*, que se dedicava à agricultura e a caça. Com a intensificação da guerra civil, os *Nsenga* voltaram a Tanzânia” (T. P. Dindila, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017). E, “finda a guerra civil, muitas famílias camponesas ocuparam a região, construíram aldeia a que chamaram de Senga, nome que ficou até hoje” (Ibid.).

Entre 2010 e 2012, na sequência da descoberta dos cerca de 75 TCF de gás natural pela AMA1, e com a implantação do projeto GNL, em Afungi, os habitantes das três aldeias ficaram afetados. Com financiamento de 25 mil milhões USD, o projeto visa extrair gás a 40 quilómetros de Afungi, representando o maior do ramo energético na história do país. Essa descoberta, associada a promessas de emprego e desenvolvimento feitas pelo Governo e pela AMA1 durante reuniões das consultas públicas, criou enormes expectativas no seio das populações de Afungi de forma particular e do distrito de Palma no geral. É factual que este é o maior projeto energético na história do país; mas como resultados de vários estudos revelam que megaprojetos não promovem desenvolvimento a nível local, levantam-se as seguintes questões: Qual é o impacto do projeto GNL nas comunidades aldeãs de Maganja, Quitupo e Senga, em Afungi? Será que o projeto GNL, em Afungi, tem melhores impactos a nível local que os outros projetos extrativistas?

Tendo em consideração as análises de Castel-Branco (2002 e 2008) sobre os impactos dos megaprojetos, parte-se da ideia de que estes não promovem emprego suficiente, não criam ligações com os sistemas locais de produção e não promovem desenvolvimento económico e social a nível das comunidades afetadas. Ademais, o BM (2001) considera que os projetos extrativistas causam, a nível das comunidades afetadas, reassentamentos involuntários, perda da terra e outros recursos vitais; fragilizam os sistemas de produção, meios de subsistência, instituições e redes de relações sociais locais; enfraquecem o poder dos chefes locais; debilitam laços de parentesco e a identidade cultural.

De facto, as abordagens (de Castel-Branco e do BM) dão uma ideia inequívoca, ainda que hipotética, de que promover o desenvolvimento local não é o objetivo dos grandes projetos extrativistas, mas sim investir capitais para a obtenção de fabulosos lucros. O relatório da *Anadarko Petroleum Corporation* [APC] (2017:7) mostra isso ao dizer que “o objectivo da Anadarko é de extrair e produzir gás natural em grandes quantidades no mundo, vender para obter lucros e dividendos que satisfaçam aos seus acionistas”.

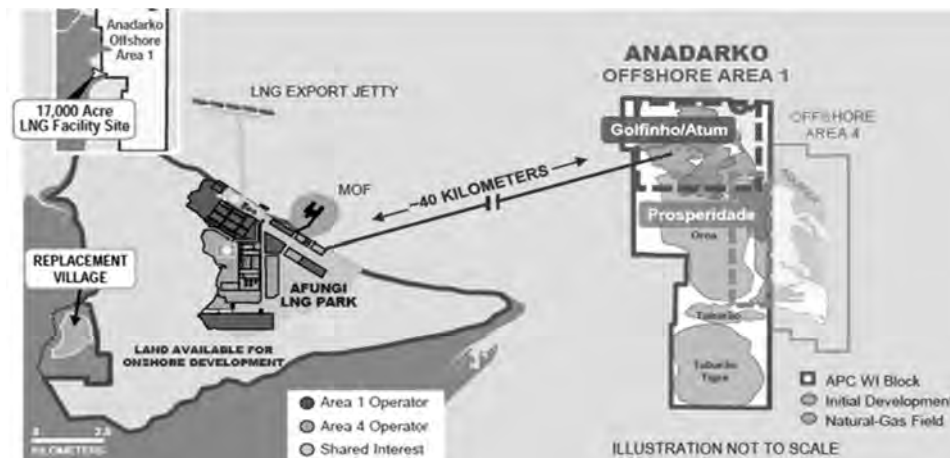
4. Apoio institucional ao projeto GNL

Regra geral, à luz da *governança neoliberal* e das políticas de atração do investimento direto estrangeiro, a operacionalização dos grandes projetos económicos tem apoio institucional do país recetor do investimento. É neste contexto que, em 2014, para acomodar e facilitar o projeto GNL, o Governo de Moçambique (GdM), através do Conselho de Ministros, realizado a 24 de junho, aprovou o Plano Diretor do Gás Natural. No mesmo ano, “o Ministério para a Coordenação da Ação Ambiental aprovou o Estudo de Impacto Ambiental, incluindo o Plano inicial de Reassentamento” (Anadarko e ENI, 2016a: 19).

Em 2017, o GdM atribuiu ao projeto GNL de Afungi o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) n.º 00/2017 sobre a parcela 3/11770 que anteriormente era detida pela Rovuma Basin LGN Land, através do processo legal n.º 1394571067 (BR, 6/11/2017). Assim, ao projeto GNL foi atribuído o DUAT de 6.619 hectares de terra para a construção da fábrica de liquefação do gás, o parque industrial, a Vila de Reassentamento na zona, residências dos trabalhadores entre outras infraestruturas.

O parque industrial do projeto, que inclui a fábrica de liquefação e outras infraestruturas adjacentes, está projetado para a parte costeira da área do DUAT e estará ligado a dois cais: o primeiro destinado ao descarregamento de materiais diversos (*Material Offloading Facilities*, MOF), e o segundo ao carregamento de condensados e exportação do GNL (*LNG Export Jetty*) (vide ilustração 02) para o mercado consumidor.

Ilustração 02 – Planta do projeto GNL em Afungi



Fonte: Ingram, 2018: 4.

Ainda na senda de apoio institucional, e para se viabilizar o projeto de GNL de forma específica, a 26 de outubro de 2017, a então Governadora da província de Cabo Delgado, Celmira Frederico Pena da Silva, acompanhada pelo representante da Anadarko Petroleum Corporation, John Bretz, assinou uma moratória para efeitos de elegibilidade, com-

pensação e reassentamento das famílias fisicamente afetadas pelo projeto⁸.

Este processo de apoio institucional, associado aos acordos da APC com os principais mercados consumidores do GNL e ao avanço do processo de instalação do projeto, encorajaram a tomada da *Decisão Final de Investimento*, feita a 18 de junho de 2019, em Maputo, pelo CEO da APC, Al Walker, numa cerimónia pública que contou com a presença de várias individualidades, dentre as quais o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi, e o Ministro de Recursos Minerais e Energia, Ernesto Max Tonela.

O processo de instalação do projeto foi caracterizado por um conjunto de ações que a AMA1, em colaboração com os governos central, provincial e local, foi desenvolvendo em Afungi desde a descoberta do enorme jazigo de gás na bacia do Rovuma, em Palma. De entre várias ações, a AMA1 levou a cabo estudos demográficos, pedológicos e socioeconómicos incluindo inventários sobre ativos (agrícolas, pesqueiros e outros) das populações. Os resultados desses estudos, agregados às questões discutidas durante as consultas públicas, eventualmente serviram de base para a elaboração do Plano de Reassentamento⁹.

5. Consultas públicas

Nos termos da alínea f) do Decreto n.º 31/2012 de 8 de agosto, as consultas públicas inserem-se no princípio de participação pública e visam “garantir a auscultação das comunidades locais e outras partes interessadas e afectadas pela actividade”. E, para efeitos de elaboração e implementação de um plano de reassentamento, o mesmo Decreto, no seu n.º 1 do artigo 23.º, recomenda “a realização de pelo menos quatro consultas públicas publicitadas nos meios de comunicação social e nos locais de intervenção”.

Em estrita obediência ao decreto supra citado, de julho de 2014 a dezembro de 2015, os representantes do governo local e a AMA1, enquanto líder e proponente do projeto, realizaram quatro rondas de reuniões em Maganja, Palma-Sede, Quitupo e Senga, com os seguintes temas: (i) Processo de Reassentamento, Zona de influência do Projeto e Local de Reassentamento; (ii) Concessão do lugar de Reassentamento, o Conceito de habitação e Integração da Comunidade hospedeira; (iii) Ponto de situação dos levantamentos (censo de pessoas e inventário de bens) e Apresentação do quadro de direitos (pacote de compensação proposto); e (iv) Apresentação do esboço do Plano Final de Reassentamento.

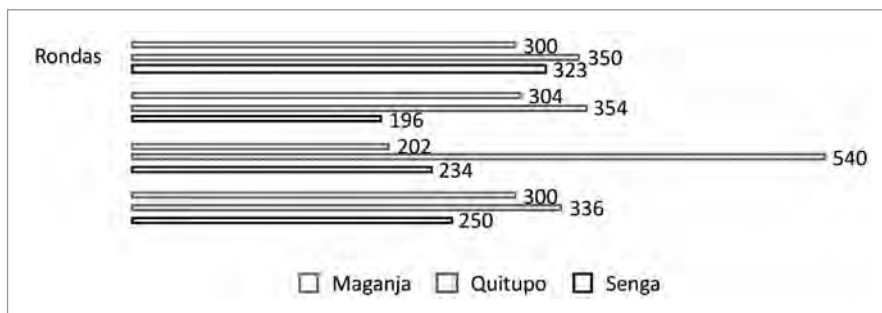
A nível das comunidades de Afungi, pouco mais de 3.650 pessoas participaram das quatro rondas das reuniões de consultas públicas, entre cidadãos comuns, membros dos CCRs, líderes comunitários e secretários dos bairros (ilustração 03). Além disso, várias instituições governamentais (de nível distrital, provincial e central) e Organizações da Sociedade Civil (OSCs), na sua maioria nacionais, também participaram das reuniões de consultas públicas, que por lei foram dirigidas pelo Administrador do Distrito de Palma.

Durante o período das reuniões de consultas públicas, e no decurso das suas atividades de advocacia, as OSCs, como por exemplo, o Centro de Terra Viva (CTV), a União Provincial de Camponeses (UPC) de Cabo Delgado, a Associação do Meio Ambiente, *Amigos da Terra* (AMA), o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação (SEKELEKANI), desempenharam um papel crucial na medida em que se empenharam não só no apelo à participação ativa das comunidades, incluindo da Mulher, mas também na consciencialização das mesmas (comunidades afetadas) sobre os seus direitos.

8 Boletim da República, 6 de novembro de 2017. III Série, Número 173, p. 7032.

9 Boletim da República, 6 de novembro de 2017. III Série, Número 173, p. 7033 et ss.

Ilustração 03 – Números de participantes em reuniões de consultas públicas nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, em Afungi



Fonte: Compilado pelo autor a partir das Atas de Consultas Públicas constantes do Plano Final de Reassentamento elaborado pela Anadarko e ENI (2016b). Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.

A Ilustração 03 mostra que, em todas as rondas, Quitupo teve o maior número de participantes. Isso deveu-se ao facto de Quitupo ser a única comunidade que foi fisicamente afetada e, por sinal, a mais populosa dado que fazem parte vários povoados dispersos pela costa, desde Nsemo a Quelimane (ilustração 02). Sendo os residentes de Quitupo afetados fisicamente, e elegíveis ao reassentamento, o seu interesse em participar nas consultas foi maior, sobretudo na terceira ronda, na qual se discutiram aspetos relativos ao recenseamento de pessoas ou famílias afetadas, bens perdidos e respetivos pacotes de compensação.

De entre várias matérias discutidas durante os dezoito meses de consultas públicas, os tópicos mais dominantes foram: o papel dos Comitês Comunitários de Reassentamento (CCRs); a escolha do local de reassentamento; o tipo de habitação para os deslocados físicos (para a zona de reassentamento, em Quitunda); oportunidades de emprego para os residentes locais; condição e extensão da terra de reposição agrícola como parte integrante do *Plano de Reposição dos Meios de Subsistência Agrícolas* (PRMSA); anúncio de alguns projetos de desenvolvimento local e a fixação dos preços ou pacote das compensações.

6. Compensações

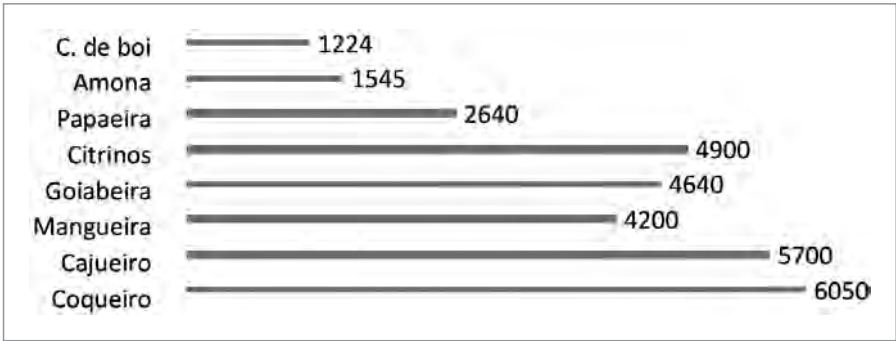
De entre várias ações, o processo de compensação foi antecedido por censos das principais atividades económicas (agricultura e pesca) e reuniões de consultas públicas. Durante as reuniões, cientes dos efeitos nefastos da perda de bens e ou recursos vitais para a sua subsistência, os afetados fizeram vários pedidos ao Governo e à AMA1. Num desses pedidos, os afetados queriam que as compensações fossem pagas em forma de pensões mensais até à morte¹⁰. Relativamente a esse pedido, o Governo e a AMA1 responderam que as compensações pecuniárias e os PRMS (agrícolas e piscatórios)

¹⁰ Cf. Anadarko e ENI (2016b). Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.

seriam suficientes para a recuperação e a manutenção dos meios de sobrevivência. De facto, esse pedido não teve cobertura legal pelo facto de não estar previsto no Decreto 31/2012 de 8 de agosto, que regula esses processos.

Curiosamente, os preços das compensações foram impostos pelo governo. E as pessoas perguntavam: “Derrubam árvores depois trazem tabela de compensação com preços, porque não negociam antes?”¹¹ “Porquê o Governo determina preços de produtos privados?”¹². Apesar dessa reclamação, a imposição dos preços prevaleceu e os critérios usados pelas autoridades competentes para o cálculo dos mesmos permaneceram desconhecidos por parte dos afetados. Assim, no quadro de preços impostos pelo Governo, de entre vários bens, foram compensadas as culturas perenes (ilustração 04) e anuais (ilustração 05) e pequenas infraestruturas domésticas anexas às residências das famílias afetadas (ilustração 06). Além disso, algumas atividades económicas foram também compensadas como, por exemplo, a pesca no mar e coleta na zona entre marés (ilustração 07).

Ilustração 04 – Compensação de culturas perenes (em Meticais)



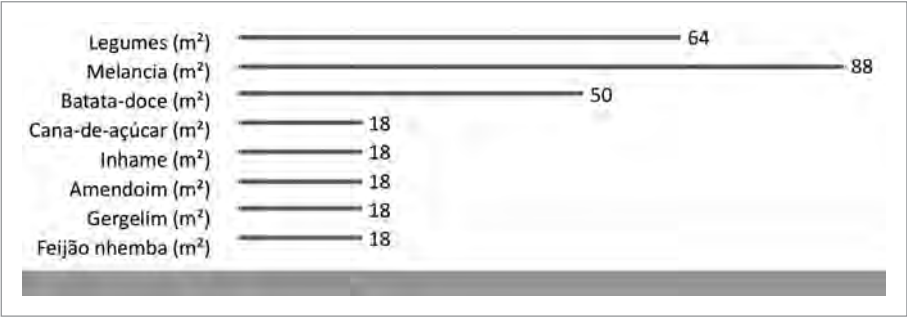
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP, 2016: 158.

Quanto às culturas anuais, como a cana-de-açúcar, o inhame, o amendoim, o gergelim, o feijão *nhemba*, a mandioca, o feijão *jugu* e o milho, foram compensadas ao preço fixo de 18 Meticais (Mts) por cada metro quadrado (m²). Porém, outras culturas anuais como os legumes, a melancia e a batata-doce foram compensadas a 64, 87,5 e 50 Mts, respetivamente (ilustração 05). Com base à mesma medida (m²), o ananaseiro e a banana foram compensados com os valores monetários de 75 e 182 Mts, respetivamente.

¹¹ Maharazu Abudo, residente local e participante da Consulta Pública de 9 de julho de 2014, realizada na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas.

¹² Beatriz Fernando, representante do CTV na Consulta Pública de 9 de julho de 2014, realizada na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas.

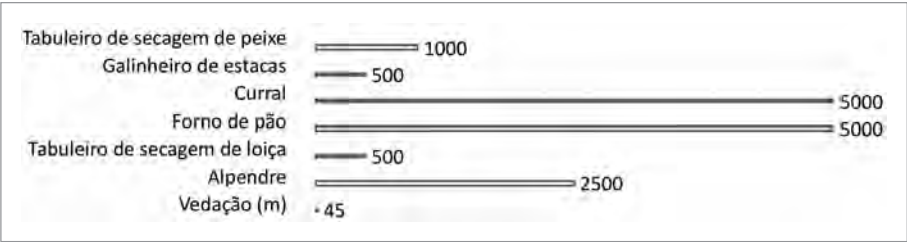
Ilustração 05 – Preços de compensação de culturas anuais (em Mts)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP: 2016, 158.

Na mesma senda, a perda de infraestruturas domésticas de singulares foi compensada (ilustração 06), sendo que o curral e o forno de pão foram as que tiveram o maior preço, 5000 Mts; enquanto galinheiro de estacas e tabuleiro de secagem de loiça não foram além de 500 Mts. A perda de outras infraestruturas como tabuleiro de secagem de peixe e alpendre foi paga 1000 e 2500 Mts, respetivamente. E, cada metro (m) de vedação de um quintal foi pago 45 Mts.

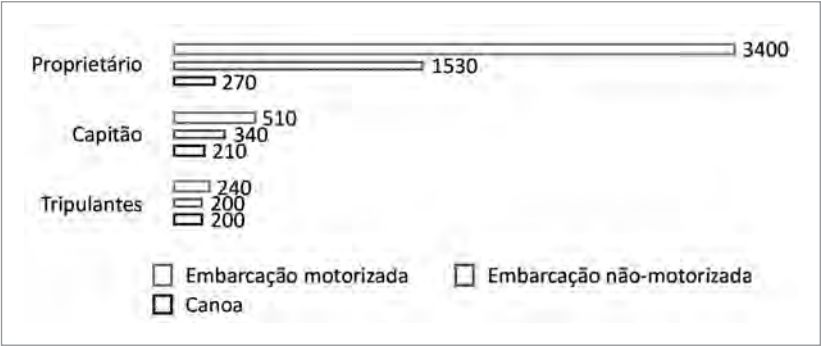
Ilustração 06 – Compensação de infraestruturas singulares (em Mts)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI, 2016a: 157.

Além dos pequenos agricultores, outro grupo de pessoas e ou famílias afetadas e elegíveis à compensação pecuniária foi o dos pescadores. Para esse grupo, os preços das compensações foram definidos de acordo com o tipo de embarcação e a função de cada integrante da equipa. Desse modo, como mostra a ilustração 07, cada proprietário, capitão e tripulantes de embarcações motorizadas, não-motorizadas e canoas, receberam valores completamente diferenciados.

Ilustração 07 - Compensação de pescadores conforme o tipo de embarcação e função (em Mts)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do GDP: 2016: 164.

Ainda no quadro das compensações de atividades pesqueiras, os recetores e os (re)ven-
dedores do pescado nos mercados consumidores locais foram compensados com valores
não especificados, uma vez que essa atividade constituía a sua principal fonte de renda e
ou meio de subsistência familiar.

7. O Papel das Organizações da Sociedade Civil

Quer no processo das reuniões de consultas públicas assim como nos das compensações
e reassentamento, as OSCs foram cruciais ao prestarem gratuitamente serviços de advoca-
cia às comunidades locais. Praticamente, OSCs desempenharam três papéis: (i) análise
e monitoria dos processos no que respeita a legalidade e transparência¹³; (ii) contribuição
para a resolução de conflitos resultantes, por exemplo, da exclusão de agricultores e pes-
cadores elegíveis ao processo das compensações e da ineficiência dos Comités Comunitá-
rios de Reassentamento (CCRs)¹⁴; e (iii) promoção da cidadania e o direito à informação
ao divulgarem a legislação sobre o uso da terra, questões ambientais, incluindo os deveres
das autoridades governamentais e os direitos dos reassentados previstos no Decreto n.º
31/2012 de 8 de agosto, enquanto documento oficial que regula os processos de reassenta-
mento decorrentes de atividades económicas. Nessa senda, a União Provincial de Campo-
neses (UPC) de Cabo Delgado, muniu os camponeses locais de meios de luta e defesa dos
seus interesses, criando Comissões de Agentes de Advocacia, como elos de ligação entre
os camponeses locais e a União Distrital de Camponeses.

Durante as reuniões de consultas públicas, o Centro Terra Viva (CTV) e a SEKELEKANI
propuseram que se criasse um espaço para que as mulheres, enquanto parte integrante da
sociedade e membros das famílias afetadas, fossem ouvidas em separado relativamente
ao reassentamento, como forma de incluir a mulher no processo de tomada de decisão tal
como os homens.

13 Cf. Mimbire, F. e Nhamirre, B. (2015), Projeto LNG – Moçambique. Terceira Ronda de Consultas Públicas em
Palma: Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático. CIP Newsletter, Edição n.º
28/2015.

14 O Centro de Terra Viva (CTV) foi interventivo nesses aspetos.

8. Os afetados e o Plano de Reassentamento

No geral, o projeto afetou, diretamente, cerca de 3.285 pessoas subdivididas em três categorias: deslocados económicos, deslocados marítimos e deslocados físicos (quadro 02). Destas, apenas a dos deslocados físicos é que teve o direito ao reassentamento, dado que as suas áreas residenciais, agrícolas e piscatórias foram totalmente ocupadas pelo projeto.

Quadro 02 – Tipos de deslocamentos, aldeias e povoados afetados

Zona	Tipo de Deslocamento	N.º de povoados	Nome da(s) aldeia(s) afetada(s)	Pessoas afetadas
Terrestre	Físico	7	Barabarane, Quitupo, Milamba, Simo, Ngoji, Patacua e Salama	2.433
	Económico	4	Maganja, Palma-Sede, Mondlane e Senga	664?
Marítima	Marítimo	6	Palma-Sede, Nsemo, Kibunju, Nfunzi, Mpaia e Maganja	188
Total	-	17	-	3.285

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI, 2016a: 21.

Assim, para o reassentamento feito na zona de Quitunda, localizada entre Quitupo e Senga, a Este do rio Mpandja (rio periódico), foram elegíveis todas as famílias deslocadas fisicamente. O maior número dessas famílias vivia na aldeia de Quitupo e nos povoados costeiros de Ngodji 1 e 2, Milamba 1 e 2, Salama, Barabarane, Patacua e Simo (quadro 02).

Ilustração o8 – Casa modelo na vila de reassentamento, em Quitunda



Fonte: Anadarko e ENI, 2016a: 184.

A vila de reassentamento foi projetada de modo que as famílias tenham casas melhoradas (ilustração 08) e acesso a uma série de bens e serviços, dentre os quais “administração pública, saúde, polícia, escola, igreja, mesquitas, mercado, estradas, estação de autocarros, centro comunitário e anfiteatro, edifícios multiusos, parques infantis, campos de desportos públicos passeios associados” (GPCD, Anadarko e ENI, 2017: 9). Igualmente, como parte do pacote dos benefícios, projetou-se que os reassentados tenham acesso a “uma rede de fornecimento de água e de energia eléctrica incluindo iluminação pública e fontenários” (Ibid.).

As casas melhoradas a que os reassentados têm direito possuem duas componentes: casa (Ilustração 08A) e latrina externa (Ilustração 08B). “São casas do tipo 3 ou 4, ocupando 800 m², com telhados coberto a chapa de aço pré-pintada com guarda-ventos e isolamento; têm depósitos de águas pluviais; cozinha interna com balcão de cimento, latrina e zona de lavagem externas” (Anadarko e ENI, 2016a: 183). No entanto, os beneficiários dizem que o espaço (800 m²) não é suficiente para albergar todas as infraestruturas domésticas particulares (Ilustração 06) e a cozinha interna não é compatível com a lenda que eles usam.

As famílias afetadas, além das compensações monetárias e das casas, beneficiar-se-ão de dois Planos de Reposição de Meios de Subsistência (PRMS), nomeadamente: Plano de Reposição de Meios de Subsistência Agrícola (PRMSA) e o Plano de Reposição de Meios de Subsistência Pesqueiros (PRMSP). O PRMSA consiste, essencialmente, na “introdução de culturas melhoradas, técnicas de conservação, armazenamento das culturas, sistema de secagem, técnicas de cultivos de hortas e provisão de informações agrícolas” (Anadarko e ENI, 2016a: 220); enquanto o PRMSP visa “melhorar a pesca e a maricultura através da promoção das pescas alternativas” (Ibid.).

O processo de PRMSP inclui, também, “o processamento do pescado, construção de vias de acesso, promoção de emprego no projeto de GNL, formação dos residentes afectados em matéria de gestão financeira das compensações e da actividade pesqueira, criação de pequenas empresas e apetrechamento e manutenção dos centros de pescas” (Ibid.: 220-226). Paralelamente aos PRMS, e no âmbito da responsabilidade social, o projeto de GNL tem em carteira vários planos de desenvolvimento local dos quais destacam-se dois. O primeiro visa apoiar a formação e capacitação de educadores, formadores e professores na Província de Cabo Delgado, em parceria com o Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano. O segundo consistirá na criação do Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC). Com este, o Projeto GNL pretende financiar iniciativas económicas locais, para as quais será exigida a apresentação de projetos sustentáveis. Contudo, a falta de clareza sobre os requisitos e data do início do FDC cria incertezas no seio das comunidades afetadas.

9. Impactos do projeto GNL em Afungi

Em Afungi, o projeto GNL vai produzir efeitos nefastos a vários níveis e prazos, como conclui um estudo ambiental. “O projeto GNL vai ter impactos negativos a curto, médio e longo prazos quer no alto mar, na costa assim como em terra” (Impacto e ERM, 2014: 8). No alto mar, o processo de perfuração de poços (incluindo a dispersão de aparas e lamas) e de instalação de aparelhos no leito submarino afetará profundamente a ecologia marinha, sobretudo a flora betónica, as baleias, bentos, golfinhos, peixes, recifes de corais (Ibid: 10). Ademais, a poluição sonora e luminosa causada pelos navios, helicópteros, aparelhos montados no leito submarino vai perturbar e até alterar a vida dos animais (Ibid.).

Na zona costeira, no âmbito de estabelecimento da Zona de Segurança (ZS), a costa sofrerá alterações em duas vertentes: estuários, mangais e praias serão destruídos, e será o depósito dos resíduos resultantes de dragagem no mar, o que “afectará profundamente a flora e fauna costeiras, e a biodiversidade da Baía de Palma como um todo” (Impacto e ERM, 2014: 11). E, sendo eminentemente uma ZS, ela será estritamente interdita à pesca com quaisquer embarcações e recolção entre marés, forçando os afetados ao deslocamento marítimo (Ilustração 09A e 09B), por um tempo indeterminado.

Na parte terrestre, durante o processo de construção da fábrica de GNL e outras infraestruturas adjacentes, incluindo estradas, serão feitas remoções de solos e o desmatamento. Durante esse processo, quer nos pântanos e terras húmidas, assim como nas matas, serão destruídos a flora e os habitats das aves, sapos, lagartos, mamíferos, entre outros animais (Ibid.: 12-16).

Em suma, além da destruição de pequenos animais, plantas e remoção de solos, as três zonas (marítima, costeira e terrestre) serão alvos de poluição do ar, luminosa e sonora; e, as duas últimas estarão totalmente expostas e vulneráveis a riscos de erosão hídrica, eólica e de solos. Todos estes fatores serão responsáveis pela destruição dos ecossistemas das zonas afetadas. Durante o processo de deslocamento físico, as famílias afetadas perderam cerca de 5.663 hectares de terra agrícola e de pousio, o que fará com que haja maior pressão sobre a terra, e outros recursos naturais vitais para a subsistência, na zona de chegada. E, no mesmo âmbito, cerca de 556 casas foram abandonadas em Quitupo, Senga e Maganja (Anadarko e ENI, 2016a: 115).

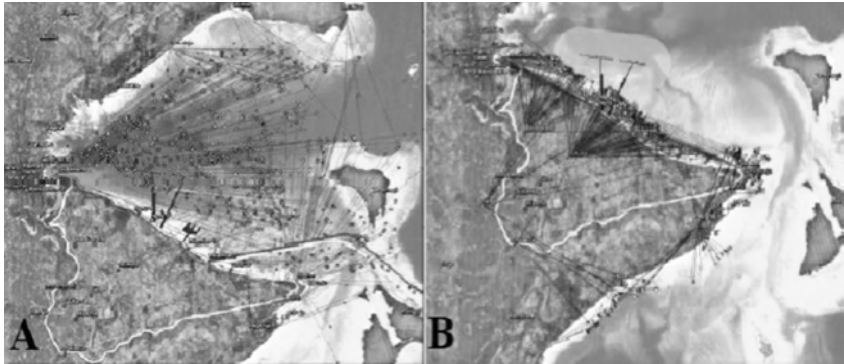
Diante disso, o processo de mitigação dos efeitos resultantes da perda da terra residu, praticamente, em três mecanismos básicos: “atribuição de 1,5 hectares de terra a cada família afectada; compensação pecuniária aos proprietários consuetudinários com base na taxa de mão-de-obra e de distúrbio por hectare para terrenos agrícolas e de pousios; e formação e assistência agrícola para o aumento da produção e produtividade” (Ibid., 2016: 116).

O abandono das casas implicou a perda de estruturas auxiliares como “alpendres, armazéns, casas de banho exteriores, abrigos de pesca ou agrícola, cozinhas exteriores, poços, capoeiras, currais, estruturas de secagem de loiça e de peixe, compartimentos exteriores, casas adicionais e vedações” (Ibid.: 116-117). Como se referiu anteriormente, a perda desses bens, incluindo a das árvores de fruta anuais e perenes, foi compensada pelo projeto.

A compensação não foi apenas pecuniária, mas também em géneros. Este procedimento permitiu, por exemplo, no âmbito do PRMSA, que “cada agregado familiar que perdeu árvore(s) de fruto, além de receber uma compensação monetária pela perda tivesse, também, o direito de receber o dobro das mudas de substituição por cada árvore perdida” (Anadarko e ENI, 2016a: 120).

O deslocamento marítimo afetou cerca de 2306 pescadores incluindo os(as) coletores(as) entre marés, os quais perderam acesso a 15 % da Baía de Palma, área onde desenvolviam a atividade piscatória, quer pesca com embarcações (ilustração 09) assim como a captura entre marés (ilustração 09). Essa perda deveu-se à interdição da pesca na Zona de Exclusiva Marítima (ZEM) do Projeto GNL (Ibid: 121). Este facto “baixou a produtividade da actividade pesqueira com repercussões em toda a cadeia de valor do setor da pesca” (Ibid.: 121-122).

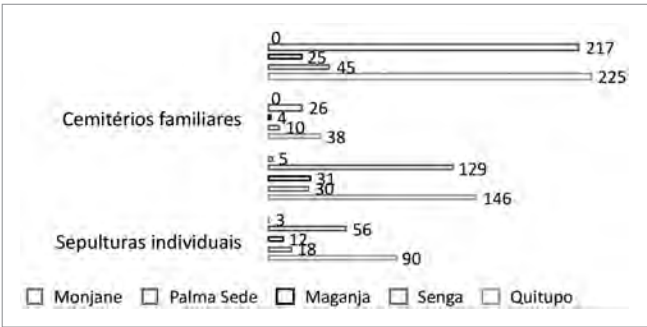
Ilustração 09 – Zonas de pesca e captura entre marés perdidas



Fonte: Anadarko e ENI (2016a, 83).

No que diz respeito ao impacto do projeto sobre pequenas atividades económicas, as comunidades de Afungi perderam “64 salinas, 15 lojas, 7 viveiros, 4 fornos de pão, 2 discotecas e 1 café” (Anadarko e ENI, 2016a: 131-132). Obviamente, a perda definitiva dessas pequenas unidades empresariais afetou não só as famílias proprietárias, enquanto fonte de renda, mas também os consumidores. No mesmo cenário, um vasto património cultural foi profanado e/ou perdido. A perda de bens culturais, enquanto “testemunho material e imaterial da civilização e cultura de um povo”, como define Alexandrino (2009: 2), enfraqueceu e empobreceu as comunidades de Afungi do ponto de vista cultural e identitário. De entre vários bens, foram perdidos cemitérios e sepulturas familiares (ilustração 07). No entanto, algumas famílias permitiram que os restos mortais dos seus entes queridos fossem exumados, trasladados e inumados no cemitério de substituição junto da vila de reassentamento, em Quitunda, “apesar de essa prática ofender a religião islâmica, predominante na região” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017).

Ilustração 10 – Número de cemitérios e sepulturas afetados pelo projeto GNL, em Palma



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI (2016a: 133).

Outros bens culturais que foram perdidos pelas comunidades afetadas são os locais sagrados que são as “árvores sagradas incluindo a de Nsolo e duas lagoas sagradas, ambas localizadas em Nalola, Milamba 1; e campas do régulo Nzé Balai, Nzé Ngola, Sumail Nalole e da família Buruhane” (Anadarko e ENI, 2016b: 93-94). Localmente, as campas dos líderes e de membros de famílias importantes são consideradas sagradas, por exemplo, “as campas da família Buruhane são visitadas pelos pescadores de Milamba1, antes de se fazerem ao mar, para pedirem aos espíritos protecção e êxito na faina piscatória” (Ibid.: 93). Com a implantação do projeto GNL, deslocamento das pessoas, a exumação e transferência dos restos mortais dos líderes locais, a sacralidade desse património perdeu-se.

Prevê-se que os deslocamentos (económico, físico e marítimo) das populações causarão enorme pressão nas zonas de chegada. Essa pressão será exercida sobre os recursos agrícolas, florestais e marinhos, o que levará a conflitos e disputas pelo acesso, controlo e usufruto dos mesmos (ilustração 10). Além dos deslocados locais, a “imigração de pessoas induzida pelo projeto exercerá pressão sobre recursos naturais e meios de subsistência” (Ibid.: 137-139).

Deste modo, aventa-se que grupos sociais se tornem vulneráveis como, por exemplo, “crianças órfãs, idosos, enfermos, famílias sem terra agrícola, viúvas com muitos filhos e desprovidas de recursos, pessoas com necessidades especiais, problemas mentais e doenças crónicas” (Ibid.: 104-105). Ademais, como ilustra a ilustração 11, “dada a perda dos meios de subsistência, o custo de vida subirá entre 2 e 6 % e os conflitos sociais pela posse e controlo da terra e outros recursos vitais aumentarão progressivamente” (Idem, 2017: 111).

Ilustração 11 – Impactos ambientais, económicos e sociais do Projeto GN



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Anadarko e ENI (2016a: 111).

Quanto à oferta de emprego, os residentes locais de Afungi têm poucas, pouquíssimas, oportunidades de trabalhar para o projeto (ilustração 11). Os poucos residentes locais empregados fazem trabalhos de baixa categoria: “uns são controladores de tráfego automóvel (os *flagmen*), outros trabalham no acampamento como guardas diurnos e nocturnos, jardineiros, mainatos” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro, 2017). Além desses, “existem residentes locais que trabalham sazonalmente no processo de reabilitação de vias de acesso locais e outros como membros dos CCRs. Mas, diferentemente dos outros trabalhadores que auferem salários mensais, os membros dos CCRs têm direito

a um subsídio só nos dias que reúnem com as comunidades locais e discutem questões relativas ao reassentamento” (Ibid.).

Até setembro de 2017, o número de trabalhadores recrutados em Afungi pelo projeto GNL, nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, era apenas de 131 (ilustração 11), o que era muito pouco para mais de 3.285 pessoas diretamente afetadas pelo projeto (quadro 02) e insignificante para um universo populacional de mais de 5.264¹⁵ habitantes da região. Ora, este facto contrasta com as promessas feitas pelo governo e a empresa AMA1 durante as reuniões de consultas públicas. Como era de esperar, “muitos trabalhadores do projeto são de fora” Hanlon¹⁶. Com efeito, o não cumprimento das promessas de emprego e a admissão de muitos trabalhadores não nativos criou um “sentimento de exclusão e ao mesmo tempo gerou frustração no seio dos nativos de Afungi no geral e afectados em particular” (I. Issa, comunicação pessoal, 21 setembro 2017).

Diante dessa realidade, enquanto uns residentes locais perguntavam: “as oportunidades de emprego só são dadas a pessoas de Maputo e Pemba, quando é que os residentes locais terão oportunidades de trabalhar no projeto?”¹⁷, “nossos filhos já terminaram a 12.ª classe, porque não trabalham no projeto?” Outros mostravam sua preocupação em relação ao futuro dizendo, por exemplo: “estou preocupado com o nosso futuro, mais do que oportunidade de emprego, era bom que tivéssemos oportunidade de aprender a fazer alguma coisa que facilite a empregabilidade”¹⁸. Mas, as respostas dos representantes do Projeto foram dadas em forma de promessa: “depois de reassentamento das comunidades, vai haver a construção do projeto e aí haverá emprego para muitas pessoas”¹⁹; “O projeto fará de tudo para que as comunidades se sintam acarinhadas”²⁰.

Na verdade, apesar das promessas de emprego e de carinho, o quadro de poucas oportunidades de emprego para os nativos de Afungi era expectável, não só porque o histórico mostra que grandes projetos extrativistas “não criam empregos significativos a nível das comunidades locais” (Castel-Branco, 2002: 2), mas pela falta de formação técnico-profissional no seio das comunidades afetadas. Até porque Anadarko e ENI (2016a: 137), previram esse problema ao afirmar que “projetos de grande dimensão atraem pessoas de distritos, províncias e áreas adjacentes, que vêm tirar partido das oportunidades económicas e laborais geradas”. Pois, “os imigrantes têm conhecimento de construção e experiência de trabalho e são candidatos motivados, enquanto os nativos têm pouca experiência de trabalho, competências limitadas e baixos níveis escolares” (Ibid.).

Portanto, ao prometerem emprego aos residentes locais, durante as consultas públicas, o governo e Anadarko sabiam que as oportunidades seriam muito poucas, uma vez que os residentes de Afungi não tinham (e não têm) as qualificações técnico-profissionais exigidas pelo projeto GNL.

15 Dados do Recenseamento Geral de População e Habitação de 2007 fornecidos pelos líderes Ernesto Atibo, Abdala Salimo e Tomás Pessa Dindila, em setembro de 2017.

16 Joseph Hanlon in Savana 17/5, 2019: 2.

17 Fátima Ntimachurubo, participante da Consulta Pública realizada a 16 de dezembro de 2015, em Palma-Sede in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas, p. 769.

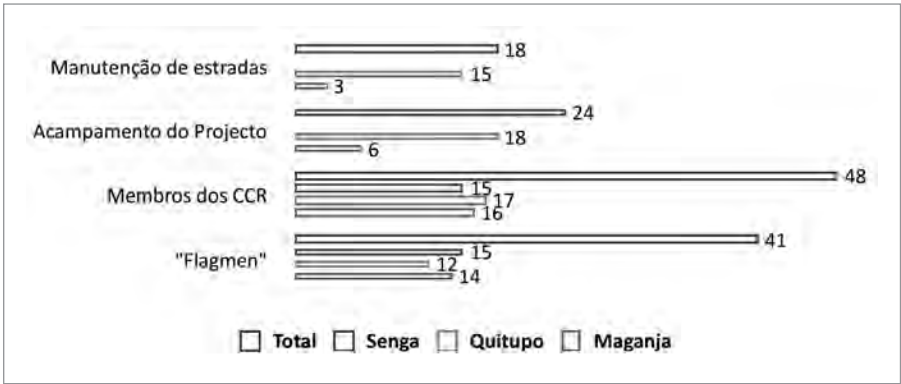
18 João Saide Mola, participante da Consulta Pública, realizada a 16 de dezembro de 2015, em Palma-Sede in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas, p. 769.

19 Alcido Mause, representante da AMA1 na Consulta Pública realizada a 12 de agosto de 2014, na Aldeia de Maganja in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas.

20 Alexandre Jossias, representante da AMA1 na Consulta Pública havida a 10 de julho de 2014, na Aldeia de Quitupo in Anadarko e ENI (2016b). Plano Final de Reassentamento. Anexo K: Atas e Listas de Presenças nas Reuniões Públicas.

Como se pode ver (ilustração 12), as oportunidades de emprego para os nativos de Afungi são muito poucas. Até finais de 2017, por exemplo, cerca de 131 pessoas trabalhavam para o projeto GNL: 18 na manutenção de estradas vicinais; 33 como membros dos CCRs; 39 no acampamento da AMA₁ e 41 *flagmen*. Em termos de distribuição pelas comunidades locais, 62 trabalhadores eram da aldeia de Quitupo, a maior e a mais populosa, equivalente a 47,4 % do total; 39 da aldeia de Maganja (29,7 %) e, por último, 30 da aldeia de Senga (22,9 %).

Ilustração 12- Oportunidades de emprego para residentes de Afungi (até 2017)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos pelos líderes das comunidades de Maganja, Quitupo e Senga (julho e setembro de 2017).

10. Conclusão

O projeto de GNL de Palma representa o maior investimento de capitais estrangeiros no setor energético na história de Moçambique e da África Austral. Com efeito, espera-se que este projeto estimule o PIB nacional nos próximos decénios, pague significativos impostos ao Estado e coloque Moçambique na lista de maiores produtores mundiais de gás natural liquefeito.

Contudo, em Afungi, apesar do projeto construir infraestruturas económicas e sociais, pagar compensações pecuniárias aos afetados pelos bens perdidos e desenhar planos de reposição dos meios de subsistência agrícola e pesqueiros, a curto, médio e longo prazos, os impactos do projeto são negativos do ponto de vista ambiental, cultural, económico-social. Por um lado, estes impactos resultam (i) da exposição a riscos ambientais (poluição do ar, sonora, erosão); (ii) da perda e alteração do património cultural (cemitérios, sepulturas e locais sagrados); e (iii) da perda da terra agrícola e de acesso ao mar, o que diminui a capacidade produtiva e de manutenção dos meios de subsistência, aumenta a pressão sobre terra, mar e florestas nas zonas de chegada. Por outro, esses impactos são agravados pela falta de oportunidades de emprego para residentes locais e inexistência de projetos concretos de desenvolvimento local a médio e longo prazos.

Assim, conclui-se que o projeto GNL não promoveu desenvolvimento local em Afungi; pelo contrário, criou riscos ambientais, alterou/destruiu o património cultural, agudizou a pobreza económica e social e, ao mesmo tempo, fragilizou o poder do Estado, enquanto de-

fensor dos bens/necessidades da população, promotor do desenvolvimento e do bem-estar social. Chegado a esta conclusão, e respondendo à pergunta de Alidjuane, dir-se-ia que, com ou sem reassentamento, não há desenvolvimento local em Afungi. E, os impactos do projeto extrativista, da AMA1, são maus a nível local como são dos outros megaprojetos implantados em várias regiões do país.

Referências bibliográficas

- Alexandrino, J. de M. (2009), O conceito de bem cultural. Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Alpers, E. A. (2014), *The Indian Ocean in World History*. Oxford, New York: Oxford University Press.
- Anadarko e ENI (2016a), Projeto de desenvolvimento de gás em moçambique, plano final de reassentamento, Vol. 1.
- (2016b), Projeto de Desenvolvimento de Gás em Moçambique, Plano Final de Reassentamento. Anexo K, Atas e Listas de Presenças das Reuniões Públicas. Vol. V, pp. 4-725.
- Angelis, M. de (2005), The Political Economy of Global Neoliberal Governance. *Fernand Braudel Center*, 28(3), pp. 229-257.
- APC - Anadarko Petroleum Corporation (2017), Health, Safety, Environment and Sustainability Report (HSE and Sustainability Report).
- Attah, N. E. (2013), “*The historical conjuncture of neo-colonialism and underdevelopment in Nigeria*”. Osun State University, Department of History and International Studies. Academic Journals.
- Banco Mundial (2001), Declaração sobre os Direitos de Camponeses e outras pessoas que trabalham nas zonas rurais. A/HRC/WG.15/1/2.
- BHPBillinton & Mozal (2013), *Welcome to MOZAL. Together, we make a difference*.
- Biggs, S. (ed.) (2016), *Miracle or Mirage? Manufacturing hunger and poverty in Ethiopia*. USA: The Oakland Institute.
- Boletim da República (2012), Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto de 2012 (Conselho de Ministros). Aprova o regulamento sobre o reassentamento resultante de atividades económicas. Série I, N.º 32. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- Broughton, A. (2013), “*Land grabbing: A new colonialism*”. *Green Social Thought: A Magazine of Synthesis and Regeneration*. Spring.
- Carmody, P. (2011), *The New Scramble for Africa*. Cambridge: Polity Press.
- Castel-Branco, C. N. (2008), Os Mega Projetos em Moçambique: Que contributo para a Economia Nacional? Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa. Museu de História Natural. Maputo, 27 e 28 de novembro de 2008.

- (2002), *Mega Projetos e Estratégia de Desenvolvimento. Notas para um Debate*. IESE
- Fourie, A. (2012), *The New Scramble for Africa*. *Development in Practice*, 22(3), p. 429.
- Fraser, E. (2015), *Irresponsible investment: Africa's broken development model in Tanzania*. USA: The Oakland Institute.
- Fukuyama, F. (1992), *The End of History and the Last Man*. USA. Penguin.
- Governo da Província de Cabo delgado, Anadarko E ENI (2017), *Reassentamento: processo de implementação*.
- Gudynas, E. (2010), *Agropecuaria y nuevo extractivismo bajo los gobiernos progresistas de América del Sur*. Instituto de Estudios Agrarios y Rurales, pp. 37-54. *Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual*. Quito: CAAP e FLACSO.
- Hanlon, J. (2019), “A Visão de Hanlon sobre processos político-eleitorais - Oposição está a dormir” in *Savana* (17/5/2019), Renamo contra-ataca e acusa Nyusi de inflexível no processo DDR – Os Oficiais da discórdia, N.º 1323, Ano XXVI, Maputo.
- Hole, M. S. (2014), *The New Scramble for Africa: The EU raw material initiative – a response to China increased presence in Africa*. Master's thesis in European Studies. NTNU – Trondheim.
- Hosken, G. S. (s/d), *O que são multinacionais? Diferença entre multinacionais e transnacionais*. Passei Directo. [Em linha]. [Consult. 02.set.2021]. Disponível em: [O Que São Multinacionais? Diferença entre Multinacionais e Transnacionais - Economia Política Internacional \(passeidireto.com\)](http://O Que São Multinacionais? Diferença entre Multinacionais e Transnacionais - Economia Política Internacional (passeidireto.com))
- Impacto e ERM (2014), *Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projeto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado*. Vol. I e II. Maputo.
- Ingram, M. (2018), *What next for the Asia Pacific gas Market?* 27 World Gas Conference. Washington DC, June, 25th-29th.
- Instituto Nacional de Petróleo (2020), “*Celebrando os 10 anos da descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma*”. Instituto Nacional de Petróleo. [Em linha]. [Consult. 05.set.2021]. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/pt/Noticias/Celebrando-10-Anos-da-Descoberta-de-Gas-na-Bacia-do-Rovuma-A-Descoberta-que-Mudou-Mocambique>.
- (2011), “*A primeira grande descoberta de gás na Area-4 da Bacia do Rovuma*”. Instituto Nacional de Petróleo. [Em linha]. [Consult. 05.set.2021]. Disponível em: <http://www.inp.gov.mz/Highlights/1st-Giant-Gas-Discovery-in-the-Rovuma-Basin-Area-4>.
- Langan, M. (2018), *Neocolonialism and the Poverty of 'Development in Africa'*. Newcastle University: Palgrave Macmillan.
- Ledesma, D. (2013), *East Africa Gas: Potential for export*. The Oxford Institute for Energy Studies. NG, p. 74.
- Liberti, S. (2011), *Land grabbing. Come il mercato delle terre crea il novo Colonialismo*. Roma: Maximum Fax.

- Maldonado, F. G. (2015), Um pouco mais ao Sul: Extrativismo, neoextractivismo e pós-extrativismo sob duas experiências sul-americanas. *Pré-Sal e ITT*, pp. 57-170.
- Mimbire, F. e Nhamirre, B. (2015), Projeto LNG – Moçambique. Terceira Ronda de Consultas Públicas em Palma: Não há transparência, comunidades mal informadas e Governo apático. CIP Newsletter, Edição n.º 28/2015.
- Moyo, Dambisa (2013), *A China e a Corrida aos Recursos*. Trad. Nuno Fernandes, pp. 9-17. Lisboa: Bertrand Editora.
- Mulenga, N. (2012), "Foreign farmers undermine food security in Zambia. Inter Press Service (IPS).
- Nkrumah, K. (1965), *Neo-colonialism. The last stage of Imperialism*. London: Thomas Nelson and Sons.
- Pitcher, M. A. (2003), Sobreviver à transição: O legado das antigas empresas coloniais em Moçambique. *Análise Social*, 38 (168), pp. 793-820. República de Moçambique (2014). Plano Diretor do Gás Natural. 16.ª Sessão do Conselho de Ministros. Maputo, 24 de junho de 2014.
- Rist, G. (2008), *The History of Development: From Western origins to Global faith*. 3ed. Zed Books London & New York.
- Santos, B. de S. (org.) (2002), *Globalização e Ciências Sociais*. 2 ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Standard Bank (2018), O potencial de gás natural de Moçambique continua enorme. Standard Bank. [Em linha]. [Consult. 28.set.2021]. Disponível em: <https://www.standardbank.co.mz/Informacao-Institucional/Noticias-e-Eventos/O-potencial-de-gas-natural-de-Mocambique-continua-enorme>.
- UNAC e GRAIN (2015), *Usurpadores de Terra do Corredor de Nacala: Uma nova era de luta contra plantações coloniais no Norte de Moçambique*. Maputo/Barcelona.
- Vakhruchev, V. (1975), *Neocolonialismo e os seus métodos*. Lisboa: Prelo.
- World Bank (2001), *The World Bank Operational Manual. Operational Policies on Involuntary Resettlement* OP 4.12. Washington, pp. 1-9.
- Wuyts, M. (1980), *Economia Política do Colonialismo Português em Moçambique. Estudo Moçambicanos*, 1, pp. 9-22.

Fontes orais

- Abdala Rachide, Líder comunitário de Quitupo, entrevistado a 31/07/2017.
- Ernesto Mussa Atibo, Líder comunitário de Maganja, entrevistado a 31/07/2017.
- Ismael Issa, Alfabetizador de Quitupo, entrevistado a 21/09/2017.
- Macassale Salimo, Adjunto do Líder de Maganja, entrevistado a 20/09/2017.
- Tomás Pessa Dindila, Líder comunitário de Senga, entrevistado a 21/09/2017.



Promessas e frustrações: desafios de convivência entre comunidades locais e os megaprojetos de gás - caso do distrito de Nacala-à-Velha, 2019-2022

Pedro Sebastião Joaquim*

pp. 69-83

1. Introdução

A exploração de petróleo e gás em Moçambique data do ano 1904, quando começaram as primeiras atividades nas províncias de Sofala e Inhambane. A exploração mais intensiva foi retomada entre 1948 e 1974, no momento em que as grandes operadoras internacionais começaram a envolver-se. Este estudo analisa os desafios de convivência entre as comunidades locais e os megaprojetos de gás no distrito de Nacala-a-Velha, localizado na província de Nampula, que vem enfrentando transformações significativas em decorrência da implementação desses megaprojetos de exploração de gás natural na região. Estes megaprojetos, embora tragam promessas de desenvolvimento económico e social para a comunidade local, também têm gerado uma série de desafios e frustrações no processo de convivência e coexistência entre os moradores e as empresas petrolíferas.

De facto, a relação entre a comunidade local e os megaprojetos de gás em Nacala-a-Velha tem sido marcada por uma série de conflitos e tensões, relacionados a questões como a desapropriação de terras, impactos ambientais, garantia de empregos locais, acesso a serviços básicos e infraestruturas, entre outros. Essas questões têm gerado desafios e dilemas para a comunidade local, que busca conciliar as oportunidades de desenvolvimento trazidas pelos megaprojetos de gás com a preservação de seus modos de vida tradicionais e a proteção de seus direitos e interesses.

Diante desse contexto complexo e desafiador, faz-se necessário uma compreensão mais aprofundada sobre os dilemas, as promessas e as frustrações envolvidas na convivência entre a comunidade local e os projetos de gás no distrito. Este estudo busca investigar as dinâmicas e os impactos dessa relação, identificar os principais desafios e oportunidades para uma convivência harmoniosa e sustentável, e propor estratégias e

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a4>

* Universidade Rovuma, Nampula - Moçambique, licenciado em Filosofia e Ética; AEPI – Associação de Estudantes Pesquisadores e Inovadores, Moçambique, pesquisador associado; e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – CEAUP, investigador e membro da equipa multidisciplinar – Construção do Observatório Internacional dos Ataques no Norte de Moçambique.

soluções que possam contribuir para o desenvolvimento social e económico da região, respeitando os direitos e as aspirações da comunidade local.

Nesta senda, ao compreender e abordar de forma colaborativa e participativa os desafios existentes, é possível promover um diálogo inclusivo e construtivo entre todos os atores envolvidos, visando a construção de um futuro mais justo, equitativo e sustentável para o distrito e suas comunidades. Este estudo pretende contribuir para a reflexão e o debate sobre essas questões cruciais, incentivando a busca por soluções inovadoras e colaborativas que promovam o desenvolvimento social e o bem-estar das populações locais, em harmonia com o meio ambiente e as aspirações comunitárias, pois para além da dimensão social de desenvolvimento, as empresas são chamadas a responder a diversas áreas socialmente importantes para o desenvolvimento humano e económico da região onde atuam.

1.2. Comunidades locais

O conceito de Comunidade pode ser usado para descrever desde aldeias, clubes e bairros, até grupos étnicos e nações (Oliveira *et al.*, 2013: 7).

Devido ao amplo espectro conceitual, a definição de comunidade tem sido permeada pela sua dimensão subjetiva, ou seja, estrutura-se a partir de um sentimento de união, de um senso de pertencer a uma determinada coletividade ‘Comunidade’ produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra ‘comunidade’ carrega”: é a segurança em meio à hostilidade (Bauman, 2003: 22).

Destacamos também as contribuições teóricas de pensadores clássicos, como Max Weber, para quem a comunidade é um conceito amplo que abrange situações heterogêneas, mas que, ao mesmo tempo, apoia-se em fundamentos afectivos, emotivos e tradicionais. O autor chama de comunidade “*uma relação social quando a atitude na ação social – no caso particular, em termo médio ou no tipo puro – inspira-se no sentimento subjectivo (afectivo ou tradicional) dos partícipes da constituição de um todo*” (Weber, 1975: 140-141).

1.3. Benefícios dos projetos sociais para as comunidades locais

Ao falarmos de projetos sociais é indispensável tomar em consideração as crises das economias públicas que perpetuam a vulnerabilidade dos grupos sociais desfavorecidos e que contribuem para a necessidade de sinergias das sociedades de forma a responder-se os fenómenos complexos (Massapa, 2017: 20).

Neste viés, discute-se atualmente a nível global sobre os mecanismos e projetos sociais que contribuam para o desenvolvimento, tomando em consideração as premissas de participação, o carácter endógeno, a capacidade organizacional da comunidade e o nível de partilha das responsabilidades entre diferentes atores sociais.

Assim, um projeto social busca, por meio de um conjunto integrado de atividades, transformar uma parcela da realidade, reduzindo ou eliminando um défice, ou solucionando um problema, para satisfazer necessidades de grupos que não possuem meios para solucioná-las por intermédio do mercado. Frequentemente, os termos projetos, programas e políticas sociais são confundidos.

Os programas, grosso modo, envolvem horizontes de tempo mais longos que os projetos. Pode-se, portanto, analisar um programa por meio do estudo dos projetos que o compõem. Outra diferença notória é que as áreas de atuação dos projetos são universalmente mais vastas e heterogêneas. Os projetos podem ser classificados em função do

seu objeto (como setores sociais) e em função do grupo-alvo (com relação às características distintivas). Normalmente a conceção de um projeto envolve diferentes fases, sendo as mais importantes a identificação de ideias do projeto, definição de objetivos, desenho, análise e aprovação, execução e avaliação (Massapa, 2017a: 23).

A implementação de projetos sociais nas comunidades locais é o resultado daquilo que comumente é designado por Responsabilidade social e desenvolvimento económico local, que se apresenta atualmente como temas que visam ao combate de problemas de índole não somente económica, mas também social e ambiental. O Governo tem incentivado as empresas multinacionais, no sentido de se envolverem mais nos projetos sociais edificando infraestruturas sociais e garantindo emprego para as comunidades locais como forma de ajudar a alcançar o almejado desenvolvimento social. Tais ações quando são levadas a cabo mostram-se de grande valia para as comunidades locais. Na discussão em volta dos benefícios que surgem para as comunidades podemos encontrar dois níveis da responsabilidade social que as empresas podem exercer para as comunidades: interna e externa.

A dimensão interna tem por centralidade a satisfação das necessidades dos trabalhadores da empresa em termos salariais, assistência médica, formação, etc. Em suma, trata-se da satisfação da pressão dos trabalhadores ao empregador. Neste domínio, as políticas das empresas baseiam-se no seu crescimento económico e nos ganhos. A dimensão interna da responsabilidade social que envolve práticas socialmente responsáveis consagradas aos colaboradores da organização relaciona-se na sua maioria com questões de desenvolvimento do capital humano, designadamente, a saúde, a segurança no trabalho, a comunicação, a gestão de mudança.¹

1.4. Envolvimento das comunidades na extração do gás

Os debates à volta da extração do gás no período colonial centravam-se na otimização do seu uso pelas metrópoles, ignorando por completo as populações locais onde os mesmos eram explorados. Criou-se assim o padrão de economia extrovertida que persiste até agora: uma economia centrada na extração de matérias-primas e sua exportação sem adição de valor, beneficiando dessa forma outras economias. Na era pós-colonial e da globalização em que vivemos, os debates em torno da indústria extrativa ganharam dimensão global, com novos temas do interesse quer dos donos dos recursos – os países onde os recursos são explorados – quer dos vendedores e dos compradores (Bihale, 2016: 11).

Nesta senda, as comunidades locais precisam de maior acompanhamento para fazerem face às demandas da empresa na implementação do projeto. Nos termos do artigo 32 da Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto:

- ✓ há informação obrigatória e prévia às comunidades sobre o início de atividades de prospeção e pesquisa, bem como da necessidade do seu reassentamento temporário para tal fim;
- ✓ é obrigatória a consulta prévia das comunidades antes da obtenção da autorização para o início da exploração mineira;
- ✓ o Governo deve criar mecanismos de envolvimento das comunidades nos empreendimentos mineiros implantados nas suas áreas;

¹ Idem, (2017a: 18-19).

- ✓ cabe ao Governo assegurar a organização das comunidades abrangidas para o seu envolvimento nos empreendimentos de atividade mineira nos termos do número anterior.²

Há milhares de anos, os habitantes da Grécia, Pérsia e Índia notaram que o gás que provinha do subsolo se queimava com facilidade. Em alguns lugares, essas chamas de gás natural se tornaram focos de mitos e crenças religiosas (Neto, 2018: 23).

Nos termos do artigo 53 da lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto³, a extração de recursos minerais para construção não carece de título mineiro ou autorização quando reúna os seguintes requisitos:

- ✓ ser realizada por cidadão nacional na medida e pela forma permitida pelos costumes locais e na terra onde é usual realizar essa extração;
- ✓ destinar-se a construção de habitações, armazéns e outras instalações próprias;
- ✓ tratar-se de produção artesanal de cerâmica pelos utentes da terra.

O processo de extração do gás cria uma transformação e reestruturação social das infraestruturas existentes, mas ao mesmo tempo cria oportunidades para as comunidades locais. A contribuição dos megaprojetos para a economia nacional está, obviamente, relacionada com o seu peso no investimento, emprego, produção e comércio. No entanto, a riqueza gerada pelos megaprojetos pertence às corporações que os possuem e controlam e não à economia como um todo. Portanto, o impacto da riqueza produzida pelos megaprojetos na economia nacional está relacionado com o grau de retenção e absorção dessa riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida (Castel-Branco, 2008: 3).

Assim, de acordo com o autor, percebe-se, por exemplo, que o impacto da fundição de alumínio ou da exploração do gás e das areias minerais depende de como a economia retém e absorve parte do valor de produção e das vendas dessas empresas. Assim, não basta dizer que o impacto é grande porque os megaprojetos contribuem com três quartos das exportações de bens. Essas exportações geram riqueza para os megaprojetos que, com ela, podem pagar as suas importações.

Neste ângulo de vista, em conformidade com o autor, as principais ligações económicas que se desenvolvem a partir de megaprojetos minerais e energéticos são: produtivas, tecnológicas, de emprego, investimento/poupança e fiscais. A dimensão dos megaprojetos é definida pelos montantes de investimento (acima de US\$ 500 milhões) e pelo impacto na produção e comércio (Castel-Branco, 2008a: 5).

A produção do gás deve perpetuar um desenvolvimento social e humano das comunidades locais. Nos termos do art.º 20 da lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto, uma percentagem das receitas geradas para o Estado pela extração mineira é canalizada para o desenvolvimento das comunidades das áreas onde se localizam os respetivos empreendimentos mineiros.⁴

2 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

3 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

4 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

1.5. Prejuízos ambientais: o princípio do poluidor-pagador

A questão de danos ambientais é de facto global e a sua proteção exige também uma responsabilidade coletiva por afetar a atmosfera, as águas interiores superficiais e subterráneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. Nenhuma entidade, privada ou pública, está imune às consequências ambientais. Hoje os temas da poluição e das mudanças climáticas estão no topo da agenda global, em particular no continente africano, onde nos últimos anos aumentou significativamente o volume da exploração dos recursos naturais. As questões emergentes refletem a preocupação sobre as implicações dessas explorações para um crescimento económico inclusivo e amigo do ambiente.

Nos países em desenvolvimento, como Moçambique, há muitos desafios para concretizar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Atualmente mais de 645 milhões de pessoas em África não têm acesso a electricidade, 700 milhões não têm acesso a energia limpa para cozinha e 600 mil morrem em cada ano devido à poluição doméstica provocada pela biomassa (cf. Banco Africano de Desenvolvimento, 2015: 11).

Acredita-se que África poderá ultrapassar este desafio se for capaz de reduzir a intensidade de crescimento de gases do carbono. Mas para que isso possa ocorrer, são necessários mecanismos legais de aferição do dano e da responsabilidade, evitando, dessa forma, que os principais intervenientes no processo de exploração dos recursos e implementação de projetos de desenvolvimento não operem com arbitrariedade e cometam injustiças.⁵

O petróleo e o gás continuam sendo a principal fonte de energia no mundo – e provavelmente vão continuar assim por anos –, sendo crescente a preocupação com o aquecimento global e o impacto das emissões de gás carbónico (CO₂) produzidas pela atividade humana nessas mudanças climáticas. As práticas da indústria de petróleo mudaram muito nos últimos 50 anos, com a incorporação de controlos rigorosos e inovações tecnológicas para reforçar os cuidados com o meio ambiente (Mário, 2015: 15).

Nesta senda, o princípio do poluidor-pagador adveio da Recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em Maio de 1972. Deste princípio, apresentamos a seguinte definição sustentado pela Comunidade Económica Europeia:

As pessoas naturais ou jurídicas, sejam regidas pelo direito público ou pelo direito privado, devem pagar os custos das medidas que sejam necessárias para eliminar a contaminação ou para reduzi-la ao limite fixado pelos padrões ou medidas equivalentes que assegurem a qualidade de vida, inclusive os fixados pelo Poder Público competente (Araújo, 2011: 5).

Nesta ordem de ideias, o citado princípio pode ser entendido como um instrumento económico de política ambiental que exige do poluidor ou de potenciais poluidores o dever de arcar com as despesas estatais relativas à prevenção, reparação ou repressão dos danos ambientais. Na mesma linha de pensamento o referido princípio do “quien contamina paga” o poluidor deve arcar economicamente na correcção do dano ambiental provocado, já que ele impossibilitou a coletividade de usufruir de um bem-estar ambiental.

Assim, em relação a custos, costuma-se extrair do ramo da economia a expressão “externalidades negativas” quando se fala do presente tema. Sob o aspecto legal, o referido princípio é notório no ordenamento jurídico moçambicano, nos termos do art.º 68 da

5 Idem (2015a: 11).

Lei n.º 20/2014, que dispõe sobre a Gestão Ambiental da Atividade Mineira e preconiza o exercício da atividade mineira em conformidade com as normas de proteção e preservação do meio ambiente.

Neste viés, a atividade mineira deverá ser exercida em conformidade com:

- ✓ as leis e regulamentos em vigor sobre o uso e aproveitamento dos recursos minerais, bem como as normas sobre proteção e preservação do ambiente incluindo os aspetos sociais, económicos e culturais;
- ✓ as boas práticas minerais, a fim de assegurar a preservação da biodiversidade minimizar o desperdício e as perdas de recursos naturais e protegê-los contra efeitos adversos ao ambiente;
- ✓ o respeito pelas normas sobre segurança técnica em conformidade com o regulamento específico.⁶

1.6. Reassentamentos: frustração das comunidades e promessas

O processo de reassentamento das comunidades constitui um dos princípios básicos para a implantação efetiva dos empreendimentos mineiros, tanto quanto da configuração produtiva dos recursos.

Os projetos da Anadarko Área 1 Limitada, Eni East Africa SpA, ICVL (processo herdado da Rio Tinto), Jindal África, *Kenmare Moma Mining* e Vale Moçambique implicaram reassentar as comunidades que se encontravam nas áreas abrangidas pelas concessões (Bihale, 2016a: 28).

Consta que as populações afetadas pelos projetos da Vale⁷ Moçambique e ICVL foram reassentadas nos Bairros de Cateme, Mwaladzi, Catete, Nchenga e 25 de Setembro, entre 2009 e 2010. Por seu turno, o processo de reassentamento das populações afetadas pela atividade mineira da *Kenmare Moma Mining*, em Nampula, decorreu entre 2007 e 2010, na região de Topuito. Em Chirodizi, Marara, a Jindal África estava à altura a construir casas de modo a reassentar as famílias afetadas pela atividade mineira. No distrito de Palma, na Província de Cabo Delgado, a *Anadarko* e a *Eni* teriam identificado áreas de reassentamento tendo iniciado antes com o processo de auscultação pública.⁸

Entretanto, o processo de reassentamento em Tete e Nampula, no distrito de Nacala-a-Velha e Topuito em Moma, foi manchado de erros desde o seu início e de uma forma geral foi complexo, lento e conflituoso. Tanto em Tete (Cateme, Mwaladzi, Catete, Nchenga e 25 de Setembro) como em Nampula (Topuito), (Bihale, 2016a: 30) o diálogo entre o Governo, as empresas e as comunidades foi fraco, podendo dizer-se que o governo esteve ausente. A auscultação pública foi fraca e as comunidades não tiveram informação suficientemente clara sobre os seus direitos.⁹

Consta ainda que as comunidades receberam promessas de emprego e apoio financeiro para o desenvolvimento de atividades de rendimento, mas as promessas foram avulsas

6 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

7 A Vale é uma mineradora global fundada no Brasil em 1942 e presente em cinco continentes. A empresa tem mais de 100 000 trabalhadores (funcionários e subcontratados) no mundo e está presente na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE), Madrid (Latibex) e Hong Kong (China).

8 Idem (2016a: 34-35).

9 Como podemos observar no comunicado da Ordem dos Advogados de Moçambique citado pela DW, há provas bastantes de que a Vale não cumpriu o plano de reassentamento. Por isso, o organismo luta para que a multinacional pague o que deve às comunidades afetadas.

e não foram cumpridas. Não houve negociação com as populações afetadas sobre a área onde iriam viver nem sobre o tipo de casas que as empresas iriam construir. O processo foi imposto. Em alguns casos, as casas foram mal construídas. Além disso, as terras onde foram reassentadas em alguns casos são de pequenas dimensões para a prática de atividades agropecuárias (Topuito). Em outros casos são improdutivas (em Tete) e com dificuldades de acesso à água. Em quase todos os casos, as zonas de reassentamento situam-se longe dos serviços básicos.

A partir do ano 2011 e 2014, o Governo de Moçambique intensificou a elaboração e aprovação de instrumentos jurídico-legais para corrigir alguns dos erros decorrentes da atividade mineira, com destaque para a lei n.º 20/2014, de 18 de Agosto que aprova o Regulamento sobre o Processo de Reassentamento resultante de Atividades Económicas.¹⁰

O Decreto n.º 31/2012, que regula a política de reassentamento em Moçambique, estabelece especificamente o processo de reassentamento sobre as atividades económicas. Este decreto foi aprovado em Agosto de 2012, portanto, um ano depois do início da exploração mineira pela Vale em Moçambique.

A aprovação desse regulamento foi bastante atrasada em função da quantidade de projetos mineiros que já estavam sendo desenvolvidos e aprovados no país, que acabaram por conduzir à apropriação de territórios e por conseguinte a reassentamentos compulsórios, a maioria dos quais acabou por conduzir à deteriorização da qualidade de vida dos afetados e/ou deslocados (Manuel, 2019: 13).

A aprovação do regulamento de reassentamento em Moçambique, em 2012, representou um passo significativo, porque apresenta os procedimentos a serem seguidos e, define como objetivo a necessidade de *impulsionar o desenvolvimento socioeconómico do país e garantir que a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, tendo em conta a sustentabilidade dos aspetos físicos, ambientais, sociais e económicos* (Moçambique, 2014: 324).

O regulamento sobre o processo de reassentamento defende a participação dos afetados e membros da sociedade civil em todo o processo de reassentamento, porém a sua participação está limitada ao nível das reuniões públicas marcadas durante o processo, onde poderiam opinar sobre as melhores práticas para que o processo se mostrasse mais adequado à realidade das famílias atingidas. As opiniões sugeridas pelos participantes são introduzidas na acta da reunião que depois constituem objeto de avaliação da Comissão Técnica do Reassentamento, que tem a decisão final de incorporar ou rejeitar (Matos & Medeiros, 2017: 18). Na nova legislação de minas, de 2014, a exploração mineira continua a ser prioritária em relação às outras formas de uso do solo, visto que a lei valoriza principalmente o pagamento de indemnizações justas e a realização do processo de reassentamento. Esta lei continua a favorecer as transnacionais na exploração mineira, principalmente ao não oferecer a possibilidade de as famílias atingidas recusarem as indemnizações e o reassentamento. Apesar disso, embora de modo menos visível, a legislação tende a criar mecanismos que salvaguardem os interesses dessas famílias (Matos & Medeiros, 2017: 22).

Portanto, sob o ponto de vista da análise da legislação mineira em Moçambique, percebe-se a existência de uma enorme fragilidade no que diz respeito à implementação dessas leis. Desta forma, tendo em conta tais fragilidades que norteiam a legislação de minas no país, quanto as contribuições dos megaprojetos de mineração no desenvolvimento da economia moçambicana e das comunidades locais onde estes projetos operam, o país continuará a enfrentar dificuldades enormes de desenvolvimento económico e social, bem como sérias dificuldades de coexistência das comunidades locais.

10 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

1.6.1. Indemnização

No Direito Administrativo, a indemnização significa a remuneração devida ao proprietário que sofre um procedimento desapropriatório sobre o seu bem imóvel. Essa desapropriação poderá ser por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, caso em que a indemnização deverá ser prévia, justa e paga em dinheiro (Albano, 2012: 55).

O aprofundamento do conhecimento já existente sobre os recursos naturais do país, bem como a descoberta de outros, têm atraído o interesse de investidores nacionais e estrangeiros, que requerem licenças de prospeção e desenvolvem atividades de exploração de tais recursos em diferentes regiões. Na maioria das vezes, as áreas das concessões coincidem com espaços ocupados por famílias ou comunidades, implicando, em consequência, a sua retirada e reassentamento em novos locais.

Este processo social e economicamente complexo afecta os direitos pré-existentes destas comunidades, com sérias perdas e danos de várias ordens, cuja reparação importa assegurar, na base de critérios objetivos e justos. Com efeito, a Constituição da República e a lei reconhecem o direito que a todos assiste de serem indemnizados pelos prejuízos que sofrerem, causados quer por violação dos seus direitos fundamentais, quer por perdas e danos (Bihale, 2016: 40).

No entanto, muitas vezes os megaprojetos não chegam a materializar as suas obrigações para com a população. Tal foi o caso do megaprojeto da Vale nas comunidades de Nacala-a-velha. A Vale, por exemplo, prometeu 5 anos de assistência à população reassentada, 6 meses de alimentação, repovoamento animal, 35 anos de emprego; por outro lado, em caso de haver seca, apoiaria com sementes, a captação de água seria de rio Revubue para Cateme e construiria um campo de futebol. Essas promessas ainda não foram cumpridas, sendo assim os animais que foram prometidos o governo vendeu 3 cabeças, dois machos e uma fêmea, custando há 5 mil meticais por prestação alegando que seria uma venda simbólica, o mesmo aconteceu com as sementes onde a empresa prometeu sementes de borla e o governo deliberou que as sementes deveriam ser vendidas há um preço simbólico (Bihale, 2016: 56).

De acordo com a legislação moçambicana, as indemnizações podem ser efetuadas com base em reposição de bens, por meios financeiros ou uma conjugação de ambos. Nos termos do art.º 30 da lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto, quando a área disponível da concessão abranja, em parte ou na totalidade, espaços ocupados por famílias ou comunidades que implique o seu reassentamento, a empresa é obrigada a indemnizar os abrangidos de forma justa e transparente, em moldes a regulamentar pelo Governo.¹¹

1.7. Responsabilidade social

Analisamos agora a responsabilidade social enquanto obrigação social de uma empresa ou organização realizar as suas atividades dentro da legalidade e das normas éticas aceites pela sociedade.

A responsabilidade social pode ser entendida também como a reação social ou então uma sensibilidade das organizações de assumirem as atividades de interesse público para evitar as pressões sociais (Massapa, 2017: 33).

As mudanças político-económicas vividas em Moçambique desde finais da década de 1980 que foram combinadas com numerosas descobertas de recursos naturais chamaram a atenção das grandes companhias multinacionais para investir no país. Assim, as desco-

11 Lei n.º 20/2014 de 18 de Agosto. In *Boletim da República, I Série*, n.º 66, de 18 de Agosto de 2014.

bertas e o início de exploração desses recursos criaram enormes expectativas tanto dos investidores como dos moçambicanos. Não havendo experiência e legislação nacionais para lidar com as multinacionais, Moçambique tem vindo paulatinamente a adotar mecanismos legais para definir o relacionamento com as instituições multinacionais.

Nesse relacionamento começaram a surgir conceitos pouco comuns como a responsabilidade social empresarial que não era usual no modelo de economia centralizada. Foi precisamente na década de 2000 que começou o debate a nível nacional protagonizado pelas forças da sociedade civil e académica, na tentativa de identificar o contributo dos grandes projetos para a economia nacional e o alívio da pobreza nos locais de exploração. Refira-se que a quantidade de investimentos directos estrangeiros aumentou significativamente nos últimos anos, não obstante a crise financeira global. Dados do Centro de Promoção de Investimentos (CPI) indicam que entre 2010 e 2013 foram aprovados mais de mil novos projetos de investimento orçados em \$ 12,5 biliões e com previsão de cento e dez mil novos empregos (Massapa, 2017: 34).

O governo moçambicano entende que os megaprojetos devem fundamentalmente promover o desenvolvimento económico e social das comunidades (Plano Diretor). E para se atingir o desenvolvimento económico e social das comunidades, o Governo orienta as empresas no sentido de incluir seus planos de RSE em projetos de desenvolvimento local (Daounda, 2022: 15).

Assim, no que diz respeito aos desafios da convivência decorrentes da extração do gás em Moçambique, a impressão que se tem é que de facto o país vem nos últimos anos registando um investimento acentuado no setor do gás, facto que seguiu-se a um período de decadências justificadas pelo preço das *commodities* e pela redução do investimento. Assim, ao longo desse tempo – mesmo durante períodos de preços e investimentos elevados –, o setor tem tido pouco impacto na transformação do desenvolvimento local e regional ou a oferecer benefícios sustentados para a economia nacional (Mireme, 2017: 21). Nesta senda, como bem observado pelo Banco Mundial, “entre 2003 e 2009, a taxa nacional de pobreza caiu apenas 2 pontos percentuais. Este período foi marcado por um aumento dramático no investimento em megaprojetos intensivos em capital, começando pela construção da fundição de alumínio Mozal entre 2001 e 2003. Desde 2003, estes projetos representaram uma parcela cada vez maior do crescimento geral, mas geraram relativamente poucos empregos e têm vínculos limitados com a economia nacional em geral (Banco Mundial, 2016: 15)

A este respeito, verifica-se ademais um desafio de longe conflituante e discordante para as comunidades locais decorrente do processo de extração do gás na medida em que enquanto a exploração do gás trouxe alguns benefícios locais de emprego e infraestrutura para as províncias e distritos de acolhimento, estas áreas também sofreram impactos significativos e negativos socioeconómicos e ambientais, incluindo deslocamentos físicos e económicos involuntários, poluição do ar e recursos hídricos adjacentes, e numerosas preocupações de saúde, segurança e proteção.

2. Abordagem metodológica

A metodologia adotada para o levantamento de dados neste estudo é essencialmente qualitativa. Nesta combinaram-se a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica tem como enfoque a revisão bibliográfica, que possibilitou a operacionalização de conceitos e respetivo enquadramento teórico. Com relação à pesquisa documental, foram consultadas fontes primárias constituídas pela legislação mineira em vigor no ordenamento jurídico moçambicano. Por outro lado, efetuou-se um estudo de caso de carácter

exploratório, usando como instrumento o inquérito por questionário que consiste em colocar uma série de perguntas a um número representativo da população, geralmente relativas à: (i) sua situação social, profissional ou familiar; (ii) suas opiniões; (iii) sua atitude em relação às opções ou questões humanas e sociais; (iv) expectativas; (v) ao seu nível de conhecimentos ou consciência de um acontecimento ou de um problema; e (vi) qualquer outro ponto que interesse aos investigadores (Pocinho, 2012: 24).

Já o estudo de caso contribui para a compreensão de um determinado fenómeno ou ação quer seja individual, organizacional, social ou político atual e no contexto da vida real (Yin, 2001: 22).

Foi adotado o método de inquérito por questionário. O estudo envolveu uma amostra de 100 participantes em quatro zonas, nomeadamente Napasso, Mussagirime, Pedreira e Muteputa do distrito de Nacala-a-Velha. A análise de dados recorreu a procedimentos estatísticos, utilizando o Excel 2010 do Microsoft Office, para caracterizar a amostra e quantificar a perceção dos moradores no que diz respeito à convivência das comunidades locais com os megaprojetos de gás na região.

3. Apresentação, análise e interpretação dos resultados

Ilustração 01 - Apresentação dos moradores reassentados e não reassentados



Fonte: Autor, 2022.

O gráfico acima representa o número dos moradores reassentados e não reassentados pela Vale no distrito de Nacala-a-Velha. Importa sublinhar que este é o número relativo apenas ao processo de reassentamento e não inclui outras questões, como o caso de indemnizações, tal como revela a ilustração 02 a seguir.

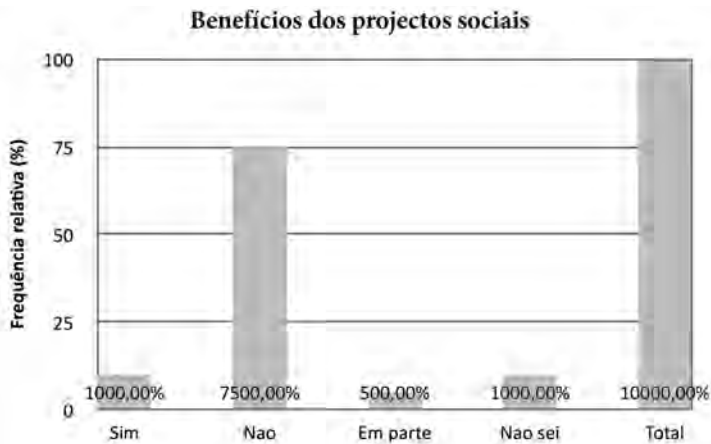
Ilustração 02 - Apresentação gráfica dos moradores no que diz respeito ao processo de reassentamento e indemnização 2022



Fonte: Autor, 2022.

O gráfico acima revela que a maioria dos moradores inquiridos não foi reassentado nem indemnizado (55 %). Por outro lado, apenas 25 % responderam positivamente quanto ao processo de reassentamento e indemnizações e 25 % não sabe. Apenas 10 % responderam em parte.

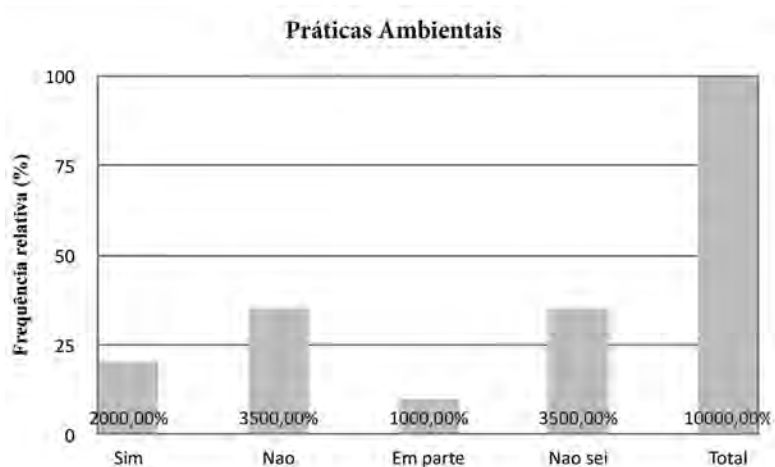
Ilustração 03 - Apresentação gráfica sobre os benefícios e as vantagens dos projetos sociais para o desenvolvimento da população local



Fonte: Autor, 2022.

A ilustração acima apresenta os benefícios e as vantagens dos projetos sociais para o desenvolvimento da população local. A maioria dos moradores inquiridos considera que os projetos sociais não contribuem para o desenvolvimento social e económico das comunidades locais (75 %), ou contribui em parte (5 %). Apenas 10 % considera que contribui e 10 % não sabe.

Ilustração 04 - Apresentação gráfica da percepção dos moradores no que diz respeito à contribuição dos megaprojetos para a proteção e conservação do meio ambiente



Fonte: Autor, x.

Tal como ilustra o gráfico, a maioria dos moradores inquiridos considera que a Vale não segue as melhores práticas de proteção e conservação do meio ambiente nas comunidades locais (35 %), ou então que o faz em parte (10 %), ao passo que 20 % considera que a Vale observa as melhores práticas de proteção e conservação do ambiente e 35 % não sabe.

4. Considerações finais

Em Moçambique, a exploração mineira criou muitas expectativas no tocante ao desenvolvimento económico e social do país e o seu reflexo na melhoria de vida das comunidades locais. Tal como constatou-se no presente estudo, a implantação dos megaprojetos tem sido um processo frustrante para as comunidades locais onde esses empreendimentos são implantados. Estes pressupostos têm sido igualmente expostos em vários estudos relacionados ao setor de mineração. A fragilidade da aplicação da legislação mineira, ausência da responsabilidade social, reassentamentos e promessas de indemnizações constituem os principais estorvos endógenos ao desenvolvimento económico e social das comunidades locais. Facto curioso é que todos os procedimentos de reassentamento das comunidades resultantes da implantação de empreendimentos económicos estão regulamentados na legislação moçambicana, que dá maior prioridade às multinacionais e menos à população local, na perspetiva utópica de que esses projetos poderão impulsionar o desenvolvimento económico e social do país.

Em Moçambique, o Estado é responsável pelos reassentamentos para dar lugar a exploração mineira. No entanto, este processo torna-se ainda mais complicado porque o Estado que provoca a expropriação é também o responsável pela proteção da população afetada. Assim, os expropriados são obrigados pelo seu Estado a deslocar-se em nome do interesse nacional e a pagar o preço do bem comum, a ser usufruído pelos demais. Trata-se, na sua maioria, de grupos empobrecidos e sem capacidade de influir na agenda governamental, que são obrigados a arcar com os custos do desenvolvimento do qual não se beneficiarão.

4.1. Sugestões

Diante dos desafios de convivência identificados propõe-se:

Diálogo e Participação: Estabelecer um diálogo contínuo e transparente entre as empresas responsáveis pelos megaprojetos de gás e as comunidades locais, envolvendo as lideranças comunitárias, representantes governamentais e organizações da sociedade civil. É importante garantir a participação ativa das comunidades nas decisões que afetam seu território e os seus direitos.

Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado: Respeitar o direito das comunidades locais de serem consultadas e de consentirem livremente sobre projetos que impactem seu território e seus modos de vida. As empresas devem fornecer informações claras e acessíveis sobre os riscos e benefícios da exploração de gás, garantindo a participação efetiva das comunidades na tomada de decisão.

Compensação Justa e Benefícios Sociais: Garantir que as comunidades locais sejam devidamente compensadas pelos impactos negativos gerados pelos megaprojetos de gás, incluindo indenizações justas pela perda de terras, recursos naturais e meios de subsistência. Além disso, é importante que as empresas promovam o desenvolvimento social e económico das comunidades, por meio de programas de capacitação, geração de emprego e investimento em infraestrutura social.

Implementação de Políticas de Responsabilidade Social Corporativa: As empresas responsáveis pelos megaprojetos de gás devem adotar políticas claras de responsabilidade social corporativa, tais como os direitos humanos e a proteção do meio ambiente. É fundamental que as empresas ajam de forma ética e transparente em suas operações, cumprindo integralmente a legislação mineira e os padrões internacionais de direitos humanos.

Monitoramento e Fiscalização: Garantir a implementação de mecanismos eficazes de monitoramento e fiscalização dos megaprojetos de gás, envolvendo órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e comunidades locais. É importante que haja transparência na gestão dos recursos gerados pela exploração de gás, bem como na prestação de contas sobre os impactos socioambientais e as medidas adotadas para minimizá-los.

5. Referências bibliográficas

Araújo, Diego de Moura (2011), Os dilemas do princípio do poluidor-pagador na atualidade. Planeta Amazônia. Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n.º 3, pp. 153-162.

Albano, Macie (2012), Lições de Direito Administrativo Moçambicano, Vol. 1. Escolar Editora, Editores e Livreiros, Lda.

Banco Africano de Desenvolvimento (2015), *Relatório Anual*. ADB-ADF/BG/AR/2015.

- Banco Mundial (2016a), *Acelerando a Redução da Pobreza em Moçambique: Desafios e Oportunidades*. [Em linha]. [Consult. 12.jun.2022]. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/788781481268553033/pdf/110868-REVISED-PUBLIC-DIGITAL-Final-ESW-Report-Update-12-12-2016-5-33pm.pdf>.
- (2016b), *Moçambique: Relatório Analisa Pobreza e Suas Causas e Avança Recomendações*. [Em linha]. [Consult. 12.jun.2022]. Disponível em: https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2016/12/21/mozambique-report-discusses-poverty-trends-and-recommends-way-forward?utm_source=chatgpt.com.
- Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Ltda.
- Bihale, Domingos (2016), *Indústria Extrativa em Mocambique: Perspetiva Para o Desenvolvimento do País*, Maputo: Friedrich Ebert Stiftung, Mozambique Office.
- Boletim da República (2014), Decreto n.º 20/2014, de 18 de agosto de 2014 (Assembleia da Assembleia da República). Lei das Minas - Estabelece os princípios gerais que regulam o exercício dos direitos e deveres relativos ao uso e aproveitamento dos recursos minerais, incluindo a água mineral. Série I, N.º 66, II Suplemento. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- (2012), Decreto n.º 31/2012, de 8 de agosto de 2012 (Conselho de Ministros). Aprova o regulamento sobre o reassentamento resultante de atividades económicas. Série I, N.º 32. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- Castel-Branco, Carlos Nuno (2008), *Os Megaprojetos em Moçambique, Contributo para a Economia Nacional*, Maputo: Fórum da Sociedade Civil sobre Indústria Extrativa- Museu de História Natural.
- Daouda (2022), *CSR and Sustainable Development: Multinationals are socially responsible in sub-Saharan Africa? The case of Areva in Niger, African Study n.º 28/2014, ISCTE*, Lisboa.[Em linha]. [Consult. 27.ago.2022]. Disponível em: <http://cea.revues.org/1719>.
- Manuel, Nélio (2019), *A exploração mineira e a expropriação das comunidades locais: caso da vale no distrito de Nacala-a-velha, moçambique*, *Revista Continentes (UFRRJ)*, ano 8, n.º 15, ISSN 2317-8825, pp. 10-13.
- Mário, Tomás Vieira; e Bila, Iracema Maiopuel (2015), *Indústria Extrativa e Comunidades Locais – Questões sobre Comunicação, Consultas Públicas e Impactos Económicos, Sociais e Ambientais sobre Comunidades Rurais em Tete e Cabo Delgado*. Selekaní - Comunicação para o desenvolvimento, Maputo.
- Massapa, Sebastião João (2017), *Responsabilidade Social e Desenvolvimento Económico: Uma Análise do Consórcio de Gás Natural em Moçambique*.
- Matos, Elmer Agostinho Carlos de Medeiros, Rosa Maria Vieira (2017), *Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo*. Revista Nera, Presidente Prudente, Ano 20, n.º 38, edição especial.

- Mireme - Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique (2017), *Avaliação Ambiental e Social Estratégica do Setor Mineiro e do Gás em Moçambique*.
- Moçambique (2014), *Assembleia da República. Lei n.º 20/2014*, de 18 de agosto de 2014 (Lei de Minas). Estabelece os princípios gerais que regulam o exercício dos direitos e deveres relativos ao uso e aproveitamento dos recursos minerais, incluindo a água mineral. Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique E.P., Maputo, 18 Ago. 2014. I Série, n.º 66, II Suplemento, 2014.
- (2012), *Conselho de Ministros. Decreto n.º 31/2012*, de 08 de agosto. Aprova o Regulamento sobre Reassentamento Resultante de Atividades Económicas. Boletim da República, Imprensa Nacional de Moçambique E.P., Maputo, 08 Ago. 2012.
- Neto, Manoel Pereira dos Santos (2018), *Uma Visão Jurídica de Ouro Negro no Brasil*, 1.ª Edição, Paco Editora.
- Oliveira, Stefanie Griebeler; Budó, Maria de Lourdes Denardin; Quintana, Alberto Manuel; Garcia, Raquel Pötter; Simon, Bruna; Wünsch, Sodré Simone; Soares, Mariangela Uhlmann (2013), *Discussões Sobre o Conceito de Comunidade*. Bogotá: Avances en Enfermería, XXXI (1) pp. 133-140.
- Pocinho, Margarida (2012), *Metodologia de Investigação Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa: Lidel. ISBN: 978-972-7579-16-7.
- Weber, M. (1975), *Comunidade e sociedade como estruturas de socialização*. In: Fernandes, F. (Org.). *Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP.
- Yin, R. K. (2001), *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ª Ed. Porto Alegre: Bookman.º



Capital Contradictions and Social Change in Cabo Delgado: the “Montepuez Ruby Mining” Experience

Maciel Santos*

pp. 85-117

In Africa, capital exports for mining have been associated for over a century with high profit rates and development hubs (mining cities, skilled emigration, higher average wages, etc.).¹ In the current phase of capital accumulation, the second term is missing, and Africa's *special mining territories* are depressed areas or, worse still, regions in social collapse, of which the eastern region of the DR Congo is a well-known example.

The mining boom in the northern district of Mozambique, Cabo Delgado, is quite recent: natural gas and precious stones were discovered just over a decade ago. Still, it provides insight into the recent evolution because more than a dozen multinationals are now based there. Although the information available on their activities and impact is becoming unequal, it is possible to put forward some hypotheses about the relationship between foreign capital, political power and social change.

The following sections seek to analyse the impact of one of these mining multinationals: a holding group listed on the South African stock exchange, which has also geared its trajectory according to its investments in Cabo Delgado. The aim is not to produce a monograph on Gemfields or a history of recent events in Cabo Delgado, but simply to see how the two have influenced each other.

1. Mining capital in the financial era: from the stock-market to Montepuez (2007-2023)

The accumulation of capital implies its devaluation – its devaluation as productive capital. This contradiction is easily explained. To increase the profit rate, productive capital must produce at decreasing unit costs, i.e., by saving social labour. As innovations spread, all fractions of capital (which buy inputs from each other) benefit from

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a5>

* CEAUP. This article owes a debt of gratitude to my colleague Eva Sebestyen for her important contributions, as regards the social impact of mining in Mozambique and source research.

1 As Arghiri put it, it was not the export of capital that impeded development, but rather its interruption and the reflux of profits (Arghiri, 1985).

productivity gains. Increased productivity means lowering the value of the existing capital goods and so, if no other variables interfere, fractions of capital tend to be freed up (Santos, 2024). This will certainly be the case if demand for the commodities it produces does not increase in proportion to the devaluation of its respective productive capital. Capital accumulation is currently developing very fast this contradiction between the rate and the mass of profit. At a macro social scale, the average rate of profit tends to be higher² and it becomes cheaper to produce surplus value³. The rate of surplus value increases because, in addition to real wages representing less and less social labour time, their share in added value tends to decrease as unemployment rate rises. But in this way the decline in demand (excluding capitalists' consumer goods) can go along with the "extraordinary growth" of the profit rate. In France, for instance, a rising trend of the profit rate is on the way since 1983 (with a peak of 32 % in 1992) while the rate of investments has continued to decline (Plihon, 2003: 17-19).

With higher profit rates but with less prospects of increasing the scale of production, capital evacuates productive branches and turns to finance. The American market shows how the so-called financialisation process evolves: since the mid-1980s, the net amount of share issues by non-financial companies tends to be negative. This means that instead of the financial markets injecting capital into companies, it is the companies themselves that finance the stock market (Lazonick; Shin, 2020: 41). Moreover they take on debt for this purpose: although between 1987 and 1996 the self-financing rates were equal to or greater than 100 %, their debt ratio represented 1.26 times its added value in 1994 (Halary, 2003: 77-80). The effects are plain to see: the US stock market capitalisation, which represented 56 % of US GDP in January 1990, stands around 200 % in January 2025⁴.

A greater weight of volatile shareholders flowing to and from the stock markets impacted, as expected, the distribution of profits⁵. But contrary to what an abundant literature insists on saying (Hudson, 2021), it was not the *financialisation* of capital that increased the rate of exploitation, but rather the opposite. It is because less capital is needed to exploit the remaining labour force that there is now a mass of free capital available for financial uses, which presses for a greater distribution of profits. Besides, financial capital is simply the starting pole of any productive capitalist activity. As investment flows circulate freely around the world, a single capital market (bonds, equities, currencies, futures, etc.) has emerged, and debt securitisation allows all types of capital to remain liquid, regardless of the magnitude of the fixed assets they help to put in place. As such it has driven industrial growth in many "emerging economies": in the last four decades foreign investment rose from 5 to 20 % of the world GNP (Husson, 2010).

2 It seems established that over the last four decades there is a trend for a rising rate of profit. Its interpretative framework has not been consensual. For some, who assume that the profit rate is the result of fluctuations with no definable trend, the results confirms that such a rise simply does not collide with the labour theory of value (Husson, 1996; 2010). For others, the rising trend is the only expected one under the framework of the same labour theory (Santos, 2024).

3 In the labour theory of value, the rate of surplus-value relates value paid to workers as wages (variable capital, v) to the non-paid labour time transferred to capital as surplus-value (s). The rate of surplus value is s/v .

4 Data using the Wilshire 5000 ratio, which divides the total market capitalization of US equity securities with available prices by the GDP. [Online]. Available at: <https://www.longtermtrends.net/market-cap-to-gdp-the-buffett-indicator/>.

5 The share of dividends in the gross profits of US non-financial corporations alone rose from 22.6 % in 1977 to 36.8 % in 1997. This increase also reflects not just the increase of profits but also an unequal distribution of profits in favour of the shareholders (Hallary, 2002: 82).

This process has led to a qualitative change with regard to capital holders. Disintermediation (the elimination of bank credit for most of capital transactions) led the management of a large portion of the mass of profit shifting to the “non-bank banks”: the so-called institutional investors. In 1997, in the US, these new capital holders, such as funds (pension or mutual, investment and endowment), private and insurance companies, represented 16 trillion dollars (Jeffers, 2003: 94). In 2025, “institutional” ownership of U.S. stocks represents 76 % of the market (Lewellen, 2018). The next section starts with one such venture capital, the Pallinghurst Resources (Guernesey) Limited.

1.1. Financial capital back on earth: from PRL to GGL (2007-2017)

Pallinghurst Resources Limited (PRL), an investment holding company, was incorporated in 2007 and listed in the Johannesburg Stock Exchange (JSE) one year later. More than 93 % of its shared capital (initially 1,695 US\$) came from non banking entities. The bulk was held by private fortunes: the aggregate comprising “nominees and trusts”, “individuals”⁶ and private companies represented 51.6 %⁷. Other “institutional” investors (insurance and investment companies) held 29.3 % and banking capital less than 7 % of the share capital (PR, 2008: 45). To increase the leverage effect, decrease risks and widen its scope of assets, the Company assembled a consortium (collectively, the ‘Pallinghurst Co-Investors’, PI), mainly composed of private equity funds⁸, which trusted PRL management to invest.

PRL and PI started by targeting *brownfield* opportunities, which its managers defined as the purchase of participations in “underperforming assets, businesses that lack direction, are poorly managed, stranded or distressed”. It focused particularly on mining capital: “businesses that hold mines, smelters, refineries and processing plants” (PR, 2008: 2).

As PRL incorporated and assembled its consortium the economic climate favoured this kind of investment. The prices of cereal and metal prices had been on the rise following growth in emerging countries in the preceding years (more than 4 % in 2005-06). During the year of 2007 the subprime crisis in the US stock market instability accentuated the drift of financial capital towards commodities (Rebière, Lebon: 2024: 44). Industrial minerals and reserves of value such as precious stones⁹ or platinum were of course over valued (platinum had reached a peak of \$2,208 per ounce in March 2008) but when the sharp drop in prices and profits came in 2008, PRL and PI capital was already tied to mining assets¹⁰. Their major *brownfield* investment was

6 The family of the chairman of the South African food distribution group Shoprite Holdings Limited., Dr . Christo Wiese, remained the main PRL private shareholder. When PRL bought Gemfields (2017), the “Directors and management” still held 14,5 % of the shares despite the fact that the nominal capital had increased eightfold.

7 More than half of these (29 %) were considered “Non-public shareholders”.

8 In 2011, there were seven PI investors: AMC capital, and EMG, both equity funds specialised in energy resources; Smedvig, another equity fund; Algemeine Pensionen Groep (APG), one of the Europe’s largest pension funds; Temasek , a Singapore-based investment company; Investec Bank Limited, a banking group; Posco, the largest steel producer in South Korea.

9 “During 2007, Pallinghurst identified the coloured gemstone industry as a unique investment opportunity.” (PRL, 2011: 22).

10 PRL survived (“the casualty rate has been high”) but as the management reported, “its share price and those of the listed companies in its portfolio have also fallen dramatically” (PRL, 2008: 5).

the London-listed Gemfields PLC¹¹ (52 % of its net investments in the years 2013-17) but the company had also stakes in platinum¹², manganese and iron ore mining companies¹³ (PRL, 2008: 6).

Table 01 – PRL and PI – Net Funds Invested (USD\$ million)

Year	Gemstone/ Fabergé	Platinum Group Metals	Steel Making Materials	Total net investments
2010	119	120	7	246
2011	137	103	13	253
2012	144	184	38	366
2013	166	123	29	318

Source: PRL, Annual Reports, 2010-2013.

The company had a medium-term (10 years) profitability plan¹⁴ but the decade following its mining investments did not meet expectations. With “crises in the banking sector, sovereign debt default and downgrade in the credit ratings of many countries”, commodity prices remained low. In 2016 “the dollar price of platinum has sagged to not much above its low of the past decade, and is trading at a record discount to the price of gold.” The recovery of profits after the “turbulent events of 2008” was short.

After the peak year of 2010, “few could have predicted the turbulence of 2011” (PRL, 2011: 8; 2015: 5; 2016: 4) and probably the recession that followed. In spite of that, PRL managed to achieve some “strong financial performances”: considering that the mass of profit which was registered in the PRL balance sheets was a residual of financial discounts¹⁵, its average rate of profit for the period 2010-17 was 12.4 %.

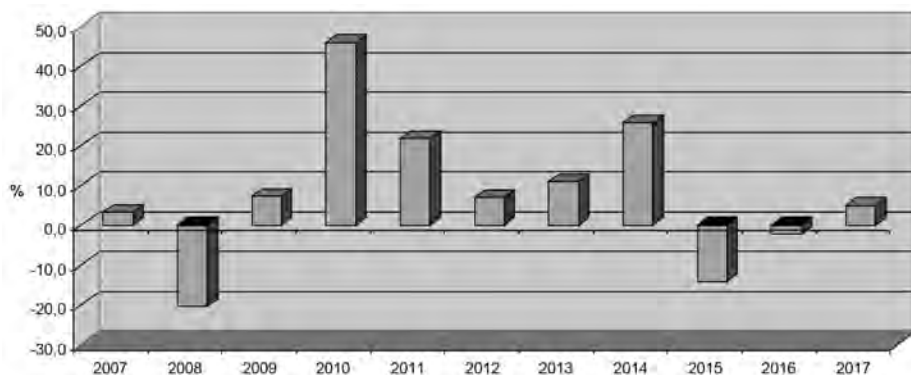
¹¹ In October 2007, PI had acquired a controlling interest in the Kagem emerald mine (Zambia) via Rox Limited, a financial vehicle. In June 2008, the shareholders of Gemfields approved a takeover by Rox Limited. The deal involved the Kagem mine plus some exploration licences in Madagascar and a licence to use the label Fabergé (the fashion firm owned since 1989 by Unilever). The assets were sold to Gemfields against a share of approximately 55 % for the PI group (PRL, 2008: 7). In 2010, PI controlled already over 63 % of Gemfields.

¹² PI invested in several mines in the Bushveld Igneous Complex of South Africa, organizing the Platinum Group Metals (PRL, 2008: 3-4).

¹³ In manganese mining PI participated (49,9 %) in a joint venture with Ntsimbintle, a group with manganese exploration rights within the Kalahari Basin of South Africa. In iron ore mining, PRL invested US\$10 million Central Yilgarn of Western Australia and its joint venture partner was Red Rock Resources plc.

¹⁴ These were the expectations: “we told all prospective shareholders that, for the first round of capital, we should allow for a ten year realisation period. Simply put, during the first five years we would plough the fields, sow the grain and attend to the green shoots” (PRL, 2011: 9). As mining capital, the PI consortium had to behave more like a “retain-and-reinvest” corporation rather than as “downsize and distribute” financial capital (Lazouck & Shin, 2020: 9-10).

¹⁵ PRL used a cash flow model with a 20 % discount rate, an assessment of estimated future emerald price increase at 10 % and an assessment of the estimated future operating costs adjusted for inflation at 5 %.

Ilustração 01 – PRL rate of profit (according to consolidated balance sheet) – 2007-2017¹⁶

Source: PRL, *Annual Reports*.

The company had assets capable of doing better, although this would require a reconfiguration of its capital formula. By the time the company was first falling into the red (-20.4 % of equity in 2008), PRL management warned shareholders about the risks inherent in returning financial capital to a productive sector. The main one was that “investments are still mostly at an early stage of implementation”, which meant that the turnover of fixed capital and the profit rate of the mining industry might not reach the expected profitability of a cash flow model. There were additional risks implicit in the rotation of mining capital: dependence on unlisted investments (some of them in several countries and jurisdictions); commodities such as industrial metals or gemstones subject to large fluctuations (among them, “rough and polished emeralds are less predictable than those of other commodities”); labour and environmental conflicts, etc. (PRL, 2009: 9). After a decade, it was also plain that the costs of establishing a dominant position in the gemstone industry and at the same time holding large fixed assets in other mining sectors were depriving capital of the ‘expected’ return. The stock market forced PRL to divest itself of assets: as the management put it, despite “the significant progress made in each investment, complexities in our structure prevented value from being fully reflected in PRL’s share price.” (PRL, 2017: 6). The reason why the company kept the gemstone industry as its core business and decided to cut back on the other activities lies in the evolution of capital accumulation in recent decades. The factors that led to the world growing mass of financial

¹⁶ PRL management evaluated assets and charged income statements accordingly to what they estimated to be the *fair value* of the investments. They claimed that its “accounting policy was under the *International Accounting Standard* (“IAS”) 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement*” (PRL, 2009: 3). This allowed in 2009 for instance, that based “on the projections, and sensitivity analysis conducted on these projections,” its Kagem mining asset would be written down to zero. Since the purpose of this section is to explain the decisions made by PRL’s management, it is appropriate to register its profitability as defined by the market and the company’s own value maximisation criteria. In the following ones, as the goal is to measure the real rates of profit and surplus value, the accountings will be deducted of the “fair value” assessments and charges.

capital (increasing productivity without a corresponding increase in extensive reproduction of capital) also led to an increase in the propensity for unproductive consumption. The demand for luxury goods, especially precious stones, which also act as a 'natural' store of value in inflationary contexts, has seen double-digit growth in recent years. The world market for emeralds, rubies and sapphires, for example, grew by 23 % annually between 2009 and 2018.

For PRL, the opportunity was in that although the use of coloured gemstones in the jewellery and fashion was rising, the coloured gemstone industry was considered to be fragmented and undercapitalised¹⁷. When it entered the stone market in 2007, the company's goal was to turn "a small, loss-making producer of emeralds" (that is, Gemfields before the purchase) into a "De Beers¹⁸ for Coloured Gemstones" (PRL, 2009: 7; 2014: 4).

However, PRL had now to face its main contradiction: as mining capital (aiming to reach a De Beers-level of cartel profits) it should have control of the gemstone supply and demand mechanisms, which meant it had to reinvest in order to keep horizontal and vertical consolidation¹⁹; as financial capital it should maximize the distribution of surplus value as financial gains, which meant reducing reinvestment and non-current assets. The apparent solution was the "inevitable" acquisition of Gemfields²⁰ (PRL, 2017: 6) and to drop all the remaining assets. In 2017 the Group bought all Gemfields shares²¹ and completed its transition from private equity to a mining company²²: it changed its name to Gemfields Group Limited (GGL)²³ and kept its primary listing in the JSE. In 2021, the Wiese family group, initially the largest shareholder, sold its stake to a South African holding company, Assore, which currently controls 26.64 % of the shares. The transaction did not change the company's shareholding structure: in 2023, 71 % of the shares were still held by six private companies and pension funds (GGL, 2021: 64; 2023: 207).

- 17 "Demand for coloured gemstones by the jewellery and fashion sectors was increasing despite a lack of large, reliable suppliers able to consistently deliver adequate quantities of gemstones" (PRL, 2011: 22).
- 18 De Beers is the South African-British Corporation established in 1888 to control the diamond trade of South Africa and later the world diamond cartel. In 1929 it came under control of the Anglo-American Corporation.
- 19 On horizontal consolidation (the purchase of mining assets to control the supply of gemstones), see section 1.2. With regard to vertical expansion, the Group main expense was the 2008 Gemfields agreement to implement a 15-year licence to use the Fabergé brand (a luxury brand) in the marketing of coloured gemstones (excluding diamonds). PRL entered in the capital raising of Fabergé with \$15.1 million (PRL, 2008: 5) and Gemfields acquired Fabergé completely in 2013.
- 20 "PRL could only influence Gemfields' operational performance upon taking Board control of Gemfields, which occurred on 28 July 2017. PRL was only able to measure Gemfields' performance prior to this date on the fair value basis, that is, its listed share price. Upon taking Board control of Gemfields, PRL's performance measurement of Gemfields changed to operational metrics." (Gemfields, 2018: 121).
- 21 In May 2017, PRL bought the remaining 62.1 % stake in Gemfields plc from the group Oasis (an investment fund), Faberge Conduit Ltd., Christo Wiese and other shareholders for approximately £130 million. (Market-Screener, 2017). On August 2017 PRL already controlled 96.99 % of the entire issued share and completed it by compulsory acquisition (PRL, 2018: 121).
- 22 GGL started with no majority shareholder, although the interests of the former PRL group constituted by far the core of control (41.9 % of the shares for the aggregate "Directors and management", "NGPMR (Cayman) LP", "Investec Pallinghurst (Cayman) LP" and "Gemfields Group Limited" (PRL, 2018: 54).
- 23 PRL was supposed to have "an initial life span of ten years, which was due to expire on 14 September 2017. On 26 June 2017, shareholders of GGL voted in favour of the restructuring of the Company and the acquisition of Gemfields plc, now called Gemfields Ltd ("Gemfields")." Under the new name the company's life was extended by 50 years. The Gemfields acquisition became effective 1 August 2017." (Gemfields, 2018: 55-56).

1.2. Gemfields, “De Beers for Coloured Gemstones”

Under GGL management, the efforts to decrease in former Gemfields non-current assets occurred at two levels: a reduction in the group’s stake in non-gemstone mining and a concentration of gemstone operations in the areas of immediate profitability.

The divestment in ferrous metals had been ongoing since 2010. Between that year and 2013, the PI group’s control over Jupiter mines had fallen from 85 to 69 %. In 2019, the remaining holding in Jupiter was sold to AMCI Euro Holdings B.V (PRL, 2020: 130). The platinum assets were far more important (6.5 % of Sedibelo Resources Limited, formerly S. Platinum Mines) but being considered “as non-core”, GCL was determined to dispose of “in an orderly manner when an acceptable opportunity might present itself” (GGL, 2018: 7). A selling process started in 2020 but in 2023 this unlisted investment was still in the balance sheet of GGL, although impacted by impairment charges which devaluated it from USD 32 to 4 million (GGL, 2023: 166). In 2024, the company was also seeking a buyer for Fabergé “to boost its coffers and let it focus on its core mining business” (Rappaport Magazine, 2025). Divestment in the gemstone fields meant acting as a “pure-play”, African precious coloured gemstone producer, and therefore it was not hard to select cuts, as well. (PRL, 2018: 6). The following table explains the geography of the cuts by giving the composition of GGL’s gross profit by operating platform.

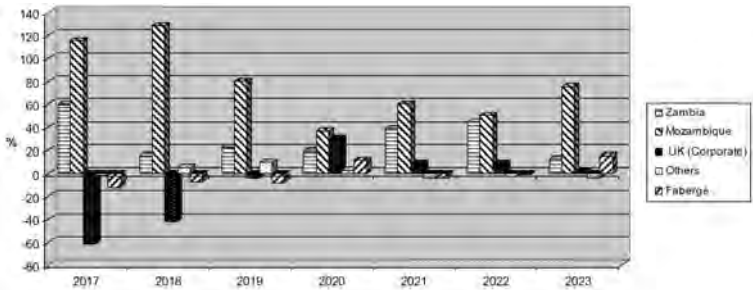
Table 02 – GGL – EBITDA* on Operational Platforms (‘000,000 USD)

Year	Zambia	Mozambique	UK (Corporate)	Others	Fabergé
2017	18.2	35.1	-18.7	-0.4	-3.7
2018	9.8	82.2	-26.7	3.4	-4.6
2019	18.5	66.7	-3.4	8.2	-6.5
2020	-5.8	-11.0	-9.0	-0.8	-3.4
2021	50.3	77.8	11.8	-5.1	-4.9
2022	73.4	82.9	14.4	-3.5	-1.5
2023	12.9	77.0	1.1	-4.3	-3.7

Source: PRL, GGL, Annual Reports.

*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization. Source: PRL, GGL, *Annual Reports*.

Ilustração 02 – GGL- EBITDA by Platforms (%) - 2017-2023



GGL's segmented analysis shows that not only does most of its revenue come from operations in Zambia and Mozambique, but more importantly, over 88 % of its gross profit since 2017 has been generated by these two platforms (except in the COVID-year of 2020). As the management put it in 2017, Zambia and Mozambique are "the foundation upon which we intend to build the future of the Company".

In Zambia, PI Group's initial asset was Kagem, "the largest emerald mine in the world", 75 % owned by Gemfields²⁴. Between 2007 and 2023, production at Kagem grew at an annual rate of 7 %, i.e., from approximately 10 to 30 million carats. In 2018, the mine already accounted for about 25 % of the world emerald production (PRL, 2018: 26). The increase in quantities produced is not in itself an indicator of profitability but at Kagem production costs were being decreased²⁵ and on the other side of the value chain, selling prices were being cartel-framed. Price control was essential in the gemstones market because without it, "the values decline dramatically as quality decreases": prices could go from "US\$500 per carat for very high quality material, of which very little is produced, through US\$0,01 per carat for low quality material, which is produced in large volume" (PRL, 2010: 26). To set the profit margins it aimed and as "there was previously no universal grading system for coloured gemstones", Gemfields imposed its own system of stone classification²⁶.

In accordance with it and again replicating De Beers, the firm also set its own selling scheme: a "developed higher grade auctions" for superior quality material and "lower grade auctions" for the remaining second class material (PRL, 2011: 23). In just 13 auctions for high-quality emeralds held between 2009 and 2017, Gemfields made USD 315 million, having managed to raise the average price per carat from 4.4 USD in 2009 to a record 70.7 (at the 2016 auction in Lusaka).

In June 2011, Gemfields announced "the acquisition of 75 % of a potentially world class ruby deposit in Montepuez district of the Cabo Delgado province, Mozambique". The mining and exploration rights covered approximately 34 000 hectares and were "believed to be one of the largest ruby concessions in private hands in the world" (PRL, 2011: 9; 25). However, in order "to emulate the De Beers diamond industry model in the fragmented coloured-gemstone industry", Gemfields had also turned to other gemstone investments. In 2008 the company had bought "the entire issued share capital of Oriental Mining", a company exploiting a mix of stones in Madagascar (Gemfields, 2011: 5). In 2014, there were investments in the sapphire field in Sri Lanka and the following year the company acquired "controlling interests in two emerald projects" in Colombia. Also in 2015, it got a "75 % interest in an emerald exploration licence in Southern Ethiopia through Web Gemstone Mining". (PRL, 2014: 4; 2015: 17; 2016: 11). These cartel-building costs undercut Gemfields rate of profit²⁷, which averaged 7.3 % for the period 2007-15.

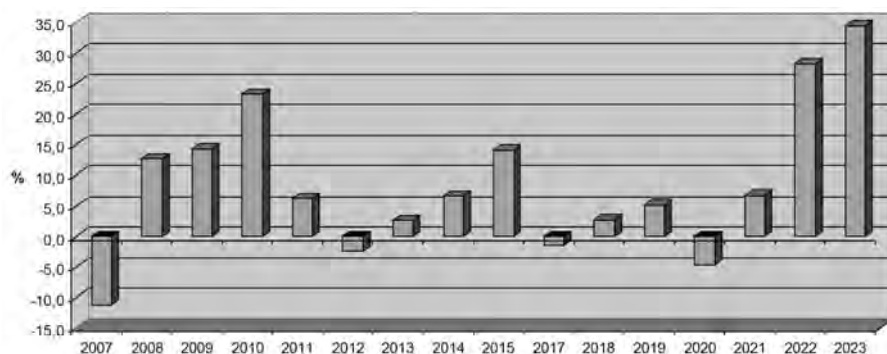
24 The Kagem mine, in the Zambian Copperbelt, was operating for 24 year when it was purchased by PI. The Group also owned Kariba in Southern Zambia, which considered to be "the largest amethyst mine in the world". The Zambian Government holds the remaining 25 % in both Kagem and Kariba. (PRL, 2010: 24).

25 In 2010 Gemfields was developing at Kagem "a trial underground mining project": an inclined shaft and tunnel system allowed "to follow the ore zone in a "surgical" fashion, without the need to strip and move all the of the surrounding barren rock" (PRL, 2010: 26).

26 "The system classifies stones within a spectrum of more than 100 grades" (PRL, 2011: 23).

27 When using discounted cash flow, as GGL's balance sheet does, the effect of undercutting on profits renders all "retained earnings" between 2008 and 2023 negative as a result of impairment charges. The profit mass considered here in order to evaluate the profit rate excludes the effect of impairments.

Ilustração 03 – Gemfields* Rate of Profit - 2007-2023



Source: Gemfields: PRL, GGL, Annual Reports.

*Gemfields includes Gemfields PLC and GGL. Source: Gemfields; PRL, GGL, *Annual Reports*.

With increasing debt levels and share prices falling, PRL took over, as seen above. That same year, the operations in Colombia and Sri Lanka were “terminated” and “significant cost reductions across the organisation continue” (PRL, 2017: 6). From 2017 to 2023, the aggregate non-current assets on GGL’s balance sheet decreased by approximately 30 %²⁸. For the period 2017-23, the downward trend in the profit rate was reversed, with the average rising to 10.2 %. It should be noted that this average includes the impact of the COVID-19 years and that in the following ones (2022-23) rates of profit around 30 % made already possible to ‘return capital to shareholders’ (i.e., buy-back shares and distribution of dividends).

1.3. Montepuez Ruby Mining (MRM)

Except for the COVID year of 2022, GGL gross profits from Montepuez always exceeded those of Zambia by more than 1.5 times (record of 8.4 in 2018).

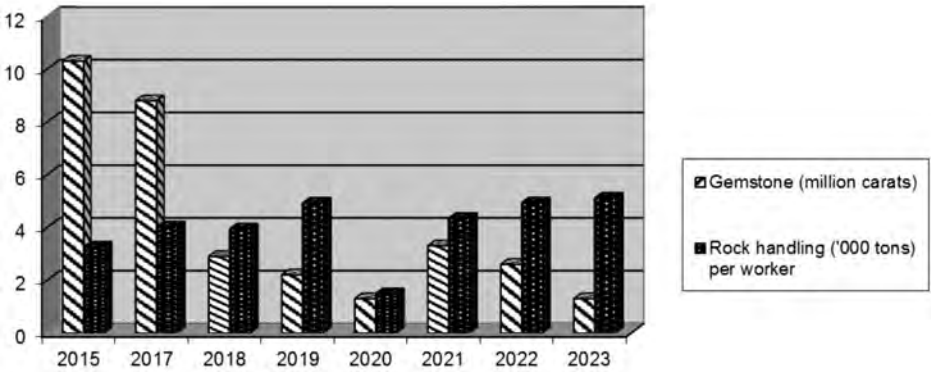
The process of acquiring what would become Gemfields’ largest source of revenue, and subsequently GGL’s, began in 2011. In keeping with its strategic objective of achieving the coloured gemstone cartel, Gemfields acquired its ruby deposit in Montepuez in 2012 for US\$2.5 million. Bulk sampling with results (110,000 carats) started in 2012 (PRL, 2012: 17). On February of that year mining licenses valid for 25 years were issued in the name of Montepuez Ruby Mining (MRM), incorporated in 2013 (Gemfields, 2012: 9). The purchase was in line with the persistent rise in ruby prices, which had not been interrupted by the recession since 2008: a 47 % increase between January 2006 and January 2013. The upward trend was superior to diamonds which during the same period just rose 32 %. The Group’s cartel strategy was, of course, not just to take advantage of a boom but to transform it into a permanent *rent*. Mozambique’s rubies had lower production costs for equivalent qualities than those of the dominant producer at the time (Myanmar), but

²⁸ In contrast, Gemfields’ previous management had increased the same non-current assets by 25 % in the five years between 2011 and 2015.

only cartelised control would enable a ‘reliable and consistent ruby supply to the expanding market’, that is at cartel prices (Gemfields, 2013: 7; 2014: 13).

Gemfields policies previously set for Kagem emeralds were replicated in the ruby market. On the control of the supply side, production in Montepuez was directed towards “premium rubies”. In order to assure cartel profits per carat even if this meant reducing the volume extracted, the main mining area shifted from the initial Maninge Nice block to Mugloto²⁹, more likely to “premium-rubies” findings (Gemfields, 2014: 27). In 2023, Gemfields controlled about 50 % of the world ruby production. Cartel profit policy is shown by comparing annual growth in carat supply and mining productivity (using the amount of rock handling per worker as an indicator): between 2015 and 2023, the annual rate of MRM ruby outputs fell sharply (-22.8), while productivity continued to increase (5,8).

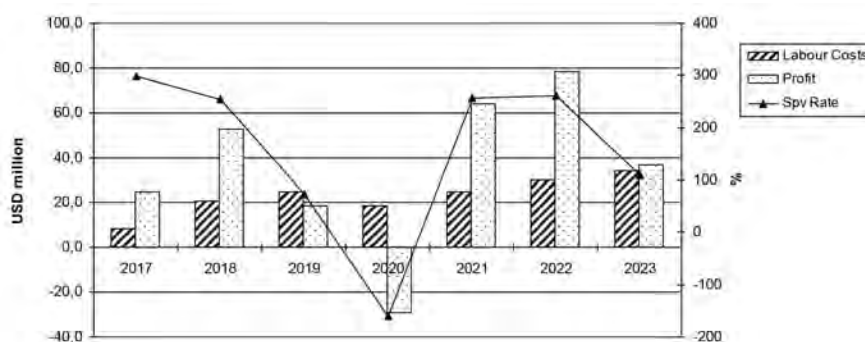
Ilustração 04 – MRM: Gemstone Production and Rock Handling per Worker*- 2015-2023



Source: Gemfields: PRL, GGL, Annual Reports.
Rock Handling = Ore + Waste Rock. Source: Gemfields; PRL, GGL, Annual Reports.

To control demand, a ruby classification system (‘which separates each gem into almost a thousand categories’) and specific auctions (for higher, lower and mixed qualities) have been in place since 2014. Already in that year, “the trade has witnessed a 30 % increase in the price of Mozambican ruby” (Gemfields, 2014: 13; 29). With the market controlled on both sides, prices and revenues began to break records. From 2014 to 2023, the company sold at least USD 964 million, practically doubling in the auctions of 2023 (USD 151.4 millions) the total sales revenues of the first one in 2014 (USD 76,9 millions). Control of the gemstone market ensured that GGL’s profit margin depended much more on prices than on production costs. Aggregate data from the Kagem-Montepuez platforms between 2017 and 2023 show how the surplus value (see footnote 3) appropriated by the firm has no significant correlation with its labour costs.

29 In 2015, around 74 % of the total rock excavated was focused on the Mugloto block, and only 23 % on the Maninge Nice block” (Gemfields, 2015: 32).

Ilustração 05 – Kagem/MRM: Labour Costs, Profit* and Surplus Value Rate - 2017-2023

Source: Gemfields: PRL, GGL, Annual Reports.

*Net Profit (after taxes, interest and depreciation). Source: PRL, GGL Annual Reports.

The dependence on cartel prices explains, for example, how in the critical year of the pandemic (2020) MRM managed to suspend mining operations without a corresponding reduction in wage costs (reduced by only 25 %)³⁰, and thanks to just four months of operations, still maintain a relative containment of the negative results³¹. Conversely, a reduction in cartel profits can have devastating effects on activity, as seen in early 2025 with the six-month complete shutdown of GGL's activities in Kagem³².

While there is little doubt about the impact of Montepuez on GGL's profitability, the following points attempt to trace the reverse effect, i.e., that of its subsidiary MRM on the Montepuez / Cabo Delgado region.

2. GGL policies: Montepuez Ruby Mining and its Environment

Despite the tendency towards the devaluation of productive capital (which allows for the increasing mass of financial capital worldwide), the fixed costs of setting up mining operations can be high. They can be even higher when mining capital, usually invested in regions with poor infrastructure and far from centres where skilled labour can be recruited, does not benefit from prior public spending on basic infrastructure and has to build it itself. Afterwards, some of these infrastructures ultimately reduce costs through import substitution. However, cost reduction induced by upstream and downstream investments to exploit local resources (cheaper staff locally trained, cheaper locally produced foodstuffs, lower security budgets due to controlled social environment) implies increasing capital immobilisation, i.e., a trend contrary to stock market valuation requirements. Gemfields' difficulties in achieving profit rates compatible with the discount rates (see 1.2) are illustrative in this regard.

³⁰ The main operations at MRM were suspended on 22 April 2020 and remained suspended until March 2021.

³¹ "As a result of running the mine for just four months in 2020, MRM's production figures for the year were severely impacted. However, we take some comfort from the 1.3 million carats of ruby and corundum that were recovered during 2020 (versus 2.2 million carats in 2019) (GGL, 2020: 8).

³² The suspension is due in part to a competitor "flooding the market", that is the rising emerald producer Grizzly Mining (Rappaport Magazine, 2025).

GGL stands now in a more favourable position because by relying just on Kagem (which was a *brownfield* investment) and Montepuez, it can save on fixed assets. The mining fields of Southern Africa, which have been in operation for over a century (unlike virgin areas such as the Gemfields *greenfields* ventures of Colombia, Madagascar, Ethiopia, etc.), already benefit from a network of investments that reduce the capital intensity of latecomers³³. But for GGL, as for Gemfields before, the contradiction between maximising surplus value production and its distribution, currently common to all listed corporations and which we can name contradiction 1, is not the only one. There is a secondary contradiction, centred on the conditions that maximise the surplus value produced, i.e., that transform output into prices. To achieve cartel-level profits, its strategy for selling gemstones depends on a long-term range of investments. GGL can only increase sales at the prices it sets if it controls the main gemstone suppliers, which may entail high costs for storing precious stones and reduced profits due to mergers or price wars with non-aligned competitors. A De-Beers sort of cartel also implies heavy marketing costs in order to certify the stones through advertising campaigns aligned with the requirements of “transparency or traceability”. “Ethical” advertising by mining corporations has been as important as, if not more important than, the other intangible assets such as the Fabergé brand³⁴. However, unlike diamond or precious metal companies, which had already made progress in framing what is now called “ethical” outputs³⁵, a similar gemstone trade was “still some way off” in the early years of PRL. Only by controlling the upstream and downstream business, Gemfields (and later GGL) could claim to be “uniquely placed to champion the development of standards because, as both a miner and supplier of cut and polished stones, we have experience of almost the entire supply chain” (PRL, 2017: 57). The issue of “ethics” (including the “ethical” environment of production, from ecology³⁶ to labour and human rights³⁷, etc.) has been at the core of firm’s strategy³⁸. For GGL, the conditions for producing surplus value (i.e., in the GGL accounting items, “Mining and production costs”) are as important as those for realising it (“Selling and Marketing costs”).

2.1. Investments in Labour Environment

If expenditure tends to decrease in mining operations, the same can be said about the positive impact of MRM on demand and labour income.

The labour market in the region where MRM purchased its concession is, as one might

33 As regards the contribution of public capital for mining profits in Southern Africa, see Marchand: 1996: 349-375. Mozambique has 142 km of railroad per capita that is 23 times more than the African average (WorldData, 2025).

34 The promotion of diamonds with advertisement campaigns had been successfully pioneered by the Anglo-American cartel since the 1950’s.

35 Diamonds trade had already the Kimberley Process Certification Scheme (2003) to stop “conflict diamonds”. Precious metals (gold, tungsten, tantalum, etc.) produced in similar “conflict” circumstances were being targeted by the Dodd-Frank Act (USA) of 2010 and a year later by the OECD Due Diligence Guidance (2011).

36 It included the “Zero Carbon Project” in Zambia, with which Gemfields expected “to neutralise the effect of emissions and to date over 100,000 trees have been planted”, “sustainable local community projects, etc.” (PRL, 2011: 25).

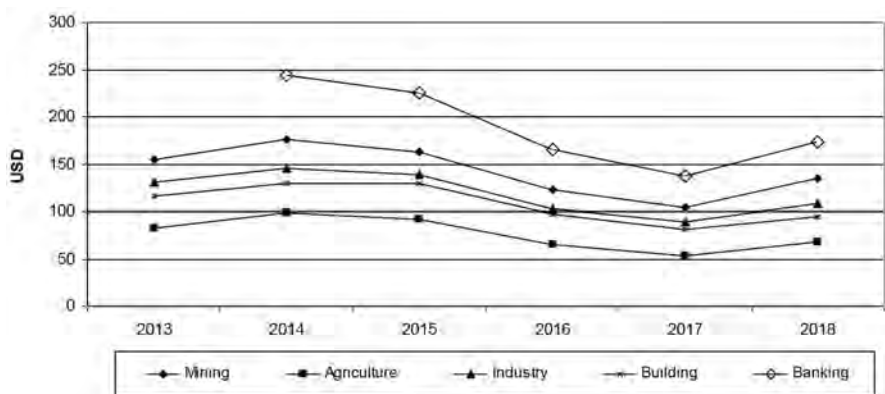
37 A total of 15 “material issues” were considered priorities for the company (Gemstone): anti-bribery policies, collective bargaining, forced labour, etc. As we shall see, the significant point related to “Artisanal mining” is included. (Gemfields, 2016: 56).

38 Gemfields works with the Responsible Jewellery Council (“RUC”) and the World Jewellery Confederation (“CIBJO”) “to develop coloured gemstone, supply chain and sourcing sustainability standards.” (PRL, 2017: 57).

expect from an underdeveloped region of an underdeveloped country, characterised by an increasing available work force. Although the peasantry continues to constitute the vast majority of the Cabo Delgado population (76 % “rural” in 2023), it has continued to grow at above 3 % since 2007. Considering the underemployment in traditional agriculture and the absence of significant migratory movements in the region, the increase in unemployment (annual growth of around 6 % from 2013 to 2022) is an expected result, even with the reservations raised by the different statistical criteria³⁹.

Consequently, despite the recent arrival of multinationals, the level of nominal of wages in Mozambique but especially in Cabo Delgado is very low. In 2018, the minimum monthly wage in mining, one of the highest, was set in Mozambique at USD 135; the lowest, in fishing, was set at USD 66. For most of these minimum wages there had been a downward trend, which for the period 2013-18 ranged from -2,7 in mining to -8,2 in banking (Mozambique News, 2018: 3)⁴⁰.

Ilustração 06 – Cabo Delgado: Minimum Monthly Wages



Source: Mozambique News, 2018: 2.

Currently (2025), nominal monthly wages at MRM range from 203 to 125 USD (13,000 to 8,000 MZN)⁴¹. But for MRM as well for mining companies operating in similar environments, direct wages are relatively unimportant. To have a productive workforce available, deferred costs (health, occupational safety, and training) usually count much more than nominal wages. The decrease of indirect costs through the imple-

39 The official statistics of Cabo Delgado have been published irregularly by the *Anuário Estatístico*. Data on the labour force and unemployment are recorded using different criteria in various publications, resulting in uncertainty for overlapping years. The rate of 6 % is a common result for several totals (INE, *Anuário Estatístico*, 2017-2023).

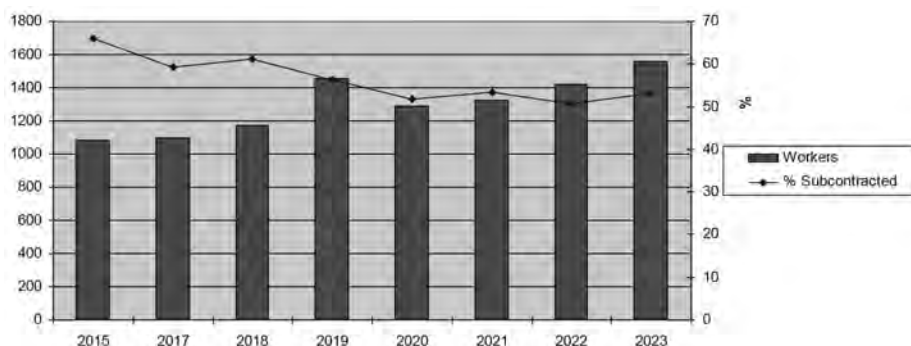
40 From 2014 to 2023, the downward trend of wages continued: annual rate estimated at -5 %. The real wage downward trend is far greater because of inflation (from 10 % in 2022 to 3,4 % in 2024 – World Bank, 2025). In 2023, the minimum wage in the mining sector at USD remained at USD 162 (Castel-Branco, 2024: 34).

41 Oral information (I-MRM, 2025). The average MTC/USD exchange rate for the period from January to March 2025 was used for the conversion. Data from Investing.com (2025).

mentation of new social equipment also benefits from positive publicity⁴² and it does not require an expensive programme.

The main factor in company's labour cost savings is its reliance on local recruitment (the sub-contracted workers), which still accounts for more than half of the workforce.

Ilustração 07 – MRM Workforce



Source: Gemfields; PRL, GGL, *Annual Reports*.

As for most of the mining companies in Africa, MRM surplus value rate benefits from the fact that the costs of the locally recruited workforce can be largely “outsourced” to traditional society (Santos, 2016: 58). Sub-contracted workers just need to receive small allowances for transport and food, far away of what is spent with workers hired from outside Montepuez⁴³.

This explains why the investment in social equipments can be relatively small. For instance, Namanhumbir residential camp, known as MRM Village, was initially provided just a set of 28 houses. It included “a newly upgraded gymnasium, recreational facilities and various outdoor sports facilities” but for expatriated staff only (GGL, 2019: 38).

In 2023, a new clinic was inaugurated and “29 thousand mobile clinic consultations were carried out”, covering 10 surrounding villages, although the community medical coverage tends to decline with regard to medication (I-MRM, 2025). In 2025, one of the strike movement's claims was the accusation that the company had failed to fulfil its promise to implement a ‘health plan’ (Trabalhadores da MRM, 2025).

Safety training was regularly implemented but the increasing trend of the “near-miss

42 Such as: “Our employees' welfare is of paramount importance to us. We make every effort to ensure that our workplaces are safe and secure. We pay fair and competitive wages. We supply safety equipment and, where relevant, transport. We aim to offer other benefits to our employees such as clean, comfortable onsite accommodation, food and health care. We do not exploit our employees. We do not, for instance, employ children in our mines, by which we mean anyone under the age of 18.” (Gemfields, 2013: 26).

43 The allowances to sub-contracted workers are also far away from what the workers need to keep up with inflation costs: in early 2025, the monthly food allowance per capita is still at 900 MZN (14 USD) while a 25 kg bag of rice costs 1,250 MZN. Sub contractors receive a monthly transport allowance of 1,500 MZN (USD 23) per worker (I-MRM, 2025).

reporting”⁴⁴ might be related to the deterioration of mandatory mining uniforms and equipment that each miner is required replace twice a year with a specific subsidy that is now clearly insufficient⁴⁵.

While the mechanisation of mining tasks allowed for cost savings if operated by local personnel with lower technical qualifications, training local staff remained priority for mining companies in Africa⁴⁶. MRM initially trained his workforce “by Caterpillar personnel on operation and maintenance of Heavy Earth Moving Machinery” but quickly developed other educational skills for middle management (workshops for “Interactive Communications”, “Great Manager Training”, etc. (Gemfields, 2016: 33). In 2019, MRM inaugurated a vocational training centre (“VTC”) “to help provide people with basic skills and qualifications in preparation for the anticipated employment boom in the northern Mozambique province of Cabo Delgado” (GGL, 2018: 60). In 2023, the VTC was already in its third training cycle in areas such as electricity, plumbing, civil painting, etc., and began integrating graduates: 28 machine operators “passed their theory exams and will progress for practical experience with MRM” (GGL, 2023: 86). Training and employment at MRM also claims to comply with politically correct gender requirements: in VTC courses, women represent 19 % of graduates and in 2023, 6 % of the total workforce (GGL, 2023: 84; 86). However, the increase in the technical composition of capital⁴⁷ does not favour the recruitment of semi-skilled local worker. As for skilled work Montepuez has not much to offer⁴⁸, the percentage of locally subcontracted workers tends to decrease. That is why, for instance, none of these VTC graduates are usually permanently hired, as it was the case for this 28 machine operators (I-MRM, 2025). Some of these training courses have also been outsourced, making them even more cost-effective⁴⁹.

Moreover, independently of the rise in labour composition of capital, the impact of these policies is conditioned by the small size of the workforce. In 2023, MRM had just over 1,500 employees, half of whom are currently from outside the province. The total workforce of the company represents a little over 0,6 % of the active male population of Montepuez district (INE, 2023: 15).

Still, the working population employed by companies such as MRM is the result of an ecosystem which capital must be able to control. Low levels of absenteeism and conflict or higher productivity cannot be achieved without the company also impacting the communities from which its workers come. MRM policies as regards this kind of upward expenditure, comes under its Health, Safety and Environment (HSE) policies. Once

44 MRM registered a total of 110 IANM (“Incidents, Accidents and Near Misses”) in 2018, 768 in 2019 and 812 in 2020 (COVID year). In 2023, there was one fatal casualty (GGL, 2023: 48).

45 MRM pays a yearly allowance of 1,000 for mining equipment. The current cost of a full mining uniform, including boots, helmet and gloves is 5,000 MZN (I-MRM, 2025).

46 This was one of the main reasons why Anglo-American and part of South-African big business was in favour of reforms in the apartheid regime (Pallister, Stewart & Lepper, 1987: 66).

47 The organic composition of capital, insofar as it reflects its technical composition, relates the value of the means of production (equipments, other fixed assets, raw materials) to the amount of labour required to operate them. If c stands for the value of the means of production, the organic composition of capital is $c / (v + s)$. For s and v , see footnote 3.

48 Apart from electricians, carpenters and masons. Oral information, I-MSC, 2025. For security reasons, the identity of the informant will not be disclosed.

49 Kagem in Zambia and MRM has “MOUs with local universities to enable career progression into Gemfields operations for suitably trained host country nationals.” In Mozambique, MRM has also established a strong relationship with Field Ready, a UK-based organisation, with whom MRM designs employability programmes for Mozambican nationals.” (GGL, 2023: 84-85).

again, an additional factor for developing it is that, even more than deferred labour costs, the company's expenditure on African communities are assets for 'ethical' advertising." For MRM, "Corporate Social Responsibility" (CSR) initiatives, i.e., "our philosophy of creating a sustainable community development programme" is supposed to include:

- basic education, with four primary schools "- in fact, one was rehabilitated, one extended and two newly built", including teacher's accommodation (PRL, 2017: 35; 55);
- health services, with MRM's mobile clinics having carried out "over 234,000 consultations covering ten villages since 2017 and frequent awareness campaigns on HIV, malaria, typhoid, cholera and Covid-19" (just in 2023, a total of 104, GGL, 2023: 49; 84)⁵⁰;
- water and sewage networks, with repairs or opening of boreholes and "500 improved latrines for 1,000 families around Namanhumbir" (GGL, 2023: 87)
- food safety, with MRM employing a "dedicated community relations manager" to oversee "conservation farming", the purchase of 2 tractors, chicken-farming co-operatives and the development of "financial literacy training" project (GGL, 2020: 67)
- and nature conservation, with expenditure in "post-mining environmental rehabilitation" (13,000 square metres in 2017); replanting of saplings over backfilled land (PRL, 2017: 3 5; GGL, 2021: 19) and even "financial support for the Niassa Reserve's Carnivore Project"⁵¹.

The company's reports do not disclose the costs of these projects but there are indications that the MRM has not tied up much capital in any of them. In 2013, Gemfields informed to have just spent "in excess of US\$100,000 on community-based projects". In the following year the management explained that "larger and longer-term projects have been put on hold until such time that a more holistic and strategic view can be taken." (Gemfields, 2013: 23; 2014: 35). Only after 2020, due to the pandemic and refugee flows in, have camp costs increased to around \$6 million (again for the aggregate of Zambia, Mozambique and Madagascar)⁵². In 2021 the company created a "charity" Gemfields Foundation but both MRM and the Foundation remain committed to developing programmes based on low-cost consumables: donation of 150 bicycles, purchase of fertilisers and manure, 4,000 solar lamps, etc. (GGL, 2020: 68-69; 2021: 6). As one local officer put it: *Nós esperavamos mais*⁵³ (I-MSC, 2025).

50 During the pandemic, as expected, MRM mobilised resources to minimise the damage. Tailors from Namanhumbir "were mobilised to produce cloth COVID-19 masks for MRM (using material supplied by MRM)". Kits of personal protective equipment were also distributed for health technician (GGL, 2020: 69).

51 In reporting this donation, GGL's management reminded its shareholders that the donation to the reserve followed the discovery of "of an exceptional matching pair of rubies totalling 45 carats named the 'Eyes of the Dragon'" (Gemfields, 2015: 41).

52 In the segmental analysis of the reports, the item 'camp costs', which is most likely to relate to this type of expenditure, shows that, for the aggregate of operations in Zambia and Mozambique up to the post-COVID years, the annual total remained below USD 4 million. This total does not include expenses related to resettlement Plans, which are mandatory costs associated with the expansion of mining areas and are discussed in section 4.

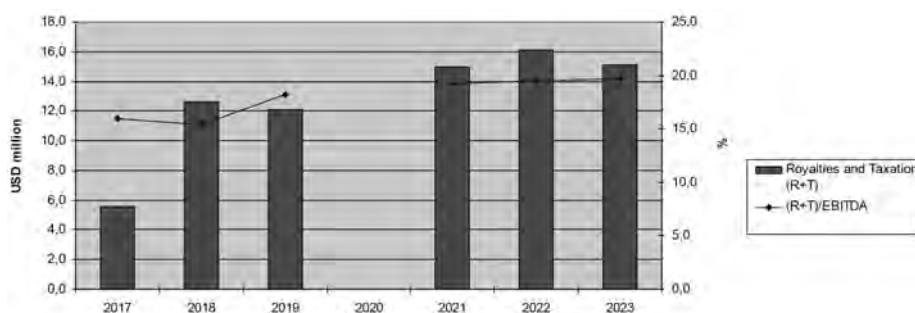
53 "We expected more".

2.2. MRM Fiscal Impact

If mining companies are currently allocating a smaller share of their mining costs to managing the ecosystem of their operations in Southern Africa, it was shown above that is because national governments have taken on some of these tasks. As such, the costs of this outsourcing should have increased, i.e., a larger share of the mining company's added value would have been transferred through taxation, but this is not the case. The international mobility of capital, which has enabled multinational companies to conceal their real profits (via transfer pricing, overloading profits with parent company debts, cash-flow for profit accounting, political pressure to reduce taxable income, etc.) and the weakness of underdeveloped states facing an increasing public debt have completely altered the balance of power between corporations and national governments. Zambia, for instance, started to charge after 1969 a tax aggregate of around 73 % to its 51 % state controlled copper corporation ZCCM. By then, the aggregate Zambian tax rate could reach 78 %⁵⁴. Fifty years later, Gemfields was paying a much lower income tax and just "6 % on all emerald sales in Zambia (including intercompany transfers)" (GGL, 2019: 47).

In Mozambique, the tax burden is higher than in Zambia (10 % on sales in 2019) but the evolution has been similar. Although Mozambican tax legislation⁵⁵ continues to set the tax rate on profits at 32 %, MRM paid only half that percentage on its gross profits in 2017. Since then there has been an increasing trend on the taxation of EBITDA (20 % in 2023).

Ilustração o8 – MRM - Taxation on gross profits (EBITDA)



Source: PRL, GGL, *Annual Reports*.

The transfer of MRM revenues to Mozambique is higher than the taxation of MRM profits. In addition to the foreign exchange that the GGL international auctions bring to the Bank of Mozambique, there is also the transfer of profits to Gemfields' associate, the Mozambican Mwiriti Limited, which holds a 25 % stake at MRM. Just in loans, to be recovered from dividends later to be paid by MRM, Mwiriti received USD 19,6 million in

⁵⁴ This average fiscal burden of Zambian Consolidated Copper Mines (ZCCM) resulted from a 51 % Mineral Tax plus the Income Tax (Marchand, 1996: 381-382).

⁵⁵ RdM, Lei N.º 9/2008.

the period 2021-23 (GGL, 2021: 159; 2022: 173; 2023: 170). Adding the State's tax revenue and that of Mwriti (by default), MRM has transferred at least 96 million dollars to the Mozambican ruling class since 2017.

For Cabo Delgado's Provincial budget, MRM has been for years the largest contributor. If the total fiscal amount paid by MRM between 2021 and 2023 was transferred to Cabo Delgado it would still stand between 10 and 20 % of the Province total revenue (INE, 2023: 55). But unlike the negative impacts of mining operations, which are concentrated in the concession areas, the companies' tax revenues are distributed throughout the central state. Until 2022, the percentage of mining taxation to be transferred to the regions of the concessions remained exclusively within the competence of the State budget (RdM, Lei n.º 20/2014, article 20). A subsequent amendment set the fiscal mining revenue (excluding royalties) to the 'provincias, distritos e comunidades' at 10 %⁵⁶. The amount that actually reaches the districts and communities is usually less than 3 %, if the law is complied with⁵⁷. But whether or not the government complies with the budget law, the variable amount that goes to the Montepuez/Namanhumbir area is in the tens of thousands of dollars. It is therefore not quantitatively significant enough to bring about qualitative changes in social indicators of the province.

These indicators have shown no improvement, to say the least. According to official statistics, daily GDP per capita remained unchanged in 2023 compared to 2019 (7.8 USD), but there is a serious deterioration in living standards. Considering food crops, traditional agriculture continues its downward trend in the last decade: in 2016-2023, the negative annual growth in production per hectare is for maize (-18 %), sorghum (-4 %) and cassava (-37 %). The same trend can be seen in traditional export crops: cotton (-17.7 %) and cashew nuts (-24.5 %)⁵⁸. Neither public health indicators⁵⁹ nor educational⁶⁰ ones show signs of advance.

For MRM, the insufficient return of tax revenues to the region is viewed with concern: "As the largest taxpayer in Cabo Delgado for many years, we would welcome more of our tax revenue making its way to communities living in and around the ruby region." (GCL, 2022: 17).

3. MRM conflicts

The MRM's veiled criticism of the central government is justified by the intensification of conflict in the region, including in Montepuez. Industrial conflicts are expected in antagonistic production relations but in the case of mining in underdeveloped countries there are additional factors. Given the current technical composition of mining capital (which tends to reduce the number of local jobs) and considering the disorganisation brought about by mining operations to the ecosystem (insufficiently compensated population transfers, pollution, etc.), the social cost to the region generally exceeds the benefits (higher wages, infrastructure works, etc.). Conflicts tend to increase with the scale of operations and, for MRM's parent company, GGL, the mere existence of conflicts resulting from its

56 Provinces, Districts and communities. RdM, Lei n.º 15/2022, article 1.

57 In the 2018 State Budget, the government set the tax rate for MRM communities at 2.75 %, but around 1 million míticais (15,100 USD) may not have been transferred (A Verdade, 2020).

58 Fishing output (around 30,5 thousand tonnes) also remains stagnated (INE, 2020: 38-40; 2023: 40-41).

59 The number of hospital beds per thousand inhabitants, which increased in 2020 due to the pandemic (8), fell again and stood at 5.8 in 2023. Between the same dates, the total number of doctors in service increased, but the ratio of inhabitants per nurse, who provides most of the immediate care, increased. (INE, 2023: 28).

60 Between 2019 and 2023, in primary education, the pupil-teacher ratio rose from 68 to 70 (INE, 2023: 20).

activities undermines, as seen above, the cartel's "ethical stones" strategy. It is therefore essential to minimise them and above all to remove them from the spotlight as much as possible. As MRM operates in a peripheral area of an African country and counts among its stakeholders part of the bourgeoisie linked to the state apparatus⁶¹ it can rely on the governmental media of Mozambique and hope for limited risks on its international image. However, this filter coverage may not be enough when assessing the scale of the impacts (MRM has to deal not only with labour relations within the firm facilities but also with regional disruptions within a mining concession covering hundreds of square kilometres) and the increasing leaks in media control.

3.1. Industrial conflict at MRM

In Mozambique, proletarianisation with formal jobs affects only 12 % of the working population. In the mining sector, the high organic composition of capital makes jobs even scarcer: despite accounting for 90 % of the exports, 75 % of investment and 50 % of GDP, it represents only 7 % of formal employment (Castel Branco, 2024: 22). Considering the convergence of interests between foreign capital and the state, both Mozambican labour legislation since 2007 and its implementation have favoured the precariousness of mining work⁶², which leads to the increase of the rate of surplus value in the sector. At MRM, subcontracted workers continue to be subject to six-day working week, discrimination in working conditions and, frequently, dismissal without compensation. In the document setting out the demands of the February 2025 movement, five out of eight grounds for complaint relate to discrimination (Trabalhadores da MRM, 2025; I-MRM, 2025). The total number of subcontracted workers has grown with the expansion of the operations, although the increase in the technical composition of capital tends to reduce their percentage: after representing two-thirds of the workforce, they currently make up just over half (see 2.1). Whilst workers, especially the subcontracted ones, usually react with frequent complaints, work slowdowns and possibly petty theft⁶³, collective conflicts have been rare. Combined with the bargaining power that comes from the precarious nature of its workers' employment ("contratos a prazo certo"), MRM has been able to rely on a government-controlled union framework to counter labour unrest⁶⁴. As the GGL put it, at MRM "67 % of the direct employees are unionised and no legal industrial action was taken, though there was one period of withdrawn labour when new union management did not follow any legally required steps" (GGL, 2023: 85). The management referred to the March 2023 movement: a full scale strike, which seems to have taken

61 Mwriti is a corporation owned by Raimundo Pachinuapa, a Frelimo ex-military now on its Political Commission, and his business partner Asghar Fakhraleali. Pachinuapa is said to own also about 7 % of the mining concessions in Cabo Delgado (Global Initiative, 2021). In 2019, at MRM, Pachinuapa's son Raime was director of corporate affairs and the company was "chaired by Samora Machel Jr", a son of the former Mozambican president (Club of Mozambique, 2019).

62 The law facilitates the identification between fixed-term contracts and subcontracting, which allows MRM to have a workforce available for periods of less than two years, but renewable twice. RdM, Lei N.º 23/2007, Articles 40 and 42.

63 According to MRM, local workers "reclamam muito, roubam muito" ("they complain and steal too much"). (I-MSC, 2025).

64 At MRM, the union is SINTICIM (Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras e Minas), affiliated with OTM-CS (Organização do Trabalho de Moçambique – Central Sindical). Although the OTM, founded in 1976, has been regaining class momentum in recent years, it is generally associated with government control and has experienced a significant decline in unionisation rates (25 % between 2013 and 2023). For a detailed overview on OTM, Castel-Branco, 2024.

MRM by surprise. It took the firm a short time, however, to have it under control, both on the ground and in the media⁶⁵.

In February 2025, another major industrial conflict occurred. Following the filing of 50 disciplinary proceedings that would lead to dismissal, contracted and subcontracted workers began a protest movement that culminated in another general strike. This time, complaints have risen to a new level and, apart the ones insisting on work conditions, are now also directed at the control of floor management: the workers asked for the dismissal of some company supervisors, who embody what they consider to be the arbitrariness of MRM's⁶⁶. Once again with the support of the police and military forces to put pressure on the workers during the movement, the company has so far managed not to respond to its demands.

**Ilustração 09 – MRM strike of February 2025 - Negotiations
(framed by the Mozambican Army) between Miners and Staff**



Source: I-MRM, 2025.

More importantly for MRM, the February strike was simply kept away from Mozambique's governmental media⁶⁷. Nevertheless, the successive failure of direct negotiations, which accelerates the discrediting of the 'official' union⁶⁸, has increased the level of militancy among workers. As it tends to drag union delegates along and bring together contract and subcontracted workforce, as seen in February 2025, industrial conflicts are expected to intensify in the near future.

65 AIM, the official news agency, reported it mainly quoting the press release note of MRM, which stressed that the workers "prevented colleagues who did not join the strike from working, which led the company to take security measures to protect the camp, through the Mozambican Police" and that "wildcat strikes only benefit the illegal miners operating in the area, since the protection mechanism of the project was effectively diverted to the management of the stoppage". (AIM, 2023).

66 For the full text of document with the worker's claims in February 2025, see Annex 1.

67 No news about the February 2025 strike in AIM or in the Maputo *Jornal de Notícias*, which in contrast, has published several reports on the incursions of artisanal mining.

68 Similar processes are occurring in other industrial conflicts in Mozambique (Castel-Branco, 2024: 29-30).

3.2. Community conflicts with MRM

3.2.1. Peasantry

The MRM 340 square-kilometre concession included five peasant communities of Namahumbir, located on or near the main pits. In 2014 MRM decided “to involuntarily resettle communities” under a Resettlement Action Plan (“RAP”). Management subsequently decided that “only one, Nthoro, located in the most viable mineralised area, would need to be resettled” (GGL, 2018: 60). A year later, the company was still “at the stage of identifying possible relocation sites with the local government having spent the last year carrying out local census and data collection” (GGL, 2018: 35). The expectation was that the final plan would be approved by the end of 2015 but it was just in August 2017 that the Resettlement Action Plan (“RAP”) was ratified by the central government. Meanwhile MRM had “105 lots cleared and the masonry of 35 houses completed” (GGL, 2018: 34). In December 2020 105 houses “had been completed and the overall project was more than 80 % complete”, with beneficiaries already moving into their new homes (GGL, 2020: 35). The inauguration ceremony for the *Aldeia PAR* (RAP village) did not take place until August 2022, possibly due to delays in infrastructure works, which were still ongoing at the time⁶⁹.

Purchase policies, delays which may have been related to the schedule of MRM cash flows⁷⁰, and underestimation of the disruption caused by resettlement ended up causing much more problems than expected. The company paid farmers of the area where the RAP village was to be established a uniform price of 12,000 MTC (approximately 188 USD) for each *machamba* (cultivated field to be handed to the resettled people), without consideration for area or fertility. As the process took more than five years to complete and the households in Nthoro (Namutxo) had grown in the meantime, scarce arable land led to conflicts between farmers. Those who had sold the land now demanded an update to the price, and the newcomers did not have enough land for their households (I-MSc, 2025). In 2021, “despite sabotage carried out”, MRM was asked by the Montepuez administration “to bear the cost of replacement agricultural farmland for the encroachers” in order to vacate the RAP village⁷¹.

There were additional reasons for peasants to complain. Needless to say that GGL management assured that the resettlement process would not only comply “with national law, but also adhered to international best practice”⁷². But Nthoro resettled people viewed it otherwise and their complaints were part of the 2018 important

69 Such as “the drainage Phase II along the roads inside the RAP Village, construction of the water tank towers and the development of the cemetery site” (GGL, 2022: 48).

70 According to the Provincial director of Mineral Resources and Energy, geologist Ramiro Nguiraze, MRM did not want to cash the RAP before it entered in its breakeven point: “The initial investment has an 80 % risk margin and the first few years are for the company to establish itself. It is not easy to take on a high expense such as resettlement without at least having recovered the money from the investment, which is financed by banks.” (Revista Tempo, 2017).

71 MRM reports to have resettled 110 out of 155 encroachers with “new agricultural farmland” and “agricultural kits composed of seeds, pesticides and fertilizers” (GGL, 2021: 35). This may not have prevented that some of newcomers from Nthoro still had to buy land to the former farmers (I-MSc, 2025).

72 I.e., “including Performance Standard 5 (Land Acquisition and Involuntary Resettlement) of the International Finance Corporation’s Performance Standards on Environmental and Social Sustainability, as well as the principles of Free, Prior and Informed Consent.” (GGL, 2018: 60).

judicial process against Gemfields⁷³. Other peasants from the villages of Mpene and Nseue, also forced to move, testified to a Pemba NGO that much before the transfer (which they never negotiated), their way of life was already being violated on a daily basis by the company's security forces and that they had been deprived of resources and cultural heritage (fruit trees, fishing, graveyards, etc.) without proper compensation (AMA, 2015).

Anyway, in 2018, the consequences of the RAP seemed controlled as regards its cost, which was covered by a GGL provision of US\$1.7 million (GGL, 2018: 32-33). The same can not be said about the bad publicity resulting from the international process, although not much was mentioned as regards the RAP, both in Mozambican official media as internationally⁷⁴. Besides, costs would go up because RAP conflicts remain unsettled, either in court⁷⁵ or on the ground. In 2023 at the Wikhupuri (the RAP village), resettled peasants were not still self-sufficient as regards food production, with MRM hiring an "external entity" to implement "a Livelihoods Restoration Programme through day-to-day assistance". Meanwhile "encroachers" continued "disturbing some resettled villages" (GGL, 2023: 49). In 2024 another collective confrontation occurred: "MRM-built vocational training center in the nearby of Wikupuri was looted and vandalized" and what "the perpetrators stole from the center was farming equipment that was supposed to go to 800 local farmers" (Rapaport Magazine, 2025). Costs of the RAP have so far risen to more than USD 10 million (GGL, 2022: 83).

3.2.2. Artisanal Mining

GGL's main community conflict is with illegal mining. One of the reasons is that artisanal mining expectations were already frustrated before MRM was organised. It was local people and later informal prospectors, not Gemfields that discovered the ruby fields of Montepuez⁷⁶. It did not help them much: Mozambican mining law allows for artisanal mining but requires the establishment of a legal entity 'that can prove it has the technical and financial capacity' to carry out the operations (RdM, Lei n.º 20/2014, art.º 45, 1). Unable to meet these requirements, the miners had no option but to sell their certificates⁷⁷ to Mwiriti Limitada (I-MSc, 2025), that used them to obtain the mining licence and with it to purchase its stake in MRM. A similar process seems to have occurred in relation to Mwiriti's other 25 % interests in joint ventures with GGL⁷⁸.

It would be always difficult to keep a population in which two-thirds live below the poverty line⁷⁹ and in a region with 'a long tradition of artisanal gemstone mining' out of the MRM concession (Hanlon, 2019). The parent company realized immediately that given

73 There were 95 claims for the "repeated burning of Namucho-Ntoro" (Mozambique News & Clippings, 2018). For an account of the violence's during the Nthoro resettlement in Mozambican independent media, see *Revista Tempo*, 2017; Hanlon, 2019.

74 Even in 2023, there are few international reports with details about the RAP. See for instance, *Africa Monitor Intelligence* (2023).

75 On June 2021 Pemba Judicial Court filed the claim by 39 villagers that alleged "that they had been unfairly excluded from the resettlement process of the Nthoro Community (Club Mozambique, 2022).

76 "O garimpeiro é o melhor prospector em Montepuez; a companhia não descobre nada" (the informal prospector is the best geologist in Montepuez; the company discovers nothing.' I-MSc, 2025).

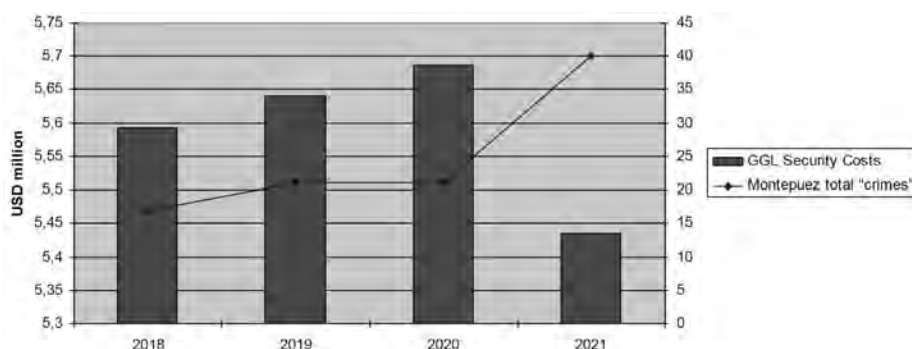
77 The certificates (certificados) are valid for 10 years but they can only be converted into a mining licence 'provided that the legally established requirements are met' (RdM, Lei n.º 20/2014, art.º 45; 48).

78 Megaruma Mining Limitada, Eastern Ruby Mining Limitad, Eastern Mining and Campos de Joia, for rubies and Nairoto Resources Limitada for gold.

79 The national average for the period 2014-2019 is 62,8 % but the percentage is hardly lower in Cabo Delgado after the recent natural and political disruptions (World Bank, 2025).

“the size and nature of the Montepuez ruby licence, illegal mining activity and theft” would remain “key challenges” (PRL, 2012: 18). It was not only the size but the easiness of the exploitation: “the relative proximity” of the gemstones to the surface and access to rainwater to wash ore during the rainy season. One of the smaller MRM contradictions is precisely that what makes it earn differential rents (its low mining operating costs) also implies increasing expenditure on “security”. In the period 2012–23 its accounting heading “Security costs”, which includes also the Zambian operations where the situation was “yet not fully resolved”, recorded annual growth of 19 %. At MRM it was spent on “architectural” and surveillance technology⁸⁰ but mainly on operational recruitment. MRM started by hiring “guarding services, quick reaction teams, and an intervention team which includes Mozambican police” (Gemfields, 2013: 17).

Ilustração 10 – GGL Security Costs and Crimes Reported by the Cabo Delgado Police



Source: GGL, *Annual Reports*; INE, 2022: 35.

Regardless of the randomness of these statistics⁸¹, there does not appear to be an inverse correlation between ‘security’ spending and a decrease in ‘crime’ in Montepuez, as GML would hope for.

After the escalation of violence of the years 2012–14, the Mozambican government replaced the intervention team (FIR) by a special police force to protect the concession⁸². But for Gemfields, a qualitative change of the worst kind for its cartel strategy had already occurred: an international legal case. It could hardly have been otherwise, given the scale of the repression exercised by the MRM/State security forces tandem and the growing capacity of the independent Mozambican media⁸³. In 2017, the law firm Leigh Day was

80 Such as “barriers, locks and lighting systems” and “CCTV systems, the installation of high power remote-operated PTZ (pan-tilt-zoom) cameras with infrared night capability and the erection of repeater masts for improved communication within the mine site” (Gemfields, 2012: 4; 2013: 17).

81 No strict correlation can be inferred because GGL security costs include Kagem in Zambia.

82 Between December 2013 and 2014: “average of one assault per day, fifteen fatal shootings and six murders committed in broad daylight”. Since April 2015, the Mozambican government has replaced the FIR with the “Natural Resources and Environment Protection Police”, “a unit composed of 35 members stationed in Namanhumbir to protect the concession and the surrounding areas.” (A Verdade, 2016).

83 A Mozambican journalist, Eustacio Valoi, prompted Al Jazeera to make a documentary and, the following year, several articles appeared in the international press (Mozambique News, 2019).

already working on a case, with 273 complaints, including 18 murders, 200 assaults and the already mention 95 instances of destruction of homes and property during the RAP process. For Gemfields, “the claim appears to recycle media coverage from 2015 and 2016” but when the case reached the London High Court, the firm’s strategy was to minimise the noise by paying whatever it took to do so. The firm “agreed, on a no-admission-of-liability basis, on a settlement of all claims brought by Leigh Day in relation to the alleged abuses”⁸⁴. It is significant how easily GGL agreed to sacrifice profits for the year in favour of its pro-cartel marketing strategy: in that year, largely due to compensation and legal costs, the production costs of carat increased by 30 %: from 8.96 to 11.58 USD⁸⁵.

The Leigh case showed GGL the risks of relying solely on repression, even with state collusion⁸⁶, and led it to new policies in order to cushion community conflicts. One of those policies was in fact mandatory because under the London agreement, GGL should set up an “independent Operational Grievance Mechanism (OGM)”. It took a while, however, to get it off the ground and the pilot phase just began in late 2020. (Leigh, 2022; GGL, 2020: 36). Prior to this, the company had already attempted minor conciliation and “engagement” measures, without much success⁸⁷. Two main factors hamper these public relations efforts.

One is MRM’s unwillingness to increase the scale of its funding to communities. For instance, after the London trial GGL announced it “has also created a new agricultural development and training fund of at least GBP500,000 in order to provide long-term sustainable benefits, including skills training to foster economic activity and employment for the Ntoro/Namucho community” (GGL, 2019: 40). There are no indications in subsequent reports until 2023 that this fund has begun to be applied. MRM also attempted to resolve pre-2018 community conflicts to the extent possible: in 2023 it offered a sort of “OGM 2.0” to close “the existing claims between 1 January 2012 and 31 December 2018. As the company proposes to do it “by way of a collective, *mostly non-financial*, remediation plan”, the chances of success seem low (GGL, 2023: 87).

The second problem with reconciliation policies lies in MRM refusal, to date, to purchase stones from artisanal mining or to assist them in working outside their licensed area. The company organized an “Artisanal and Small-scale Mining Feasibility Study” but with not known change of policies as regards transactions (GGL, 2023: 86). As expected, this fostered the diversion of trade from small-scale illegal mining to gemstone smuggling networks. As GGL acknowledges, currently “many artisanal miners hailed from faraway towns and villages, including Nampula, some 400 kilometres by road

84 “The settlement figure is GBP 5.8 million (US\$7.4 million), comprising the sum to be distributed to the claimants by Leigh Day and their legal expenses.” (GGL, 2018: 34).

85 “Gemfields maintains that it is not liable for the alleged abuses set out in the claims, but has taken the view that the agreed settlement best balances the interests of the various stakeholders and avoids tainting MRM’s relationship with sections of the local community by engaging in protracted and expensive litigation against the claimants” (GGL, 2018:3 5). More importantly, “Leigh Day will not bring, or support, any future claims in relation to MRM where they arise prior to the date of the settlement agreement” (GGL, 2019: 35).

86 The collusion between the Mozambican state and foreign capital in matters of repression is becoming increasingly visible. In March 2025, the Mozambican Attorney General’s Office “began investigating allegations of murders, kidnappings and rapes of civilians committed by members of the Defence and Security Forces (FDS) protecting the facilities of French multinational TotalEnergies in Afungi, Cabo Delgado province” (Carta de Moçambique, 2025).

87 In 2015, MRM had organized “meetings with local stakeholders, illegal miners and traders, religious and youth leaders and other community members”; in 2019, it was organizing every Sunday sport initiatives “to combat the exploitation of children for illegal mining ” (Gemfields, 2015: 41; 2019: 67).

from Montepuez, and were typically bound in debt to mostly foreign gemstone traders working in illegal smuggling syndicates.” (GGL, 2019: 88)⁸⁸.

The result is that illegal mining has been on the rise since 2019 (GGL, 2019: 8), the number of victims keep rising⁸⁹ and conflicts tend to escalate to collective confrontations. In February 2020, approximately 800 artisanal miners openly entered the concession, “vastly outnumbering the MRM security personnel and Mozambican police”. According to MRM, “undercutting the outer edge of the mining pit” led to “several ground collapse incidents” and 11 deaths (GGL, 2019: 38)⁹⁰. In 2021, “an attack by illegal miners on a mine supervisor” also made one death (GGL, 2021: 34). The 2023 company report signalled “a significant increase” of illegal mining activity (GGL, 2023: 48). Lastly, in December 2024, “200 illegal ruby miners stormed the residential village next to the mine” and “attempted to invade the ruby deposit that Gemfields controls”. According to the State news agency, “more than 300 kilos of precious stones” were stolen⁹¹.

For GGL management, while acknowledging that its human rights policy is not the same as it was in 2012, the essence of the approach remains the same. It includes “humanitarian support to the illegal miners themselves in the event of collapses” and “deal with the military, make sure, to the extent that we’re able to do so, that they have disciplined the individual, ban those individuals from coming back onto our license”. GGL still insists on “*where we have the time*, to actually provide voluntary principles on security and human-rights training to both the police and the military who are in that area” (Rappaport Magazine, 2025, non-original italics).

Conclusions

Maximising surplus value production and then maximising profit distribution implies reducing reinvestment, which the devaluation of productive capital increasingly allows. Profit distribution can also be enhanced if combined with cartel prices. In the last decade, GGL has tried to take advantage of both possibilities (sections 2 and 3). However, the contradiction between a MSV⁹² orientation (profit distribution) and the organization of a steady cartel (profit reinvestment) is becoming increasingly evident. To facilitate understanding of the GGL dynamics, the main contradiction may be subdivided into two: one that shows that the downsizing of reinvestment also implies downsizing the mass of future profits; a second one that shows that a gemstone cartel implies rising costs.

Contradiction 1 lies in the fact that by reducing its mining assets, GGL is foregoing potential market opportunities (such as a recovery in platinum or manganese prices) and weakening its position in gemstone production. In 2017, the company began divesting stakes in companies other than the former Gemfields. This policy had also the effect of

88 Tanzanian, Chinese and even Congolese gemstone traders are currently based in Montepuez (I-MSc, 2025).

89 According to GGL sources, “at least 92 miners have died on its premises in collapses of the illegally dug pits” (Rapaport Magazine, 2025).

90 The 2018 incursion showed how GGL can use its media power, in this case to promote a victimising narrative at national level. GGL “invited members of the Mozambican press and media to visit MRM and its surrounding villages to provide first-hand coverage of the activity” (GGL, 2018: 38-39).

91 The joint interests between the company and the state were stressed: “This is a severe blow to the Mozambican state, since MRM has been a reliable taxpayer, channelling income from its regular ruby auctions to the Mozambican exchequer” (AIM, 2024).

92 “Maximizing Share Value” policy (Lazonik & Shin, 2020).

increasing the risks associated with investment contraction (only in gemstones, then only in Zambia and Mozambique, in 2025 only in Mozambique). Since geographical concentration is simply induced by cost minimisation, GGL faces now a wave of unrest induced by its low-cost labour and community conflicts. In Zambia, but especially in Mozambique as seen in section 4, social movements against GGL are on the rise: workers' movements, peasant's hostility, open warfare with illegal mining.

The secondary contradiction lies in the cost-benefice ratio of organising a cartel in the gemstone industry. To achieve the equivalent of a De Beers' oligopoly during its heyday, GGL must ensure control of both supply and demand of gemstones. Controlling supply implies costs significantly higher than those initially projected by PRL. Gemstones market keeps expanding but if the growth of competitors cannot be halted, as it seems now in emeralds with Grizzly Mining⁹³ and possibly afterwards in rubies with Gemrock International, it will be inevitable either to share cartel profits or spend heavily to buy stakes in them. The alternative is a price war, as it seems to be currently happening with emeralds⁹⁴. A successful cartel can bring additional profit-sharing factors, as it enhances governments to increase the tax burden on a company that is known to depend solely on one or two operating platforms.⁹⁵ More importantly, a cartel strategy also implies not giving up on the ethical advertising campaign. But GGL can only obtain this type of certification by preventing (or hiding) conflicts, i.e., by redistributing a much larger share of profits to mining regions than contradiction 1 allows.⁹⁶

Recent developments show that GGL is rushing headlong into these contradictions and letting go the cartel scheme for now. Its management says it will continue to minimise costs, regardless of the social consequences, and to concentrate investment in Mozambique⁹⁷, regardless of the risks. Given that GGL's capital accumulation strategy is replicated by other multinationals operating in the region⁹⁸ and in the country, it is no surprise to see that the social unrest in Montepuez is being replicated at district and national levels. Since 2017, the most visible manifestation of social disruption has been the jihadist insurgency which by 2023 had already displaced more than 1 million people in the district.

93 Grizzly Mining was incorporated in 1997 by the Senegalese businessman Abdoulaye Ndiaye and owns at least 9 emerald mines in Zambia. It is now replicating GGL in production and sales: it delivers around 50 million carats yearly (in 2023 GGL produced only 33) and since 2019 it organizes international auctions in Dubai, which are now biannual. [Online]. Available at: <https://grizzlyemeralds.com/>.

94 About the emerald supply, GGL complains of competition that is, "flooding the market" with lower-priced goods". Ruby prices keep breaking records, for now (Rapaport Magazine, 2025).

95 In 2019 the Zambian Government introduced a new 15 % export tax on precious gemstones and metals which together with the existing 6 % mineral royalty levied on gemstones, increased Kagem's total tax on revenues to 21 %. (GGL, 2018: 7). The Zambian emerald sector lobby reverted it but could not prevent its comeback in 2025, when the combined taxation of the emeralds reached again 21 % plus a 30 % income tax (Rapaport Magazine, 2025). A cartel price in this conditions would erase any possible differential rents in Zambian emeralds for GGL.

96 As Gemrock International, another GGL competitor also established in Cabo Delgado, puts it: "The current reality is: there is no independent certification scheme available globally. No third-party institution anywhere around the world would build or offer an independent certification scheme" (Gemrock, 2025).

97 In 2025 "GGL announced plans to halt all nonessential capital expenditures at its ruby-development assets in Mozambique, including Eastern Ruby Mining. In addition to ceasing operations at Megaruma, it has shut down Nairoto Resources" (Rapaport Magazine, 2025).

98 In 2021, just in the district of Cabo Delgado there were at least 11 multinational companies operating in the natural gas sector: 3 European (TotalEnergies, ENI and GALP), 1 USA (ExxonMobil) and 7 Asian (ONGC, BPRL, BREM, CNPC, PTTEP, Mitsui and KOGAS) (Cardoso, 21). There were at least three in mining (in addition to GGL and Gemrock in precious stones, Syrah Resources in graphite). For construction and logistics related to these projects, there are several other European and American multinationals.

There is broad consensus⁹⁹ that the youth mobilisation recruited by arose from “local communities’ resentment of elites’ appropriation of the economic benefits of northern Mozambique’s natural resources, including ruby fields and natural gas reserves” (Henlon, quoted at Global Initiative, 2021). For some, since the government “seems unable to create livelihoods and jobs”, “miners and gas companies must become development agencies and farmers to stem the discontent they are creating” (Mozambique News, 2019). The sections above have attempted to explain why the contradictions that currently prevail in capital accumulation are incompatible with this *developmentalist* view. However, the fact that no fundamental change in the redistribution of profits between multinationals and local communities is to be expected in the short term does not mean that companies are not facing right now the consequences of an increasingly hostile environment. Because of the insurgency, gas projects, with the exception of ENI, were halted in 2021. In the case of gemstone mining, the attack on Gemrock’s facilities in October 2022 led GGL to begin the evacuation process at Namanhumbir, which the arrival of government forces made unnecessary so far. Still, during the following year, the operations at Nairoto were suspended. (GGL, 2022: 47; 57). For GGL, whose mining fields are very close to the affected areas, the main impact seems for now the increase in illegal mining brought about by the thousands of displaced people and the consequent rise in security costs¹⁰⁰. The civil disobedience protests that followed the 2024 election, which led to further shutdowns of multinational companies, shows that social unrest can intensify even further.

For the moment, GGL position remains: “it seems the political unrest has eased off somewhat, and we hope that will continue to be the case as the new government settles in” (Rapaport Magazine, 2025).

Bibliographic references

A Verdade (2020), *Governo de Filipe Nyusi dá calote aos moçambicanos de Govuro, Inhassoro, Moatize e Montepuez*. Published on 13/02/2020. [Online]. Available at: <https://verdade.co.mz/governo-de-filipe-nyusi-da-calote-aos-mocambicanos-de-govuro-inhassoro-moatize-e-montepuez/>.

——— (2016), *Montepuez Ruby Mining tem concessão para extrair rubis e matar moçambicanos*. Published on 03-06-2016. [Online]. Available at: <https://verdade.co.mz/montepuez-ruby-mining-tem-concessao-para-extrair-rubis-e-matar-mocambicanos/>.

Africa Monitor Intelligence (2023), *Moçambique: Negócio e “Aparato” da Montepuez Ruby Mining (MRM) Tremem*. Published on 30-03-2023. [Online]. Available at: <https://africamonitor.net/pt/seguran%C3%A7a-defesa/am1395moc/>.

99 Even among scholars linked to official and unofficial institutions with interests in Mozambique. For some examples, see Seabra, 2021; Cardoso, 2021.

100 That is, over 700,000 people, “taking refuge in areas near MRM and who pose an added threat to the operations, due to the risk that they could join the illegal miners”. GGL police (PSD) has since then “successfully incorporated drones on site to monitor artisanal mining and assist patrol teams in locating such activities” (GGL, 2021: 33-34). So far, there is no evidence of connection between the increase in refugees and illegal mining (I-MSC, 2025).

- AIM (2023a), Agência de Informação de Moçambique (2024), *Riots cause temporary closure of ruby mine*. Published on 30/12/2024. [Online]. Available at: <https://aimnews.org/2024/12/30/riots-cause-temporary-closure-of-ruby-mine/>.
- (2023b) *Workers at Montepuez Ruby Mining Go on Strike*. Published on 03/03/2023. [Online]. Available at: <https://aimnews.org/2023/03/30/workers-at-montepuez-ruby-mining-go-on-strike/>.
- AMA – Associação do Meio Ambiente Amigos da Terra (2015), *Relatório do mapeamento das comunidades a serem reassentadas no Posto Administrativo de Namahumbir*. Pemba, 24-07-2015.
- Arghiri, Emmanuel (1985), *La dynamique des inégalités*, Paris, Editions Anthropos.
- Boletim da República (2022), Lei n.º 15/2022, 19 December, Série I, N.º 34. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- (2014), Decreto n.º 20/2014, de 18 de agosto de 2014 (Assembleia da República). Lei das Minas. Série I, N.º 66, II Suplemento. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- (2008), Lei n.º 9/2008, 16 April (Conselho de Ministros). Série I, N.º 16. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- (2007), Lei n.º 23/2007, 1 August (Assembleia da República). Série I, N.º 31. Maputo - Moçambique: Imprensa Nacional de Moçambique E.P.
- Cardoso, Fernando Jorge (2021), *Cabo Delgado: Insurgents, Jihadists or Terrorists?* IMVF Policy Paper, 9, May 2021.
- Carta de Moçambique (2025), *Em Afungi: PGR investiga alegados crimes cometidos pelas Forças de Defesa e Segurança*. Published on 04-04-2025. [Online]. Available at: <https://cartamz.com/sociedade/41208/em-afungi-pgr-investiga-alegados-crimes-cometidos-pelas-forcas-de-defesa-e-seguranca/>.
- Castel-Branco, Ruth (2024), *A ação sindical e as perspectivas para o movimento laboral em Moçambique*, Friedrich-Ebert-Stiftung Moçambique.
- Global Initiative Against Transnational Organized Crime (2021), *How informal miners in Mozambique bear the brunt of criminalization while elites seize more control of mining concessions*, Risk Bulletin Sept-Octo 2021. Published on 30/12/2024. [Online]. Available at: <https://riskbulletins.globalinitiative.net/esa-obs-021/04-how-informal-miners-in-mozambique-bear-the-brunt-of-criminalization.html>.
- Halary, Isabelle (2003), *As promessas não cumpridas da globalização financeira*. In: Chesnais, François; Plihon, Dominique (orgs.), *As armadilhas da finança mundial*, Campo da Comunicação.
- Hanlon, Joseph (2019), *Ruby miner Gemfields to pay \$8.3 mn to settle Montepuez torture & murder claims*, Club of Mozambique. Published on 29-01-2019. [Online]. Available at: <https://clubofmozambique.com/news/ruby-miner-gemfields-to-pay-8-3-mn-to-settle-montepuez-torture-murder-claims-by-joseph-hanlon/>.

- Hudson, Michael (2021), *Super Imperialism The Economic Strategy of American Empire*. ISLET.
- Husson, Michel (2010), *La hausse tendancielle du taux de profit*. [Online]. Available at: <http://hussonet.free.fr>.
- Instituto Nacional de Estatística – Delegação Provincial de Cabo Delgado, *Anuário Estatístico* (2017; 2020; 2022; 2023).
- Investing.com (2025), Forex and Currency. [Online]. Available at: <https://www.investing.com/currencies/usd-mzn-historical-data>.
- Jeffers, Esther (2003), *Qual é o peso dos investidores institucionais norte-americanos na economia francesa?* In: Chesnais, François; Plihon, Dominique (orgs.), “As armadilhas da finança mundial”, Campo da Comunicação.
- Lazonick, Willam & Shin, Jang-Sup (2020), *Predatory Value Extraction*, Oxford University Press.
- Leigh Day International (2022), *Pushing the Barriers, Taking a Stand*. Leigh Day.
- Lewellen, Jonathan & Lewellen, Katharina (2018), *Institutional investors and corporate governance: the incentive to increase value*, Wiley. [Online]. Available at: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/jofi.13085>.
- Marchand, Jacques (1996), *L'économie minière en Afrique australe*, Karthala.
- Market Screener (2017), *Pallinhurst Resources Ltd. completed the acquisition of the remaining 62.1 % stake in Gemfields plc from Oasis Crescent Capital Ltd., Oasis Asset Management Ltd., Faberge Conduit Ltd., Christo Wiese and other shareholders*. Published on 07/31/2017. [Online]. Available at: <https://www.marketscreener.com/quote/stock/GEMFIELDS-GROUP-LIMITED-103499011/news/Pallinhurst-Resources-Ltd-completed-the-acquisition-of-the-remaining-62-1-stake-in-Gemfields-plc-35013788>.
- Mozambique News reports & Clippings (2018), *Minimum wage & exchange rate supplement*, 409 30 April 2018.
- Pallister, David; Stewart, Sarah & Lepper, Ian (1987), *South Africa Inc. The Oppenheimer Empire*, Simon Shuster.
- Plihon, Dominique (2003), *A economia de fundos próprios: um novo regime de acumulação financeira*. In: Chesnais, François; Plihon, Dominique (orgs.), *As armadilhas da finança mundial*, Campo da Comunicação.
- Rapaport Magazine (2025), *A Hard Time for Gemfields in Mozambique*. Published on 06-03-2025. [Online]. Available at: <https://rapaport.com/magazine-article/a-hard-time-for-gemfields-in-mozambique/>.
- Rebière, Thérèse; Lebon, Isabelle (2024), *Les Etats-Unis au XXIe siècle en faits et en chiffres*, Ellipses.
- Revista Tempo (2017), *Namanhumbir denuncia graves violações de direitos humanos*, 28-07-2017.

Santos, Maciel (2024), *A desvalorização do capital e a taxa de lucro – contributo para a discussão*, CEAUP, WP/CEAUP/#2024/3. [Online]. Available at: https://www.africanos.eu/images/publicacoes/working_papers/WP_2024_3a.pdf.

——— (2016), *Capital e Trabalho em Angola – as “relações industriais” na Diamang durante a década de 1960*. In: Topa, Francisco e Vishan, Irena (Coord.) “Manuel dos Santos Lima – escritor angolano tricontinental”, Edições Afrontamento.

Seabra, Pedro (2021), *O conflito em Cabo Delgado em Perspectiva*, Instituto da Defesa Nacional, IDN Brief, Feb 2021.

World Bank (2025), *The World Bank in Mozambique*. Published on 15-04-2025. [Online]. Available at: <https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/overview>.

WorldData.info (2025), *Infrastructure and Transportation in Mozambique*. [Online]. Available at: <https://www.dadosmundiais.com/africa/mocambique/trafego.php>.

Oral sources

- I-MCS (2025), Interview with a Montepuez civil servant, conducted on 6 June 2025. For security reasons, the identity of the informant will not be disclosed.
- I-MRM (2025), Interview with a responsible for subcontracting at MRM, conducted on 5 June 2025. For security reasons, the identity of the informant will not be disclosed.

Annex 1

À:

Direção da Empresa Montepuez Ruby Mining – Namanhumbir

Assunto: Violações Graves de Direitos Laborais e Direitos Humanos

Exmo. Senhor Director,

Nós, trabalhadores da Montepuez Ruby Mining, vimos por meio desta carta apresentar uma reclamação formal acerca de graves violações dos nossos direitos laborais, normas internacionais de trabalho e princípios básicos de dignidade humana. O ambiente laboral, marcado por práticas discriminatórias e condições degradantes, coloca em causa os compromissos assumidos por Moçambique ao ratificar convenções internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e tratados de direitos humanos.

Abaixo destacamos os principais problemas enfrentados pelos trabalhadores:

1. Falta de Plano de Saúde — Negligência em Saúde e Segurança no Trabalho

A promessa de implementação de um plano de saúde nunca foi cumprida, deixando os trabalhadores vulneráveis e sem assistência médica adequada. Esta situação viola a **Convenção n.º 155 da OIT**, que estabelece a necessidade de garantir ambientes de trabalho seguros e acesso à saúde ocupacional;

2. Discriminação nos Direitos dos Trabalhadores

Há uma clara distinção entre trabalhadores privilegiados e não privilegiados. Os benefícios são concedidos apenas a um pequeno grupo, enquanto a maioria enfrenta condições laborais precárias. Esta prática viola a **Convenção n.º 111 da OIT**, que proíbe a discriminação no emprego e na profissão;

3. Discriminação Racial e Tribal

Os trabalhadores expatriados e colaboradores provenientes do Sul do país recebem salários elevados e melhores condições de vida. Em contrapartida, os trabalhadores locais enfrentam discriminação salarial e condições indignas, mesmo exercendo funções semelhantes. Esta prática configura uma violação directa da **Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU)** e contraria os princípios fundamentais da **Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 2.º)**;

4. Condições Deploráveis de Trabalho e Alimentação Desumana

As condições de trabalho são precárias e indignas de uma empresa de renome internacional. Além disso, há uma segregação alarmante no fornecimento de alimentos dentro da empresa:

- Existem **duas cozinhas separadas**: uma para os trabalhadores locais e outra para os trabalhadores privilegiados;
- Na cozinha dos trabalhadores locais, os alimentos fornecidos são extremamente limitados e de má qualidade, frequentemente consistindo apenas em **arroz, feijão e carapau podre, sem sabor e impróprio para consumo**;

- Já na cozinha destinada aos privilegiados, são oferecidas refeições variadas e de qualidade, com carnes frescas, vegetais e alimentos diversificados.

Este tratamento desigual é um atentado à dignidade dos trabalhadores locais e contraria os princípios de **igualdade e não discriminação** previstos em tratados internacionais e na **Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 25.º)**, que garante a todos o direito a uma alimentação adequada e condições dignas de vida;

5. Expulsão Arbitrária de Trabalhadores

Constata-se a prática sistemática de expulsar trabalhadores sem justa causa e sem provas razoáveis, especialmente aqueles que não possuem “padrinhos” dentro da empresa. Esta conduta configura uma clara violação da **Convenção n.º 158 da OIT**, que determina a necessidade de motivos válidos e justificação transparente para demissões;

6. Testes de Drogas Discriminatórios

Os testes de drogas são aplicados de forma discriminatória, com sanções severas apenas para os trabalhadores moçambicanos, enquanto expatriados e privilegiados são poupados. Esta prática fere o princípio da igualdade consagrado nas normas internacionais de trabalho e no **artigo 7.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos**, que estabelece o direito à proteção contra discriminação;

7. Processos Disciplinares Abusivos

A empresa mantém uma média de **50 processos disciplinares** em curso, evidenciando uma política opressiva e abusiva contra os trabalhadores;

8. Gestão Incompetente e Imoral

Os problemas identificados são fruto de uma gestão incapaz e insensível às questões laborais, liderada por pessoas sem formação adequada em recursos humanos e administração de empresas.

Os seguintes gestores são diretamente responsáveis pela deterioração das condições laborais:

- **Fortado Macamo**
- **Oscar Mussane**
- **Saul Muchino**

Estes gestores comportam-se como “patrões intocáveis”, expulsam trabalhadores sem justa causa, não indemnizam devidamente, e favorecem membros das suas “quadrilhas”. Mesmo quando associados a actos graves, como roubo, os seus protegidos recebem indemnizações generosas.

9. Exigências dos Trabalhadores

Diante das graves violações mencionadas, exigimos:

- a) Demissão imediata de Fortado Macamo, Oscar e Saul Muchine**, responsáveis pela má gestão e violação dos direitos dos trabalhadores;

- b) Implementação urgente de um plano de saúde eficiente** e abrangente para todos os trabalhadores, em conformidade com as normas internacionais de saúde ocupacional;
- c) Reintegração imediata dos trabalhadores expulsos sem justa causa** e indemnização por danos morais e materiais;
- d) Inspeção rigorosa do sistema de recursos humanos**, incluindo a identificação e eliminação de trabalhadores fantasmas;
- e) Melhoria urgente das condições de alimentação**, garantindo a todos os trabalhadores acesso a refeições equilibradas, seguras e de qualidade;
- f) Cessação das práticas discriminatórias**, com a garantia de igualdade salarial e de condições laborais para todos os trabalhadores, independentemente da sua origem;
- g) Revisão das políticas disciplinares**, com implementação de mecanismos justos e transparentes para avaliação de infrações.

10. Consequências em Caso de Inação

Se até 48 horas não se resolverem as nossas exigências e não forem cumpridas, informamos que:

- **Paralisaremos todas as atividades laborais** e só retomaremos o trabalho quando os **gestores mencionados forem demitidos** e as nossas reivindicações forem atendidas;
- Notificaremos as autoridades competentes, incluindo o **Ministério do Trabalho**, e organizações internacionais como a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**;
- Divulgaremos esta situação junto a **organizações de defesa de direitos humanos** e à **imprensa nacional e internacional**;
- Queremos justiça, respeito e a conformidade da empresa com as normas internacionais de trabalho e direitos humanos.

Atenciosamente,

Montepuez, 18 de Fevereiro de 2025

Trabalhadores da MRM, Ascendig, Terenciano, Norberto e Flomara
Em anexo, abaixo assinado



*A insurgência armada e o
deslocamento de populações*



A Bird's-eye view of the *Jihadist* insurgencies in Africa. Towards understanding the place of ASWJ-Mozambique in the wider *Jihadist* landscape

Alexander Zhukov*

pp. 121-130

Introduction

The contemporary landscape of insurgent movements in Africa presents a complex tapestry of interconnected yet competing networks. These insurgent groups share one similar trait: they have become extremely resilient and adaptive to changing conflict environments, skilled at navigating between local grievances and predatory interests of various powerful actors. *Jihadist* armed groups in Africa fit into this general paradigm like any other insurgent group, notwithstanding their adherence to specific political ideology.

Over the past decades, the African continent has witnessed the rise and transformation of various *Jihadist* groups, each aligning itself to mainstream networks shaping the wider *Jihadist* landscape. The rivalry between Islamic State group (ISg) affiliates and *al-Qaeda* (AQ) organizations has created a particularly dynamic environment where ideological competition intersects with practical concerns over territory, resources, and recruitment. The significance of mapping these *Jihadist* networks extends beyond academic inquiry. As these groups adapt to military pressure, exploit governance vacuums, and forge new alliances, their evolution directly impacts regional stability and international security efforts. The rivalry between the affiliates of the Islamic State group and *al-Qaeda* has created a particularly dynamic environment, where ideological competition intersects with practical concerns over territory, resources, and recruitment. Understanding these dynamics provides essential context for assessing the trajectory of specific conflicts, including the insurgency led by *Ahlu Sunna wal Jama'a* in northern Mozambique-Cabo Delgado (ASWJ-Mozambique).

This article provides a brief overview of major *Jihadist* groups currently active across Africa, examining their affiliations, operational areas, and interconnections.

We will not seek answers to frequently asked questions about foreign roles in the setting up of *Jihadist* insurgencies – in Cabo Delgado or elsewhere in Africa. Nor will we focus on the counter-insurgency operations and the involvement of extra-regional governments in particular. These questions lie beyond the scope of this study.

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr.42a6>

* CEAUP.

Instead, we will attempt a birds-eye view of the ongoing *Jihadist* dynamics within their regional contexts. We also hope that this perspective will shed some light on the current position of ASWJ in the informal hierarchy of the *Jihadist* armed groups in the wider regional landscape. Or that it will help us demystify the issue of how different *Jihadist* groups relate to each other through their networks (in this case, the ISg and AQ).

The *Jihadist* landscape: competition and fragmentation

The current configuration of *Jihadist* groups in Africa reflects deep ideological rifts and organizational rivalries that have shaped the movement since the emergence of the Islamic State group. The competition between ISg and *al-Qaeda* extends beyond mere territorial disputes or resource allocation; it represents fundamentally different approaches to *Jihadist* strategy and governance. This rivalry has created a fractured landscape where groups must navigate not only their conflicts with state forces but also their relationships with competing *Jihadist* factions.

The circumstances surrounding ISg's emergence have intensified these divisions. Many ISg affiliates in Africa originated from defections within established *al-Qaeda* networks, creating bitter personal and organizational animosities. These defections often split existing groups, with former comrades-in-arms becoming enemies. The resulting fragmentation has produced varied outcomes across different regions: in some areas, competing groups engage in direct military confrontation, while in others, they choose non-violent coexistence and deliberately avoid possible clashes - to focus on their primary adversaries.

North Africa

North Africa's long history with *Salafist* ideology and *Jihadist* movements provides the historical foundation for understanding current dynamics. The region's experience, from the Algerian civil war (1992-2002) to the connections between international *Jihadists* and Sudan's *al-Bashir* government in the late 1990s, established patterns that continue to influence contemporary movements.

Al-Qaeda in North Africa

Al-Qaeda in the Islamic Maghreb (AQIM) remains the cornerstone of *al-Qaeda*'s North African presence. Despite being substantially weakened within Algeria, AQIM maintains operational capacity through low-profile insurgency activities in the Kabylie mountains and Sahara region, supported by clandestine networks across the broader region. As an umbrella organization, AQIM has incorporated various regional affiliates, including Tunisia's *Uqba Ibn Nafi* Battalion and historically larger entities from neighboring countries. These mergers often reflected political and ideological calculations as much as tactical considerations, with AQIM's proximity to *al-Qaeda*'s central leadership enhancing its status within the network's hierarchy.

AQIM's influence extends well beyond North Africa's borders, reaching into the Sahel belt of West Africa, where it has played a crucial role in supporting and coordinating *Jihadist* activities.

ISg in North Africa

During its peak (2014-2017), the Islamic State group established several official provinces (*wilayat*) in North Africa, notably *Wilayat Sinai* in Egypt and three provinces in Libya that eventually consolidated. However, the collapse of ISg's caliphate project and declining revenues severely impacted these affiliates' operational capabilities. Both *Wilayat Libya* and *Wilayat Sinai* continue low-profile insurgencies, but their current capacity remains far below their former strength.

The Islamic State in Algeria (*Wilayat al-Jazair*), prominently mentioned by ISg leadership between 2014-2017, has effectively disappeared from official communications and it seems to have always been more of a symbolic ally. *Wilayat Sahel* (formerly Islamic State in the Greater Sahara - ISGS) maintains historical connections to Libya while operating primarily in the Sahel zone, conducting cross-border raids along the southern margins of North African states.

The cross-border activities of both ISg and AQ-aligned groups extend beyond military operations to include illicit arms trafficking across the Sahara, fueling conflicts throughout West Africa and beyond.

West Africa

West Africa's *Jihadist* landscape centers on two primary operational zones: the western Sahel belt (encompassing parts of Mali, Niger, and Burkina Faso) and the Lake Chad basin. These areas serve as launching points for *Jihadist* expansion throughout the broader region.

The AQ Network

Jama'at Nasr al-Islam wal-Muslimin (JNIM) serves as *al-Qaeda's* primary vehicle in the western Sahel. Formed in 2017 through the merger of AQIM's local branch with *al-Mourabitoun*, *Katibat Macina*, and *Ansar Dine*, JNIM represents a strategic alliance designed to counter ISg expansion while maintaining pressure on regional governments and international forces. Currently among the few *Jihadist* groups experiencing growth, JNIM continues expanding its operational reach beyond Mali into neighboring territories.

In the Lake Chad region, *Boko Haram* factions loyal to *al-Qaeda* operate in opposition to the Islamic State West Africa Province (ISWAP). The movement remains deeply fragmented, consisting of multiple factions with varying operational capabilities. According to the UN Analytical Support and Sanctions Monitoring Team, *Boko Haram* maintains an estimated 1,500 to 2,000 fighters across its various factions, operating primarily in the Lake Chad basin region. The group employs traditional guerrilla tactics including ambushes, raids on military outposts, and attacks on civilian settlements, while maintaining a loose organizational structure that complicates counter-insurgency efforts.

The ISg Network

The Islamic State's West African presence revolves around two key organizations: ISWAP and *Wilayat Sahel*-ISGS. ISWAP emerged from *Boko Haram* when *Abubakar Shekau* pledged allegiance to the Islamic State caliphate in 2014-2015. Subsequent factional splits resulted in some elements returning to *al-Qaeda* alignment, creating the current divided landscape.

ISWAP maintains between 4,000 and 7,000 fighters according to various estimates, operating from bases in the Lake Chad area. The group employs sophisticated attack strategies including complex ambushes, raids on military bases, and targeted assassinations of government officials. Significantly, ISWAP hosts the *al-Furqan* office, one of ISg's regional administrative centers that serves as a crucial hub for financial transfers and logistical coordination across the regional network. This office facilitates money transfers between different ISg entities and enables operational cooperation across West Africa.

In 2024, UN officials reported ISWAP deployed 2,000-3,000 fighters to support ISGS operations in Mali and Burkina Faso, demonstrating increased operational coordination between ISg affiliates (Seldin, 2024). This collaboration highlights the growing interconnectedness of ISg's West African network despite geographical distances.

Wilayat Sahel-ISGS originated from *al-Mourabitoun*/AQIM defectors in 2015 and currently operates across parts of Niger and Mali while attempting expansion into Burkina Faso and Gulf of Guinea states. The group maintains an estimated 2,000 to 3,000 fighters engaged in mobile warfare across the Sahel's vast territories. UN monitoring reports from 2024 indicate ISGS's eastward expansion efforts, including renewed attacks northeast of Niamey and strengthening of the Ménaka-Tahoua logistical corridor to the Nigerian border. The potential for closer ISGS-ISWAP coordination, particularly if ISGS establishes a foothold in northwestern Nigeria, could create a unified ISg front across the Sahel-Sahara region.

The Sahel remains one of the few global regions where ISg and *al-Qaeda* affiliates still engage in direct military confrontation. UN reports indicate that ISGS-JNIM clashes caused hundreds of deaths between 2022-2024, particularly in Mali's Ménaka and Gao regions.

East Africa

The AQ Network

Al-Shabaab represents *al-Qaeda*'s most potent affiliate in the Horn of Africa, demonstrating remarkable resilience despite sustained military pressure from Somali government forces, the African Union Mission in Somalia (ATMIS), and US military operations. The group maintains territorial control in southern and central Somalia, operating sophisticated state-like structures including *sharia* courts, taxation systems, and administrative apparatus. With an estimated 7,000 to 12,000 fighters, *al-Shabaab* conducts complex urban operations including coordinated attacks on hotels, restaurants, and government facilities in Mogadishu, inflicting significant casualties while maintaining rural territorial control through mobile warfare tactics.

The group's territorial administration includes functioning judiciary systems based on strict *sharia* law implementation, which paradoxically provides a form of dispute resolution that some local populations view as more efficient than government alternatives. However, *al-Shabaab* has experienced a notable decline in foreign fighter recruitment, reflecting both increased border security measures and the group's focus on local grievances.

A significant recent development involves *al-Shabaab*'s collaboration with Yemen's *Houthi* movement (*Ansar Allah*). According to a report (CTC, 2024), a confidential agreement between *Ansar Allah* and *al-Shabaab*, likely mediated by *al-Qaeda* in the Arabian Peninsula (AQAP), took shape in 2023 to target their shared adversaries.² This accord reportedly included provisions for collaborations at sea (in planning and conducting maritime operations). Interestingly enough, what followed this accord was a temporary surge in attacks on merchant vessels off Somalia's coast. While direct *al-Shabaab* involvement in

those attacks remains unconfirmed, this possibility cannot be discounted either. The growing relationship between *al-Shabaab* and the *Houthis* reveals the increasingly pragmatic nature of alliances between insurgent groups in the conflict environments marked by the presence of *Jihadist* networks. Unlike AQAP, historically the sole ally to *al-Shabaab* among the Yemeni groups, *al-Shabaab* had no previous experience of interaction with Shi'a movements such as *Ansar Allah*. This development demonstrates that pragmatic interests now often override ideological considerations.

The ISg Network

ISg-Somalia has its roots in a splinter faction from *al-Shabaab* led by a former *al-Shabaab* regional commander *Abdul Qadir Mu'min*. *Mu'min's* faction pledged collective allegiance to the Islamic State group in 2015, which forced the group to separate from *al-Shabaab* and establish its own operational base in the hills of northern Somalia. ISg-Somalia carried on with its tactics of low-scale operations for about three years before it was granted official recognition as a new 'province of the Islamic State' (2018). There are conflicting reports as to the size of this group nowadays. According to UN sources, in 2024 it included between 300 and 600 fighters. Despite its relatively small size, ISg-Somalia's significance derives from hosting the *Maktabat al-Karrar* (*al-Karrar* office), a critical node in ISg's African financial network.

ISg-Somalia experienced a rapid growth in foreign recruits, which nearly doubled the size of the group. Recruitment campaigns targeted regional countries and Yemen, attempting to integrate foreign fighters into its existing structure. However, within the same year, the UN body reported that the recruitment of foreign fighters by ISg-Somalia "had slowed due to difficulties integrating fighters into narrow clan-based structures, cultural barriers and the severity of conditions." (UNSC, 2024). As a result, there are indications that many of those foreign fighters eventually defected or disappeared from the scene.

The *al-Karrar* office serves as more than a financial hub; it functions as a coordination center linking ISg operations across East, Central, and Southern Africa. The office relies on extensive financial networks reaching South Africa, Kenya, and Tanzania, with connections to Somali diaspora communities in Gulf countries. According to an analysis (Weiss & Rosenblatt, 2023), *al-Karrar* has been instrumental in exporting ISg's taxation and extortion business models to other provinces, including Mozambique. The office's primary influence operates through the deployment of financial advisors rather than direct cash transfers, with ISg-Core reportedly continuing to send advisors to operations in Congo, Mozambique, and Sahel countries.

The network's key operative, *Bilal al-Sudani*, killed in a January 2023 US airstrike, had worked directly under *Abdul Qadir Mu'min*, managing financial transactions between ISg entities and recruiting foreign fighters. His death disrupted but did not destroy the financial network, which continues operating through clan-based business networks, particularly those allegedly connected to the *Ali Saleban* clan.

ISg-Somalia's foreign fighter experience provides important lessons for understanding Jihadist operations in Africa. UN Monitoring Team reports indicated that foreign fighters once comprised nearly half of ISg-Somalia's strength, recruited from various conflict zones where ISg maintains presence. However, significant challenges emerged: language barriers requiring constant interpretation, cultural conflicts disrupting unit cohesion, and difficulties integrating foreign fighters into local community structures. These challenges led to a substantial reduction in foreign fighter recruitment, as the ISg-Somalia leadership most likely arrived at a conclusion that the costs outweigh benefits.

Relations between *al-Shabaab* and ISg-Somalia have evolved from initial hostilities to an atmosphere of “cold neutrality.” While *al-Shabaab* previously pressured the ISg affiliate, both groups now avoid escalation, facing sufficient challenges from Somali security forces and US airstrikes. Neither group can afford to divert resources to inter-Jihadist conflict while confronting existential threats from government forces (Warner & Weiss, 2017).

ISg-linked insurgencies in the Great Lakes Region and Southern Africa

While insurgencies in these regions operate at lower intensity compared to the Sahel or Horn of Africa, ISg claims a full province: *Wilayat Ifriqiya al-Wusta* (Islamic State Central Africa Province - ISCAP). In reality, ISCAP comprises two geographically separated groups: the Allied Democratic Forces (ADF/MTM) in eastern DRC and *Ahlu Sunnah wal Jama'ah* (ASWJ) in northern Mozambique.

ADF (DRC)

The Allied Democratic Forces (ADF), officially rebranded as *Madina at Tauheed Wal Muwahedeen* (MTM), operates in the eastern part of the DRC and has historical connections to Uganda and broader East African *Jihadist* networks. Despite sustained military pressure from Operation *Shujaa* - a joint DRC-Uganda military campaign launched in 2021 - UN sources estimate the group maintains between 800 and 1,300 adult male fighters. The ADF demonstrates operational resilience through suicide bombings and sophisticated hit-and-run attacks in densely populated areas, adapting to counter-insurgency pressure through increased mobility and dispersed operations.

The group's operational environment presents unique challenges: based in a region where Muslims constitute a small minority within a predominantly Christian population, the ADF must navigate complex ethno-religious dynamics while maintaining its Jihadist ideology. This demographic reality shapes both its recruitment strategies and its relationship with local communities.

ASWJ

Ahlu Sunnah wal Jama'ah operates in Cabo Delgado province, a region characterized by mixed Muslim-Christian populations and complex ethnic dynamics. In 2024, UN sources estimated that ASWJ maintained between 200 and 300 adult male fighters, conducting asymmetric warfare through ambushes, raids on security forces, and attacks on civilian infrastructure. The group's tactics reflect adaptation to local conditions, including the use of maritime routes for movement and supply. ASWJ's external connections reveal a pattern of regional networking predating the current insurgency. The group maintains historical links to Tanzanian Jihadist networks and connections to *Salafi* preachers across the broader region. Eric Morier-Genoud's research shows the pre-insurgency connections between Salafi circles in Cabo Delgado and ideologically close elements in the DRC, suggesting these networks have deeper historical roots than the current conflict might indicate (Morier-Genoud, 2023).

Contemporary connections operate mainly through the webs of al-Karrar office, supposedly giving ASWJ access to ISg's financial infrastructure. These connections extend to countries hosting *al-Karrar's* financial operations, particularly South

Africa, where established networks facilitate money transfers and logistical support. While ISg recognizes ASWJ as part of its Central Africa Province rather than an independent *wilaya*, technically subordinating it to MTM-ADF, this hierarchical position has not prevented ISg media from celebrating ASWJ operations. During 2017-2019, ISg's official media outlets, including *Amaq* News Agency, regularly featured ASWJ attacks, though the term "Islamic State in Mozambique" was more a media construction than an official designation (GWUPE, 2025 - Accessed).

Comparative networks and operational approaches

The operational differences between *al-Qaeda* and ISg affiliates reflect fundamental ideological distinctions. *al-Qaeda*'s approach has never prioritized immediate territorial control or state-building, unlike ISg's caliphate model. This philosophical difference translates into practical implications: *al-Qaeda* affiliates developed self-funding mechanisms earlier in their evolution, making them less vulnerable to their central leadership's crises. ISg affiliates' historical dependence on core funding created vulnerabilities as the *caliphate* project collapsed, forcing adaptation and increased reliance on regional networks like the *al-Furqan* and *al-Karrar* offices.

Changing rules of the game for Jihadist armed groups in Africa

The current transformation of both ISg and *al-Qaeda* networks reflects fundamental shifts in how transnational *Jihadist* movements operate. These changes have profound implications for understanding the trajectory of groups like ASWJ and the broader security landscape in Africa.

The crisis of central leadership visibility

The opacity surrounding both networks' central leadership represents a significant departure from previous eras. The identity of the ISg leader, known only by his alias *Abu Hafs al-Hashimi al-Qurashi*, remains unclear. Rumors suggesting that ISg-Somalia's *Abdul Qadir Mu'min* might hold this position have been dismissed by multiple sources as lacking credibility. *Al-Qaeda* faces a similar crisis of transparency: three years after Dr. *Ayman al-Zawahiri*'s assassination by US airstrike in summer 2022, the organization has neither announced a successor nor formally acknowledged his death.

While operational security considerations clearly drive this lack of transparency, the absence of visible leadership affects the networks' image within the wider *Jihadist* community, including among rank-and-file fighters. This leadership vacuum erodes trust and weakens the traditional vertical command structures that once characterized these organizations.

The weakening of vertical ties

The relationship between core leadership and regional affiliates has become increasingly tenuous. Vertical links that once defined the Core-Region relationship no longer play the central role they once did. Instead, regional actors are developing horizontal ties not only within their ideological paradigm but increasingly across traditional factional boundaries. This shift represents a fundamental restructuring of how *Jihadist* networks operate, with regional pragmatism increasingly overriding ideological purity.

The transformation of financial support models

This trend particularly affects the ISg network, though *al-Qaeda* affiliates face similar pressures. Direct funding from the Core to affiliates has steadily decreased over the past 5-7 years. As the *caliphate* faced mounting pressure and territorial losses between 2017-2019, ISg attempted to compensate by creating decentralized fundraising and money laundering networks outside its Syrian-Iraqi heartland.

The quest to decentralize ISg's financial apparatus led to the establishment of regional offices (*maktab*) hosted by stronger regional affiliates. These offices were designed to create autonomous financial mechanisms that would pool resources within larger regions and distribute them based on need, independent of central leadership. This transition to the regional pooling model was officially completed by 2022.

Two of these regional offices operate in Africa:

- *Maktab al-Karrar*, covering Somalia Province and the Central African Province, hosted by ISg-Somalia;
- *Maktab al-Furqan*, covering the West African Province, hosted by ISWAP.

However, the capacities of these offices have proven extremely limited. Despite official adoption of the regional pooling model, provinces often have no alternative but to rely on local revenue-generating activities. This reality particularly impacts peripheral groups like those in the DRC and Mozambique's Cabo Delgado, but affects any organization finding itself on the margins of ISg's web of affiliates (Weiss; Weiss *et al.*, 2023).

These structural changes — leadership opacity, weakening vertical ties, and financial decentralization — change the ways in which Jihadist groups operate in Africa. The implications extend beyond organizational charts, affecting recruitment strategies, operational planning, and the very nature of Jihadist insurgency in the continent.

Conclusions

ASWJ's position in the informal ISg hierarchy

The weakening or even demise of some ISg-aligned groups in Africa, particularly in the northern subregion, has not altered ASWJ's fundamental position. Its place in the unofficial hierarchy of ISg affiliates in Africa remains very low. This position is unlikely to change unless there is an absolute game changer in the conflict dynamics.

The lack of recognition of "the Islamic State in Mozambique" as a province in its own right means ASWJ remains technically subordinate to MTM-ADF (eastern DRC) within the Central African Province. This subordinate status diminishes ASWJ's standing not only within the wider ISg network but also within the area of responsibility of the *al-Karrar* office. Given the high competition for the limited financial resources, ASWJ faces poor prospects for securing increased external funding from *al-Karrar* through ISg-Somalia's financial web, at least in the short-to-medium term.

The question of foreign fighter influx

Despite existing concerns that Cabo Delgado might follow the tragic fate of other war-torn regions that experienced influxes of “international *Jihadists*” from the ISg network, the reality suggests little chance of this occurring. ASWJ’s current status within the network and its limited access to ISg funds from the regional pool hardly make it an attractive destination for international *Jihadists* and other mercenaries.

Other groups in the African landscape, such as ISWAP or *Wilayat Sahel*-ISGS, offer far more attractive opportunities for foreign fighters seeking active Jihadist fronts. Moreover, ISg-Somalia’s recent experience with foreign fighters suggests that regional groups may now be less motivated to recruit foreign fighters *en masse*. The evidence indicates that risks outweigh potential gains, making large-scale foreign fighter recruitment an increasingly unattractive proposition for groups like ASWJ.

Looking forward

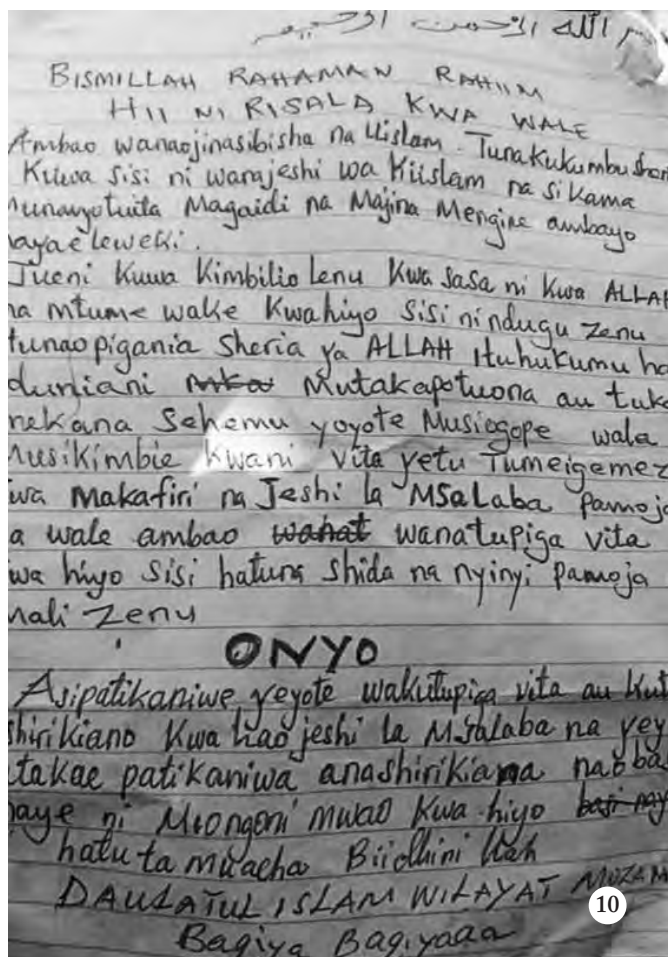
Understanding ASWJ within this broader context reveals it as a locally-rooted insurgency with limited but real connections to transnational Jihadist networks. Its evolution will likely depend more on local dynamics in Cabo Delgado than on any potential influence from other ISg entities based in foreign countries, in or outside Africa. As the broader Jihadist landscape in Africa continues evolving, marked by further weakening of vertical ties and localization, ASWJ leadership may still explore new partnerships. However, any such partners may not align ideologically or share long-term goals.

Bibliographic references

- CTC Sentinel (2024), “The Houthis-al-Shabaab Nexus: Maritime Security Implications,” 17, n.º 11 (December), pp. 23-31. [Online]. Available at: https://ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2024/12/CTC-SENTINEL-112024_article-3.pdf.
- GWUPE (2025 - Accessed), George Washington University Program on Extremism. [Online]. Available at: https://extremism.gwu.edu/search/site?search_query=mozambique#gsc.tab=o&gsc.q=mozambique&gsc.page=1.
- Morier-Genoud, Eric (2023), *Towards Jihad? Muslims and Politics in Postcolonial Mozambique*, pp. 235-267. Oxford: Oxford University Press.
- Seldin, Jeff (2024), “Terror Groups Poised to Fill Void with US Forces Gone from Niger,” *Voice of America*, August 13, 2024. [Online]. Available at: <https://www.voanews.com/a/terror-groups-poised-to-fill-void-with-us-forces-gone-from-niger/7731397.html>.
- Warner, Jason & Weiss, Caleb (2017), “A Legitimate Challenger? Assessing the Rivalry between al-Shabaab and the Islamic State in Somalia,” *CTC Sentinel* 10, n.º 10 (November 2017), pp. 27-35.
- Weiss, Caleb, O’Farrell, Ryan, Candland, Tara & Poole, Laren (2023), “Fatal Transaction: The Funding Behind the Islamic State’s Central Africa Province,” *George Washington University Program on Extremism*, June 2023. [Online]. Available at: https://extremism.gwu.edu/sites/g/files/zaxdzs5746/files/2023-06/fatal-transaction-final_o.pdf.

Weiss, Caleb, Rosenblatt, Nate (2023), "The Financial Future of the Islamic State," Combating Terrorism Center at West Point, June 2023. [Online]. Available at: <https://ctc.westpoint.edu/the-financial-future-of-the-islamic-state/>.

UNSC (2025), United Nations Security Council, "Thirty-fifth report of the Analytical Support and Sanctions Monitoring Team submitted pursuant to resolution 2734 (2024) concerning ISIL (Da'esh), Al-Qaida and associated individuals and entities," S/2024/XX, 3.



Propaganda do Grupo Al-Shabaab nas aldeias de Cabo Delgado - Moçambique

Emílio J. Zeca*

pp. 131-142

Introdução

O presente texto apresenta uma série de documentos e avisos produzidos no seio do grupo al-Shabaabs de Cabo Delgado e analisa os contornos da propaganda e medo propagado pelo grupo em diversas aldeias. Os al-Shabaabs de Cabo Delgado fazem parte de um grupo armado insurgente, que levou a cabo o seu primeiro ataque, em outubro de 2017, no Distrito de Mocímboa da Praia, mas que rapidamente se expandiu para diversos distritos desta província e alguns pontos das províncias de Niassa e Nampula. A propaganda, entendida como transmissão de ideias políticas, ideológicas, religiosas (Barracho, 2011: 203) e a disseminação do medo são analisados com base numa leitura analítica dos documentos produzidos no seio deste grupo, entre 2018 e 2024. Trata-se de vídeos e manuscritos, que foram produzidos em diversos contextos e que servem para se ter uma ideia da ideologia, crenças e agenda desse grupo e como é que a propaganda do medo é usada como uma manobra psicológica, para conquistar as mentes e os corações das pessoas e das instituições, camuflar a real agenda do grupo e, de forma sistemática e seletiva, dar créditos à agenda subversiva; criar e semear um clima de medo e de insegurança generalizado, isolar as comunidades das autoridades e das unidades envolvidas em operações de contra-insurgência, coagir as populações, desacreditar as autoridades e criar um ambiente de impunidade.

A produção de documentos, no seio dos grupos insurgentes e terroristas contemporâneos, como *al-Qaeda*, *Boko Haram* ou do Estado Islâmico é comum. Reuter (2015), descreve a estrutura orgânica do Estado Islâmico. Smith (2016) descortina o Boko Haram, considerado misterioso e quase desconhecido, por meio de reportagens locais, depoimentos e documentos provenientes de dentro do grupo, constituindo um dos primeiros relatos profundos do conflito. Em Kassim e Nwankpa (2018) existe um capítulo que analisa os documentos produzidos no seio deste grupo. Bukarti (2025), debruça-se sobre origens, ascensão, transformação, resiliência, conexões, financiamento e fragmentação do Boko Haram.

Para elaboração deste texto, recorreu-se a uma metodologia qualitativa, baseada na recolha e análise crítica de fontes, de forma a verificar o seu papel como instrumento de pro-

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a7>

* CEEI/UJC – Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, investigador no Departamento de Paz e Segurança, doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais; ESRI/UJC - Escola Superior de Relações Internacionais, professor de Estudos de Segurança; e Queen University Belfast, School of History, Anthropology, Philosophy and Politics, visiting scholar.

paganda e vetor de disseminação de medo, por parte da insurgência, nas aldeias em Cabo Delgado. Os manuscritos apresentados foram transcritos de forma integral, incluindo os erros ortográficos e linguísticos. Para melhor compreensão de alguns trechos, foram feitas traduções de alguns termos e frases que se encontram em parênteses retos. Alguns vídeos e manuscritos foram apresentados, somente, o seu conteúdo geral, tendo em conta que estão a ser usados noutras pesquisas em andamento. Os conteúdos foram organizados em dois blocos, antecédidos da presente introdução e seguidos das considerações finais e referências bibliográficas. O primeiro apresenta os documentos produzidos, no seio do grupo *al-Shabaab* e disseminados nas aldeias. O segundo relaciona a estes documentos com a propaganda e medo semeado nas aldeias de Cabo Delgado, entre 2018 e 2014.

Fontes documentais disseminados pelos al-Shabaabs nas aldeias

Desde o início das suas operações, em outubro de 2017, mesmo recorrendo a um modelo de “terrorismo oculto”, o grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado tem produzido diversos documentos como vídeos, áudios, fotos e manuscritos, que são difundidos nas aldeias e pelas redes sociais. Estes documentos apresentam, de forma lacónica, as motivações para enveredarem por uma insurgência armada, Lei n.º 11/2023, de 23 de agosto – Altera o Número 3, do artigo 311 da Constituição da República de 2004, alterada pela Lei n.º 1/2018, de 12 de junho. Imprensa Nacional, Maputo com condões, subversivos e extremistas, num Estado laico (Artigo 12 da Constituição da República de Moçambique, 2023). A primeira série analisada foi um conjunto de vídeos publicados entre 2018 e 2022. Neles, há posições ideológicas do grupo, suas crenças, documentos poéticos e a sua agenda. O primeiro vídeo difundido tem duração de 2 minutos e vinte segundos e circulou, em janeiro de 2018, “três meses depois do início da insurgência” (Morier-Genoud, 2023: 165). Aparecem cinco jovens mascarados, supostamente, nas matas de Mocimboa da Praia. No vídeo, os jovens falam em língua portuguesa, mas com erros linguísticos. Fazem uma espécie de mobilização geral para a *Jihad*, em Moçambique, dirigindo-se aos “irmãos moçambicanos”, para se juntar à luta contra *Taghut*¹, satanás, endossando o Alcorão como lei.

O segundo vídeo relevante foi gravado e difundido, por meio do WhatsApp, no mês de março de 2020, depois dos insurgentes atacarem e tomarem o controlo de Distrito de Quissanga (Morier-Genoud, 2023: 167). Este vídeo possui a duração de 1 minuto e vinte segundos. Nele os insurgentes aparecem em frente ao Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique, na Sede do Distrito de Quissanga e içam a bandeira do Estado Islâmico. Durante a gravação, eles convidam as pessoas para se juntarem a eles; que não querem a bandeira da FRELIMO; que não há outra divindade senão *Allah* e o seu mensageiro, Profeta Mohammed; e que querem usar a lei que está no Alcorão. Insistem apelando aos “irmãos” para não serem enganados; que não lutam pela riqueza deste mundo e que querem apenas o paraíso. Quando se quer ser muçulmano de verdade, é preciso morrer, enquanto se luta por *Allah*. Terminam a gravação com a frase: “*Allahu Akbar, Allahu Akbar, Allahu Akbar*”, expressão árabe que significa “Deus é o Grande”.

O terceiro vídeo relevante do grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado tem a duração de 1 minutos e 14 segundos e é discreto, ao pormenor, por Morier-Genoud (2023: 168-169). Este material foi gravado, na fase final de uma operação militar que teve lugar no Dis-

1 Na terminologia islâmica, *Taghut* é um termo que denota casos de adoração a outra divindade além de Deus, neste caso seria a prática da idolatria. Na Teologia Islâmica Tradicional, o termo tem sido conotado com ídolos, demónios, sacrifícios pagãos, idolatria, falsos deuses ou satanás. Nos tempos modernos, o termo tem sido aplicado para referir-se a um poder tirânico terreno e não divino (Momen, 1995; Nünlist, 2015, p. 210, e Dmitriev e Toral-Niehoff, 2017: 55).

trito de Nangade e foi difundido pelo canal de propaganda *°SIS Amaq News Agency*, no dia 9 de agosto de 2022. Neste vídeo aparecem seis homens armados e com farda militar e laços vermelhos, na cabeça. Há presença de dois com fisionomia ocidental, tudo indicando que o indivíduo com colete militar seja Ibn Omar. Há dois homens a segurarem a bandeira do Estado Islâmico e o principal refere que a mensagem é para os idólatras de Moçambique e para o Presidente da República de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi.

“[...] continuaremos a luta contra o exército e os cristãos, até a aplicação da lei da Sharia, em Moçambique. A jihad, em Moçambique, é uma continuação da jihad do Estado Islâmico, em todo o mundo. Se sonham que vamos parar ou depor as armas, nós preferimos a morte. Entre nós e os cristãos existe uma história difícil, inacabada e uma vingança antiga. A verdade está no que vê e não no que se ouve”.

O vídeo termina com a expressão “Seja Louvado Allah, Senhor dos Mundos”.

Para além destes três vídeos aqui descritos há outros produzidos, durante a ocupação de Mocímboa da Praia, entre agosto de 2020 e agosto de 2021, bem como nas diversas bases que foram sendo instaladas, ao longo dos vários distritos de Cabo Delgado, sobretudo em Nangade, Quissanga e Macomia, entre 2017 e 2024. Há 62 vídeos que ilustram diversas situações como: ataques às unidades das Forças de Defesa e Segurança; combates de encontro; eventos depois dos ataques; pessoal capturado pelos insurgentes; julgamentos realizados em bases; abordagens feitas pelos insurgentes; observação aérea à aeronaves das Forças de Defesa e Segurança em preparação de operações de apoio aproximado de fogo; sessões de endoutrinação de crianças; gravações de decapitações; saque de produtos e a sua distribuição nas bases; sessões de educação política; telefones dos membros do grupo; e armamento conseguido nos ataques às unidades das Forças de Defesa e Segurança de Moçambique.

O segundo conjunto de documentos difundidos é composto por fotos que retratam o espólio apreendido, como carros e armamento das Forças de Defesa e Segurança; casas em aldeias, edifícios públicos e religiosos incendiados; crianças e mulheres nas suas bases durante as sessões de ensino corânico e de práticas religiosas islâmicas; mapas sobre ordem de batalha militar e para retirada estratégica, em casos das suas unidades serem atacadas pelas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, Ruanda ou da SADC; e registos das operações e processos de decapitações. Muito do material fotográfico foi difundido pelas redes sociais, pelas plataformas noticiosas do Estado Islâmico e foi encontrado no espólio capturado pelas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, do Ruanda e da SADC, durante as operações militares, que visaram as bases estratégicas do grupo.

A terceira série de documentos produzidos, no seio da insurgência, em Cabo Delgado, foi um conjunto de manuscritos. Estes podem ser divididos em duas categorias principais de documentos: 1) os que contam a história das origens e façanhas do grupo; 2) as cartas e avisos difundidos, nas aldeias de Cabo Delgado, que geraram pânico e medo, nas pessoas e instituições, devido ao teor e ameaças de represália para os que não as acatassem. Um manuscrito que destacamos é o “A História...” Apesar de não ter data, retrata aspetos sobre a origem, mobilização e preparação das operações militares. Assim como detalha as principais batalhas iniciais travadas em..., o espólio apreendido e as baixas sofridas pelo grupo. Retratando assim os períodos embrionários e de operações do grupo.

Na segunda categoria de manuscritos, há cartas e avisos. No dia 11 de dezembro de 2021, o grupo colocou em circulação uma mensagem com o seguinte teor:

ALY CHABABE

Nos estamos aqui na Bruwai ates! De amaha: nos estamos aqui miala voseis vamos saber em que Aly Chababe antes de amaha as 4 oras nos queremos bandeira Ala Subuatanz nos dis: dimos lailai ailala muamdi-Rasulula vamos começar sanga majuni Mategula. Esse samaché corito tudo. [Nós estamos aqui no Burundi e queremos, antes das 04 horas de manhã, içar a bandeira com a escrita “La Ilaha Illallah Muhammadur Rasulullah”². Vamos começar a cortar e degolar e assim vocês vão começar a ver sangue].

No dia 8 de junho de 2022, nas zonas do Distrito de Ancuabe, começou a circular um aviso curto, com a seguinte mensagem:

Os primeiros de dentro afirmaram que o ataque estava direcionado o posto administrativo de “Silva Macua” [Sunate], zona de Ancuabe, e no Sul da província de Cabo Delgado, hoje segunda-feira, dia 08/06/2022. Com esta operação, foi morto um número considerável de cristãos e alguns polícias trânsito. Lembre-se que, os cristãos são atacados por terem tido colaborados por militares de SADC, mostrando nossas vias/ caminhos.

No dia 20 de agosto de 2020, foi colocado a circular, um aviso com o seguinte teor:

ALIXABABE

*Juramos
República de Moçambique
Paz Província de Cabo Delgado
Forças Armadas da Alixababe [Al-Shabaabs]*

COMUNICADO

Comunicamos a Todos Moçambicanos principalmente nos Distritos de Quissanga, Metuge. Digamos Hodi.

Apartir de Chiromba, ate Muadja, Namintevés, Muisi, Lapuana, diriti, Nakula, Pulo, Tratara, Vinte Sinco, Sede, Metude, Bandar, Namuapala, Nanguo, ganlane, Muepane, Miezi ate na Cadeia.

Povo em geral tenham cautela

Nos estamos prontos de atacar, sim brincar vão ver somos alixababe seguimos o que é nosso dentro das aldeias. Temos homem que levarão o nos dinheiro.

Pedimos sinsera discolpa.

A nossa entrada será no dia 1 a 10 de fevereiro do ano corente.

Obrigado por nos acompanhar expandir a nossa informação.

Rogamos Aláa que nos protege

Entre os dias 12 e 13 de outubro de 2022, começou a circular o seguinte comunicado:

2 É uma expressão que significa “Não há outro Deus senão Allah e Maomé é o seu Mensageiro”. Esta é uma declaração ou profissão de fé islâmica, “*Shahada*”, que os devotos dizem, normalmente, ao acordar e antes de dormir.

Em nome de Allah, essa mensagem é para aqueles que fingem de ser muçulmanos. Somente queremos vos lembrar que nós somos militares islâmicos, diferentemente como vocês nos chamam de terroristas e outros nomes que não se percebe. Entendam bem que o vosso destino, deve ser Allah junto com o seu profeta. Portanto, nós somos vossos irmãos que lutamos pela causa de Allah, isto é, suas normas que possam nos sancionar aqui na terra, portanto, quando nos verem qualquer lugar não tenham medo de nós e não nos fujam, pois, a nossa guerra é virada para Cristãos e militares e aqueles que nos odeiam e querem nos derrotar, portanto, nós não temos problemas convosco e muito menos com os vossos bens.

ATENÇÃO:

Não pode existir nenhum que tenta nos derrubar ou não pode existir nem se quer um que possa dar colaboração com o nosso inimigo [militares desse governo de cristãos], e aquele que for pego a colaborar com eles, então esse faz parte deles, e nós não vamos lhe deixar, pela ordem de Allah.

No dia 10 de novembro de 2022, no Distrito de Nangade e arredores, circulou um aviso, em duas versões, mas com o mesmo conteúdo. A diferença está nas palavras finais, que aparecem em cada uma das versões, e na cor da tinta da caneta usada. Uma das versões foi escrita uma parte com caneta de tinta azul e outra vermelha, no final aparece a frase “Daulatul – Islamiya Ba-quiyaa”, que pode ser traduzida, livremente, como “a nação islâmica irá prevalecer”. A segunda versão, que se apresenta com o título “Daulathul - Islamiya Wilaya Mozambiqa, Bismillah, R.R. Ujumbe Muhimo” e com três partes divididas por riscos de cor vermelha, tem o seguinte teor:

[Primeira Parte]: Submetemos Para a Força Cristã em Moçambique [Militares Moçambicanos]: informamos a todos vocês e com vossos colaboradores que vamos iniciar uma guerra que não tem fim, e cada vez mais vamos acelerar até que vocês todos se convertam para a religião islâmica. E nós iremos parar em todo canto [emboscadas] e, iremos combater as vossas bases militares, e o nosso desejo é de acabar convosco, vos matar ou nós morreremos enquanto somos são em enfrente de Deus [Allah] no dia do julgamento final. E se vocês querem o vosso bem deixem de trabalhar com esses, pelo contrário, quando vocês nos vê é melhor fugir de nós.

[Segunda Parte]: Aqueles que são muçulmanos mas colaboram com o governo desses cristãos, nós não temos nada convosco, apenas apelamos vocês que parem de colaborar com o governo, principalmente com [militares e outras forças], e se vocês continuarem a colaborar com o governo, nós não vamos parar de vos combater, vos matar e nós estamos prontos a vos combater até o fim do mundo, e saibam que estão a lutar com a força [militares] de “Allah” e com seu profeta Maomé, e nós estamos preparados morrer por essa causa. E se nos verem a passar não nos fujam, pois, vocês mesmo nos fugindo não têm nenhum lugar onde possam se esconder que não iremos vos ver, em nome de Deus [Allah].

[Terceira Parte]: essa mensagem vai para Cristãos e Judeus - vamos vos degolar e sempre vamos vos combater até vocês escolherem uma das coisas: 1- Se converterem e ser muçulmanos; 2- aceitarem pagar tributo/impostos para nós e ou, 3- guerra que não tem fim. Nós iremos vos perseguir todos os lugares, de manhã assim como de noite, até que retem crianças órfãos, crianças sem pais e mulheres sem maridos e residências sem pessoas dentro dessas residências ou essas residências nós iremos queima-las e tornarem-se

carvão ou cinzas. Nós não lutamos por riqueza ou por cargo se não a causa de Deus [Allah], pois Allah sozinho deve ser adorado por todo mundo sem ser misturado com qualquer coisa, as recomendações de Allah devem funcionar, suas regras devem funcionar em Moçambique assim como o resto do mundo e nós estamos prontos para se concretizar isso, se Allah quiser. E nós desejamos a morte do que viver.

No dia 8 de fevereiro de 2023, começou a circular um comunicado com o seguinte teor:

EM NOME DE ALLAH, O DETENTOR ABSOLUTO DA MISERICÓRDIA

Vem da força militar islâmica cuja essa força, vinha nessa aldeia de “Nimikoe”, sabemos que vocês fugiram por medo de nós, então, amanhã quando no verem a circular aí não fujam, por que, quando fugirem de nós, entrarão em prejuízos, isto é, vão perder vossas casas e vossos bens. Hoje passamos sem queimar quase nada, apenas levamos alguns bens para auto-sustento. Agora, se caso o dono desses bens for muçulmano, ele pode nos comunicar para lhe pagarmos com o dinheiro e, se o dono for cristão, nós não iremos pagá-lo nada, portanto, se for cristão deve se converter passar a ser muçulmano ou pagar o imposto ao nosso favor.

Em fevereiro de 2024, foi difundido um aviso com a seguinte mensagem:

ASALM ALAIKUM W.W

O Governo do Estado Islâmico de Moçambique

PUBLICAÇÃO

São publicado[s] todos os muçulmanos de Moçambique e do mundo em geral que a paz esteja convosco.

Caso de motorista e os motoristas muçulmanos parar para contribuir para o nosso Dini do Islam.

Motoristas cristão, judeus ... toma 3 conta 1º ser muçulmano, 2º se negar ser muçulmano paga “Jizya” e se negar as duas coisas queimamos o carro e levamos a cabeça já queira.

Devem pagar para passar livre a vontade nesta estrada do Rovuma ao Maputo do Zumbo ao Indico.

- 3 *Jizya é um termo árabe, que designa uma taxa de captação de recursos cobrada aos que não são muçulmanos. Nos primeiros anos do Islamismo, durante o período da liderança do Profeta Maomé e dos Califas, esta taxa era paga às autoridades islâmicas, por todos os súditos que não pertencessem à comunidade islâmica. Trata-se de uma espécie de recompensa, que aparece no Alcorão, mas este texto sagrado não especifica que é um imposto per capita. Com a expansão do Islão pela Península Arábica, Norte de África e Península Ibérica, resultando na multiplicação de povos conquistados, a jizya passou a ser paga por cristãos, judeus, hinduístas e outros que professavam religiões diferentes do Islamismo. Com o tempo, em vários Estados, a jizya foi abolida, como são os casos da Argélia e na Tunísia, no Século XIX. Em Marrocos, a jizya foi cobrada até à primeira década do Século XX, enquanto no Império Otomano, foi abolida em 1856. Paulatina e posteriormente, a jizya foi substituída pela taxa “baddal-askari”, que eximiu judeus e cristãos do serviço militar (Abadi, 2005; e Ghazali e Nugroho, 2021: 50-55). O artigo intitulado “Reviewing the Concept of Jizyah: A Theoretical Approach to History”, da autoria de Mohammad Ghazali e Wahyu Nugroho, da Universitas Darussalam Gontor, na Indonésia, publicado no Volume 5, n.º 1, da Amwaluna: Jurnal Ekonomi dan Keuangan Syariah, aborda a questões sobre a origem histórica, implementação e críticas à Jizya (Ghazali e Nugroho, 2021: 50-55).*

Entre 2018 e 2024, para além dos vídeos e textos manuscritos aqui apresentados, foram produzidos e difundidos diversos outros documentos relevantes. Destacamos o leque de documentos encontrados pelas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, do Ruanda e pela SAMIM – *SADC Mission in Mozambique*, em diversas operações. Um bom exemplo são os conjuntos de mapas, encontrados durante as operações que conduziram à reconquista de Mocimboa da Praia, em agosto de 2021. Neles estavam representados as rotas de fuga para Niassa e outros pontos, considerados seguros, em Cabo Delgado. Em julho de 2022, na operação de assalto à Base de Katupa, pertencente aos insurgentes, pelas Forças de Defesa e Segurança de Moçambique, foram encontrados diversos vídeos, fotos e textos. Durante a perseguição aos insurgentes, as Forças da SAMIM encontraram diversa documentação na zona do Rio Messalo.

A SAMIM, na base dos insurgentes localizada, na zona do Rio Messalo, em agosto e setembro de 2022, encontrou processos de doutrinação, radicalização e treinamento de crianças, para engrossar as fileiras dos insurgentes; sessões de pregações durante celebrações religiosas; sessões de julgamentos em tribunais internos, com base na lei islâmica; e diversas atividades de caça, pesca e produção de alimentos. Esse material permitiu sistematizar todo o processo de organização interna do grupo, com base nos serviços que são prestados e oferecidos⁴.

Propaganda e medo dos *al-Shabaabs* nas aldeias

Os documentos produzidos e difundidos pelo grupo *Al-Shabaab*, nas aldeias de Cabo Delgado funcionam como elemento de propaganda, disseminação duma sensação de medo generalizado e proporcionam situações de violência estrutural e cultural de níveis bastante altos. Tradicionalmente, desde a Revolução Francesa (1789-1799), a propaganda recorre às diversas técnicas para “convencer ou subjugar os seres humanos que se encontram a ela expostos” (Barracho, 2011: 208). Os grupos insurgentes têm usado a propaganda, para disseminar o medo e materializar a sua agenda subversiva. Neste contexto, a propaganda tem desempenhado as seguintes funções: “motivar simpatizantes, coletar fundos, promover a ideologia, justificar atos, gerar simpatia, polarizar a opinião pública, disseminar o medo e enfraquecer governos e governantes” (Gonçalves e Reis, 2017: 132). A propaganda e o medo são direcionados a alvos específicos, que concorrem para a materialização dos seus objetivos.

A propaganda é um dos mais antigos instrumentos da guerra psicológica. Consiste em consiste em utilizar os diferentes meios de comunicação para difundir informações, propagar determinadas opiniões verdadeiras ou falsas; defender determinados tipos de ações e fomentar a criação de grupos opostos ao governo de uma determinada unidade política (Silva, 2012: 161). Trata-se de uma estratégia específica e sistemática de persuadir, com vista a influenciar pessoas e instituições, onde os fins são de natureza ideológica, política, emocionais e altitudinais. Tradicionalmente, a propaganda é classificada de acordo com a origem, sendo Propaganda Branca, aquela que vem de uma fonte identificada (Ellul, 1965: 16); a Propaganda Negra, aquela que vem de uma pretensa fonte considerada como sendo amiga, mas que na verdade tem origens num adversário (Doob, 1950: 419-442); e a Propaganda Cinza, aquela que pretende vir de uma fonte neutra, mas vem de um adversário, ou seja, “aquela cuja origem se procura manter na dúvida” (Ministério do Exército, 1963: 6, Capítulo III).

4 Serviços sociais e económicos, serviços religiosos, serviços jurídicos e correcionais, serviços militares, serviços de produção de informações e contrainformações, serviços de propaganda e serviços que lidam com as relações externas do grupo.

Os documentos produzidos pelo grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado são propagandísticos e enquadram-se na manobra psicológica da subversão e nas ações de guerra psicológica. São criados para influenciar os sentimentos, as crenças e as opiniões das populações, das autoridades e das Forças Armadas, criar um clima favorável à subversão e desfavorável à contrassubversão (Pinheiro, 1963: 20; Couto, 1989: 285). A ação psicológica sobre as comunidades é levada a cabo por meio de uma propaganda cinza e negra. Trata-se de uma propaganda cinza, porque a informação é difundida e apresentada como se fosse de uma fonte neutra. Contudo, a documentação apreendida comprova que a mesma é produzida pelo grupo. Grupo que recorre a táticas de guerrilha, atos de terrorismo e barbárie para aterrorizar as populações e atacar as Forças de Defesa e Segurança. Para além disso, trata-se de uma propaganda negra, porque as informações provêm de uma pretensa fonte “amiga” das comunidades, mas que emprega guerra psicológica e física contra as mesmas.

O medo é outro vetor usado com a finalidade de

“agir sobre a moral e a mentalidade dos indivíduos, dos grupos e das massas, tanto no interior do território, como fora dele, no sentido de influenciar as suas opiniões, os seus sentimentos e as suas crenças, e modificar, consequentemente, no sentido conveniente, as suas atitudes e comportamentos” (Pinheiro, 1963: 34-35).

A propagação do medo, por meio de documentos, nas comunidades, enquadra-se no contexto da preparação ou no rescaldo da manobra subversiva da flagelação. Tendo como móbil as mobilidade e aspetos do terrorismo sistemático e seletivo, porque há informações gerais, mas também áreas e atores específicos (Reis, 2017: 141).

Neste contexto, o medo e propaganda são acompanhados de altos níveis de violência estrutural e cultural, nas comunidades como é o caso dos não muçulmanos ou os que não aderirem às crenças, ideias e práticas do grupo.

Gonçalves&Reis (2018) apresentam, de forma sequencial o ciclo de um ataque terrorista, tendo em conta a seleção do alvo, a planificação da operação, a execução do atentado e a reivindicação. Nas últimas etapas de ciclo de um atentado, a propaganda é um elemento que entra em ação, conforme se pode constatar, a ilustração 01. Este ciclo é marcado pela forte presença de violência física, no início, e de violência estrutural e cultural, durante a sua execução e reivindicação.

Ilustração 01 - Ciclo do Ataque Terrorista



Fonte: Gonçalves e Reis (2017: 141).

A violência estrutural e cultural são duas das manifestações da violência apresentadas pelos estudiosos dos Estudos da Paz e Conflitos. Diferentemente da violência física que é visível e direta, por meio de hostilidades abertas, confrontos e agressões verbais e físicas. A violência estrutural é invisível e indireta 1969, estando relacionada com formas de violência proporcionadas pelas estruturas sociais e institucionais, prejudicando as pessoas, impedindo-as de atender às suas necessidades básicas e afetando o seu íntimo. Pode se manifestar no campo político, económico, social ou religioso, por meio de atos de repressão, dominação, segmentação, fragmentação ou marginalização (Galtung, 1996: 31). Por seu turno, a violência cultural tem que ver com a imposição de símbolos religiosos, ideológicos, linguísticos e identitários. É usada para legitimar a violência direta e estrutural, motivando atores a cometer violência direta ou a omitir a neutralização da violência estrutural, podendo ser intencional ou não intencional. Legítima a violência estrutural ou física através da imposição de elementos culturais, religiosos, ideologias, língua, cosmologia, arte, hino, bandeira e outros aspetos culturais (Galtung, 1996: 31).

Na leitura analítica feita aos documentos produzidos, no seio do grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado, verifica-se que há uma dose elevada de violência estrutural e cultural. As posições religiosas e ideológicas são intolerantes para com todos que não são muçulmanos e para com todos os muçulmanos, que não aderiram aos ensinamentos e práticas religiosas da seita⁵, que o grupo criou, entre 2007 e 2012, em Mocimboa da Praia. O Islão, pela sua definição é uma religião de paz e “submissão a Deus” (Haywood, 2002: 3-13), com uma coexistência pacífica, em relação às outras manifestações religiosas, desde que não coloque em causa a sua existência e sobrevivência. O nível de intolerância, radicalismo, violência e extremismo, que as mensagens patentes nos documentos do grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado apresentam conferem as posições dos teóricos que apontam que o *jihadismo* deslocou-se do Islamismo. Afastou-se do combate política e radicalizou-se. Foi tomado pelos doutrinadores, correntes e estratégias do pensamento subversivo do Islão e adotou um fundamento intolerante e violento (Tincq, 2007: 275-276; Duarte, 2015: 6).

Considerações finais

O grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado é um grupo insurgente, que usa como tática o terrorismo, a guerrilha, o extremismo violento e a subversão armada. Trata-se de um grupo de militância islâmica, com fortes bases nativas e uma rede de relações externas bastante sólida. As suas ações enquadram-se na difusão do *jihadismo* transnacional, tendo como um dos principais parceiros o Estado Islâmico, através das suas células espalhadas pela África Central e Oriental. A propaganda e a disseminação do medo é uma estratégia que o grupo tem vindo a usar, desde o início das suas operações de flagelação contra as instituições governamentais moçambicanas, autoridades tradicionais e religiosas locais, tanto cristãs, quanto as muçulmanas que não concordam com a sua visão e prática do Islamismo. A propaganda e a disseminação do medo são acompanhadas de altos níveis de violência

5 Em relação à dimensão de seita do grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado, há estudos (Morier-Genoud, 2020: 396-412) e entrevistas que apontam para quatro ondas principais: a primeira onda teve lugar na década de 1980 e 1990, onde surgiu um movimento semelhante no Distrito de Nangade; a segunda onda ocorreu em 2007, em Balama com a emergência de movimento semelhante; a terceira onda teve lugar entre 2013 e 2014, no Distrito de Chiurê com a emergência de um movimento similar. A última onda teve lugar em Mocimboa da praia e culminou com a realização do primeiro ataque, que teve lugar no dia 5 de outubro de 2017. Nos estudos apresentados e nas entrevistas não fica claro nem evidente que essas ondas são sequenciais e interligadas em termos de atores, agendas, reivindicações e *modus operandi* de contestação.

estrutural e cultural, onde há uma clara imposição da sua visão religiosa e cultural. Este grupo que opera, em Cabo Delgado, tem produzido diversos documentos internamente. Entre os documentos produzidos no seio, destacam-se vídeos, fotos e manuscritos. No lote dos manuscritos, uns retratam a sua história, outros são textos religiosos e outros ainda são avisos que são difundidos pelas aldeias, em Cabo Delgado. Nos demais textos, há conteúdos propagandísticos, enquanto nos avisos é onde encontram-se os textos com ameaças e altos níveis de violência estrutural e cultural. Os documentos têm como objetivo central conquistar as mentes e corações de pessoas e instituições; criar um clima de medo e insegurança geral; isolar as comunidades das autoridades; descredibilizar e desmoralizar as Forças de Defesa e Segurança; coagir a população; criar um ambiente de impunidade e materializar a sua agenda subversiva, conquistando mentes e corações nas comunidades. Inicialmente, esses documentos tinham mensagens com alcance local, mas posteriormente, ganharam uma dimensão global, sobretudo, depois da filiação do grupo ao Estado Islâmico.

O recurso a ações psicológicas para conquistar mentes e corações da população e das instituições, por parte dos insurgentes, cria um conjunto de desafios para as autoridades moçambicanas, envolvidas no combate a este grupo e às suas ideologias. Para fazer face à tática do uso da propaganda e disseminação do medo, no seio das comunidades, é preciso recorrer-se à manobra psicológica da contrassubversão e da contrainsurgência, para conservar e conquistar a adesão das populações às iniciativas, programas e esforços das autoridades moçambicanas voltadas ao combate da insurgência e prevenção do seu alastramento, bem como para criar um cordão sanitário que impede o avanço da insurgência e a adesão das populações ao movimento. A manobra psicológica deve ser complementada por outras manobras da contrassubversão. O recurso às experiências das operações psicológicas que os Serviços de Inteligência levaram a cabo, na década de 1980, no âmbito da Guerra dos Dezasseis Anos, pode ser uma mais-valia.

Portanto, para lidar com a propaganda e o modo disseminado pelo grupo *al-Shabaab* de Cabo Delgado, é preciso levar a cabo ações psicológicas e sociais junto da população, nas aldeias, no seio da insurgência e em todas as unidades e instituições militares e não militares que estão envolvidas na prevenção e combate à insurgência, coesão social, resiliência das comunidades, construção paz e segurança. As ações sociais devem consistir na aplicação de medidas de carácter assistencial, devidamente, coordenadas, que visem melhorar as condições de vida das populações; elevar o seu nível cultural, identitário e de unidade nacional; sensibilizar as populações para colaborarem mais com as autoridades governamentais e menos com a insurgência. Por seu turno, as ações psicossociais devem estar voltadas, de forma permanente para, que a população tenha uma pré-disposição natural e confiança plena, para apoiar as entidades militares e civis envolvidas nas operações de prevenção e combate à insurgência, terrorismo e extremismo violento em Cabo Delgado.

Referências bibliográficas

- Barracho, Carlos (2011), *Psicologia Política*. Lisboa: Escola Editora.
- Bukarti, Bulama (2025), *Inside Boko Haram: Unravelling the Myths of an African Catastrophe*. London: C. Hurst Publishers.
- Couto, Abel Cabral (1989), *Elementos de Estratégia: Apontamentos Para um Curso*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

- Dmitriev, Kirill & Toral-Niehoff, Isabel (2017), *Religious Culture in Late Antique Arabia: Selected Studies on the Late Antique Religious Mind*. New Jersey: Gorgias Press.
- Doob, Leonard (1950), Goebbels' Principles of Nazi Propaganda. *The Public Opinion Quarterly*, 14 (3), pp. 419-442.
- Duarte, Felipe Pathé (2015), *Jihadismo Global: Das Palavras aos Actos – Al-Qaeda, Estado Islâmico e o Império do Terror*. 2.^a Edição. Lisboa: Editora Marcador.
- Ellul, Jacques (1965), *Propaganda: The Formation of Men's Attitudes*. New York: Vintage Books.
- Galtung, Johan (1996), *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London, Thousand Oaks and New Delhi: International Peace Research Institute and SAGE Publications.
- (1969), "Violence, Peace, and Peace Research". *Journal of Peace Research*, 6 (3), pp. 167-191.
- Ghozali, Mohammad & Nugroho, Wahyu (2021), Reviewing the Concept of Jizyah: A Theoretical Approach to History. *Amwaluna: Jurnal Ekonomi dan Keuangan Syariah*, 5 (1), pp. 50-55.
- Gonçalves, Francisco (2011), *O Islamismo Radical e o Combate às Suas Ameaças: Da Dawa à Jihad*. Lisboa: Diário de Bordo Editores.
- Gonçalves, Joanisvaldo Brito & Reis, Marcus Vinicius (2017), *Terrorismo: conhecimento e combate*. Rio de Janeiro: Impetus.
- Haywood, John (2002), *Historical Atlas of the Medieval World*. First Edition. Spain: Barnes and Noble, Inc.
- Kassim, Abdulbasit & Nwankpa, Michael (Ed.) (2018), *The Boko Haram Reader: From Nigerian Preachers to the Islamic State*. London: Oxford University Press.
- Ministério do Exército (1963), *O Exército na Guerra Subversiva: Acção Psicológica*. Volume III. Estado-Maior do Exército, Lisboa.
- Momen, Moojan. (1995), "Ṭāghūt". In: Esposito, John L. (Editor). *The Oxford Encyclopedia of the Modern Islamic World*. Oxford: Oxford University Press.
- Morier-Genoud, Eric (2023), *Towards Jihad? Muslims and Politics in Postcolonial Mozambique*. London: Hurt and Company.
- (2020), "The Jihadi Insurgency in Mozambique: Origins, Nature and Beginning". *Journal of Eastern African Studies*, 14 (3), pp. 396-412.
- Nünlist, Tobias (2015), *Dämonenglaube Im Islam*. Berlin: Walter de Gruyter.
- Pinheiro, Joaquim Franco (1963), "Natureza e Fundamentos da Guerra Subversiva". Junta de Investigação do Ultramar – Centro de Estudos Político e Sociais: "Subversão e Contra-Subversão". *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, n.º 62, pp. 13-45.
- República de Moçambique (2023), *Constituição da República de Moçambique*. Maputo: Imprensa Nacional.

Reuter, Von Christoph (2015), *The Terror Strategist: Secret Files Reveal the Structure of Islamic State*. SPIEGEL International Hamburg. [Online]. Available at: <https://www.spiegel.de/international/world/islamic-state-files-show-structure-of-islamist-terror-group-a-1029274.html>.

Silva, Sérgio Vieira da (2012), *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: Escolar Editora.

Smith, Mike (2016), *Boko Haram: Inside Nigeria's Unholy War*. London and New York: I.B. Tauris.

Tincq, Henri (2007), *As Grandes Religiões do Mundo: Cronologia, História e Doutrinas*. Lisboa: Edições Texto e Grafia.

De combatentes a vítimas da “Causa”: deserções da insurgência no Norte de Moçambique¹

Rufino Siteo*

pp. 143-156

Introdução

Em outubro de 2017 foram iniciados ataques extremistas em Mocímboa da Praia, na Província de Cabo Delgado, por um grupo localmente chamado por Al-Shabaab e conhecido na esfera intelectual como Ansar al-Sunna. Tais ataques, iniciados por pouco mais de trinta homens usando armas brancas, aos quais o governo insistentemente referia como “meros bandidos”, rapidamente evoluíram para uma insurgência com capacidade de desestabilizar toda a província de Cabo Delgado, causando mais de um milhão de deslocados e cerca de quatro mil mortes, para além da destruição de infra-estruturas, paralisação dos projetos de exploração de gás natural e controlo provisório de alguns distritos no nordeste de Cabo Delgado, como Quissanga. O grupo cresceu de tal forma que a sua expansão só foi contida em 2021 após esforços conjuntos das Forças de Defesa e Segurança (FDS) de Moçambique, apoiadas pelas Forças de Defesa do Ruanda (FDR) e pela Missão da África Austral em Moçambique (SAMIM), depois do fracasso registado por Empresas Militares Privadas (EMP), como o Wagner Group, da Rússia, em 2019 e Dyck Advisory Group (DAG), da África do Sul, em 2020.

O rápido crescimento do grupo deveu-se a um processo muito bem-sucedido de mobilização de atores locais para a insurgência que as evidências mostram ter iniciado mesmo antes dos ataques em 2017. Esta mobilização fez a insurgência crescer dos poucos mais de trinta combatentes no seu início, em 2017, para cerca de 2500 homens no seu ponto mais alto, em 2020. Entretanto, a partir de 2021 registou-se uma tendência contrária de perda de membros por parte do grupo. Este artigo analisa as circunstâncias específicas que levaram a este processo de desmobilização tendo como referência as discussões mais amplas da literatura sobre a desmobilização ou desengajamento em grupos insurgentes.

O artigo foi desenvolvido com base numa abordagem mista, porém predominantemente qualitativa, assente numa revisão de literatura e entrevistas semi-estruturadas como principal ferramenta de coleta de dados. As entrevistas foram conduzidas tendo como

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a8>

* Centro de Estudos Africanos, Universidade de Basel, Suíça; e Universidade Joaquim Chissano, Escola Superior de Relações Internacionais, Moçambique.

1 Os dados para este artigo foram coletados no âmbito da implementação do Projecto de Paz e Estabilidade no Norte de Moçambique (*Peace and Stability Mozambique Project - PSMP*), liderado pela TAG International.

grupo-alvo antigos membros da insurgência e familiares de membros da insurgência nos distritos de Mocímboa da Praia, Palma e Macomia. No total, foram entrevistadas cerca de 28 pessoas durante o mês de fevereiro de 2024.

O artigo inicia por capturar os principais momentos de mobilização ao extremismo violento em Cabo Delgado, identificando os fatores determinantes no processo, e conclui por analisar o processo de desengajamento ou desmobilização, tendo como referência o que a literatura discute sobre o processo, com ênfase nos fatores “*push and pull*”. Deste modo, o artigo contribui para o enriquecimento da literatura, essencialmente escassa, sobre o processo de mobilização e desmobilização em grupos extremistas violentos, com particular destaque para o Norte de Moçambique, onde ela é quase inexistente.

Contornos da Mobilização ao extremismo violento no Norte de Moçambique

A literatura geral sobre o engajamento em atividades extremistas radicais é discutida sob diversas lentes, desde as que dão ênfase aos fatores psicológicos a outras que exploram fatores sociológicos, incluindo aspetos de economia e política dentro de uma sociedade. Deste modo, há quem se poderia juntar a grupos extremistas movido por desejos de vingança contra indivíduos ou outros atores da sociedade; há quem também poderia fazê-lo como mecanismo de defesa de uma cultura, religião, etnia ou grupo social que os perceba como estando sob ameaça; ou ainda, há quem o faz buscando pertença a um grupo e acaba desenvolvendo atitudes extremistas já estando no grupo, como acontece com os jovens de extrema direita no Norte da Europa (Chowdhury & Hearne, 2008: 3; Rocca, 2017: 661; Siteo, 2020: 68-71). De modo geral, Stern (2016) defende que as pessoas se juntam a grupos terroristas porque, em certa medida, concordam com os objetivos do grupo, são persuadidas por familiares e amigos ou se sentem atraídas pelos benefícios oferecidos pela participação, que podem ser espirituais, emocionais ou materiais. Não obstante, o mesmo autor reconhece que há situações, mais incomuns, em que os indivíduos se juntam a grupos extremistas porque *veem a jihad como uma maneira ‘fixe’ de expressar insatisfação com uma elite de poder, seja essa elite real ou imaginária, seja o poder detido por monarcas totalitários ou por líderes democraticamente eleitos* (ver p. 106). Portanto, são várias as razões que levam as pessoas a se mobilizarem ou a serem mobilizadas ao extremismo violento, tais razões podendo variar de acordo com as circunstâncias específicas dos indivíduos e do contexto sociopolítico em que estes se inserem.

No Norte de Moçambique, com destaque para a província de Cabo Delgado, a mobilização ao extremismo violento e engajamento na violência, de forma geral, tem sido um fenómeno discutido por vários autores a partir de uma perspectiva de causas ou impulsadores da violência (CEEI, 2021: 22; Habibe *et al.*, 2019: 21; International Crisis Group, 2021: 3; Lucey & Patel, 2021: 8; Maquenzi & Feijó, 2019: 3; Morier-Genoud, 2020: 397). Nestas discussões, constituem linhas de consenso que os acentuados níveis de pobreza e desemprego, a marginalização étnica, as desigualdades no acesso aos recursos, a ausência do Estado e porosidade de fronteiras, bem como, os baixos níveis de alfabetização e formação profissional, constituem vetores de força no engajamento ao extremismo violento. Deste modo, o grupo aproveitou-se destas circunstâncias para se estabelecer, mobilizar e expandir, inclusive além da Província de Cabo Delgado. Nalguns estudos menos comuns, como o de Chichava (2023) sobre Jorginho, procura-se destacar o trajeto de mobilização ao extremismo violento a partir de experiências particulares de indivíduos radicalizados ou que fizeram parte do grupo. No perfil de pessoas como Jorginho sobressaem elementos de radicalização islâmica através da exposição a indivíduos radicalizados em espaços laborais e de comércio provenientes de outras partes do continente, com destaque para a Tanzânia.

Com base na diversa literatura disponível e entrevistas conduzidas nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, procurou-se sistematizar o processo de mobilização ao extremismo violento no Norte de Moçambique desde a sua fase incipiente, antes de 2017, até meados de 2024. No processo, procurou-se capturar as principais tendências e os fatores de impacto na oscilação das tendências. O resultado chegado é que a mobilização ao extremismo violento naquela região pode ser estruturada em 4 momentos-chave: **i)** Antes de outubro de 2017: antes dos primeiros ataques; **ii)** 2017-2021: antes da Intervenção das Forças Internacionais; **iii)** De 2021 a dezembro de 2023; e **iv)** Depois de dezembro de 2023: novas tendências?

a) Antes de outubro de 2017: antes dos primeiros ataques

A preparação da insurgência em Cabo Delgado pode ser dividida em dois momentos críticos: o recrutamento e a radicalização dos recrutadores; e o recrutamento de combatentes. Na primeira fase, tratava-se daqueles que mais tarde se tornariam líderes da insurgência e recrutadores nos seus distritos de origem – a maioria deles eram de Mocimboa da Praia. O perfil geral dessas pessoas é que elas eram envolvidas com base em seu grau de crença islâmica e aspetos complementares, como inteligência, habilidades de negócios ou experiência militar. É por isso que, ao traçar o perfil destes, os relatórios destacam o facto de que essas pessoas se conectaram ao extremismo islâmico por meio de mesquitas aonde iam regularmente. As mesquitas *wahabitas* da *Africa Muslim Agency* muitas vezes aparecem como sendo o ponto de convergência. Alguns deles até receberam bolsas de estudo para continuar seus estudos islâmicos no exterior. É o caso de Bonomade Omar, ou Ibn Omar, que tinha completado o Serviço Militar Obrigatório e servido na Marinha de Pemba. Omar se destacou entre seus companheiros por sua inteligência e devoção religiosa islâmica². Outro caso é o de Abdala Likonga, um empresário de sucesso e crente fervoroso³. Esses primeiros recrutas tiveram passagens por muitos países, incluindo a República Democrática do Congo, o Quênia, a Tanzânia e a Arábia Saudita, onde aprenderam mais sobre a ideologia, receberam treinamento em operações insurgentes e, mais tarde, se encarregariam de estabelecer as bases em termos de identificação, atração e recrutamento de pessoas para realizar a insurgência (Habibe *et al.*, 2019: 11). Bonomade tornou-se um comandante muito respeitado na insurgência.

Muitos relatos dessa etapa, inclusive em nossas entrevistas, dão grande importância ao papel dos líderes e pregadores da Tanzânia, como o Sheik Assane, que desempenhou o papel de líder espiritual da insurgência e trabalhou no recrutamento de combatentes localmente. Morier-Genoud (2020) aponta ainda um (líder) queniano que acabou por ser deportado juntamente com um líder tanzaniano após se envolver em violência contra agentes da polícia em Mocimboa da Praia.

Esta primeira rede de recrutas preparou-se para os ataques de outubro de 2017 em Mocimboa da Praia através do estabelecimento de empresas e redes de negócios, mesquitas e expansão desta rede de mesquitas em toda a província de Cabo Delgado. Bonomade Omar, por exemplo, depois de regressar a Moçambique, começou a abrir mercearias, centros de recarga para telemóveis, jardins de infância e outros tipos de investimento em Macomia e Mocimboa da Praia, empregando jovens locais (Omar, 2021). Ao mesmo tempo, iam criando vínculos com alguns comerciantes locais e abrindo esquemas de financiamen-

2 Veja. [Em linha]. [Consult. ago.2024]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-bonomado-omar-a-paradoxal-combina%C3%A7%C3%A3o-de-terrorista-e-justiceiro/a-58884799>.

3 Veja . [Em linha]. Disponível em: <https://cjimoz.org/news/lifting-of-the-fog-reveals-ring-leaders-behind-cabo-delgado-terrorism/>.

to que seriam reembolsados na forma de serviços à insurgência, seja financiando suas atividades, recrutando novos membros, fornecendo informações estratégicas ao grupo, protegendo membros durante a guerra, apoiando sua logística ou, o mais importante, participando diretamente como soldados na insurgência. Os recrutamentos e seduções eram frequentemente feitos em mesquitas locais, onde pregavam mensagens da *jihad*, oferecendo incentivos financeiros para muitos jovens iniciarem negócios na forma de dívidas que eventualmente teriam que pagar. No final dos cultos, de acordo com nossas fontes em Mocimboa da Praia, às pessoas eram oferecidos 200 meticais⁴. Complementando este processo, a estratégia de recrutamento foi posteriormente sofisticada, passando a ser realizada em alguns locais de entretenimento e aglomeração de jovens desempregados, onde os recrutadores pagariam as contas de rapazes carenciados e dispostos a ter algum dinheiro para cuidar de si e dos seus entes queridos (Omar, 2022).

Nesse perfil de radicalização, há histórias de jovens de outras províncias que se juntariam ao grupo, como é o caso de Maulama Cassimo, ex-funcionário público na Província do Niassa que deixou o emprego para seguir a *Jihad*, onde ganharia mais do que o seu atual salário de servidor público (Feijó, 2021). Uma fonte anónima revelou que alguns nomes de jovens aliciados por dinheiro receberiam 45.000 meticais cada um deles⁵. As ofertas em dinheiro em outras entrevistas são apresentadas em montantes diferentes, o que significa que não era oferecido um valor consistente, especialmente considerando que houve quem recebeu mais e outros menos, conforme partilham as fontes consultadas.

Como mostrado anteriormente, esse processo não foi aleatório. Para selecionar seus membros, os insurgentes avaliavam o perfil psicológico e social das pessoas que queriam que se juntassem à insurgência, inclusive por meio de consultas nos mercados locais de tal forma que o grupo buscava saber qual era a renda diária de seus negócios e se a pessoa tinha mais estoque para alavancar sua atividade comercial⁶. Dependendo do nível de vulnerabilidade e inclinação ideológica, eles os convidavam para uma mesquita no final do dia para receber uma doação em dinheiro após as orações e pregações⁷. Em outras formas, eles ligavam para a pessoa e mostravam quais são os benefícios e vantagens de fazer parte do grupo ... Eles ofereceram dinheiro como incentivo, depois combinaram um momento para serem levados a outros [insurgentes]⁸. A partir desse momento, muitos jovens já haviam aberto negócios ou atualizado suas lojas com dinheiro obtido do grupo. Assim foi o recrutamento do marido da nossa entrevistada e de outros jovens em Palma. Algumas destas pessoas, em Mocimboa da Praia, foram levadas para um campo secreto de treino militar em Mbau, no Posto Administrativo de Mbau⁹.

Quando os jovens começaram a saber que dinheiro era oferecido nas mesquitas, o número de membros aumentou, assim o grupo conseguiu atrair e enganar um número significativo de jovens em situação de vulnerabilidade em Palma, Mocimboa, Macomia e outras partes de Cabo Delgado. Até porque a maioria dos jovens está dividida entre pessoas com renda precária e pessoas sem nenhuma fonte ou perspectiva de renda. Consequentemente, muitos jovens acabaram envolvidos nesse esquema de dinheiro fácil e tiveram que se comprometer com a insurgência por temer por suas vidas.

As áreas de recrutamento nesta fase foram inicialmente nos distritos onde a maioria dos

4 Entrevistas em Mocimboa da Praia, Palma e Macomia.

5 Anónima 9MdP.

6 Anónimo 2P.

7 Anónimo 2P.

8 Anónimo 2 MdP.

9 Anónima 9MdP.

líderes eram locais em Cabo Delgado, como Mocímboa da Praia, Macomia e depois Palma, Nangade e Montepuez. Mas rapidamente o processo se expandiu para outros distritos, incluindo a capital Pemba e o distrito sul de Chiure (Habibe *et al.*, 2019: 12; Morier-Genoud, 2020: 402; CEEL, 2021: 21; Omar, 2022). Vários relatórios apontaram a pobreza e a falta de educação como a razão pela qual os jovens se juntaram ao grupo naquela época, mas as evidências mostram que empresários locais bem-sucedidos, funcionários públicos, pescadores e até mesmo jovens com diploma universitário juntaram-se ao grupo. Isso nos leva a pensar que o aliciamento financeiro, a ideia de ganhos monetários rápidos, tornou-se a principal razão pela qual muitos jovens deixaram seus empregos para ingressar no grupo. Especialmente sem plena consciência das consequências que a decisão traria.

Em relação à narrativa, o grupo tentava conquistar os corações e mentes de seus recrutas por meio da ideia de responder às questões de pobreza e falta de oportunidades para os jovens. Eles exortavam a população a se levantar contra as estruturas políticas e administrativas, aquelas que impedem os habitantes locais de acessar empregos, recursos e poder. Assim, o objetivo final seria de implementar a lei da *Sharia* localmente, o que começava por apelos para não idolatrar o presidente (Feijó, 2021; Habibe *et al.*, 2019; Omar, 2021). Esse objetivo estava a ser perseguido através de ataques ao Islão praticados localmente e suas autoridades; desencorajamento a educação formal; o desrespeito pelos princípios islâmicos locais através da permissão de casamentos sem o consentimento dos pais da menina; ao empunhar facas como símbolo da *jihad*; e incitação à violência (Morier-Genoud, 2020: 400).

b) De 2017 a 2021: antes da intervenção das forças internacionais

Outubro de 2017 marcou o início dos ataques terroristas em Cabo Delgado. Apesar dos primeiros ataques terem sido conduzidos por cerca de trinta indivíduos¹⁰, é preciso reconhecer que as evidências dos trabalhos preparatórios discutidas anteriormente por vários autores revelam que o movimento já tinha tentáculos em outros distritos da mesma província e sua rede ultrapassava a capacidade de rastreio das autoridades.

Depois que a violência eclodiu, as táticas usuais de mobilização mudaram. Essas mudanças foram influenciadas pelas necessidades da insurgência em termos de combatentes, devido à resposta violenta do governo aos eventos. Nesse momento, os endividados com a insurgência foram forçados a pagar juntando-se ao grupo como soldados. Alguns destes até levaram as suas esposas e filhos junto para as matas, tal como partilharam as nossas fontes.

Enquanto o grupo crescia, foram sendo introduzidos recrutamentos forçados por meio de sequestros durante os ataques. Especialmente para mulheres e adolescentes com diferentes papéis na insurgência. Com frequência, os alvos já haviam sido previamente identificados, especialmente para as mulheres que mais tarde serviriam como esposas de insurgentes. Durante as entrevistas em Mocímboa da Praia, por exemplo, os testemunhos de algumas das vítimas e familiares de vítimas mencionaram conhecer os seus raptos, alguns dos quais frequentavam a mesma escola que as suas vítimas¹¹. Às vezes, de forma mais aleatória, as pessoas eram capturadas nos seus campos agrícolas ou envolvidas em atividades de rotina, como acarretar água. Um detalhe sobre os recrutamentos forçados durante as incursões, é que a brutalidade, por meio de decapitações e outras formas de assassinato, foi usada para lidar com possível resistência dos recrutas. Em casos excecio-

10 Veja <https://clubofmozambique.com/news/gunfire-continues-in-mocimboa-da-praia-aim/>. [Em linha]. [Consult. ago.2024]. Disponível em:

11 Anónimo 5M.

nais, algumas pessoas foram descartadas após serem sequestradas. Infelizmente, não foi possível explorar as condições em que tal ocorreu.

Nessa etapa, é importante notar que o grupo ia crescendo e ainda oferecendo benefícios financeiros aos jovens por ingressarem nele. Os recrutamentos também definiam como alvo pessoas que tivessem habilidades específicas, necessárias para a insurgência, como um jovem chamado Momade, que era um pescador habilidoso em Macomia e que foi recrutado para apoiar a navegação marítima do grupo, ou o jovem recém-licenciado em jornalismo pela maior universidade pública do país (Universidade Eduardo Mondlane), residente no Bairro do Cariáco, em Pemba, recrutado para ser responsável pela gestão da comunicação, informação e divulgação de mensagens, criação de grupos de WhatsApp e produção de vídeos (Omar, 2022).

Foi nesta fase que começou a tornar-se comum a polícia denunciar jovens sendo transportados de Nampula e outras regiões de Moçambique para Cabo Delgado sem agenda clara, bem como pessoas presas por suspeita de realizar recrutamentos para a insurgência¹². Assim, não só o grupo continuou a conseguir encontrar pessoas dispostas a juntar-se a eles por dinheiro, como também jovens de Nampula (Angoche, Mossuril, Nacala-a-Porto, Nacala-a-Velha e Memba)¹³ e Niassa (Lago, Sanga e Mecula) são acusados de tentar juntar-se à insurgência (Forquilha & Pereira, 2021). Nesta fase, parece que o grupo ainda é muito capaz de recrutar pessoas. Alguns relatos apontam que cerca de trezentas pessoas foram recrutadas em meados de 2020, só na aldeia de Pangane, no Posto Administrativo de Mucojo, no Distrito de Macomia (Omar, 2022). Os dados sobre esse evento carecem de validação, mas o crescimento do número de membros do grupo é corroborado pela sua capacidade de assumir o controlo de Mocimboa da Praia e lançar o ataque em Palma em março de 2021, atingindo o ponto mais alto da insurgência em termos de controle territorial, letalidade e número de combatentes. Este impulso na insurgência foi dado após o juramento de lealdade ao Estado Islâmico ou ISIS em 2019. Outra característica importante nesta fase é a radicalização das crianças. Muitas das crianças que estavam sendo radicalizadas foram sequestradas durante algumas incursões e outras foram levadas para a insurgência por seus pais. A radicalização das crianças seria preparada logo após a sua entrada no grupo e as crianças seriam divididas em dois grupos, com menos de 10 anos e com mais de 10 anos¹⁴. O primeiro grupo seria instruído no Alcorão e o segundo receberia treinamento militar envolvendo práticas extremistas específicas, como perder medo de adultos e ensinamentos de como tirar vida de outras crianças com recurso a armas brancas¹⁵.

c) Meados de 2021 a dezembro de 2023: a deserção

A partir de meados de 2021, em julho, acontece uma mudança muito importante na dinâmica da violência e que acabou impactando a capacidade de mobilização para a insurgência - Moçambique passa a contar com a SAMIM e as Forças do Ruanda. Estes atores

12 Veja. [Em linha]. Disponível em: <https://opais.co.mz/bernardino-rafael-reforca-tese-de-haver-recrutamento-de-jovens-em-nampula-para-cabo-delgado/>.

13 Em Nampula as pessoas recrutadas eram pescadores comuns dos bairros costeiros dos distritos costeiros que costumavam pescar em Mocimboa da Praia, em busca de melhores capturas. Alguns foram atraídos para o mar e outros foram recrutados à força. As autoridades policiais mencionam que nestes bairros as pessoas escapavam facilmente ao controlo das autoridades porque saíam das suas casas diretamente para o mar e podiam facilmente desaparecer sem serem notadas.

14 Antigos membros da insurgência em Palma e Mocimboa da Praia, entrevistadas em fevereiro de 2024.

15 Idem.

e a contraparte moçambicana conseguiram atacar duramente o grupo, não só matando combatentes¹⁶, mas também exercendo um melhor controlo das regiões sob a sua responsabilidade através de uma melhor inteligência, controlo marítimo e dissuasão, comprometendo assim a logística do grupo e forçando-os a uma pobreza profunda. Durante as operações militares dessas forças, muitas pessoas conseguiram escapar da insurgência. Algumas de nossas fontes apontaram ter escapado quando as bases de Mbau e Chai foram atacadas por forças ruandesas, por exemplo. O Ministério da Defesa do Ruanda partilhou em fevereiro de 2022 que capturou esconderijos de terroristas em Nhica do Ruvuma e Pundandar, a oeste de Palma, e libertou pelo menos dezassete civis¹⁷.

Em muitas ocasiões, as nossas entrevistas apontam para pessoas que conseguiram escapar com a ajuda de membros do grupo, e outras, principalmente mulheres, mencionam ter fugido quando foram enviadas em missões para roubar alimentos em algumas comunidades. Foi nesta fase que o Presidente Nyusi concedeu um indulto a 64 pessoas suspeitas de fazerem parte do grupo, depois de terem sido capturadas em campos terroristas, entre mulheres e crianças¹⁸. Foi também nesta fase que muitas bases terroristas foram sendo desmanteladas, incluindo a Base de Kathupa, em Macomia, uma das mais importantes após o desmantelamento da Base de Mbau. A desmobilização será discutida mais tarde, mas foi uma característica forte deste momento. Tanto que um relatório do Conselho de Segurança da ONU aponta que os números caíram de 2500 combatentes para cerca de 280 em fevereiro de 2023¹⁹, o que também implicou uma redução no número de ataques no período subsequente, como partilha o relatório do Observatório do Conflito, Cabo Ligado²⁰. Foi nesta onda de batalhas perdidas que a insurgência perdeu Ibn Omar, o líder militar do grupo em combate.

De modo geral, o grupo começou a ter dificuldades em manter os seus membros. A percepção de que a insurgência poderia ser um empreendimento mau, na verdade, um problema, atinge muitos membros dentro do grupo. A destruição observada nas comunidades onde o recrutamento aconteceu, a mão pesada das forças de defesa e segurança sobre as pessoas supostamente associadas à insurgência, o sofrimento nas mãos dos insurgentes e a morte de indivíduos que se juntaram ao grupo, deixando crianças órfãs dentro do grupo, são particularmente importantes no processo de despertar.

d) Depois de dezembro de 2023: novas tendências?

Depois de alguns meses de relativa estabilidade, em dezembro de 2023 houve o ressurgimento de ataques contemplando áreas novas, o que pode sinalizar uma mudança nos padrões de recrutamento. Deste modo os insurgentes começaram a conduzir ataques em

16 Em setembro de 2021, após poucos meses de intervenção, SAMIM reportou a morte de 17 insurgentes depois de destruir a Base de Chitama, no Distrito de Nangade. [Em linha]. Disponível em <https://www.theeastafrican.co.ke/tea/rest-of-africa/sadc-forces-kill-17-terrorists-in-mozambique-3564062>.

17 Veja Ministério de Defesa do Ruanda. [Em linha]. Disponível em: <https://www.mod.gov.rw/news-detail/rwanda-security-forces-rsf-and-forças-armadas-de-defensa-de-mocambique-fadm-dismantle-new-terrorist-hideouts>.

18 Veja. [Em linha]. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/cabo-delgado-nyusi-concede-indulto-a-mais-de-60-suspeitos-terroristas/6756822.html>.

19 Veja. [Em linha]. Disponível em: <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/N2303891.pdf>.

20 Veja. [Em linha]. Disponível em: <https://www.cabologado.com/monthly-reports/cabo-ligado-monthly-january-2024>.

Chiúre²¹, no extremo sul da província de Cabo Delgado, fugindo do padrão regular de ataques em que os distritos de maior concentração estavam a Noroeste da província. Nos ataques a Chiúre, algumas pessoas foram raptadas²². Um fator chave neste ressurgimento foi a comunicação sobre a retirada progressiva das forças da SAMIM em Cabo Delgado e que foi gerando vazios de segurança em distritos como Macomia, que estavam sob responsabilidade da SAMIM, para onde o grupo depois foi se reagrupar.

Um elemento que persiste no processo de recrutamento é o secretismo, uma vez que as pessoas continuam a ser intercetadas em movimento de Nampula para oportunidades de trabalho não claras em Cabo Delgado. Quando as autoridades investigam profundamente e vão atrás dos intermediários dessas oportunidades, todas as pistas desaparecem. É o caso de dois jovens de Nacala Porto que, segundo o Comandante Distrital da Polícia de Nacala Porto, foram intercetados em Eráti, Distrito fronteiriço de Nampula com Cabo Delgado, a ir fazer trabalho de pedreiro em Cabo Delgado, mas não sabiam quem os havia contratado e nem o motorista sabia quem estava a pagar pelo serviço de transporte, senão que foi combinado tudo por telefone. Quando se investiga a pista, ela depois desaparece²³. Nesta fase, o grupo tenta adotar uma estratégia de mentes e corações em alguns pontos, como aconteceu na Vila de Tandanhague onde depois de atacar pediam para que a comunidade estivesse tranquila porque não pretendiam recrutar ninguém à força, quem quisesse se juntar teria que fazê-lo de forma voluntária²⁴. Nossas fontes revelaram que no processo dois jovens e uma criança se uniram ao grupo.

Crianças como parte dos ataques tornou-se um elemento marcante desta fase da insurgência. A Human Rights Watch refere que o grupo usou Crianças no ataque de maio de 2024 em Macomia para saques²⁵. Em propaganda recente, o ISIS mostrou fotos e vídeos de crianças segurando armas em Cabo Delgado. Em março de 2024, pelo menos setenta e duas crianças foram dadas como desaparecidas após os ataques em Chiure²⁶. Isso confirma as informações sobre a radicalização das crianças dentro da insurgência que diferentes fontes vinham compartilhando nos últimos tempos.

De forma resumida, o processo de mobilização ou engajamento à insurgência em Cabo Delgado revelou ser um processo adaptativo e altamente influenciado pela capacidade de prover segurança por parte do Estado e dos seus parceiros militares. Nesta adaptação, os insurgentes vêm mostrando uma transição em que começaram a confiar cada vez mais responsabilidades da insurgência a crianças, passam a incorporar estratégias de conquista de mentes e corações e têm tentado sofisticar os seus métodos de recrutamento de modo que não sejam facilmente detetados pelas autoridades policiais. Abaixo pode-se ver resumido o processo de mobilização de acordo com cada fase.

21 Veja. [Em linha] [Consult. 08.2024]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/insurgentes-matam-quatro-pessoas-e-destroem-infraestruturas-em-chiúre/a-68297756>.

22 Veja. [Em linha]. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/cabo-delgado-insurgentes-raptam-pessoas-e-queimam-três-aldeias-em-chiure/7482435.html>.

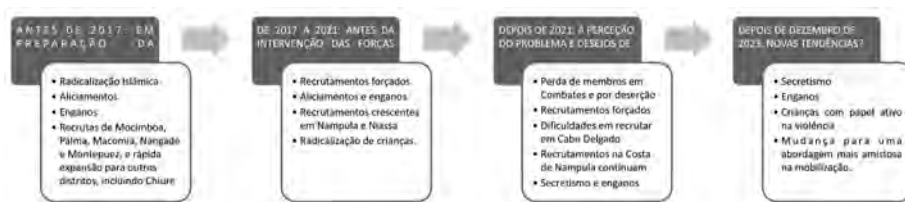
23 Sigaúque – Comandante Distrital da Polícia de Nacala Porto, entrevistado em Maio de 2024.

24 Duas Testemunhas oculares entrevistadas em Pemba em maio de 2024.

25 Veja. [Em linha]. [Consult. 07.2024]. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/programas/convidado/20240515-h-rw-denuncia-a-utilização-de-crianças-soldados-no-ataque-contra-macomia-em-cabo-delgado>.

26 Veja. [Em linha]. [Consult. ago.2024]. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-72-crianças-desaparecidas-em-chiúre/a-68435713>.

Ilustração 01 - Evolução da Mobilização ao Extremismo Violento em Cabo Delgado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Da mobilização à Vitimização dos membros da insurgência

Na secção anterior foi apresentada a forma como as pessoas foram sendo mobilizadas para a insurgência em Cabo Delgado ao longo dos anos, bem como os pontos de viragem e os fatores determinantes na oscilação e mudança do processo de mobilização. Igualmente, foi possível verificar que ainda que o grupo tenha conseguido mobilizar massivamente para as suas fileiras entre 2017 e 2020, depois deste período houve uma redução substancial do número de membros da insurgência. Nesta secção são discutidas as razões determinantes desta perda de interesse dos membros ou aparente desmobilização.

De modo geral, o abandono da insurgência por parte de seus membros é um tópico que atrai pesquisadores de diferentes campos. Na Psicologia há quem poderia discutir o processo em termos de desradicalização, em estudos de Segurança ou Estratégicos há quem usaria o conceito de deserção e há tantos outros que prefeririam tratar o mesmo assunto como desengajamento ou até desmobilização. A diferença essencial entre estes conceitos é que, de acordo com Chowdhury e Hearne (2008: 3) o desengajamento refere-se a uma mudança comportamental através da renúncia à violência, sem necessariamente mudar os valores ou ideais que alimentaram a associação inicial a esta. A desradicalização, por sua vez, implica uma mudança cognitiva ou uma mudança fundamental na compreensão dos elementos justificativos da violência. Tal mudança pode ser desencadeada por experiências traumáticas que colocam em causa a coerência de uma certa visão do mundo ou da lógica de violência. Deste modo, abrindo-se a novas ideias e perspectivas sobre a vida e a sociedade. De forma resumida, desengajamento seria abandonar comportamentos ou atitudes extremistas e desradicalização seria o abandono de crenças extremistas (Glazard, 2022: 1). Este autor coloca ênfase no facto de que tais processos podem acontecer de forma espontânea ou por força das circunstâncias.

Por outro lado, a desmobilização é frequentemente vista como parte da ideia tripartida de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), referindo-se à dispensa formal e controlada de combatentes ativos das forças armadas ou de outros grupos armados (Torjesen, 2009: 412). O processo também pode ser expandido para explicar o abandono dos esforços de guerra e o retorno à vida civil em grupos subversivos ou insurgentes. A desmobilização quando ocorre em forças formais, ilegalmente, é chamada de deserção (Richards, 2013: 1). Entretanto, é preciso reconhecer que o abandono da insurgência sem conhecimento da organização interna do grupo pode também ser definido como deserção. Portanto, a desmobilização, como um conceito mais amplo, pode ser por via da des-

radicalização, do desengajamento ou até da deserção. Embora a característica mais evidente, pelo menos no contexto moçambicano, seja por deserção.

A literatura sobre o que leva os indivíduos a abandonar empreitadas extremistas coloca ênfase em fatores conhecidos como *push and pull*. Os primeiros têm a ver com as condições gerais do ambiente social dentro do grupo, que podem estar relacionados a desilusão com a liderança ou às atividades do grupo, repulsa a atos violentos ou stress e exaustão por viver uma vida clandestina. Os segundos, os fatores de atração ou *pull*, incluem o desejo por uma vida “normal”, que pode ser ativado pelo *aumento da idade, pressão de parceiros e famílias ou desejo de se envolver em ocupações alternativas menos ameaçadoras para as perspectivas socioeconômicas de longo prazo* (Chowdhury & Hearne, 2008: 3; Glazard, 2022: 3). No caso das *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), por exemplo, traumas pessoais por perda de amigos ou colegas em combates, desilusão com a liderança do grupo, stress ou exaustão com o estilo de vida no grupo, o desejo por uma vida civil normal que inclui abraçar uma carreira ou iniciar uma família, bem como pressão de amigos e família estão entre os fatores destacados no processo de desmobilização (Chowdhury & Hearne, 2008).

No norte de Moçambique, os dados recolhidos sobre a desmobilização de atividades extremistas apontam a intervenção das forças internacionais em 2021 como o principal ponto de inflexão. Essa intervenção, que foi severa contra a insurgência, criou condições que dificultaram a permanência dos membros no grupo. Primeiro, porque os insurgentes passaram a ser forçados a uma mobilidade constante, movendo-se após cada ataque a uma base, muitas vezes em condições adversas, como atravessar matas densas com crianças. Segundo, as linhas de logística foram gravemente comprometidas, resultando em um estado de escassez entre os insurgentes, o que comprometia a sua imagem de provedor diante dos seus membros. Terceiro, e mais importante, houve a eliminação física de vários combatentes, incluindo líderes, gerando luto e diminuindo a capacidade de resistência aos ataques. Adicionalmente, as evidências apontam também para o aumento de desavenças internas entre a liderança militar e espiritual do grupo devido às derrotas em batalhas, colocando em causa o seu sentido de coesão diante dos membros. Assim, as circunstâncias impostas pela intervenção militar tornaram a permanência no grupo extremamente perigosa para os seus membros.

Durante entrevistas em Mocímboa da Praia, Palma e Macomia, procurou-se capturar esses fatores *push and pull* por detrás da desmobilização. Em quase todas as entrevistas realizadas nestes distritos são apontadas as mesmas causas para a deserção do grupo. Muitas destas causas não estão relacionadas ao desalinhamento entre as ações do grupo e as crenças particulares ou privadas dos desertores, mas sim a uma desilusão com as condições gerais de permanência no grupo agravadas pelos ataques da coligação de forças. Como a mãe de uma das desertoras compartilhou, *minha filha fugiu porque estava sofrendo, estava comendo mal e havia muitas doenças, violações sexuais, violações físicas e trabalho forçado... minha outra filha havia morrido de anemia aguda no grupo por causa disso*²⁷.

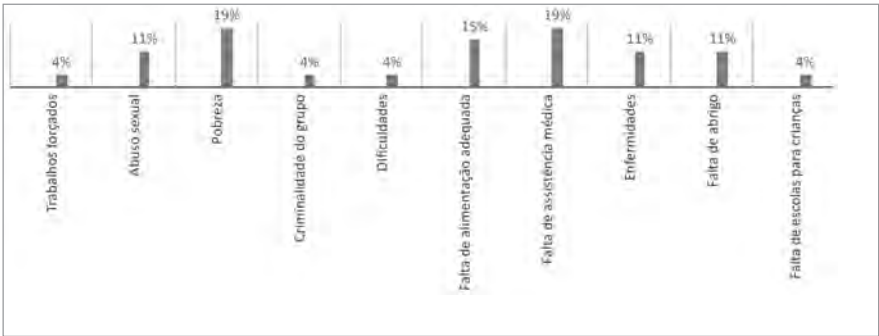
Esta informação é corroborada por outros testemunhos que mencionam, adicionalmente, a falta de abrigo e serviços de saúde para cuidar dos membros, falta de assistência médica em situações de enfermidades e a propagação de doenças. Os problemas nutricionais eram tão agudos que *muitas vezes recorriam a tubérculos e frutos silvestres, bananas verdes, carne de porco e até carne de hiena para alimentação, pois já não recebiam apoio em produtos alimentares*²⁸. Essa situação levou as mães a testemunhar regularmente a morte

²⁷ Mãe de Desertora da Insurgência.

²⁸ Anónimo 4M.

dos seus filhos que, em alguns casos, comiam areia, especialmente as crianças que ficaram órfãs na insurgência e não tinham ninguém para cuidar delas. Agravando o quadro de penúria registado no grupo os nossos informantes mencionavam também situações recorrentes de abusos sexuais, alimentadas pelo princípio de que a única responsabilidade das mulheres internamente, e supostamente “mais privilegiadas”, era buscar ou roubar alimentos nas plantações locais e satisfazer sexualmente as necessidades dos homens. As mulheres que se recusassem corriam o risco de ser mortas²⁹. No mesmo pacote de violações, os insurgentes casavam forçosamente as mulheres raptadas e, nalguns outros casos, *quando um gostasse da mulher do outro poderia comprá-la por um valor que variava entre 200 000 a 300 000 meticais*³⁰. O gráfico a seguir representa os problemas mais frequentes relatados durante as entrevistas.

Ilustração 02 - Motivos para desmobilização



Fonte: Produzido pelo autor.

Com base no gráfico anterior, é possível perceber que, entre vários motivos, a falta de assistência médica e a pobreza no grupo se destacam como as questões mais referenciadas durante as entrevistas, seguidas pela falta de alimentação adequada, situações de abuso sexual, doenças ou enfermidades, falta de abrigo e de escolas, bem como trabalhos forçados. Portanto, as condições degradantes, contrárias às inicialmente prometidas e vividas no grupo, têm sido decisivas no processo de desmobilização. Nos últimos tempos, o saque e a extorsão de empresas e motoristas locais³¹ mostram uma perda considerável da capacidade financeira do grupo e o uso do banditismo como estratégia de sobrevivência. Essa perda de capacidade valida os testemunhos sobre o sofrimento registado internamente em termos de acesso a meios de subsistência.

Outro elemento que reforça a condição de vítima dos membros da insurgência tem a ver com o tratamento que é dado às crianças no grupo através da sua desumanização por via dos métodos de radicalização de menores empregues. Primeiro, o grupo impõe um treinamento militar de 3 meses a crianças a partir dos 10 anos de idade – durante tais treinamentos

29 Anónimo 3MdP.

30 Idem.

31 Veja. [Em linha]. Disponível em: em <https://www.dw.com/pt-002/cabo-delgado-terroristas-atacam-estradas-e-raptam-motorista/a-68231464>.

as crianças são ensinadas a matar outra criança usando faca³², a consumir drogas³³, bem como beber sangue e comer carne humana³⁴; e segundo, pela obrigatoriedade de participar nos ataques logo após o treinamento³⁵, o que as expõe a riscos de vida. Deste modo, alienando o futuro das crianças expostas a violência.

No caso das pessoas que se juntaram involuntariamente, ou que foram raptadas para a insurgência, sempre tentaram escapar dela, tal como partilharam as nossas fontes. Algumas das pessoas entrevistadas conseguiram escapar com a ajuda de membros do grupo, arriscando até mesmo duras consequências por ajudar os desertores. Alguns outros o fizeram durante operações das forças de segurança e defesa moçambicanas e seus aliados, conforme compartilhado anteriormente. Estes dados corroboram a literatura sobre a mobilização forçada, que refere que os membros de grupos insurgentes coagidos tendem a usar o calor da batalha para escapar, o que às vezes força a liderança dos grupos a manter um permanente policiamento destes de modo a minimizar os riscos de deserção (Eck, 2014: 365).

Deste modo, pode-se considerar que os fatores de repulsão ou *push* mostram-se mais determinantes no processo de desmobilização no Norte de Moçambique do que os fatores de atração. O peso destes fatores sobre os outros deve-se à não mudança das condições estruturais e gerais de vida que empurraram as pessoas à insurgência antes e depois de 2017, que têm a ver com a pobreza extrema caracterizada pelos altos níveis de desemprego e marginalização social. Esta conclusão é reforçada pelo facto de que localmente ainda se reconhece que a serem oferecidos os benefícios iniciais que levaram a que muitos terminassem nas fileiras do grupo, muitos jovens locais estariam dispostos a se juntar a este grupo ou outro que ofereça o mesmo tipo de incentivos³⁶.

Considerações finais

A insurgência verificada no Norte de Moçambique desde outubro de 2017 é um fenómeno que notabilizou-se por um forte processo de mobilização caracterizada numa primeira fase pela radicalização dos primeiros recrutas, mas que evoluiu rapidamente para aliciamentos e enganos. O ponto de quebra da tendência crescente de mobilização foi com a entrada das forças do Ruanda e do SAMIM no território moçambicano. Estas forças, coordenadas pelas forças moçambicanas, conseguiram infringir danos graves à insurgência através dos cortes impostos na logística do grupo, assim como através dos ataques diretos que o grupo sofria, forçando o mesmo a uma mobilidade permanente e a uma dificuldade em prover condições logísticas para a sobrevivência dos seus membros. Isto para além da perda de combatentes durante as operações destas forças. Deste modo, levando a um processo de desmobilização massivo.

Entretanto, a ação dos atores externos apenas agravou um quadro acentuado de violência que os membros do grupo já viviam, com destaque para as mulheres e crianças. De tal forma que dentre as razões mais salientes apontadas para desmobilização destacam-se questões de pobreza no grupo, falta de alimentação adequada, falta de assistência médica, abusos sexuais, falta de abrigo, etc. Quando visto numa lógica de fatores *push and pull*, percebe-se que o sofrimento registado no grupo e que acelerou o desejo do abandono corrobora o conhecimento apresentado na literatura sobre as condições gerais que levam os membros a desmobilização em grupos insurgentes ou rebeldes.

32 Anónimo 1M.

33 Anónimo 4M.

34 Anónimo 6M.

35 Anónima 3MdP.

36 Anónimo 2M.

Referências bibliográficas

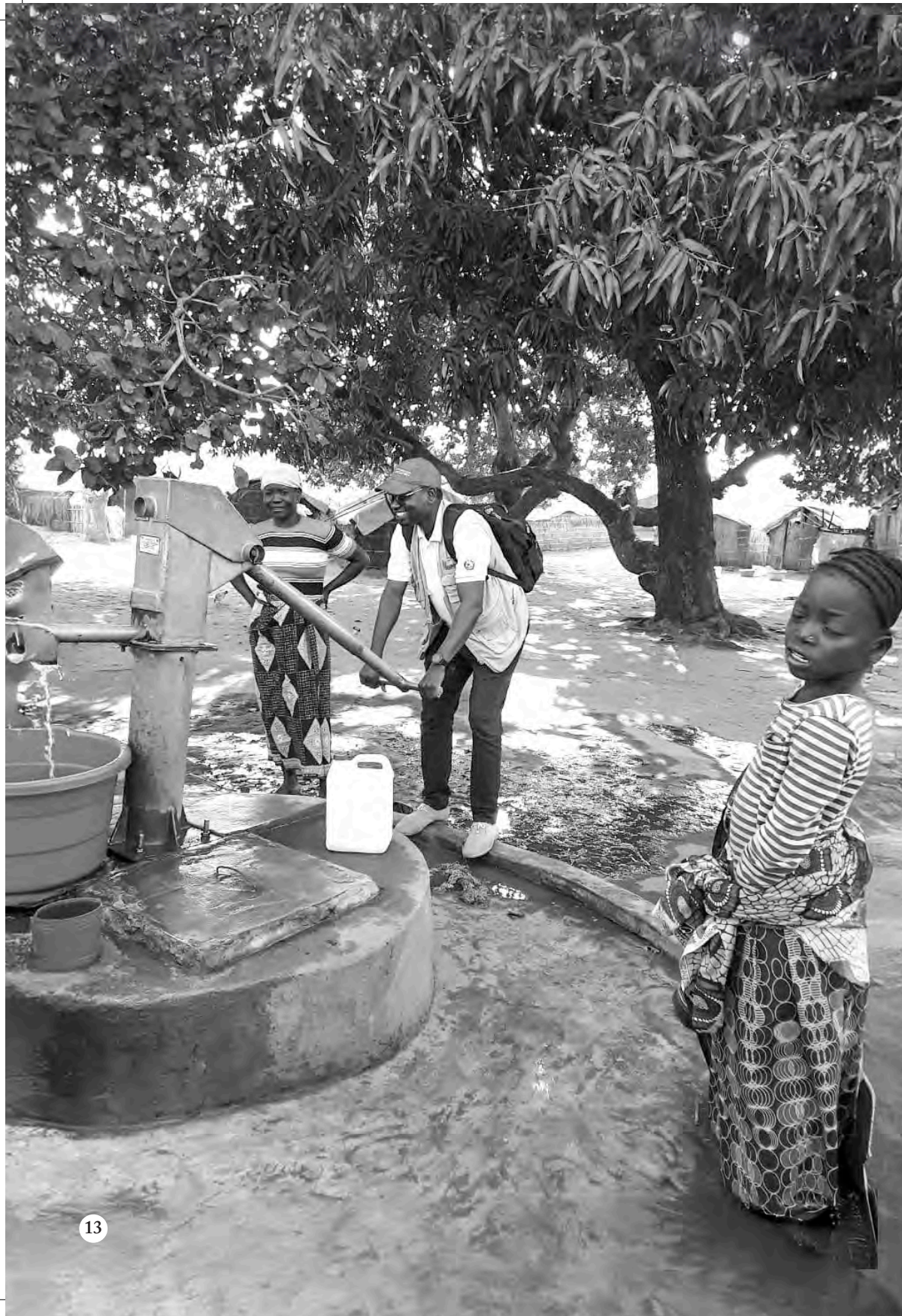
- CEEI (2021), *Dinâmicas de Extremismo Violento no Norte de Moçambique: Mecanismos de Prevenção e Combate*. CEEI-UJC.
- Chichava, Sérgio (2023), *Jorginho: breve história de um jovem makonde muçulmano do Al Shabaab*. Ideias – IESE, Boletim n.º 151E. [Em linha]. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/04/Ideias_151E-SC.pdf.
- Chowdhury, Naureen & Hearne, Ellie B. (2008), *Beyond Terrorism: Deradicalization and Disengagement from Violent Extremism*, International Peace Institute. [Em linha]. Disponível em: <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/beter.pdf>.
- Eck, Kristine (2014), *Coercion in Rebel Recruitment*. Security Studies, n.º 23(2), pp. 364-398. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09636412.2014.905368>.
- Feijó, João (2021), *From «faceless enemy» to the hypothesis of Dialogue: Identities, Pretensions and Channels of Communication with the Machababs*. OMR - Destaque Rural. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/DR-130-Cabo-Delgado-Pt-e-Eng.pdf>.
- Forquilha, Salvador, & Pereira João (2021), *Afinal, não é só Cabo Delgado? Dinâmicas de Insurgência em Nampula e Niassa*. IESE. [Em linha]. Disponível em: https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2021/03/ideias-138_SFJP.pdf.
- Glazzard, Andrew (2022), *Violent Extremist Disengagement and Reintegration: A Framework for Planning, Design and Evaluation of Programmatic Interventions*. *Studies in Conflict & Terrorism*, pp. 1-20. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2022.2098553>.
- Habibe, Saide, Forquilha, Salvador & Pereira, João (2019), *Islamic Radicalization in Northern Mozambique: The Case of Mocímboa da Praia*. IESE.
- International Crisis Group (2021), *Stemming the Insurrection in Mozambique's Cabo Delgado*. International Crisis Group. [Em linha]. Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/africa/southern-africa/mozambique/303-stemming-insurrection-mozambiques-cabo-delgado>.
- Lucey, Amanda & Patel, Jaynisha (2021), *Building Youth Resilience to Extremism in Mozambique: Perspectives from Cabo Delgado*. Institute for Justice and Reconciliation and Center for Democracy and Development.
- Maquenzi, Jerry & Feijó, João (2019), *Pobreza, Desigualdades e Conflitos no Norte de Cabo Delgado*. OMR – Observador Rural. [Em linha]. Disponível em: <https://omrmz.org/wp-content/uploads/OR-76-Conflitualidade-em-Cabo-Delgado.pdf>.
- Morier-Genoud, Eric (2020), *The jihadi insurgency in Mozambique: origins, nature and beginning*. *Journal of Eastern African Studies*, n.º 14(3), pp. 396-412. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17531055.2020.1789271>.

- Omar, Omardine (2022, janeiro 21), *Os tentáculos do terrorismo em Cabo Delgado (II), A Carta de Moçambique*. [Em linha]. [Consult. 12.set.2024]. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/9779-os-tentaculos-do-terrorismo-em-cabo-delgado-ii-analisa-omardine-omar>.
- (2021, dezembro 7), *Os tentáculos do terrorismo em Cabo Delgado (I), A Carta de Moçambique*. [Em linha]. [Consult. 12.set.2024]. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/9455-os-tentaculos-do-terrorismo-em-cabo-delgado-i-por-omardine-omar>.
- Richards, Joanne (2013), Demobilization in the DRC: Armed Groups and the Role of Organizational Control. In: *Armed Actors Issue Brief* (Número 1, p. 4), Small Arms Survey.
- Rocca, Noemi M. (2017), *Mobilization and Radicalization Through Persuasion: Manipulative Techniques in ISIS' Propaganda, International Relations and Diplomacy*, n.º 5(11). [Em linha]. Disponível em <https://doi.org/10.17265/2328-2134/2017.11.003>
- Siteo, Rufino (2020), *Terrorismo em África: a presença da Ameaça em Moçambique*, Maputo: TPC Editora.
- Stern, Jéssica (2016), *Radicalization to Extremism and Mobilization to Violence*, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 668(1), pp. 102–117. [Em linha]. <https://doi.org/10.1177/0002716216673807>.
- Torjesen, Stina (2009), New Avenues for Research in the Study of DDR. In *Conflict, Security & Development*. Vol. 9, Issue 4, pp. 411–423. London: Routledge & Kings College.



Respostas possíveis - alguns balanços





Práticas de reintegração de Deslocados Internos (IDPs) em Cabo Delgado: ação humanitária, pedagogia e arte nos Centros de Acolhimento

Armindo Armando* e Castro António Tafula**

pp. 159-168

Introdução

A crise humanitária em Cabo Delgado, Moçambique, decorrente do conflito armado (insurgência/terrorismo) e deslocamentos forçados, tem imposto desafios complexos à reintegração social e económica das populações afetadas. É neste sentido que os centros de acolhimento emergem como espaços essenciais para a reconstrução das vidas dos deslocados internos (IDPs), onde há crescente necessidade de estratégias inovadoras e integradas que combinem assistência humanitária, formação pedagógica e valorização cultural. E, para responder a esse quesito, notabilizam-se ações de e/ou entre Organizações internacionais (Agências das Nações Unidas, União Europeia e da CPLP), Organizações Não Governamentais (ONG's) e locais (ONG's de âmbito nacional e Organizações de base comunitária – OCB's), com o intuito de levar a cabo ações que tornem eficaz a reintegração dos deslocados deste conflito armado, iniciado em 5 de outubro de 2017, na qual se busca uma abordagem mais estruturada e humanizada para garantir a adaptação e o desenvolvimento sustentável das comunidades que albergam os centros de acolhimento na província de Cabo Delgado. Este artigo analisa os impactos das abordagens pedagógicas e expressões artísticas que têm sido incorporadas às intervenções humanitárias para promover a adaptação social e económica das famílias deslocadas pelo conflito armado em Cabo Delgado, com foco nos centros de acolhimento nos distritos de Metuge¹ (ADPP²), Chiúre (JUSTAPAZ) e Palma (NUDEC). De modo a analisar as referidas abordagens, procurou responder-se à seguinte

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a9>

* **Universidade Licungo**, em Moçambique, docente e doutorado em Língua, Cultura e Sociedade com especialidade em Hermenêuticas Culturais, Antropologia e Sociologia.

** **Universidade Aberta ISCED**, licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais.

1 O distrito de Metuge está localizado na província de Cabo Delgado, em Moçambique, faz fronteira ao norte com o distrito de Quissanga, ao oeste com Ancuabe, ao sul com Mecúfi e ao leste com o município de Pemba e o Oceano Índico. O distrito é dividido em três postos administrativos: Metuge, Messanja e Mizeze, que incluem localidades como Nacuta e Nanlia.

2 ADPP Moçambique foi fundada em 1982 como uma organização não-governamental moçambicana dedicada ao desenvolvimento comunitário. A ADPP Moçambique tem como missão capacitar indivíduos e comunidades para que se tornem agentes de mudança e acredita que o desenvolvimento sustentável só é alcançado quando as populações têm acesso a oportunidades de aprendizagem e crescimento, permitindo-lhes transformar a sua realidade.

pergunta de partida: de que maneira as práticas de reintegração humanizada, focalizadas na assistência humanitária, pedagogia e na arte, têm sido integradas, de modo a fortalecer a reconstrução integrada dos Pessoas Deslocadas Internamente?

Com base em uma abordagem qualitativa, o estudo combina pesquisa bibliográfica, estudos de casos cuja recolha de dados foi obtida através das entrevistas semiestruturadas. Essa triangulação metodológica visou analisar como é que as diferentes ações pedagógicas e práticas artísticas contribuem para o bem-estar psicológico, o desenvolvimento de competências e a reconstrução identitária dos deslocados no contexto da reintegração dos deslocados em Cabo Delgado.

O artigo aponta para duas dimensões de debate, considerando a dimensão teórica onde se discutem teorias e uma abordagem sobre a importância da pedagogia, arte e as suas relações no processo de *ação* humanitária. A segunda dimensão ocupa-se em apresentar as práticas de reintegração social dos deslocados internos em Cabo Delgado, com foco nas ações implementadas pela JUSTAPAZ no distrito de Chiure; ADPP no distrito de Metuge e NUDEC no distrito de Palma, enfatizadas através da abordagem de pontos essenciais da *ação* humanitária integrada.

Visões teóricas das práticas de reintegração de Pessoas Deslocadas Internamente (IDP's)

A reinserção social refere-se ao processo de reintegrar indivíduos marginalizados ou em situação de vulnerabilidade na sociedade, garantindo-lhes acesso a direitos indispensáveis ao ser humano, como a liberdade, igualdade, acesso à educação, à saúde, à segurança social e pública, serviços essenciais para uma vida digna. Ela é um componente essencial para a cidadania plena e enfrenta desafios como a formulação de políticas públicas inclusivas e a redução de barreiras que levam ao agravamento das diferenças socioeconómicas (Silva, 2019). Para que uma abordagem de reinserção social seja eficaz, ela deve ser multifacetada, o que significa que deva abranger acesso a serviços sociais, educação, capacitação profissional, acesso ao mercado de trabalho ou fontes de geração de renda, bem como ao apoio psicológico, entre outras áreas e serviços de interesse.

Nesse sentido, torna-se imperativo que se estabeleçam políticas públicas voltadas para as necessidades específicas de cada grupo vulnerável. Neste artigo a atenção está voltada para o contexto da crise humanitária em Cabo Delgado, especificamente, a reintegração dos deslocados internos (IDPs) em três centros de acolhimento, através de aproximações teóricas. Na perspectiva de Slim (2021), a teoria da resiliência sustenta que a capacidade de adaptação e a promoção da autossuficiência constituem fatores determinantes para a resiliência das comunidades deslocadas. Continuadamente, Johnson (2018) reforça essa ideia ao destacar que, no processo de criação de nichos de resiliência, programas de desenvolvimento de habilidades e educação são fundamentais para fortalecer a autonomia dos deslocados. Logo aqui, ressalta-se que nos centros de acolhimento em Cabo Delgado, a promoção da resiliência ocorre por meio de iniciativas que incentivam a educação e a qualificação profissional, as quais capacitam os deslocados para novas oportunidades, no intuito de reduzir a sua dependência em relação aos programas de assistência humanitária.

Já a teoria dos sistemas de apoio, conforme Carneiro (2020), sugere que redes de apoio social são fundamentais para estabilizar indivíduos em crise pois, muito mais que a assistência material, o suporte emocional e psicológico são cruciais para a recuperação e reinserção social eficazes. Olhando ao contexto dos centros de acolhimento em Cabo Delgado, esta teoria reflete a importância da criação de espaços de convivência, a promoção da solidariedade entre deslocados e comunidades anfitriãs e a atuação de organizações que oferecem apoio

psicológico e social. Mais ainda, a participação ativa das comunidades locais no processo de reintegração fortalece a coesão social e reduz tensões entre os deslocados e os residentes. Por seu turno, a teoria da intervenção humanitária sustenta que a comunidade internacional tem a responsabilidade de proteger populações civis em crises, mesmo que isso envolva desafios à soberania nacional (Weiss & Wilkinson, 2021). Tavares (2018) complementa essa visão ao destacar a necessidade de imparcialidade, neutralidade e independência nas intervenções, de modo a garantir que elas sejam realizadas com base nas reais necessidades das populações afetadas. Com base nesta teoria, em Cabo Delgado, a ação humanitária deve ir além da resposta emergencial e deve integrar estratégias de médio e longo prazo, no sentido de assegurar não apenas assistência imediata, mas meios para que os deslocados possam reconstruir suas vidas de maneira sustentável.

Por último, a teoria do desenvolvimento comunitário, enfatiza que as comunidades deviam ser capacitadas para identificar e resolver seus próprios problemas. Carneiro (2020) destaca a importância do conhecimento local e da participação ativa, enquanto Brigagão (2019) enfatiza uma abordagem holística que considere fatores sociais, económicos e culturais. A implementação de práticas educativas e culturais nos centros de acolhimento está alinhada com essa teoria, pois permite que os deslocados preservem a sua identidade cultural e fortaleçam suas redes sociais, facilitando a adaptação ao novo contexto.

Dessa forma, a integração dessas teorias no contexto da reintegração dos deslocados internos em Cabo Delgado permite uma abordagem mais abrangente e eficaz, combinando ação humanitária, pedagogia e arte. A resiliência é promovida pelo fortalecimento da educação e da capacitação profissional, o apoio social garante estabilidade emocional e integração comunitária, a intervenção humanitária assegura proteção e assistência, e o desenvolvimento comunitário possibilita uma reinserção sustentável. Juntas, essas abordagens criam um ambiente propício para a reconstrução da vida dos deslocados, oferecendo não apenas suporte material, mas também condições para uma reintegração digna e participativa na sociedade.

Pedagogia e arte em espaços não formais de educação

A educação em espaços não formais desempenha um papel fundamental na reabilitação e reintegração de indivíduos afetados por contextos de vulnerabilidade social. Segundo Freire (1996: 45), “A educação deve ser um processo libertador, capaz de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos”. Essa perspectiva destaca a importância da educação para além do ambiente escolar tradicional, promovendo o desenvolvimento crítico e reflexivo dos aprendizes. Espaços não formais incluem centros comunitários, organizações não governamentais e programas educativos em instituições penitenciárias ou campos de refugiados. Segundo Moran (2013: 87), “A flexibilidade e a inovação nesses espaços permitem uma educação mais personalizada, voltada às necessidades específicas do público-alvo”. Dessa forma, a pedagogia em espaços não formais visa proporcionar um ambiente de aprendizagem adaptável, considerando as particularidades culturais e sociais dos indivíduos.

De acordo com McCarthy (2016: 64), “Programas de terapia artística reduziram significativamente os níveis de estresse pós-traumático e promoveram a coesão social entre populações deslocadas”. As iniciativas que integram a pedagogia e arte, proporcionam aos indivíduos um meio de expressão segura e significativa. Isto é, a educação, quando coligada à arte, torna-se um instrumento essencial para a reconstrução de histórias de vida, tal como refere Vygotsky (2009: 78), ao considerar que “a arte estimula a imaginação e a criatividade, permitindo a reestruturação das narrativas pessoais e promovendo a autoestima dos indivíduos”.

Práticas de reintegração em centros de acolhimento e zonas retornadas

A análise das práticas de reintegração em centros de acolhimento em Cabo Delgado exige uma abordagem multifacetada, que leve em consideração a diversidade de intervenções implementadas, a natureza das dinâmicas sociais envolvidas e os valores subjacentes a essas práticas. A uniformização de diretrizes e a articulação entre diferentes atores têm-se revelado aspetos essenciais para a eficácia das iniciativas, promovendo maior coesão e impacto nas comunidades assistidas.

No plano teórico, Walker e Maxwell (2020) analisam as diversas formas de intervenção das organizações internacionais em contextos de crise humanitária, enfatizando a relevância de programas que garantam o suprimento de necessidades humanas básicas, como alimentação, abrigo e cuidados médicos. No contexto específico de Cabo Delgado, Alberdi *et al.* (2021) examinam as intervenções internacionais na região, identificando desafios relacionados com fragmentação e com deficiência na coordenação das iniciativas. O estudo aponta que, apesar da relevância das assistências prestadas, a ausência de uma abordagem integrada tem comprometido a eficácia dos programas, tornando imperativa a inclusão das comunidades locais na formulação e execução das intervenções. Tal envolvimento é crucial para assegurar que as ações implementadas correspondam às reais necessidades da população e atendam às dimensões culturais e filosóficas das mesmas.

A Cruz Vermelha Internacional (2022), por sua vez, defende uma abordagem integrada, na qual a colaboração entre organizações internacionais e locais é considerada fundamental. Argumenta-se que uma maior sinergia entre os atores envolvidos potencializa a resposta humanitária e a adaptação das intervenções às particularidades regionais. No entanto, a entidade também aponta entraves substanciais à materialização dessa abordagem, tais como a insuficiência de recursos e a burocracia excessiva, que retardam a implementação e comprometem a continuidade das ações.

Cardoso (2022) argumenta que a reinserção social desempenha papel fundamental na atenuação da violência e da instabilidade na região. A pesquisa sugere que a capacitação profissional e a geração de empregos podem mitigar a vulnerabilidade das populações deslocadas ao recrutamento por grupos armados. Além disso, a inclusão de suporte psicossocial é destacada como um fator determinante para a reabilitação das vítimas e a construção de novas trajetórias de vida com dignidade.

Apesar dos avanços alcançados, a perenidade dos programas de reinserção permanece uma preocupação central. A dependência de financiamento externo e a escassez de recursos locais robustos impõem limitações que podem comprometer a continuidade dessas iniciativas. Nesse sentido, torna-se imprescindível o desenvolvimento de estratégias voltadas para a autossuficiência das comunidades beneficiadas, reduzindo gradativamente sua dependência de auxílio externo e consolidando bases sustentáveis para a reconstrução social e económica.

Narrativas e experiências de reintegração de deslocados internos em Cabo Delgado

Em Cabo Delgado, as atividades realizadas por organizações internacionais e nacionais para uma reinserção humanizada e focada nos direitos humanos são múltiplas e estão relacionadas com as prioridades locais.

Justapaz e o Projeto “Direitos humanos e Cidadania aos deslocados em Cabo Delgado”

O projeto “Direitos Humanos e Cidadania para Deslocados em Cabo Delgado”, financiado pela “UMCOR: Global Ministries – The United Methodist Church” foi implementado no distrito de Chiure³ (2024), pela Justapaz⁴ e tem como principal objetivo a restauração da dignidade cidadã dos deslocados internos, garantindo-lhes acesso à documentação civil. Durante o processo de deslocamento, muitos indivíduos encontravam-se em situação de pânico, o que impediu que levassem consigo documentos de identificação. Além disso, um número significativo de mulheres grávidas deslocou-se sem documentação, o que resultou em uma demanda crescente por regularização documental nos centros de reassentamento. Um aspeto relevante desse processo é que o deslocamento não se restringe apenas ao indivíduo, mas também à sua condição legal e documental simbolizada pela identificação civil. Nesse sentido, muitos deslocados foram classificados como “deslocados de registo”, uma vez que, em suas localidades de origem, infraestruturas estatais essenciais, incluindo serviços de registo civil e notariado, foram destruídas por ataques terroristas.

A implementação do projeto evidenciou a existência de boas práticas na busca por soluções eficazes e sustentáveis, visando a valorização da dignidade humana. A coordenação entre a sociedade civil e o governo foi fundamental nesse contexto, uma vez que as autoridades já possuíam uma plataforma estruturada para a implementação de ações voltadas para a regularização documental.

As atividades desenvolvidas concentraram-se em campanhas de sensibilização pública sobre a importância da documentação civil e na mobilização dos deslocados para a obtenção de documentos de identificação. Durante a execução do projeto, constatou-se que a mobilização comunitária foi um elemento-chave para fortalecer a cidadania, demonstrando que a assistência aos deslocados não se restringe apenas à distribuição de alimentos.

Para captar as percepções e narrativas assim como as experiências durante a implementação do projeto, foi entrevistado um brigadista, contratado pelo projeto. O brigadista foi questionado sobre a relevância das ações implementadas para a resposta humanitária, tendo oferecido as seguintes reflexões:

Podemos fornecer alimentos para garantir a sobrevivência das pessoas em situação de vulnerabilidade, mas, se elas não possuírem documentos de identificação, estarão perdidas. Sem documentação, mesmo após a crise, não conseguirão aceder às infraestruturas do Estado, instituições públicas ou oportunidades de emprego. Isso dificulta a conceção de uma resposta humanitária de longo prazo. Com este projeto, compreendi que não basta oferecer alimentos; é essencial garantir que, no futuro, essas pessoas possam reconstruir suas vidas e exercer plenamente sua cidadania. Assim, à semelhança de outras iniciativas voltadas para o abrigo, alimentação e saúde, este projeto desempenha um papel fundamental na ação humanitária.

3 O distrito de Chiure está localizado na província de Cabo Delgado, Moçambique. É conhecido por ser o distrito mais populoso da província, com uma população de aproximadamente 217-487 habitantes, segundo o censo de 2007.

4 A JustaPaz – Centro de Transformação de Conflitos, Governação e Direitos Humanos é uma organização moçambicana apartidária e sem fins lucrativos, com mais de 25 anos de atuação na promoção da paz, boa governação e defesa dos direitos humanos. Sua missão é fomentar abordagens construtivas para a transformação de conflitos e a redução da violência política, social e religiosa em Moçambique e no continente africano. A organização tem como visão a construção de uma sociedade baseada na paz, justiça, democracia, boa governação e respeito pelos direitos humanos.

A mobilização comunitária desempenhou um papel central na valorização de ações que vão além da assistência material imediata. O reconhecimento da importância dos documentos de identificação para que os deslocados possam aceder a serviços públicos e oportunidades de trabalho após a crise demonstra a abrangência da intervenção. Esse enfoque reforça a literatura sobre direitos humanos e assistência humanitária, que enfatiza a necessidade de empoderamento das populações afetadas para garantir sua inclusão social e autonomia no período pós-emergencial. Ao ser questionado sobre a existência de uma dimensão pedagógica no projeto, o entrevistado destacou:

De facto, a educação esteve presente em nossa atuação. A sensibilização sobre a importância da documentação civil foi uma forma de pedagogia, mesmo que fora do ambiente escolar. Além disso, um dos aprendizados que considero significativo foi a organização das filas durante os atendimentos, pois isso ajudou as pessoas a compreenderem a importância do respeito às normas sociais. Acho que, além de implementar o projeto, ensinamos muito e também aprendemos.

O relato evidencia que, embora a ação não tenha sido concebida inicialmente como uma intervenção educacional, houve uma forte dimensão pedagógica na sua execução. A conscientização sobre a importância dos documentos de identificação civil pode ser interpretada como uma prática educativa não formal, ampliando a percepção dos beneficiários sobre os seus direitos. Essa perspectiva está alinhada com abordagens sociológicas que compreendem a educação como um processo contínuo, não restrito ao espaço escolar, mas presente em diversas interações sociais.

No que se refere à arte, ao ser questionado sobre a sua presença direta ou indireta na implementação do projeto, o entrevistado apontou que, embora não tenha sido um elemento central das ações, manifestações culturais emergiram de forma espontânea nas comunidades, como se relata a seguir:

Durante as atividades, não identificamos a presença explícita da arte. No entanto, em diversos contextos, observamos que as comunidades costumam receber as pessoas que chegam aos centros de acolhimento por meio de cânticos e danças tradicionais. Apesar disso, tais manifestações não são necessariamente incorporadas às ações planificadas. São poucas as ocasiões em que músicas e danças são solicitadas como parte da intervenção.

Essa resposta sugere que, embora a arte não tenha sido institucionalizada como estratégia do projeto, práticas culturais tradicionais desempenham um papel relevante no acolhimento e na integração social dos deslocados. Músicas e danças, frequentemente utilizadas para receber novos membros da comunidade e comitivas de assistência, podem contribuir indiretamente para o fortalecimento dos laços sociais e para o bem-estar psicológico das populações deslocadas. Esse fenômeno reforça a compreensão da arte como um elemento essencial na resiliência comunitária e na reconstrução do tecido social em contextos de crise humanitária.

ADPP Moçambique e projeto de recuperação Cabo Delgado

A ADPP Moçambique implementa o projeto “Recuperação Cabo Delgado” financiado pela USAID⁵ no distrito de Metuge, posto administrativo de Mieze, na aldeia de Nami-nawe. Visando captar práticas de acolhimento dos deslocados, foi perguntado em entrevista se a ADPP considerava a ação humanitária adequada e ajustada às necessidades dos deslocados. A entrevista foi concedida pela Administradora da ADPP.

Quando perguntada sobre como considera o projeto implementado para os beneficiários em termos da ação humanitária, respondeu que

o projeto tem sido fundamental, pois fornece serviços essenciais como acesso a água potável, assistência médica básica e apoio psicossocial, focando especialmente as mulheres, crianças e adolescentes, que são as populações mais vulneráveis nas crises humanitárias.

No quadro da resposta dada, evidencia-se que na percepção existente na ADPP, há a necessidade do projeto não só atender às necessidades imediatas de sobrevivência mas também de promover um impacto positivo na qualidade de vida dos deslocados internos. Ao oferecer serviços de saúde, alimentação e apoio psicossocial, a ADPP não apenas alivia as dificuldades imediatas, mas também contribui para a recuperação emocional e física das famílias afetadas. Isso reflete um cuidado holístico e uma abordagem que vai além da simples assistência de emergência, tornando o projeto vital para os beneficiários.

Sobre as questões pedagógicas no projeto, a administradora da ADPP respondeu que *as atividades educacionais estavam presentes não apenas no ensino formal e não formal, mas também por meio da capacitação profissional e da conscientização sobre direitos e deveres*. Ela ressaltou que a arte e a cultura desempenhavam um papel importante nesse processo, promovendo uma aprendizagem integral e prática.

A abordagem em termos pedagógicos, evidencia que as questões pedagógicas estavam presentes de forma indirecta e integrada no projeto, embora não necessariamente na forma tradicional de um currículo escolar. Ao incorporar o ensino formal, programas de formação profissional e atividades culturais, a ADPP garantiu que os beneficiários não apenas recebessem educação formal mas também fossem empoderados para a vida social e cidadã. Sobre a presença da arte, especialmente música e dança, nos centros de acolhimento, a administradora da ADPP respondeu que *essas atividades culturais foram uma ferramenta importante para promover o bem-estar emocional e a integração social*.

A implementação do projeto integrando a arte, especialmente a música e a dança, desempenhou um papel crucial nos centros de acolhimento em Metuge. As danças e músicas tradicionais permitiram que os deslocados se reconectassem com suas raízes culturais, ao mesmo tempo em que criaram um ambiente de solidariedade e coesão social. Além disso, a arte serviu como um mecanismo terapêutico, ajudando as pessoas a lidarem com o trauma causado pelo deslocamento forçado.

A fase da implementação forneceu assim uma compreensão mais profunda de como este projeto da ADPP Moçambique impactou positivamente os deslocados internos, integrando elementos essenciais de assistência humanitária, educação e cultura no processo de reintegração.

5 Agency for International Development.

NUDEC e projetos sociais em Palma

Foi entrevistado o coordenador executivo do Núcleo de Desenvolvimento Comunitário de Cabo Delgado (NUDEC⁶), que implementa o projeto “Daradja Limani (Suahili): Pontes para a Paz” financiado pela “Search for Common Ground” e o projeto “Rota juvenil”, financiado pela Fundação MASC⁷ através do fundo da embaixada dos Estados Unidos da América. Este projeto atua em diversas dimensões de reconstrução de Cabo Delgado. O entrevistado explicou que a organização tem desempenhado um papel fundamental na promoção do bem-estar social, atuando sobretudo, na esfera da assistência humanitária. As suas ações estão fortemente vinculadas a práticas de apoio social concentrando-se especialmente no auxílio às comunidades retornadas em Palma⁸. Embora suas intervenções tenham uma dimensão humanitária, a atuação da NUDEC também está orientada para a recuperação e reconstrução de Cabo Delgado no contexto das crises. Em cenários de reconstrução pós-crise, a prioridade tem sido fornecer suporte que possibilite às comunidades condições adequadas para sua autosustentabilidade e reestruturação. Em entrevista sobre a prática humanizada da ação humanitária, um dos participantes destacou o seguinte:

Implementamos várias atividades de empoderamento juvenil e restauração de meios de vida para mulheres. Damos acompanhamento psicológico, criamos comités de paz fazemos o rastreio e georreferenciamos casos de violência de género (VBG). Para empoderamento fornecemos às associações agrícolas e grupos de poupança de crédito rotativo para mulheres e pessoas com deficiências. Na verdade são pessoas socialmente marginalizadas. Financiamos também pequenos projetos para jovens. Nos pautamos pela coesão social, justiça e desenvolvimento dos beneficiários. Apesar de estarem retornando às suas comunidades, essas populações enfrentam desafios semelhantes aos dos deslocados. Optamos também pelas capacitações para a participação de jovens nos processos de tomada de decisão: assim evitamos que jovens possam ser aliciados para grupos terroristas porque eles são protagonistas do rumo da sua história de vida.

O entrevistado enfatizou que os principais atores desenvolvem ações concretas baseadas nas reais necessidades das comunidades. A partir de um estudo inicial, elaborase uma lista de prioridades e o desenho das intervenções segue esse roteiro estratégico. Ao ser questionado sobre a dimensão pedagógica das intervenções da NUDEC, o participante afirmou:

6 A NUDEC – núcleo de desenvolvimento foi fundada em novembro de 2021, com a sede na cidade de Pemba, actua nas áreas de meio ambiente e mudanças climáticas, ação humanitária resposta às calamidades, água e saneamento, género e empoderamento juvenil, direitos humanos, governação participativa e desenvolvimento institucional.

7 Mecanismo de Apoio da Sociedade Civil.

8 O distrito de Palma está localizado na província de Cabo Delgado, no extremo nordeste de Moçambique e faz fronteira ao norte com a Tanzânia, através do rio Rovuma, ao sul com o distrito de Mocimboa da Praia, ao oeste com o distrito de Nangade e ao leste com o Oceano Índico.

toda ação humanitária tem um carácter pedagógico, especialmente nos centros de reassentamento. Nessas localidades, as pessoas aprendem valores como solidariedade, humanismo e paz. Quando retornam às suas comunidades, consolidam essas aprendizagens e contribuem para a formação de comunidades mais cooperativas.

No que diz respeito ao papel da arte no processo de reintegração humanizada dos deslocados, os entrevistados mencionaram que, embora as ações da NUDEC não contemplem explicitamente “implementações de actividade lúdicas (xadrez, rede, corda) e recreativas (danças tradicionais⁹ inclusivas) para garantir a recuperação psicológica de trauma que as pessoas passaram”, a arte tem sido um recurso complementar. Além de proporcionar momentos de alegria para a comunidade, reconheceram que expressões artísticas podem contribuir para a recuperação emocional e social dos deslocados, facilitando sua readaptação e fortalecendo os laços comunitários.

Conclusão

A análise das práticas de reintegração de deslocados internos (IDPs) em Cabo Delgado evidencia que a integração de abordagens pedagógicas e expressões artísticas nos centros de acolhimento representa um caminho promissor para promover a resiliência, o bem-estar emocional e a reconstrução das identidades individuais e coletivas. As experiências em Metuge, Chiúre e Palma demonstram que, embora haja avanços significativos através da capacitação profissional e assistência humanitária, persistem desafios estruturais que limitam o impacto das intervenções, incluindo a insuficiência de apoio psicossocial, a fragmentação das iniciativas e a escassez de recursos voltados para atividades culturais e educacionais.

A pesquisa revelou que práticas artísticas, como teatro, música e artes visuais, possuem um potencial subexplorado para fortalecer os laços sociais, oferecer um canal de expressão emocional e fomentar o sentimento de pertença entre os deslocados. Essas atividades, quando incorporadas de maneira estruturada às estratégias pedagógicas, promovem não só o alívio psicológico mas também a valorização das culturas locais e a construção de novas narrativas de esperança e reconstrução.

A dimensão pedagógica em contextos de educação informal mostrou-se essencial para a promoção da cidadania, do acesso a direitos e da organização social nos centros de acolhimento. A conscientização sobre a importância de documentos de identificação civil, por exemplo, emergiu como uma forma de educação prática que capacita os deslocados a se reintegrarem mais plenamente na sociedade e a acederem a serviços públicos essenciais. Para que essas iniciativas alcancem maior efetividade e sustentabilidade, torna-se imprescindível uma maior coordenação entre organizações humanitárias, governo e comunidades locais. A criação de diretrizes unificadas, aliada ao fortalecimento das capacidades das comunidades beneficiárias, é vital para reduzir a dependência de financiamento externo e garantir a continuidade das ações de reintegração.

Assim, uma reintegração verdadeiramente humanizada dos IDPs em Cabo Delgado passa pela congregação de assistência com práticas pedagógicas e artísticas que promovam a dignidade, a autonomia e o fortalecimento das identidades culturais das populações deslocadas.

9 Dança KIRIMO.

Referências bibliográficas

- Alberdi, J., Cunha, T., Zambrano, L., Matusse, A., Ernesto, A. & Cossa, L. (2021), *Guerra, deslocamentos forçados e resposta à crise humanitária em Cabo Delgado*. Ayuda en Acción.
- Brigagão, C. (2019), *A Política Global das Organizações Internacionais*. Editora FGV.
- Cardoso, I. (2022), *Cabo Delgado: A inserção social pode travar o terrorismo*. Deutsche Welle.
- Carneiro, M. L. T. (2020), *Organizações Internacionais: Políticas e Práticas*. Unesp.
- Comité Internacional da Cruz Vermelha (2022, 15 de Outubro), Moçambique: Resposta humanitária melhora condições de vida em Cabo Delgado. [Em linha]. [Consult. 17.mar.2025]. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/mocambique-resposta-humanitaria-melhora-condicoes-de-vida-em-cabo-delgado>.
- Freire, P. (1996), *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Johnson, J. T. (2018), *Ação Humanitária em Tempos de Conflito*. Editora FGV.
- Moran, J. M. (2013), *A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá*. Papirus.
- Silva, R. (2019), *Reinserção social e cidadania: Desafios e perspetivas*. São Paulo: Editora Unesp.
- Slim, H. (2021), *Organizações humanitárias e conflitos: Princípios, políticas e práticas*. Zahar.
- Tavares, R. (2018), *Governança Global e Organizações Internacionais*. Paz e Terra.
- Vygotsky, L. S. (2009), *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Martins Fontes.
- Walker, P. & Maxwell, D. (2020), *Respostas internacionais às crises humanitárias*. Routledge.
- Weiss, T. G. & Wilkinson, R. (2021), *Organizações internacionais: História e prática*. Routledge.

Qualidade de vida da população deslocada pelo conflito armado em Cabo Delgado - uma avaliação

Elídio Muamine*, Hamida Mulungo* e Naísa Manafe**

pp. 169-180

Introdução

A deslocação devido a conflitos armados nos países em desenvolvimento está a aumentar (Roberts *et al.*, 2010; Thapa, 2012). A deslocação é um acontecimento traumático que perturba as famílias e afeta a saúde física e psicológica em todas as idades (Siriwardhana, 2013; Virgincar, 2016; IDMC, 2018). Pelo menos dois terços dos países de África viveram conflitos que levaram à deslocação de milhões de pessoas (Burke *et al.*, 2009). Moçambique foi palco da guerra civil durante 10 anos (2004-2015). Após a longa guerra civil o país viveu um período de paz e tranquilidade. A descoberta de gás offshore do Norte em 2017 trouxe esperança de prosperidade (UNHCR, 2023). Em contrapartida, em outubro do mesmo ano, a violência eclodiu em Cabo Delgado, no norte de Moçambique, quando homens armados ocuparam o distrito de Mocimboa da Praia. Esta violência perpetrada por grupos armados não estatais agravou-se em 2020, dando origem a uma crise humanitária sem precedentes, com cerca de 1 milhão de pessoas a viver numa situação de deslocação prolongada (IOM, 2022). Para a UNHCR, 2022, prosseguiram os atos de violência contra civis, tais como assassinatos, espancamentos, extorsões, danos generalizados a bens e serviços públicos essenciais, violações graves dos direitos das crianças e violência sexual relacionada com o conflito. De acordo com a *Save the Children*, 2021, devido a esta violência, morreram 2000 civis e cerca de 34 % das pessoas e 28 % das famílias, incluindo 353 601 crianças, foram forçadas a deslocar-se para diferentes locais na província de Cabo Delgado e noutras regiões de Moçambique, como Sofala e Zambézia, no centro, e Nampula e Niassa, no norte. Para IOM, 2022a e UN-Habitat, 2021, os principais destinos das chegadas de Pessoas Deslocadas Internamente (PDI) em Cabo Delgado foram os distritos de Pemba, Metuge, Mueda, Ancuabe e Montepuez onde as pessoas internamente deslocadas foram inicialmente alojadas em centros de acomodação transitórios e mais tarde reassentadas ou devolvidas aos seus locais de origem.

De acordo com IOM, 2022b; UNHCR, 2022; *Save the Children*, 2021 e UN-Habitat, 2021, os deslocados internos continuam a viver em pequenos abrigos temporários sobrelotados nos campos, sem comida suficiente, água potável ou casas de banho. As suas vidas

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a10>

* Instituto Nacional de Saúde, Maputo, Moçambique. Programa de Saúde Mental, Trauma e Violência.

** Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Higiene e Medicina Tropical. Saúde Global e Medicina Tropical.

estão em suspenso e o futuro é incerto. As pessoas que sofreram maus-tratos/violência (de todos os tipos) correm o risco de agravar os seus problemas de saúde mental. Com base nos dados da Organização Internacional para as Migrações (Matriz de Acompanhamento de Deslocações de Moçambique), o distrito de Metuge tinha 119 317 deslocados internos em março de 2021 (IOM, 2021). Entretanto, existe uma lacuna de conhecimento sobre a avaliação da qualidade de vida, avaliação da satisfação em relação a disponibilidade e a prontidão dos serviços de saúde para as populações deslocadas em contexto de crise humanitária.

Metodologia

Desenho do estudo

Foi realizado um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. A abordagem qualitativa (etnográfico), descritivo e exploratório tinha como objetivo de explorar e descrever as percepções, as crenças e comportamentos deste grupo-alvo (Mattos, 2011). As abordagens qualitativas permitem que os participantes descrevam as suas experiências sem os limites de um questionário estruturado, o que pode ser de particular valor para a investigação sobre deslocações por conflitos de guerra.

Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas em profundidade (profissionais de saúde, chefe do centro de reassentamento e a população internamente deslocada pelo conflito armado) e discussões em grupos focais (DGF) com a população internamente deslocada pelo conflito armado na província de Cabo Delgado. As abordagens qualitativas permitiram que os participantes descrevessem as suas experiências sem os limites de um questionário estruturado, o que pode ser de particular valor para a investigação sobre os deslocados internos.

Locais de estudo

O estudo foi realizado no Centro de Reassentamento 25 de Junho, no distrito de Metuge, na província de Cabo Delgado.

Os critérios de inclusão foram: ter idade igual ou superior a 18 anos, ser um sujeito internamente deslocado ou ser profissional de saúde e concordar em participar no estudo.

Métodos de recolha de dados

Entre janeiro e abril de 2023, três coletores de dados treinados, supervisionados pelo último autor (NM), administraram guiões de entrevista semiestruturado e com questões abertas para facilitar a discussão durante as entrevistas em profundidade e nos grupos focais. Antes da aplicação do questionário, cada inquirido ouviu as explicações sobre o objetivo do estudo e as condições de participação.

Entrevistas em profundidade

Foram realizadas vinte e quatro entrevistas individuais em profundidade às vítimas de violência causada pelo conflito armado, aos profissionais de saúde que trabalham no Centro de Saúde de Metuge e na brigada móvel localizada no centro de reassentamento 25 de Junho e ao chefe do centro de reassentamento 25 de Junho. A entrevista face a face foi rea-

lizada com uma pessoa de cada vez por um período máximo de 90 minutos para garantir a privacidade. Os inquiridos não receberam qualquer incentivo monetário ou alimentar. As perguntas foram lidas em voz alta aos inquiridos, uma pergunta de cada vez, durante a entrevista, e foi-lhes dado a oportunidade de relatar toda a sua vivência em relação ao tópico. Todas as entrevistas foram gravadas, anotadas e transcritas digitalmente. As informações fornecidas pelos participantes entrevistados foram usadas para formular perguntas individuais para explorar questões em maior profundidade. Cada entrevista levou aproximadamente 45 a 90 minutos.

Discussões em grupos focais

Duas (2) DGF foram conduzidos por assistentes de pesquisa treinados e incluíram um moderador e um anotador. As DGFs foram realizadas para fornecer informações sobre temas de interesse como possíveis crenças, práticas, atitudes e “perspetivas futuras” das pessoas internamente deslocadas em relação ao conflito armado.

O recrutamento de participantes da DGF foi feito por meio amostragem não probabilística por conveniência. Os guiões de entrevista padronizados foram usados durante as entrevistas com os grupos focais para facilitar a discussão. As DGF foram realizadas em locais acessíveis, seguros e discretos fornecidos pelos parceiros locais e duraram cerca de 120 minutos.

Instrumentos de coleta de dados

A recolha de dados das pessoas internamente deslocadas, aos profissionais de saúde e ao chefe do centro de reassentamento foi realizada com recurso aos guiões de entrevistas semiestruturadas que permitiu captar informações relacionadas com as características demográficas das vítimas da violência, a avaliação da satisfação em relação à disponibilidade e prontidão de serviços básicos e de saúde prestados pela unidade sanitária mais próxima e brigadas móveis localizadas nas áreas junto aos centros de acolhimento.

Os guiões para as DGF foram concebidos para recolher respostas individuais num contexto de grupo, visando suscitar debate sobre questões relacionadas com qualidade de vida e prestação de cuidados de saúde incluindo apoio psicossocial, atenção e apoio do governo e parceiros de cooperação.

Todas as entrevistas com informantes-chave e os grupos de discussão focal foram conduzidas em português por um entrevistador e um anotador treinados para o efeito, e em dialeto local (macua) e traduzido para português (com apoio de um deslocado) sempre que necessário.

Análise de dados

Todas as entrevistas com informantes-chave foram gravadas em áudio, anotadas e transcritas em português. As notas de campo foram desenvolvidas imediatamente após cada entrevista individual e posteriormente transcritas. As informações geradas a partir de entrevistas individuais foram armazenadas num formato comum de processamento de texto para facilitar a análise. A análise foi realizada e baseou-se no princípio da teoria fundamentada, em que os principais códigos temáticos foram agrupados em categorias e, em seguida, as categorias agrupadas para formar temas emergentes durante as entrevistas e posteriormente analisadas usando a técnica de análise temática de conteúdos.

Resultados

No total foram conduzidas vinte entrevistas em profundidade e duas discussões em grupos focais (cada grupo focal era composto por 10 participantes). As entrevistas em profundidade em vinte e quatro participantes e duas discussões de grupo focal forneceram comentários qualitativos sobre a sua experiência como deslocados internos, dos quais emergiram os 6 (seis) temas seguintes:

1. Infeliz com a qualidade de vida de deslocado interno e medo por si e pelos seus filhos e/ou netos e familiares”
2. “Insatisfação pela prestação de cuidados de saúde e serviços sociais básicos”
3. “Ausência de apoio psicossocial”
4. “Necessidade de ajuda urgente”
5. “Necessidade de ter ocupação e uma fonte de renda”
6. “Insatisfação com o Governo”

1. O tema “*infeliz com a qualidade de vida de deslocado interno e medo por si e pelos seus filhos e/ou netos*” representa a insatisfação dos participantes com a vida de deslocado interno que vive em centros de reassentamento.

Exemplos dos achados do estudo sobre as experiências dos participantes podem ser vistas nos depoimentos abaixo:

- ✓ “*Estou preocupado com o meu futuro e com a minha vida e dos meus filhos neste centro ...*”
- ✓ “*Não estou contente com a vida neste lugar ...*”
- ✓ “*... estamos a morrer de fome. Na nossa terra em Bilibiza, tínhamos comida, negócios e cama. Chegamos aqui estamos a dormir no chão ...*”
- ✓ “*... só quero voltar para minha casa e fazer minha machamba para poder comer e vender para ter algum dinheiro...*”
- ✓ “*... quero voltar para a minha proveniência para continuar a pescar e vender o peixe para voltar a construir minha casa, comprar comida e mandar meus filhos para escola...*”

2. Outro tema foi “*insatisfação pela disponibilidade e prontidão de cuidados de saúde*” representa a insatisfação com a disponibilidade e prontidão de cuidados de saúde essenciais pelas brigadas móveis junto ao centro de reassentamento e pelos provedores do centro de saúde próximo.

Exemplos de citações que refletem isto são:

- ✓ “*... Quando vivíamos em Quissanga, todos íamos ao centro de saúde de Bilibiza e lá éramos bem tratadas. Tínhamos todos medicamentos. Mas quando começou a guerra e viemos para cá, estamos a sofrer. Por exemplo, neste momento o hospital do centro fechou e não estamos a ser atendidas e nem nos dão medicamentos. Quando ficamos doentes temos de ir ao CS de Metuge e não temos dinheiro para transporte o que torna difícil porque ninguém trabalha e até os nossos maridos não tem emprego também...*”

- ✓ *“... A única ação que fazem é dar comida e as vezes distribuição de medicamentos. Mas agora que o hospital do centro fechou, já não o fazem, os enfermeiros já não estão aqui e agora quando ficamos doentes temos de ir ao CS de Metuge e lá para ser atendido não é fácil porque fica cheio...”*

3. Outro tema foi a “ausência de apoio psicossocial” representa a insatisfação com a prestação de apoio psicossocial no centro de reassentamento e ineficiência dos serviços de saúde mental no centro de saúde local em lidar com as preocupações relacionadas a problemas de sono, ansiedade, medo dos deslocados.

Exemplos de citações que refletem isto são:

- ✓ *“... Apoio psicossocial nunca tivemos. Aqui só morremos e nem os enfermeiros vem para nos apoiar...”*
- ✓ *“... nunca vimos nenhum apoio psicossocial. Tivemos pessoas que ficavam isoladas sozinhas e dia seguinte morriam. Nenhum enfermeiro veio conversar com ele...”*
- ✓ *“... Por exemplo, aqui no distrito não temos serviços de psiquiatria e nem de apoio psicossocial aos deslocados, nós é que temos que fazer esse papel de psicólogo mesmo sem formação na área...”*
- ✓ *“... há pessoas que já nem apanham sono e isso iria ajudar... Eu quando vou dormir penso nas minhas coisas que perdi e aqui estou a sofrer. Já não dormimos por causa do sofrimento...”*

4. O outro tema foi “necessidade de ajuda urgente”, que representa um apelo generalizado e mais alargado a ajuda urgente, incluindo “simpatizantes”, parceiros de cooperação, entidades governamentais e não governamentais e a aceitação de que não conseguem lidar com a situação sozinhos sem apoio adicional.

Exemplos de citações que realçam este facto incluem:

- ✓ *“... Nenhuma mudança positiva, porque todos abandonamos as nossas casas e estamos aqui sem fazer nada e sem apoio apenas a morrermos de fome...”*
- ✓ *“... ficamos sem nada e até hoje não recuperamos nada. Não temos comida, água potável, perdemos nossas casas, machambas, gado, perdemos membros da família (filhos, mulher/marido, pai/mãe). E até hoje ainda não superamos...”*
- ✓ *“Preciso da ajuda com camas porque dormimos no chão. Apoio psicossocial nunca tivemos. Aqui só morremos e nem os enfermeiros vem para nos apoiar...”*

5. O outro tema foi “necessidade de ter ocupação e uma fonte de renda”

Exemplo de citações que sustentam este facto são:

- ✓ *Não temos dinheiro e nem emprego. Não temos como iniciar com o negócio porque nem emprego temos. Comida só esperamos do Programa Mundial de Alimentação... latrinas tudo está estragado...”*

- ✓ “... Não temos emprego, dinheiro e nem machamba para cultivar. Quando acordamos não temos nada para fazer e morreremos de fome...”

6. Outro tema foi “insatisfação com o Governo”, que realça a insatisfação dos deslocados internos com a falta de apoio que têm recebido do seu Governo e a opinião de que a principal motivação dos líderes políticos é o poder e os votos e não o bem-estar dos deslocados. Exemplo de citações deste tema incluem:

- ✓ “O nosso governo não faz nada, mas quando chegam as eleições pedem votos?”
- ✓ “Os chefes estão a desviar as nossas ajudas e a comer o nosso dinheiro”.
- ✓ “Porque é que o Governo não nos ajuda? Eles sabem porque e que estamos a sofrer”.

Discussão

O deslocamento interno forçado induzido por conflitos é prejudicial para a saúde e o bem-estar geral (Cantor *et al.*, 2021). Durante os períodos de deslocação e pós-deslocação, as pessoas internamente deslocadas enfrentam múltiplos fatores de stress (Weine *et al.*, 2024). Vivem em abrigos temporários pequenos sem condições e sobrelotados, sem comida suficiente, sem água potável e sem condições de saneamento básicas. As suas vidas estão em suspenso e o seu futuro é incerto. Os indivíduos com experiência de abuso/violência correm o risco de agravar os problemas de saúde mental (Steel *et al.*, 2009).

A questão dos conflitos armados em Moçambique, especialmente na província de Cabo Delgado desde outubro de 2017 é uma realidade e as pessoas deslocadas enfrentam inúmeras barreiras sociais e estruturais, incluindo económicas, marginalização e violência por parte dos insurgentes, que dificultam o seu acesso a serviços sociais e de saúde de qualidade. Cerca de 120 000 pessoas deslocadas internamente vivem nos campos de reinstalação do distrito de Metuge (IOM, 2021).

A qualidade de vida é um conceito multidimensional que engloba diversos aspetos do bem-estar físico, psicológico, social e emocional de um indivíduo (Getanda *et al.*, 2015: 2-3).

Os achados deste estudo demonstram que os deslocados reassentados no Centro 25 de Junho apresentam um sentimento de insatisfação e sofrimento por não terem acesso aos cuidados de saúde essenciais, por não serem disponibilizados medicamentos, por não terem apoio psicossocial, pela insuficiente disponibilidade de alimentos, pela escassez de água potável, de saneamento básico e produtos de higiene pessoal.

As expressões de insatisfação com a qualidade de vida, a falta de apoio à saúde incluindo ausência de apoio psicossocial, a necessidade de ajuda e a insatisfação com o governo foram temas-chave que emergiram da análise e corroboram com os achados de um estudo com abordagem mista em população deslocada realizado no Kenya (Getanda *et al.*, 2015: 2-3).

Promover a qualidade de vida requer uma abordagem holística que aborde esses diferentes aspetos de maneira integrada e equilibrada. É importante que esses serviços sejam culturalmente sensíveis, acessíveis e centrados na pessoa, levando em consideração as necessidades individuais e contextuais de cada sujeito (Cantor *et al.*, 2021).

Um dos achados mais mencionados pelos entrevistados foi ausência de apoio psicossocial para as pessoas deslocadas. O apoio social desempenha um papel poderoso na proteção contra problemas de saúde mental. Contudo, a prestação de serviços de apoio psicossocial e saúde mental constituem um grande desafio de saúde global. E de acordo com o Anuário Estatístico

de 2020, os fatores que podem estar associados devem-se fundamentalmente ao número reduzido de profissionais de saúde para doença mental disponíveis, pela falta de profissionais de saúde qualificados, pela falta de infraestruturas e pela falta de medicamentos para doença mental e não só).

Ozbay *et al.*, 2007, argumentam que o apoio social positivo de alta qualidade pode aumentar a resiliência ao stress, ajudar a proteger contra o desenvolvimento de psicopatologia relacionada ao trauma, diminuir as consequências funcionais de transtornos induzidos por trauma, como o transtorno de stress pós-traumático (PEPT), e reduzir morbilidade e mortalidade médica (Ozbay 2007: 35-40). Os nossos achados indicam que o deslocamento interno impactou a vida e propriedades dos participantes, mas também muitas outras, estabilidade económica, dinâmica familiar e bem-estar.

Existe um conjunto considerável de investigação sobre saúde mental em populações internamente deslocadas. Numerosos estudos relatam altos níveis de TEPT, depressão e ansiedade em populações de deslocados internos adultos ou de idades mistas (Thapa e Hauff, 2012; Richards *et al.* 2011; Roberts *et al.*, 2010; Makhshvili *et al.*, 2014; Elhabiby *et al.*, 2015; Roberts *et al.*, 2019; Manafe *et al.*, 2024).

A evidência sugere que a prevalência destas perturbações de saúde mental parece ser mais elevada entre os deslocados internos do que entre os não deslocados internos em vários países, como demonstram Husain *et al.*, 2011; Nakimuli-Mpungu *et al.*, 2013; Siriwardhana *et al.*, 2014; Schmidt *et al.*, 2008; Lagos-Gallego *et al.*, 2017; Cantor *et al.*, 2021). Porém, revisões sistemáticas e estudos individuais também indicam que os deslocados internos também podem ter piores resultados de saúde mental do que os refugiados em geral, mas isto varia entre contextos (Schmidt *et al.*, 2008: 276). Estes achados, podem ser encontrados em alguns estudos, como é o caso da revisão sistemática de Siriwardhana *et al.*, 2014, de resiliência e resultados de saúde mental entre as pessoas forçadas a migração, concluiu que o apoio social de alta qualidade está consistentemente associado ao aumento da resiliência e melhor bem-estar psicológico em todas as fases da migração forçada induzida por conflitos.

Assim, estes achados apontam para a necessidade de uma resposta integrada e urgente na preparação e gestão atempada e eficiente em contextos de emergência, incluindo a prestação de serviços sociais, de saúde no geral e de saúde mental em particular, como forma a garantir o bem-estar e prevenir doença mental nesta população fortalecer a equidade no acesso aos serviços de saúde entre os deslocados internos, com destaque para serviços de saúde mental é necessário e exige respostas urgentes por parte do governo. Entretanto, a prestação de serviços de saúde para populações deslocadas é um desafio complexo que requer uma abordagem holística abrangente e sensível às necessidades específicas dessas comunidades deslocadas. Ao considerar os diversos aspetos das intervenções de saúde para deslocados, as intervenções para os deslocados devem abordar não apenas as necessidades médicas, mas também as necessidades sociais, emocionais, económicas e culturais dessas populações.

Conclusões

Os principais achados foram a insatisfação com a qualidade de vida, a falta de apoio à saúde incluindo ausência de apoio psicossocial, a necessidade de ajuda e a insatisfação com o governo. Estes achados refletem também a falta de apoio social a este grupo e apontam a necessidade de se reforçar a disponibilidade dos serviços de apoio psicossocial saúde mental nas pessoas deslocadas em contextos de conflitos armados e violência.

Os resultados desta pesquisa assinalaram que qualidade de vida não é satisfatória e que insatisfação com relação aos serviços prestados a população deslocada nos centros de reassentamento é percebida pela maior parte dos deslocados.

Recomenda-se:

- (1) A realização de mais estudos de seguimento como forma de compreender e a relatar as experiências e atitudes dos deslocados a longo prazo;
- (2) Garantir e fortalecer a equidade no acesso aos serviços de saúde entre os deslocados internos, com destaque para serviços de saúde mental é necessário e exige respostas urgentes por parte do governo;
- (3) Capacitar técnicos em serviços especializados de saúde mental a nível comunitário para o rastreio de perturbações mentais em contextos de emergências;
- (4) Priorizar intervenções de saúde mental nas intervenções de saúde para populações deslocadas, incluindo um plano de intervenção psicossocial para apoio aos deslocados com a finalidade de prevenir os distúrbios psicológicos nesta população alvo, especialmente em contexto de crise humanitária;
- (5) Desenho de estratégias e políticas integradas de apoio social para este grupo alvo em situações de emergência para cenários similares futuros com base nas lições aprendidas.

Referências bibliográficas

- Burke, M.B., Miguel, E. Satyanath, S., Dykema, J.A., Lobell, D.B. (2009), Warming increases the risk of civil war in Africa. *Proc Natl Acad Sci USA*. 106: 20670-4. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.0907998106>.
- Cantor, D., Swartz, J., Roberts, B., Abbara, A., Ager, A., Bhutta, Z.A., Blanchet, K., Madoro Bunte, D., Chukwuorji, J.C., Daoud, N., Ekezie, W., Jimenez-Damary, C., Jobanputra, K., Makhavili N, Rayes, D., Restrepo-Espinosa, M.H., Rodriguez-Morales, A.J., Salami, B., Smith, J. (2021), Understanding the health needs of internally displaced persons: A scoping review. *J Migr Health*. 2021 Oct 29; 4: 100071. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jmh.2021.100071>. PMID: 34820657; PMCID: PMC8600058.
- Elhabiby, M.M., Radwan, D.N., Okasha, T.A., El-Desouky, E.D.(2015), Psychiatric disorders among a sample of internally displaced persons in South Darfur. *Int J Soc Psychiatry*. 2015 Jun; 61(4). pp. 358-62.[Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0020764014547061>. Epub 2014 Aug 21. PMID: 25145868.
- Getanda, E.M., Papadopoulos, C. Evans, H. (2015), The mental health, quality of life and life satisfaction of internally displaced persons living in Nakuru County, Kenya. *BMC Public Health*. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12889-015-2085-7>.
- Husain, F., Anderson, M., Lopes, Cardozo B., Becknell, K., Blanton, C., Araki, D., Vithana, E.K. (2011), Prevalence of war-related mental health conditions and association with displacement status in postwar Jaffna District, Sri Lanka. *JAMA*. Aug 3; 306(5): 522-31. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1001/jama.2011.1052>. PMID: 21813430.
- INE - Instituto Nacional de Estatística (2020), Anuário Estatístico 2020. [Em linha]. [Consult. 06.dez.2024]. Disponível em: ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/cabo-delgado/anuario-estatistico-cabo-delgado-2020.pdf/view.

- Internal Displacement Monitoring Centre and Norwegian Refugee Council (IDMC). (2018), *Global Report on Internal Displacement*. Geneva, Switzerland: Internal Displacement Monitoring Centre and Norwegian Refugee Council. [Em linha]. [Consult. 06.Dez.2024]. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org/global-report/grid2018/>.
- IOM - International Organization for Migration (2022a), *DTM Northern Mozambique Crisis — DTM Baseline Assessment Abridged Report Round 16 (June 2022)*. Mozambique. [Em linha]. [Consult. 09.Dez.2024]. Disponível em: <https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd1461/files/reports/Northern%20Mozambique%20Crisis%20%E2%8%94%20DTM%20Baseline%20Assessment%20Abridged%20Report%20Round%2016%20%28June%202022%29.pdf>.
- (2022b), *DTM Mozambique — Mobility Tracking Assessment Report 17 (November 2022)*. Mozambique. [Em linha]. [Consult. 10.dez.2024]. Disponível em: https://dtm.iom.int/sites/g/files/tmzbd1461/files/reports/Mozambique%20%E2%80%94%20Mobility%20Tracking%20Assessment%20Report%2017%20%28November%202022%29_o.pdf.
- (2021), *DTM Mozambique - Emergency Tracking Tool - Palma Crisis Report | 94 (27 March - 28 May 2021)*. Mozambique. [Em linha]. [Consult. 09.dez.2024]. Disponível em: <https://dtm.iom.int/fr/node/11582?close=true>.
- Lagos-Gallego, M., Gutierrez-Segura, J.C., Lagos-Grisales, G.J., Rodriguez-Morales, A.J. (2017), Disorder of post-traumatic stress in internally displaced people from Colombia: an ecological study. *Trip. Med. Infect. Dis* 16, pp. 41–45.
- Makhashvili, N., Chikovani, I., McKee, M., Bisson, J., Patel, V., Roberts, B. (2014), Mental disorders and their association with disability among internally displaced persons and returnees in Georgia. *J Trauma Stress*. 2014 Oct; 27(5): pp. 509-18. [Em linha]. Disponível em: doi: 10.1002/jts.21949. PMID: 25322880; PMCID: PMC4496794.
- Manafe, N., Ismael-Mulungo, H., Ponda, F., Dos Santos, P.F., Mandlate, F., Cumbe, V.F.J., Mocumbi, A.O., Oliveira Martins, M.R. (2024), Prevalence and associated factors of common mental disorders among internally displaced people by armed conflict in Cabo Delgado, Mozambique: a cross-sectional community-based study. *Front Public Health*. 2024 Apr 16; 12:1371598. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpubh.2024.1371598>. PMID: 38689772; PMCID: PMC11058794.
- Mattos, C.L.G. (2011), A abordagem etnográfica na investigação científica. In Mattos, C.L.G. and Castro, P.A. Orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO Books.
- Nakimuli-Mpungu, E., Okello, J., Kinyanda, E., Alderman, S., Nakku, J., Alderman, J.S., Pavia, A. Adaku, Al., Allden, K., Musisi, S. (2013), The impact of Group counseling on depression, post-traumatic stress and functional outcomes: a study prospective comparative study at the Peter C. Alderman trauma clinics in northern Uganda. *J. Affection. Disorder*. 151 (1), pp. 78–84.

- Ozbay, F., Johnson, D.C., Dimoulas, E., Morgan, C.A., Charney, D., Southwick, S. (2007), Social support and resilience to stress: from neurobiology to clinical practice. *Psychiatry* (Edgmont). 2007 May; 4(5), pp. 35-40. PMID: 20806028; PMCID: PMC2921311.
- Richards, A., Ospina-Duque, J., Barrera-Valencia, M., Escobar-Rincón, J., Ardila-Gutiérrez, M., Metzler, T. et al. (2011), Post-traumatic stress disorder, symptoms of anxiety and depression and need for psychosocial treatment in Colombians internally displaced by armed conflicts: an evaluation mixed method. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 3(4), pp. 384-393. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0022257>.
- Roberts, B., Damundu, E.Y., Lomoro, O., Sondorp, E. (2010), The influence of demographic characteristics, living conditions, and trauma exposure on the overall health of a conflict-affected population in southern Sudan. *BMC Public Health*. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2458-10-518>.
- Save the Children (2021), Joint Briefing Note on the Situation Facing Children in Northern Mozambique. [Em linha]. [Consult. 3.nov 2024]. Disponível em: <https://mozambique.savethechildren.net/news/joint-briefing-note-situation-facing-children-northern-mozambique>.
- Schmidt, M., Kravic, N., e Ehlert, U. (2008), Adjustment to trauma exposure in refugee, displaced, and non-displaced Bosnian women. *Arch Womens Ment Health*. [Em linha]. Disponível em: 11 (4), pp. 269-276.
- Siriwardhana, C., Stewart, R. (2013), Forced migration and mental health: prolonged internal displacement, return migration and resilience. *Int Health*. 2013 Mar; 5(1): 19-23. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/inthealth/ihs014>. Epub 2012 Dec 21. PMID: 24029841.
- Siriwardhana, C., Ali, S.S., Roberts, B., Stewart, R. (2014), A systematic review of resilience and mental health outcomes of conflict-driven adult forced migrants. *Confl Health*. 2014 Aug 20; 8:13. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1752-1505-8-13>. PMID: 25177360; PMCID: PMC4149800.
- Steel, Z., Chey, T., Silove, D., Marnane, C., Bryant, R., Van Ommeren, M.(2009), Association of torture and other potentially traumatic events with mental health outcomes among populations exposed to mass conflict and displacement: a systematic review and meta-analysis. *JAMA*. 302, pp. 537-49.
- Thapa, S.B., Hauff, E. (2012), Perceived needs, self-reported health, and disability among displaced persons during an armed conflict in Nepal. *Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiological* Vol. 47, pp. 589-595. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00127-011-0359-7>.
- UN-Habitat (2021), A Dimensão Territorial dos Deslocamentos no Norte de Moçambique. [Em linha]. [Consult. 6.novembro.2024]. Disponível em: https://unhabitat.org/sites/default/files/2021/05/un-habitat_positionpaper_mozambique_pt.pdf.

UNHCR (2023), Mozambique Country Factsheet. [Em linha]. [Consult. 29.outubro.2024]. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/mozambique/unhcr-mozambique-country-factsheet-april-2023>.

——— (2022), Year-end Report. [Em linha]. (Consult. 29.outubro.2024). Disponível em: <https://data.unhcr.org/en/documents/details/101891>.

Virgincar, A., Doherty, S., Siriwardhana. C. (2016), The impact of forced migration on the mental health of the elderly: a scoping review. *Int Psychogeriatr.* 28: , pp: 889–896. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1041610216000193>.

Weine, S.M., Ware, N., Hakizimana, L., Tugenberg. T., Currie, M., Dahnweih, G., Dahn Weih, g., Wagner, M., Polutnik, C. & Wulu, Jacqueline. (2014), Fostering resilience: protective agents, resources, and mechanisms for adolescent refugees' psychosocial well-being. *Adolesc Psychiatry (Hilversum)*, pp: 164–176. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.2174/221067660403140912162410>.



Anexo

Declaração de disponibilidade de dados

Os dados em bruto que suportam as conclusões deste artigo serão disponibilizados pelos autores, sem reservas indevidas.

Considerações éticas

Todas as entrevistas e grupos focais foram realizadas em ambientes que garantiam privacidade visual e auditiva. Para proteger o anonimato dos participantes, nenhuma entrevista em profundidade e DGF foi gravada em vídeo. Com o consentimento dos participantes, as entrevistas em profundidade e as DGF foram gravadas em áudio para capturar a discussão e em simultâneo feitas notas que posteriormente foram expandidas e adicionalmente transcritas.

Os estudos envolvendo humanos foram aprovados pelo Comité Nacional de Bioética para a Saúde de Moçambique com registo IRB00002657. Os estudos foram conduzidos de acordo com a legislação local e requisitos institucionais. O consentimento informado e escrito para participação neste estudo foi fornecido pelos participantes tutores legais/parentes mais próximos.

Contribuições dos autores

NM: Conceptualização, Obtenção de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Escrita do rascunho original, Escrita - revisão e edição.

HI-M: Investigação, Escrita do rascunho original.

EM: Conceptualização, Metodologia, Análise formal, Software, Escrita do rascunho original.

Financiamento

Os autores declaram ter recebido apoio financeiro para a realização desta pesquisa. Este estudo foi financiado pelo Governo Flamengo através do projeto *Building Institutional Capacity at the Mozambique* do Instituto Nacional de Saúde.

Agradecimentos

Estamos gratos ao pessoal do Programa de Saúde Mental, violência e trauma e da Delegação Provincial de Cabo Delgado do Instituto Nacional de Saúde, a Direção e os Serviços Provinciais de Saúde de Cabo Delgado pela sua cooperação e apoio durante este estudo. Agradecemos também a todos os participantes do estudo envolvidos nesta investigação, que deram o seu tempo, apoio e entusiasmo para tornar este estudo possível.

Conflitos de interesses

Os autores declaram que a investigação foi realizada na ausência de quaisquer relações comerciais ou financeiras que possam ser interpretadas como um potencial conflito de interesse.

Acesso à Terra e Revisão da Lei de Terras em Moçambique: O Caso dos Deslocados Internos no Centro de Reassentamento de Corrane

Éva Sebestyén*

pp. 181-187

Introdução

Em consequência dos conflitos armados persistentes iniciados em 2017, mais de um milhão de deslocados internos fugiram do norte de Cabo Delgado para distritos mais seguros da província e para as vizinhas Nampula e Niassa. Segundo a OIM, cerca de 701 462 pessoas retornaram às suas terras de origem, enquanto aproximadamente 609 243 permanecem reassentadas em centros, com familiares ou em zonas urbanas (Tivane, 2024). Um grupo de jovens pesquisadores da Universidade Rovuma, orientado por professores da instituição e em parceria com o CEAUP, dedicou-se a estudar as condições de vida, os desafios e as perspectivas de futuro dos deslocados internos no Centro de Reassentamento de Corrane, com trabalho de campo realizado entre 2023 e 2024, seguido por visitas de acompanhamento em 2024 e 2025.

A análise dos dados desse estudo piloto revelou temas com implicações nacionais. Entre os principais problemas — como segurança alimentar, educação, formação profissional e acesso à saúde — destacam-se dois fatores determinantes para uma vida digna: o acesso à terra cultivável, especialmente para famílias chefiadas por mulheres, e a dificuldade de garantir e proteger esse acesso diante dos conflitos com membros das comunidades hospedeiras.

A população reassentada no Centro de Corrane é majoritariamente oriunda dos distritos de Muidumbe e Macomia, além de Mocímboa da Praia, Nangade e Palma, todos no norte de Cabo Delgado. Comunicam-se principalmente em e-makhuwa, ki-mwani e shi-maconde, e estabelecem o diálogo com a comunidade hospedeira em e-makhuwa.

As primeiras famílias reassentadas (2020–2021) receberam casas transitórias e parcelas de 1,5 hectares, atribuídas pelo INGD, por ONGs e pelo programa Sustenta do Ministério da Agricultura. Contudo, famílias que chegaram posteriormente precisaram negociar diretamente com membros da comunidade local o acesso à terra.

Inicialmente abastecido por bombas de água movidas a energia solar, o Centro viu esse serviço interrompido após o roubo dos painéis em 2025. Apesar da existência de ruas iluminadas, muitas famílias não têm condições financeiras para pagar a ligação elétrica domiciliar. Serviços de saúde e educação existem, mas a distância e a falta de transporte

□ <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a11>

* CEAUP, investigadora. Antropóloga.

dificultam o acesso, sobretudo para as crianças. A formação profissional é limitada, resultando em elevado desemprego juvenil. A assistência alimentar, inicialmente garantida pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA), encontra-se em vias de extinção.

A agricultura familiar tornou-se, assim, a principal (e quase única) fonte de subsistência, enfrentando barreiras como a escassez de água, ausência de apoio técnico e disputas fundiárias com antigos ocupantes. Em 2023, o número de reassentados em Corrane era de aproximadamente 8.000 pessoas, caindo para cerca de 4.000 em 2024, com o retorno gradual de algumas famílias às zonas de origem — muitas vezes motivado por insegurança alimentar, conflitos por terras ou esperança de estabilidade nas áreas abandonadas.

A falta de reconhecimento legal do direito dos deslocados ao acesso à terra — particularmente no caso de famílias chefiadas por mulheres — agrava significativamente sua vulnerabilidade. O estudo evidenciou que apenas aqueles com alguma capacidade de negociação e recursos financeiros conseguiram adquirir parcelas, muitas vezes por meio da compra direta junto a membros das comunidades hospedeiras. A maioria das famílias chefiadas por mulheres, sem esses meios, perdeu o acesso às terras inicialmente distribuídas pelo Estado, sobretudo quando os antigos ocupantes retomaram as áreas sem qualquer consulta prévia.

Diante da precarização da ajuda externa, a autossuficiência torna-se imperativa. Nesse cenário, uma proposta da Universidade Rovuma para o desenvolvimento de um projeto de apicultura voltado para mulheres e jovens representa uma possível saída sustentável (Sousa *et al.*, 2025).

Este artigo examina os desafios enfrentados pelas comunidades deslocadas no Centro de Reassentamento de Corrane à luz do direito costumeiro e da legislação vigente, articulando esses problemas com o processo nacional de revisão da Lei de Terras. Também se propõe a estabelecer um paralelismo entre essa situação em Moçambique e contextos semelhantes em outros países da África Subsaariana.

A Lei de Terras n.º 19/97 de 1 de Outubro

O Artigo 3.º da Lei estabelece que “a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada.” Na prática, porém, a venda e o arrendamento informal de terras são recorrentes — sendo, para muitos deslocados, a única forma de garantir acesso à produção agrícola.

A Lei também reconhece o direito de uso da terra pelas comunidades locais sob regime costumeiro, incluindo áreas de pousio, rios, florestas e outros recursos. Contudo, esse direito é frequentemente ignorado pelas administrações distritais, que cedem terras a deslocados sem consulta ou compensação às comunidades hospedeiras.

O Capítulo II da Constituição da República, artigo 110, reforça que o DUAT (Direito de Uso e Aproveitamento da Terra) é conferido a pessoas singulares ou coletivas, considerando seu fim social ou económico. O artigo 13.º da Lei de Terras afirma que as comunidades locais mantêm esse direito, mesmo sem título formal.

Em 2018, o Banco Mundial declarou que, no âmbito da implementação do Programa Terra Segura, o Governo de Moçambique, com apoio da Associação Internacional para o Desenvolvimento (Grupo Banco Mundial), concebeu o Projeto MozLand (Terra Segura). O objetivo era regularizar dois milhões de DUATs e delimitar 1.200 áreas ocupadas por comunidades locais em 71 distritos selecionados, contribuindo assim para a meta global do Programa Terra Segura. A gestão, coordenação, supervisão, monitoria e avaliação do projeto ficaram a cargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), sob tutela do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER). O projeto, com

duração prevista de cinco anos, cobriu 71 distritos (46 % dos 154 distritos do país) em todas as dez províncias. (World Bank, 2018).

Entretanto, o processo de delimitação e titulação revelou-se oneroso, e os dados finais referentes à emissão de DUATs ainda não foram publicados. O projeto distingue o DUAT individual do comunitário, mas não esclarece se o titular individual é um agricultor que recebeu sua parcela após o desmembramento da terra comunitária, ou se inclui também pequenos agricultores que detêm várias parcelas com títulos distintos.

Outro desafio diz respeito ao conceito de “título legal” do DUAT, que vai além do simples registro da delimitação (de baixo custo) mencionado no projeto, exigindo também a demarcação, um processo mais dispendioso. Assim, o número de comunidades com terras delimitadas é muito superior ao daquelas que conseguiram custear a demarcação e obter o título legal do DUAT.

Quanto ao direito individual da mulher à titularidade da terra, ele está previsto em casos de desmembramento de terras comunitárias e garantido no artigo 16.º da Lei de Terras, incluindo o direito à herança. Ainda assim, esse direito é frequentemente ignorado na prática.

A Revisão da Lei de Terras

- A Lei n.º 19/97 está em vigor desde 1997.
- O processo de revisão da Política Nacional de Terras iniciou-se em 2017, com auscultações públicas em 2020.
- A nova Política Nacional de Terras foi aprovada em novembro de 2022 (Resolução n.º 45/2022).
- Em 2025, a revisão legislativa segue em curso, coordenada pela Comissão de Revisão da Política Nacional de Terras (CRPNT) do Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas.
- A X Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras, realizada em Maputo nos dias 28 e 29 de abril de 2025, contou com o pronunciamento do Presidente Daniel Chapo, que enfatizou o direito das mulheres à terra e a proteção das terras comunitárias.

Apesar dessas iniciativas, muitas comunidades continuam excluídas das consultas públicas e não recebem compensações justas. A consulta comunitária obrigatória tem sido negligenciada, gerando desconfiança nas organizações da sociedade civil.

Deslocados Internos, Comunidades Acolhedoras, Direito Costumeiro e Acesso à Terra em África

Mantendo a abordagem *bottom-up*, observa-se que os deslocados internos em África enfrentam, de modo geral, desafios significativos na reaquisição de terras sob regime costumeiro, especialmente quando essas foram abandonadas durante o período de deslocamento. A literatura especializada destaca três pontos fundamentais para compreender essa problemática (Kiggundu, 2008)

1. Relações múltiplas de posse da terra: o direito costumeiro não é uniforme; ele abrange diferentes formas de relação com a terra, como os direitos primários (redistribuição entre membros da comunidade), secundários (associados à herança ou origem) e terciários (como arrendatários ou meeiros).
2. Métodos não codificados de acesso: o acesso à terra sob regime costumeiro ocorre, em regra, por meio de negociações diretas com líderes comunitários, sem documentação formal. O retorno dos deslocados, após longos períodos de ausência, geralmente exige uma nova negociação — que pode ser complexa, especialmente em contextos de disputa ou escassez de terra.
3. Dependência de laços comunitários: os sistemas consuetudinários de posse baseiam-se em relações sociais e comunitárias que variam conforme o contexto local. Em alguns casos, quando a terra é abundante, comunidades tradicionais concedem direitos de uso temporário a deslocados de outros grupos — por arrendamento, parcerias agrícolas ou laços de parentesco simbólico.

Em Moçambique, por exemplo, mulheres deslocadas criaram laços de parentesco fictício com membros das comunidades hospedeiras, o que lhes permitiu o acesso temporário à terra. Essa convivência gerou trocas mutuamente benéficas: os deslocados puderam cultivar, enquanto os anfitriões ganharam segurança por meio do aumento da população local. No entanto, em contextos de alta pressão populacional ou onde os laços comunitários são frágeis, o acesso à terra torna-se limitado e precário. O caso de Corrane ilustra bem essa fragilidade, onde os deslocados enfrentam dificuldades crescentes para manter ou negociar seus direitos de uso da terra.

Estudos de outros países africanos reforçam essas dinâmicas. No norte da Nigéria, por exemplo, onde campos de deslocados são frequentemente atacados pelo Boko Haram, muitos preferem integrar-se às comunidades hospedeiras. George e Adelaja (2021) argumentam que, em vez de investir unicamente na distribuição de alimentos, seriam mais eficazes projetos agrícolas que envolvessem os deslocados como trabalhadores assalariados em atividades produtivas integradas com as comunidades locais.

Em Camarões, observou-se que tensões socioculturais dificultam a integração dos deslocados nas comunidades anfitriãs. Diferenças de língua, religião e costumes alimentam desconfiança mútua e preconceito, agravando conflitos e promovendo o isolamento social — com sérias implicações para o bem-estar emocional e a capacidade de reconstrução dessas populações (Nomi, 2024).

Por fim, diversos levantamentos internacionais alertam para os efeitos colaterais da presença prolongada de deslocados internos, como a exploração excessiva dos recursos naturais em torno dos campos de reassentamento, o que tende a agravar os conflitos com as comunidades vizinhas.

Conclusão

As organizações da sociedade civil têm desempenhado um papel essencial na defesa dos direitos das comunidades locais, mas enfrentam sérias limitações operacionais e financeiras. A descentralização do processo de titulação de terras ao nível distrital representa uma oportunidade — desde que os interesses das comunidades sejam efetivamente representados.

Este artigo, adotando uma abordagem “de baixo para cima”, parte das experiências concretas dos deslocados no Centro de Reassentamento de Corrane para levantar uma questão mais ampla: qual é o lugar dos deslocados internos na revisão da Lei de Terras? Até o momento, essa população tem sido invisibilizada — tanto no anteprojeto da nova lei quanto nas auscultações públicas e no debate acadêmico. Apenas a Amnistia Internacional mencionou o tema, sem repercussão significativa entre os demais atores.

Permanecem, assim, várias questões urgentes:

- Os deslocados terão de esperar o fim do conflito para reivindicar novamente as terras de origem, hoje ocupadas?
- Será garantido o DUAT por ocupação e cultivo após 10 anos?
- A juventude, sem emprego e sem formação, será empurrada para alternativas de sobrevivência ilegais?
- As mulheres chefes de família encontrarão apoio para a geração de renda e sua capacitação?

O que se observa em Corrane é um reflexo da realidade no norte de Moçambique: insegurança fundiária, injustiças estruturais e ausência de políticas redistributivas. Com a continuidade do conflito armado em Cabo Delgado, muitos deslocados manifestam o desejo de permanecer no Centro de Reassentamento. Para isso, é necessário apoio institucional que garanta segurança alimentar e renda por meio de projetos agrícolas sustentáveis e inclusivos — idealmente organizados em cadeias de valor.

A proposta de produção e comercialização de mel, desenvolvida pela Universidade Rovuma, é um exemplo viável. Envolvendo tanto deslocados quanto membros das comunidades hospedeiras, pode promover a co-titularidade do DUAT, reforçar a colaboração e reduzir tensões sociais.

Estudos de outros contextos africanos reforçam que os conflitos entre deslocados e comunidades locais muitas vezes decorrem da ausência de projetos comuns. A ajuda humanitária, quando focada exclusivamente nos deslocados, aprofunda ressentimentos. Por outro lado, iniciativas integradoras — como formação profissional, agricultura comunitária e associações mistas — promovem convivência pacífica e prosperidade partilhada.

Como afirmam Kothari *et al.* (2022):

“É preciso compreender o contexto socioeconômico e ambiental do país, seu estágio de desenvolvimento e sua capacidade de implementar legislações. Mudar o paradigma de uma economia extrativista requer uma abordagem redistributiva, especialmente no que se refere à legislação que administra o bem que garante o sustento de mais da metade da população – a terra.”

Referências bibliográficas

Bruna, N., Chilundo, B., Laice, A., & Tembe, C. (2023, Junho 27), *Política de terras 2022 e nova lei de terras (Draft o): Que modelo de desenvolvimento se espera promover? Destaque Rural*, (245). Centro de Integridade Pública. [Em linha]. Disponível em: <https://www.cipmoz.org>.

- Cazabat, C. (2018, Outubro), *Multidimensional impacts of internal displacement*. Internal Displacement Monitoring Centre. [Em linha]. Disponível em: <https://www.internal-displacement.org>.
- Constituição da República de Moçambique. (2004), *Boletim da República*, I Série, N.º 51, 22 de dezembro. [Em linha]. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.mz>.
- George, J., & Adelaja, A. (2021), Forced displacement and agriculture: Implications for host communities. *Sustainability*, 13(10), p. 5728. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su13105728>.
- International Organization for Migration (IOM). (2025, Abril). *Displacement Tracking Matrix (DTM)*, Round 22. [Em linha]. Disponível em: <https://displacement.iom.int>.
- Jafar J. S., António, F., Manufredo Chilimile, M., Joaquim, Sebastião P., Artur, Luísa L. M. (2024), “*De Junho a Novembro não recebemos comida do PMA*”: Vozes dos deslocados reassentados em Corrane sobre as condições de vida e desafios socioeconómicos (Working paper). AEPI – Associação de Estudantes, Pesquisadores e Inovadores da Universidade de Rovuma, Colaboração e revisão: Sebestyén, Éva & Mainsel, Tânia. CEAUP. [Em linha]. Disponível em: https://www.africanos.eu/images/publicacoes/working_papers/WP_2024_1.pdf.
- Justiça Ambiental. (n.d.). *Justiça Ambiental*. [Em linha]. Disponível em: <https://www.justica-ambiental.org>.
- Kiggundu, J. (2008, Maio 6), *Why land tenure matters for IDPs: Lessons from Sub-Saharan Africa*. Brookings Institution. [Em linha]. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/why-land-tenure-matters-for-idps-lessons-from-sub-saharan-africa/>.
- Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria, F., & Acosta, A. (Eds.). (2022), *Pluriverse: A post-development dictionary*. Creative Commons. [Em linha]. Disponível em: <https://postdevelopmentdictionary.com>.
- Lei de Terras n.º 19/97 de 1 de Outubro. (1997), *Boletim da República*. República de Moçambique.
- Nomi, F. (2024, Outubro 28), *Internally displaced persons and host communities in Cameroon: The challenges of sustainable peaceful cohabitation*. Africa Europe Faith and Justice Network (AEFJN). [Em linha]. Disponível em: <https://aefjn.org/internally-displaced-persons-and-host-communities-the-challenges-of-sustainable-peaceful-cohabitation/>.
- Sousa, M. J., Tanleque, F. J., Rosa, P. E., & Vilasboas, M. (2025), A apicultura como estratégia para o desenvolvimento rural e socioeconómico em África: Paralelismos entre Guiné-Bissau e Moçambique. *Africana Studia*, (42), pp. 1–20.
- Tivane, N. (2024), Being in-between “to return or to stay”: Exploring the experiences of urban displaced people in Mozambique’s Pemba. *International Journal of Anthropology and Ethnology*, 8(7). [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41257-024-00094-9>.

World Bank (2018, Dezembro 7), *World Bank Group announces \$100 million in support of Mozambique's Land Administration Project* [Press release]. [Em linha]. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2018/12/07/world-bank-group-announces-100-million-in-support-of-mozambiques-land-administration-project>.



Entrevista



DOM LUIZ FERNANDO DE LISBOA

*Vou continuar e o senhor não espere
que com essa visita sua
eu vá deixar de falar*



Dom Luiz Fernando Lisboa

Vou continuar e o senhor não espere que com essa visita sua eu vá deixar de falar¹

Entrevista conduzida por Éva Sebestyén e Maciel Santos

Cachoeira de Itapemirim, Brasil, Março de 2025

1955 - Valença, Rio de Janeiro

Com a mudança da sua família para Osasco, S. Paulo, ingressou em 1975 no Seminário dos Passionistas e depois no Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Ordenado em 1983, seguiu em 2001 para diocese de Pemba, a convite do bispo Tomé Makhwe. Entre 2002-2006 trabalhou em vários projetos eclesiais e sociais em Metoro, Cabo Delgado. Em 2013, foi nomeado bispo de Pemba pelo Papa Francisco. Contestado devido à sua ação e denúncias da degradação social da província, em 2021 foi transferido para a diocese de Cachoeira de Itapemirim, Espírito Santo, no Brasil. Em 2024 participou e colaborou na organização do Primeiro Encontro dos Bispos em situação de guerra, realizado em Acra, Gana.

(Éva Sebestyén/Maciel Santos): D. Luiz, o facto de ter convivido em Osasco² com a realidade do movimento sindical da época da formação do PT e de aí se ter desenvolvido uma comunidade eclesial da base, teve influência no seu trabalho pastoral, nomeadamente em Moçambique?

(Dom Luiz): Eu nasci no estado do Rio de Janeiro, mas fui com nove anos para Osasco conhecido como polo industrial. Havia muitas indústrias lá e, consequentemente, uma organização de trabalhadores e sindicatos muito fortes. Pude de facto acompanhar de perto os movimentos sindicais, que trabalhavam

também com a juventude. Cresci vendo isso e também com os missionários passionistas³ numa paróquia passionista. Alguns passionistas acompanhavam muito de perto os movimentos sindicais. Fui de um grupo de jovens, participei das comunidades eclesiais de base. Eu considero que a minha diocese é Osasco porque bebi de toda essa espiritualidade, desse modo de ser Igreja. Depois, quando entrei no seminário e fui estudar no ITESP (Instituto São Paulo de Estudos Superiores) que na época era coordenado por congregações muito fortes (Redentoristas, Verbo Divino, etc.) Os professores que tínhamos eram todos, praticamente, da Teologia da Libertação. Então, toda a minha formação na Faculdade de Teologia foi nessa linha

1 Palavras de Dom Luiz dirigidas ao presidente de Moçambique, Filipe Nyusi, durante a sua visita à Diocese de Pemba.

2 Osasco (grande São Paulo) foi durante a fase de crescimento rápido do Brasil (1960-1980) um dos principais polos industriais do Brasil nos setores da metalurgia, química e eletrônica. Em 1968, organizou-se lá uma greve generalizada contra o regime militar. Osasco teve um papel importante na formação do Partido dos Trabalhadores (PT).

3 Congregação fundada por Paulo Danei (S. Paulo da Cruz) em 1720 na Itália. Os Missionários Passionistas baseiam o seu trabalho na ideia do seu fundador, de que o sofrimento de Jesus deveria ser o centro da pregação cristã. Os Passionistas estão presentes em vários continentes e trabalham com populações geralmente desfavorecidas. Estão no Brasil desde 1910, especialmente no Sul e Sudeste.

da Teologia da Libertação⁴. Tinha também um interesse muito grande por África. Nós sempre tivemos vizinhos, amigos negros que frequentavam as nossas casas, o que me ajudou a despertar esse interesse. Já quando cursava Filosofia, eu dizia que um dia queria ser missionário na África. Eu achava que era um desafio grande, para o qual eu queria me preparar aos poucos. Alguns colegas me diziam “ah, você é maluco, a congregação nem sequer tem uma missão”. Aos poucos, com os estudos, eu fui me aprofundando, fui participando de encontros internacionais, conheci passionistas de outros países e fiquei sabendo que sim, as províncias italianas, belgas e irlandesas tinham missões em vários países da África. Então, comecei a provocar a minha Província, a minha congregação, para que também nós tivéssemos uma presença. Quando eu era um jovem padre, fiz o curso de missiologia, teologia da missão. Lá conheci um padre dehoniano que fazia um outro curso, e conversando com ele, soube que um bispo dehoniano estava em São Paulo fazendo um tratamento de saúde (D. Tomé Makhweliha, o bispo de Pemba). Fui visitar esse bispo e então começou toda a história. Ele nos amarrou de uma tal forma, porque precisava de missionários, que determinou a nossa ida para a África. Mas Osasco, para mim, foi importante e é importante até hoje.

A chegada a Pemba: “Escuta, vocês não vão dar nada? Não vão dar sapato, não vão dar comida?”

(ÉS/MS): Chegou a Moçambique em 2001 e saiu de lá quase 20 anos depois. Que impacto tinha a Igreja Católica na

sociedade local quando lá chegou e o que se modificou durante o seu período de exercício?

(DL): Quando cheguei, eu encontrei uma Igreja muito sofrida, a Igreja de Pemba. Tivera uma presença muito forte de missionários mas estava enfrentando um momento de diminuição. Em Cabo Delgado, chegou a haver mais de 30 missionários da Boa Nova⁵ (num total de 100 missionários em Moçambique todo). Quando cheguei, esse número já tinha reduzido drasticamente e tudo aquilo que eles tinham estava sendo assumido pelos padres locais, sem as mesmas condições. Isto porque um missionário estrangeiro, quer queiramos, quer não, tem mais condições, porque tem um respaldo, e os padres locais não tinham recursos: sem carro, sem um mínimo, uma côngrua, uma ajuda da diocese que lhes permitissem viver. Os padres passavam dificuldades para atender toda a população e nós sabemos de que tamanho é Cabo Delgado: distâncias imensas, estradas péssimas. Eu via um clero muito aguerrido, mas algumas vezes desmotivado, porque não tinha condições de atender. Devemos recordar aqui que quando foi criada a diocese de Pemba, o seu primeiro bispo foi um português, D. José dos Santos Garcia, o “padre das cebolas”, como ficou conhecido. Ele trouxe muitos recursos de Portugal, e construiu muitos edifícios na diocese de Pemba: um grande seminário, escolas, o Paço Episcopal. Tinha muito apoio, era muito trabalhador e construiu várias missões. Depois, tinha como mantê-las com os padres diocesanos. O povo ficou acostumado com uma Igreja que trazia con-

4 A Teologia da Libertação é uma interpretação católica do Evangelho, que surgiu na América Latina na década de 1960. Desenvolveu-se na sequência do Concílio Vaticano II (1962-1965) e pretende focar a ação da Igreja nas grandes áreas de exclusão social, política e económica.

5 Os Missionários de Boa Nova são uma sociedade missionária católica, fundada em 1930 por iniciativa do Cardeal Manuel Gonçalves Cerejeira em Portugal, com o objetivo específico de evangelizar em África. A missão inicial concentrou-se nas colónias portuguesas (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe). Colaboram na formação de clero local, no serviço pastoral e em obras sociais, educativas e de saúde.

tentores de Portugal ou de outros países com roupa, comida, etc. Quando cheguei, encontramos uma população que esperava isso dos missionários. Fomos a primeira congregação, os passionistas, a chegar depois desse período difícil. Antes, há muitas décadas, tinham estado os capuchinhos, os monfortinos, os dominicanos.

Quando chegámos na missão de Metoro, que fica a 100 km de Pemba, ela ainda era assistida pelos missionários da Boa Nova. Antigamente os missionários da Boa Nova tinham quatro missões ali: Metoro, Chiure, Ocua e Macomia⁶. Em cada uma delas tinha três, quatro missionários. Depois da guerra da libertação, muitos missionários foram expulsos, outros já estavam ficando idosos, e tinha sobrado um grupinho muito pequeno. Estavam ali dois padres atendendo três paróquias imensas. Quando chegámos ficamos a atender Metoro e eles continuavam com as outras duas. O povo ficou nos estudando um pouco e ao fim de alguns meses finalmente perguntaram: “Escuta, vocês não vão dar nada? Não vão dar sapato, não vão dar comida”? Isto porque a gente reunia, dava formação e conversava. Respondemos que não, que tínhamos nada para dar em termos materiais porque não tínhamos e também vínhamos de uma Igreja pobre. Para eles foi difícil. Era uma Igreja pobre, sem recursos, com um bispo moçambicano sem recursos, com padres moçambicanos sem recursos, que faziam o máximo que podiam. Havia padres lá, por exemplo, que atendiam duas, três paróquias, e ficavam lá isolados. Vez por outra vinham à diocese, quando havia encontros, uma outra vez algum não vinha por falta de condições. A população estava acostumada a missões e muitas já tinham

sido fechadas, estavam abandonadas. O povo ressentido, dizia: “Nós tínhamos a presença da Igreja, agora não temos mais”. As irmãs também foram saindo: as da Consolata⁷, as Combonianas⁸, as Salesianas⁹.

(ÉS/MS): Apesar de já não haver condições para essa Igreja paternalista, durante o tempo em que ela lá esteve, criou um novo tipo de redes. Como conseguiu superar as dificuldades?

(DL): O bispo fazia o que podia e a nossa preocupação era: como apoiar os padres? Ao mesmo tempo que tínhamos a comunidade para cuidar, estávamos muito próximos dos padres. Os padres diocesanos que passavam por ali, precisavam de ajudar para comer, para dormir. Procurávamos também acolher e ajudar na medida do possível.

(ÉS /MS): Mas a partir do momento em que o D. Luiz se tornou bispo conseguiu mais recursos. Que alterações houve na sua última década lá?

(DL): Sim, é bom fazer essa passagem. Eu fui missionário lá cerca de nove anos. Foi um tempo assim em que tentamos, através de buscar recursos ou no Brasil ou em outro lugar. O lugar em que estávamos tinha sido projetado, por um bispo anterior, para centro pastoral. Não tinha acontecido, mas tentamos dar-lhe essa linha de ser um centro que acolhe também de outras paróquias. Depois fui enviado ao Brasil para ficar um ano, e acabei ficando quatro. Foi então que, nomeado bispo de Pemba, em primeiro lugar tentei ver quais as forças que eu tinha, quantos padres eu tinha, qual é que era a situação, ou seja, fiz um

6 Macomia é a vila sede do distrito de Macomia, sendo Metoro um posto administrativo do mesmo distrito. Chiure é a vila sede do distrito de Chiure, sendo Ocua um posto administrativo do mesmo distrito. Todas estas povoações se localizam na Província de Cabo Delgado.

7 As Irmãs Missionárias da Consolata são uma congregação religiosa feminina católica, fundada em 1910 na Itália.

8 As Irmãs Missionárias Combonianas são uma congregação religiosa feminina católica, fundada por São Daniel Comboni em 1872, na Itália.

9 As Irmãs Salesianas são religiosas da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, fundada em 1872, na Itália, por São João Bosco e Santa Maria Domingas Mazzarello. Focam-se na educação cristã de crianças, adolescentes e jovens.

raio-x. Eu já conhecia a diocese, conhecia todos os padres e pensei, se nós queremos fazer um trabalho sério aqui, nós temos também de buscar ajuda, porque nós somos a mesma Igreja. A Igreja tem recursos que pertencem também a nós. A gente tem que buscar, porque pertence ao povo. Esse povo de Cabo Delgado, os católicos dali, tinham esse direito também. Comecei em várias frentes, a buscar apoio financeiro mas também a presença de mais missionários, porque havia regiões que estavam há anos sem atendimento. Comecei a buscar congregações religiosas. Fiz uma carta para dezenas de superiores gerais e aqui estou contando um pequeno segredo. Quando fui recebendo as respostas, alguns respondiam que não podiam, não tinham gente, eu deixava de lado. Alguns respondiam: “vamos pensar, podemos conversar”. O que eu fiz? Fui a Roma e visitei vários superiores gerais, esses que tinham me dado uma resposta com alguma esperança. Fui chorar as mágoas e dizer, olha, nós somos Igreja, precisamos da ajuda, vocês são congregações, as congregações são itinerantes, se precisar fechar em algum lugar, feche e abra em outro e tal. Com isso, conseguimos levar para lá oito congregações masculinas. Num primeiro momento, precisávamos de congregações masculinas que pudessem atender, levar a Eucaristia. Busquei também apoio da Arquidiocese de Braga. Quando fui nomeado bispo, fui ordenado no Brasil e antes de tomar posse em Moçambique, passei por Portugal e por Braga porque Braga já tinha enviado dois jovens padres missionários, que eram amigos da Boa Nova, e padres muito valiosos, os padres Jorge e João. Falei com o bispo, e ele disse que esses dois ele não dava porque eles estavam em postos-chave na diocese mas que podia pensar na possibilidade de assumir uma missão lá. Braga assumiu uma paróquia em Pemba¹⁰, mandando padres e leigos, e essa missão está até hoje. Braga a considera

a sua última paróquia. Pedi apoio também na Arquidiocese de São Paulo, que tem 44 dioceses só em um estado. Escrevi para a coordenação estadual entre as dioceses, e disse que tinha trabalhado a maior parte da minha vida em Osasco e que agora lá em Moçambique precisava de ajuda. A Arquidiocese de São Paulo também assumiu uma missão lá. Contactei também algumas congregações religiosas femininas.

Nós sempre tivemos a visão que o recurso não vem para substituir a participação do povo. Qualquer recurso sempre tem que ter contrapartida e as pessoas tinham que colaborar. Nós recebemos um recurso para fazer um centro de saúde, sim. Então o povo vai limpar o lugar, vai buscar bambu para fazer a cerca, quer dizer, eles participando sempre, para sentir que é deles e que eles tiveram a sua participação. Não como coisa caída do céu, e nem no sentido de dar coisas, mas aquilo que veio para a nossa formação de lideranças. E fomos tentando dar uma dinâmica diferente àquela igreja que estava paralisada por falta de pessoal, de missionários e de recursos.

2004, Cabo Delgado: “Falar de cidadania, falar de direitos, mostrar a constituição ao povo, imagina que pecado mortal esse!”

(ÉS/MS): A participação da Igreja na sociedade civil em países como Moçambique inclui assim ocupar-se das políticas de saúde e educação. Nos nove anos do seu exercício, que colaboração teve nas suas ações de trabalho social?

(DL): Eu cheguei lá no início de 2001 e desde então, como missionários, sempre fomos muito críticos (com certo cuidado) daquela situação que o povo vivia. Quando podíamos, criticávamos as autoridades ou certas situações, ou mesmo as eleições fraudadas. As autoridades mandavam, muitas

10 A paróquia de Santa Cecília de Ocua, na localidade Ocua, distrito de Chiúre, pertence a Diocese.

vezes, recados. Antes de eu ser bispo, ainda como padre lá, envolvemo-nos muito na formação. Com a parceria de duas organizações, uma italiana e outra portuguesa, fizemos um curso de formação de uma semana para lideranças da Igreja. O curso era aberto: tinha muçulmanos e alguns evangélicos. Era uma formação de lideranças. Qual era o tema? Cidadania. Isso foi no ano de 2004. Conseguimos recursos, fizemos camisetas e uma bolsa individual para os formandos. Dentro dessa bolsa tinha a Constituição de Moçambique, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e alguma coisa sobre a mulher. Parecia uma coisa impensável naquele tempo mas envolvemos a juventude local. A coordenação do curso era muito grande e numa semana reunimos 300 pessoas. Isso teve repercussão. Nós chegámos até, no último dia, a fazer uma caminhada pelas ruas de Pemba, falando de cidadania, com cartazes e não sei o quê. Levamos para esse curso de formação o Mia Couto¹¹, sem cobrar. Eu disse-lhe: “Mia, nós queremos que você venha mas só podemos pagar passagem. Ele aceitou e levamos também a Alice Mabota¹², que era a maior ativista social de Moçambique e trabalhava com direitos humanos. Levamos também o Emílio Manhique, o principal radialista, muito ouvido no Moçambique inteiro. Levamos o D. Tomé Makhweliha¹³, arcebispo de Nampula e que era da Comissão Justiça e Paz¹⁴. Levamos juízes. Nós fomos muito ousados. E esse curso depois rendeu para o bispo uma espécie de proibição, porque nós já estávamos costurando o segundo. E o segundo tema ia ser saúde. O nosso hospital era uma vergonha. Mas ficamos só no primeiro, porque o primeiro não agradou às autoridades locais.

(ÉS/MS): Essa vossa iniciativa teve alguma continuação com os clubes de paz, que se iniciaram a partir de Nampula?

(DL): Não como clubes de paz mas teve uma continuação porque esses jovens não pararam mais. Os jovens que participaram, que aprenderam sobre cidadania e vieram de todos os lados da diocese, estavam pedindo mais. Explicamos que não íamos poder fazer o segundo curso mas que podíamos dar formações nas bases, nas regiões e nas paróquias. Foi o que fizemos, continuando a formação em níveis menores, que não provocavam tanto barulho. Mas continuamos na cidadania, na participação popular, nos direitos, enfim, falando sobre a realidade, ajudando o povo a ler a realidade, iluminados pela palavra de Deus, sempre trazendo a palavra de Deus, sempre trazendo os ensinamentos da Igreja, a doutrina social da Igreja, etc. Isso despertou muitas lideranças na diocese. Algumas estão até hoje à frente de comissões diocesanas. Demos a esse curso o nome de Tambor. Alguns dizem: “até hoje lembro. Ah, que pena o Tambor, só tivemos um. Foi o Tambor que me despertou”. Infelizmente o Tambor, foi abortado porque as autoridades não podiam aceitar aquilo. Falar de cidadania, falar de direitos, mostrar a constituição ao povo, imagina que pecado mortal esse.

O conflito jihadista: “Desde o início que o governo queria encobrir”

(ÉS/MS): As organizações muçulmanas continuaram também o vosso trabalho?

- 11 Mia Couto (Antônio Emílio Leite Couto, 1955) é um importante escritor (obra traduzida em mais de 30 línguas). Nascido em Moçambique tem também atuado em temáticas sociais e ambientais.
- 12 Alice Mabota (1949-2023) foi uma influente defensora de direitos humanos. Em 2019 foi candidata de oposição à presidência de Moçambique.
- 13 D. Tomé Makhweliha (1955), o bispo que convenceu D. Luiz a ser missionário em Moçambique, foi bispo de Pemba entre 1997 e 2000, passando depois para arcebispo de Nampula.
- 14 A Comissão Episcopal de Justiça e Paz é um organismo da Conferência Episcopal de Moçambique (CEM), criado em 1976. Inspirada pelo Concílio Vaticano II e pela encíclica *Gaudium et Spes*, sua missão é promover a Doutrina Social da Igreja.

(DL): Tivemos sempre um bom relacionamento com os muçulmanos. Quando realizamos o curso, fizemos questão de chamar um jovem que conhecíamos, muçulmano, para participar da coordenação. Aconteceu um fato interessante. Fizemos o curso de sete dias mas só para trezentas pessoas, que era o número que cabia no auditório da Universidade Católica (o antigo seminário lá de Pemba). Se coubessem quinhentos, teríamos feito para quinhentos. Muita gente de Pemba, outras lideranças que não cabiam no auditório queriam participar. Então, fizemos uma noite aberta. Dividimos os nossos convidados da seguinte maneira, dois deles iam na paróquia Maria Auxiliadora, que era a maior Igreja ali de Pemba, para falar da cidadania para o povo. Outros dois na principal mesquita de Pemba, para falar também sobre cidadania. Na mesquita nós não podíamos entrar, mas prepararam lá o quintal cheio de esteiras e nós ficamos ali. Eu fui para a mesquita com o Mia Couto e o Emílio Manhique, o jornalista¹⁵. Na Igreja ficaram a Alice Mabota e o D. Tomé Makhweliha, o arcebispo. Na mesquita, nos receberam muito bem: o imã fez uma introdução, nos acolhendo, falando da importância do acontecimento que era inédito em Cabo Delgado. Como coordenador tomei a palavra, para depois a passar ao Mia Couto e ao Emílio Manhique. Dois minutos depois, entrou um grupo, vestido de branco até aos pés, de jovens muçulmanos radicais. Tinham voltado de formações que fizeram fora e eram entre quinze e vinte. Começaram a gritar palavras de ordem durante uns três minutos. Todo mundo ficou atônito, assustado, e sentaram. Aí eu retomei a palavra, como se não tivesse me assustado. Eles levantaram-se e um deles disse: “Nós viemos aqui para discutir Bíblia, queremos discutir Bíblia com vocês, e queremos ensinar algumas coisas que vocês não sabem”. O Mia Couto levantou-se e disse: “Padre, não fala nada

agora, deixa comigo”. O Emílio Manhique disse: “Acho que houve um engano aqui, nós vamos encerrar essa assembleia e voltar para as nossas casas. Para quem está no curso, amanhã continuamos”. Vimos que não haveria condição, que eles não iam deixar a coisa continuar e que os responsáveis pela mesquita estavam assustados. Esses jovens estavam vindo radicalizados de fora e criticavam o islã local. Depois esses jovens foram cooptados para a guerra.

(ÉS/MS): Como se fez a transição da atividade política para o jihadismo?

(DL): Em um primeiro momento, alguns grupos radicalizados, como esse que eu citei agora há pouco, no Norte (em Palma, em Mocimboa da Praia) começaram a agredir cristãos. Desafiavam-nos na rua, às vezes em alguns lugares abertos, troçavam. Chegámos até a denunciar às autoridades, apesar do ótimo relacionamento que tínhamos com os muçulmanos. As autoridades, de certa forma, ironizaram isso e desvalorizavam: “isso é uma coisa entre religiões, não é nada”. Mas era um início. Quando houve a primeira chacina, o primeiro ataque, que foi justamente numa unidade da polícia em Mocimboa da Praia, desde o início, vimos que ia ser uma guerra. Ela foi aumentando: começaram ataques em aldeias bem longínquas, distantes das vias de acesso, e matavam cinco, dez, quinze pessoas. Começaram a decapitar pessoas. Depois, num segundo momento, chegaram a atacar aldeias mais próximas das estradas e depois a atacar aldeias maiores. O governo ainda dizia que era uma guerra religiosa. Nós contrapunhamos que os ataques eram sérios. O contingente militar foi aumentado mas aí eles mudaram o método, atacando aldeias maiores e depois as vilas. Desde o início que o governo queria encobrir e não permitia que os jornalistas se aproximassem. Não queria que tirassem fotografias. Nós, por outro lado, conseguia-

¹⁵ Emílio Manhique (1960-2015), jornalista da Rádio Moçambique. Em 1992, a partir de Roma, fez a cobertura radiofónica da cerimónia de assinatura do Acordo Geral de Paz entre a RENAMO e a FRELIMO.

mos essas fotos e revelávamos através dos nossos agentes aquilo que tinha acontecido. O governo, desde o início, ficou muito bravo conosco, com a Igreja, porque nós começamos a revelar uma guerra, que eles negavam. A Igreja, durante muito tempo foi a única a denunciar a guerra. Os poucos jornalistas que conseguiam chegar próximo, eram depois expulsos. Houve até um jornalista que desapareceu e até hoje não se sabe o paradeiro.

A gênese do conflito: “Existia um sonho em Cabo Delgado - o de ser polícia e trabalhar para a Ruby Mining, porque ali a polícia ganhava muito dinheiro”

(ÉS/MS): As suas recordações contribuem certamente para explicar a gênese do conflito militar em Cabo Delgado. Mas antes dele já havia conflitos à volta das ações das companhias multinacionais. Gostaríamos que nos explicasse agora como é que a Igreja de Cabo Delgado foi tomando consciência e intervindo nesses conflitos.

(DL): Desde o início que tivemos essa consciência porque fomos acompanhando as descobertas de riquezas. Essas riquezas que foram depois controladas pelas autoridades locais, que compraram as concessões e foram expulsando a população. Essas autoridades locais são sócias de empresas que exploram recursos naturais. Fomos percebendo isso porque víamos a maneira como a Frelimo estava governando. Sempre contestamos porque as eleições eram fraudulentas e porque o objetivo primeiro era financeiro, eram os recursos naturais. Cabo Delgado, além do gás, do qual é a maior reserva da África, tem rubis de primeiríssima qualidade, que geram bilhões em leilões internacionais. Montepuez tem areias pesadas¹⁶

e só em Cabo Delgado há duas empresas multinacionais de grafite. Também há ouro. Todas essas terras foram adquiridas por autoridades moçambicanas que depois facilitaram a entrada das empresas multinacionais. Tivemos essa consciência porque também já acompanhávamos algumas organizações de Moçambique, sobretudo sediadas lá em Maputo, que tratavam dessas questões mas eram vozes não muito ouvidas. Como bispo, estive também ligado à Comissão de Justiça e Paz. Ia acompanhando mais esses relatórios e fomos percebendo que o que estava acontecendo em Cabo Delgado era uma guerra, visando os recursos naturais, praticando a limpeza da população dos lugares para que essas companhias pudessem atuar de forma mais livre, a seu belo prazer.

(ÉS /MS): Como resolveu a dificuldade da Igreja falar dessa guerra social, que implicava deteriorar ainda mais as relações com o governo?

(DL): É importante lembrar, que Cabo Delgado, junto com Niassa, são as duas províncias do extremo norte e as mais esquecidas. Sempre foram, de Moçambique, bolsões de pobreza, de analfabetismo, de falta de oportunidades para a juventude. Tudo isso a gente já falava antes da guerra. Por que não chega a escola? Porque as pessoas não têm acesso ao escoamento dos seus produtos, por exemplo? Porque existe pobreza escandalosa? Ali a pobreza era de facto escandalosa, era fome, era falta absoluta de recursos. Era fácil de perceber isso, na época da fome. Tanto é que, no início, fazíamos cursos para apenas um ou dois dias mas passamos para quatro ou cinco dias para que essa liderança pudesse se alimentar e tivesse condições de refletir. Quando a guerra veio, isso só foi aumentando, porque as populações foram se deslocando.

¹⁶ “Areias pesadas” são materiais passíveis de extração de minerais com vários usos industriais, como o ilmenita, rútilo e zircão.

(ÊS/MS): A empresa da mina de rubis de Montepuez (Montepuez Ruby Mining)¹⁷ representa um caso extremo e bem documentado de agressão sobre as populações por parte de interesses ao mesmo tempo estrangeiros e moçambicanos (a companhia tem um sócio local ligado ao governo). Esse conflito, de alguma forma, alterou a posição da Igreja?

(DL): Esse conflito ajudou a Igreja a perceber que ela tinha que deixar muito claro qual era o seu lado. E o lado da Igreja é o lado da população, porque naquela região dos rubis houve muita violência contra a população, expulsão, tortura e até mortes de garimpeiros, de mineiros dali. A Igreja, quando percebeu isso, não aceitou as propostas da Ruby Mining, que tentou aproximar-se oferecendo não só recursos, mas também possibilidade de trabalharmos ali próximo com os trabalhadores, etc. Tentaram, de certa forma, nos subornar. Uma firma britânica de advogados¹⁸ que acompanha as empresas inglesas no que tange à questão dos direitos humanos foi para Cabo Delgado, e um dos aliados que esse escritório teve foi a Igreja. A Igreja direcionou-os nas entrevistas: “converse com essa pessoa, com aquela, com aquela irmã, com aquele padre”. A Igreja pode fazê-lo porque está lá no meio do povo. A Ruby Mining teve que pagar um valor altíssimo para as pessoas que foram torturadas e que foram prejudicadas naquela confusão toda que houve lá. Então, a Igreja foi sempre essa voz destoante, que procurou ir ao encontro da verdade. Por outro lado, se a Igreja fosse muito aguda na sua fala, as populações é que sofriam. Esse jogo é sempre muito difícil.

(ÊS/MS): A Montepuez Ruby Mining não alterou muito a sua política depois do julgamento de 2018. A sociedade civil, incluindo a Igreja, deixou de acompanhar os conflitos gerados pela empresa?

(DL): As leis permitem a exploração dessas empresas, mas a população tem que ter contraparte e deve ser consultada, mas as consultas não são feitas. Eles, na verdade, cooptam algumas pessoas, algumas lideranças, oferecem dinheiro, oferecem bens para pessoas que não têm nada e que quando vem uma oportunidade, acabam traíndo o seu próprio povo. Houve uma época em que existia um sonho em Cabo Delgado - o de ser polícia e trabalhar para a Ruby Mining, porque ali a polícia ganhava muito dinheiro. A Ruby Mining subornava a polícia, subornava autoridades. A população sabe quem é a Gemfields, tem medo dela, porque a Gemfields tem todo o poder e, por outro lado, muita gente da população acaba sendo cooptada, porque não tem nada, não tem recurso nenhum. Esse é um conhecimento proverbial em Moçambique. Um ex-presidente de Moçambique dizia que “o cabrito come onde está amarrado”.

Conflitos, governo e a Igreja: “Porque ele não vai para o país dele? Por que ele não vai se intrometer na terra dele?”

(ÊS/MS): Quando esse conflito, que era local, passou a ter visibilidade internacional, que eco teve a Igreja, que conhecia as suas razões profundas, no poder político, na oposição e nos media?

17 A Montepuez Ruby Mining (MRM) é a empresa que detém a concessão da jazida de rubis em Montepuez. A MRM pertence à Gemfields Group Ltd. (para mais detalhes, ver o artigo publicado neste número, pp. 91-127). *Capital Contradictions and Social Change in Cabo Delgado: the “Montepuez Ruby Mining Experience”* - página X-Y).

18 A firma de advocacia britânica que representou as vítimas no processo contra a Montepuez Ruby Mining em 2018 foi a Leigh Day. Para mais detalhes, ver o artigo publicado neste sobre este processo, ver o artigo citado na nota anterior, pp. 116-117. *Capital Contradictions and Social Change in Cabo Delgado: the “Montepuez Ruby Mining Experience”* - página X-Y.

(DL): Começou a ter eco por causa da insistência da Igreja em denunciar. E tornou-se ainda mais visível, quando o Papa Francisco começou a rezar por Cabo Delgado. Depois, num certo momento, ele telefonou para mim. Isso teve repercussão porque chamei a imprensa para dizer que o Papa me tinha ligado, preocupado com a guerra e sendo solidário com as vítimas, etc. Nessa altura o governo foi ficando muito preocupado porque a guerra tinha agora visibilidade internacional. Cabo Delgado começou a ser visto como o patinho feio de Moçambique, como um lugar incômodo. Falar de Cabo Delgado era ter problemas. O governo teve de começar a mandar tropas, de recrutar militares. Como os militares não queriam ir para lá, começaram a recrutar meninos, garotos, adolescentes para ir para lá e isso acabou tornando-se um problema para o governo. Quando se agudizou, a imprensa governista começou a me atacar, porque eu mostrava a ferida. Outra imprensa, que era mais independente ou de oposição, começou a me defender. Então, começaram a colocar o bispo de Pemba contra o presidente da república. Chegou até um momento em que o presidente, conversando com o núncio apostólico, acabou indo me fazer uma visita “para a gente fumar o cachimbo da paz”. A paz não durou nem uma semana. Nós continuamos a falar, e eu disse-lhe: “vou continuar e o senhor não espere que com essa visita sua eu vá deixar de falar”. Depois ele disse à imprensa que respeitava muito o trabalho do bispo, etc. Mas o governo através dos seus meios de comunicação continuou a “atacar-me” porque não queria que se falasse sobre a guerra. “Porque ele não vai para o país dele? Por que ele não vai se intrometer na terra dele?”. Eu tinha apoio dos bispos, que nunca me faltou. Podia ser que um ou outro não concordasse com alguma coisa, com a minha maneira de falar, de ser, etc. mas a conferência episcopal sempre me apoiou porque via o que estava acontecendo com o povo. Alguns bispos chegaram mesmo a visitar-me em Cabo Delgado. Os da região norte tinham comi-

go reuniões frequentes. O bispo da Beira foi passar uma semana comigo lá em Cabo Delgado, como forma de apoio. Quando houve o ataque mais forte à minha pessoa, o núncio apostólico, o D. Bertoldi, saiu sexta-feira de Maputo e foi para Pemba, viajando no domingo de volta para Maputo. Nesse fim de semana tínhamos uma ordenação de dois diáconos. D. Bertoldi, tomou a palavra, presidiu à missa, e na homilia disse: “Eu vim aqui às pressas para dizer que o Papa Francisco, que a Igreja está com a diocese de Pemba, que está com o bispo local”. Essa atitude do núncio foi muito importante naquele momento. Percebi que, de facto, o Papa estava acompanhando de longe. Mas os conflitos continuaram.

(ÉS/MS): A sua figura polarizou a contradição do governo: querer esconder a guerra para esconder as causas da guerra. Mas quando o conflito consigo começou a afetar a relação institucional da Igreja com o Estado, a sua saída foi julgada conveniente. Como a interpretou: uma medida para o proteger ou uma medida para salvaguardar a posição global da Igreja em Moçambique?

(DL): Olhando agora com mais tranquilidade, consigo fazer uma leitura mais ampliada. Foi sim, para me proteger, mas também foi para deixar de causar incômodo para o governo. Os governantes também têm suas amizades, seus amigos, e talvez alguns tenham atuado nesse sentido. Mas eu entendi, por parte do Papa Francisco, e eu acho que é isso que me tranquiliza, que ele quis me preservar. Ele me disse assim, que havia ameaça, possibilidade concreta deles me matarem. Isso dito pelo Papa. Mas eles não fariam isso porque eles me transformariam em mártir, não iam querer isso. Mas podiam me matar de outras formas, de outras maneiras e o Papa podia ter alguma informação que eu não tinha. Não sei o que estavam armando porque eles já tinham inventado tantas mentiras a meu respeito! Inventaram, por exemplo, que

numa festa de Corpus Christi, eu saí gritando na rua, “Abaixo o presidente”, coisas inventadas desse tipo: que eu era amigo ou parceiro dos terroristas, etc. O Papa, penso que quis me preservar.

(ÊS/MS): Existe um paralelo entre as suas denúncias e as de antes da independência de Moçambique, quando parte da Igreja deu visibilidade aos massacres do exército colonial, em Wirihamu, etc. e os padres tiveram o mesmo tipo de pressão que o senhor teve agora (“amigos dos terroristas, etc.) Mas a nossa pergunta é o que faz a Igreja depois da sua saída e como perspectiva o futuro de Pemba e Cabo Delgado.

(DL): Em primeiro lugar, queria falar sobre o trabalho do Dom Antônio Juliasse que foi o bispo que me sucedeu. Foi a pessoa certa escolhida. É um moçambicano da zona centro do país, mas que pôde conhecer muito bem a realidade de Cabo Delgado e está fazendo um excelente trabalho, dando continuidade àquilo que a Igreja sempre fez em Cabo Delgado. Não houve um corte, houve uma linha, um segmento. Há um trabalho muito grande desenvolvido pela Caritas¹⁹, que passou a trabalhar com organizações internacionais para atender à população deslocada, que chegou a um milhão de pessoas. Além do deslocamento, de estarem fora das suas aldeias, das suas casas, de terem deixado para trás os cemitérios dos antepassados, etc., ainda sofreram há poucos meses com o ciclone. O bispo está enfrentando toda essa situação, além da falta de gente, de missionários, enfrentando a falta de recursos, porque depois eclodiram outras guerras. Os recursos voltaram a diminuir drasticamente para Cabo Delgado.

Vejo que a Igreja continua tendo um papel de voz ativa, de continuar falando, o que prova que a Igreja sempre teve razão nesses

conflitos. Tivemos agora as eleições em Moçambique e todos vimos o que foi e o que está sendo. As pessoas continuam a ser mortas, a violência continua, porque o povo não é ouvido naquilo que ele quer. Ele queria um outro tipo de governo, mas não teve e está pagando por isso, com o assassinato de seus jovens. Nestas últimas eleições, os bispos de Moçambique tiveram um papel muito relevante, porque não deixaram de chamar a atenção da sociedade e das autoridades. Eu penso que a Igreja de Moçambique, que sempre contribuiu para aquele país, continua tendo um papel muito importante, de continuar dando esperança. O povo espera o dia de uma participação efetiva, de poder colocar os dirigentes que eles querem nos lugares devidos. Infelizmente é um regime muito fechado, muito fechado.

(ÊS/MS): Independentemente das qualidades do novo Bispo de Pemba, acha que ele tem condições para dar total continuidade ao trabalho de denúncia dos desequilíbrios sociais e políticos?

(DL): Ele tem condições apenas se tiver o respaldo da Conferência Episcopal²⁰ porque é um moçambicano. Nós, como estrangeiros, somos um pouco mais livres para falar e temos outros respaldos mas para ele, como moçambicano, custa muito mais. Está muito menos à vontade do que eu para falar: se invadiram as redes sociais da minha família, imagina para alguém que é moçambicano. Não pode ser uma voz só a falar, mas a Conferência. Neste momento temos à frente da Conferência o arcebispo de Nampula, Dom Inácio Saúre que há poucos dias teve uma intervenção forte sobre os acontecimentos. Tive contato com o presidente da Conferência e coloquei-me à disposição para ajudar no que precisa, mas é claro que ele faz o caminho dele e tem uma excelente formação.

19 A *Caritas Internationalis* foi fundada oficialmente em 1951, com sede no Vaticano. É uma organização humanitária e social da Igreja Católica, presente em mais de 160 países.

20 A Conferência Episcopal de Moçambique é o organismo que reúne os bispos das dioceses e arquidioceses do país. Criada em 1967, sua missão é coordenar as ações da Igreja Católica.

África em debate





A apicultura como estratégia para o desenvolvimento rural e socioeconómico em África: paralelismos entre Guiné-Bissau e Moçambique

Maria João Sousa*, Fernando J. Tanleque-Alberto**, Porfírio Rosa*** e Miguel Vilas-Boas*

pp. 203-232

Introdução

A apicultura tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza em várias regiões de África. Países como Guiné-Bissau e Moçambique, onde a economia rural depende fortemente da agricultura de subsistência, a exploração racional dos produtos apícolas surge como uma atividade viável para melhorar as condições socioeconómicas das populações locais. Além do impacto económico, a apicultura contribui significativamente para a preservação ambiental e a manutenção da biodiversidade, dada a importância das abelhas na polinização das culturas agrícolas, e representa um ganho nas condições nutricionais da população.

Guiné-Bissau e Moçambique são dois países nos quais a tradição apícola está enraizada nas comunidades que, por gerações, desenvolveram técnicas rudimentares de coleta de mel. No entanto, a falta de regulamentação, a destruição tradicional das colmeias e o baixo nível de conhecimento do ciclo de vida das abelhas, representam desafios para a expansão da atividade com fins comerciais, ao mesmo tempo que condiciona a sustentabilidade da atividade, por vezes com impactos negativos para a gestão da floresta.

Com o objetivo de demonstrar o impacto positivo que representa a apicultura como ferramenta de desenvolvimento sustentável em contextos limitados pelo nível de investimento, são aqui apresentados dois casos de estudo. O primeiro, em Moçambique, orientado para a caracterização e identificação do potencial apícola da região, e um segundo, um exemplo na Guiné-Bissau, em que o potencial apícola identificado foi explorado num contexto de organização agroindustrial.

 <https://doi.org/10.21747/0874-2375/afr42a12>

* CIMO, LA SusTEC, Instituto Politécnico de Bragança. Bragança, Portugal

** Universidade Rovuma, Faculdade de Ciências Alimentares e Agrárias, Departamento de Tecnologia de Alimentos. Universidade Rovuma, Nampula, Moçambique.

*** Universidade Rovuma, Centro de Produção e Processamento de Alimentos. Nampula, Moçambique.

Moçambique possui extensas áreas florestais com grande potencial para a apicultura, no entanto, o setor ainda enfrenta desafios significativos, como a informalidade da atividade e a limitada disseminação de conhecimento técnico entre os apicultores. Atualmente, cerca de 41 % dos produtores atuam de forma profissional, e o país procura estruturar a sua cadeia produtiva por meio da capacitação técnica e da adoção de colmeias modernas. A implementação de boas práticas apícolas pode, não apenas aumentar a produtividade e a qualidade do mel, mas também gerar novas oportunidades económicas para as comunidades rurais, que historicamente enfrentam dificuldades socioeconómicas.

O projeto “Valorização da Apicultura nas Regiões de Bafatá e Gabu: Produção, Transformação e Comercialização”, sustentado na reconhecida capacidade produtiva da região Leste da Guiné-Bissau, procurou estruturar a cadeia produtiva do setor, promovendo a adoção de práticas mais sustentáveis e aumentando a competitividade dos produtos apícolas no mercado local, nacional e internacional. A modernização do setor passou pela implementação de uma estrutura agroindustrial com a capacidade de interligar a produção, a transformação e desenvolvimento de novos produtos alimentares de base apícola, e facilitar o acesso aos mercados, contribuindo para a resiliência da atividade apícola e melhoria socioeconómica das populações locais.

PARTE I

Um olhar sobre a situação atual da apicultura em Moçambique como uma oportunidade social e económica

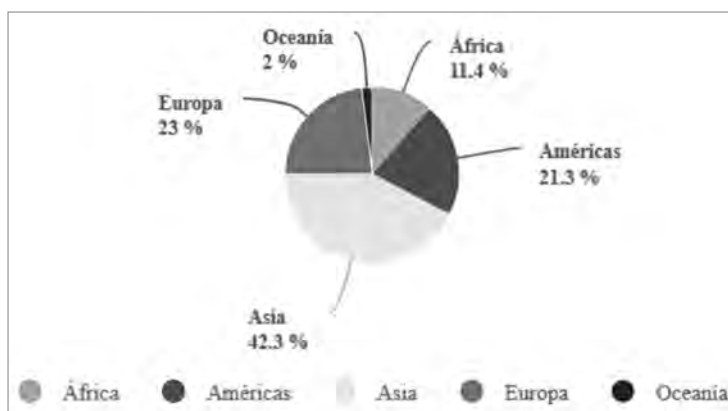
Introdução

Moçambique, localizado na costa oriental de África, a sul do Equador, apresentou um “Índice de Desenvolvimento Humano” de 0,461 em 2022, ocupando a 183.^a Segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) esta classificação está ainda longe de tirar o País do grupo dos menos desenvolvidos do mundo, cujo limiar está fixado nos 0,542 pontos. Entre 2007 e 2022 a percentagem de pessoas que viviam abaixo do limiar da pobreza era de 62,9 %. Esta situação é ainda mais grave nas zonas rurais, onde a incidência da pobreza ronda os 60 % (Banco Mundial, 2020; FAOSTAT, 2022). Os indicadores de disponibilidade alimentar mostram que 31,2 % da população está desnutrida e que 16 % dos meninos e meninas menores de 5 anos não atingem o peso recomendado para a idade (FAOSTAT, 2022). Contudo, Moçambique tem um enorme potencial em termos de disponibilidade de recursos agroecológicos. A região norte de Moçambique goza de um clima favorável e dispõe de recursos naturais suficientes, nomeadamente grandes áreas florestais ricas em flora melífera, excelentes para a apicultura.

O setor apícola no país tem vindo a merecer atenção, particularmente ao nível do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), estando em curso um processo de estruturação da sua cadeia produtiva, através do estabelecimento de mecanismos de governação, integrando os diferentes intervenientes da cadeia de valor: Empresas, processadores, organizações de produtores, Organizações Não Governamentais, entre outros. O país dispõe de um enorme potencial melífero, perspetivando-se que até 2030 a produção de mel atinja as 6000 toneladas por ano.

A apicultura é uma atividade milenar em África, que não só contribui para a subsistência das populações rurais vulneráveis e para o aumento da sua resiliência, mas também é considerada uma das estratégias com maior potencial para proteger o ambiente e aumentar a produtividade das culturas (Verde, 2014; Tanleque-Alberto *et al.*, 2019; Tanleque-Alberto, 2020). África produz anualmente 174,7 mil toneladas de mel, o que representa 11,4 % da produção mundial, atrás da América (21,3 %), Europa (23,0 %) e Ásia (42,3 %), ilustração 01 (FAOSTAT, 2023).

Ilustração 01 - Produção mundial de mel



Fonte: FAOSTAT 2023.

Em África, a recolha de mel remonta a 5000 anos, ao antigo Egito e à Abissínia, antigo nome da Etiópia (FAO, 1986). Atualmente, a Etiópia é o país com maior valor e quantidade produzida, seguido pela Tanzânia e pela Angola (FOSTAT, 2023). No entanto, apesar da elevada procura de mel, tanto a nível local como internacional, a sua produção em África continua aquém do seu potencial, devido a múltiplas causas. Entre estas, destacam-se: o modo de produção rudimentar (que se traduz num baixo desempenho económico e num fraco impacto social devido à ausência de uma política apícola), a diminuição do número de colónias de abelhas (em parte devido à destruição do habitat) e a ausência de estratégias de conservação e comercialização dos produtos apícolas (Uacherequele *et al.*, 2025; Tanleque-Alberto *et al.*, 2018; Jooster e Smith, 2004). Todos estes problemas influenciam a baixa produção de mel em Moçambique (aproximadamente 607 toneladas de mel/ano) (FAOSTAT, 2023), apesar da longa tradição e grande disponibilidade de recursos agroecológicos no país.

Nos últimos anos, a competitividade do mercado internacional levou a maiores exigências no que respeita à qualidade e segurança dos produtos alimentares. O mel não é exceção e, para isso, será necessário ter o maior conhecimento possível de todas as etapas da cadeia, do campo à mesa, para garantir um produto adequado às exigências internacionais.

Neste contexto, este estudo foi realizado com apoio do MADER, através da Direção Nacional de Desenvolvimento Económico Local, com o objetivo de analisar como a apicultura se está a desenvolver em Moçambique, oferecendo uma visão crítica do estado atual dos diferentes sistemas de produção, processamento e comercialização do mel, e identificando pontos fracos e fortes para propor medidas de melhoria.

Material e Métodos

Este estudo foi realizado nas três regiões do país: províncias de Maputo (Reserva do Maputo); Inhambane (Zavala, Inharrime e Vilanculos); Zambézia (Derre e Mocuba); Nam-pula (Ribaué e Mecubúri); Niassa (Reserva do Niassa). Os critérios usados para a identificação dos locais, deve-se à predominância de floresta nativa, e da atividade apícola, para além de capitalizar investimentos que vêm sendo realizados desde a primeira década de 2000, com apoio de algumas agências internacionais, que têm vindo a contribuir para o estímulo da produção de Mel.

A informação sobre as práticas da apicultura (sistemas de produção e processamento, condições de produção e comercialização dos produtos apícolas) e o seu nível de experiência foi obtida através de questionários semiestruturados e entrevistas presenciais. Para tal, foram entrevistados 84 apicultores selecionados aleatoriamente, através de produtores singulares, associações e pontos de venda.

Resultados e discussão

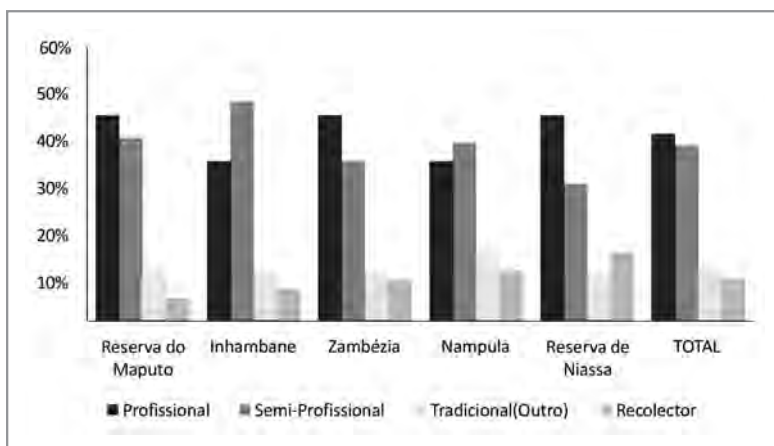
Nesta secção, apresentar-se-á e discutir-se-á os resultados colhidos ao longo da realização do trabalho de campo nas províncias, distritos e localidades previamente selecionados, relacionados com as práticas apícolas, descrevendo os diferentes tipos sistemas de extração, produção e comercialização do mel. As Boas Práticas Apícolas têm como objetivo principal garantir a integridade dos produtos apícolas e a saúde do consumidor, a partir de um conjunto de princípios e regras para o correto manuseio dos produtos, compreendendo desde a produção, extração, comercialização até o produto final. As normas que norteiam as boas práticas abrangem desde o campo (instalação dos apiários, tipos de colmeias), às instalações industriais, passando por regras de higiene pessoal, limpeza e conservação das instalações, de equipamentos e de utensílios utilizados nos processos produtivos, assim como no processamento (extração) dos produtos, até à descrição, por escrito, dos procedimentos envolvidos no processamento do produto, minimizando o risco de modificações das suas características, a fim de garantir a sua identidade e qualidade higiénico-sanitária. Os sistemas de exploração do mel em Moçambique dependem principalmente da vegetação e da climatologia que se distribuem maioritariamente em zonas rurais com pequenos apicultores onde a fonte de alimento para as abelhas é natural. Os resultados estão apresentados em subforma de gráficos, tabelas e Ilustrações para as províncias de estudo.

Tipos de apicultores

Os apicultores, nesta pesquisa, foram classificados de acordo com o tipo e a quantidade de colmeias na sua posse e a formação na prática apícola. Para tal, os apicultores profissionais e semiprofissionais foram considerados aqueles que possuem (mais que 20 para profissionais e menos que 20 para semiprofissionais) colmeias modernas (verticais e/ou horizontais) e que tenham participado em, pelo menos, uma capacitação em práticas apícolas. Os apicultores tradicionais são todos aqueles que não possuem as colmeias modernas, mas usam as tradicionais, feitas com materiais localmente disponíveis, tais como: cascas de árvores, painéis de barro e outros materiais. Os colectores são caçadores de mel, aqueles que não têm nenhuma colmeia, mas caçam colmeias naturais e recolhem mel das abelhas usando as más práticas apícolas, tais como queimar o enxame para extrair o mel. Tal como se pode verificar na Ilustração 2, em geral, todas as regiões em estudo

apresentam todos os tipos de apicultores, destacando-se os apicultores profissionais com uma percentagem de 41 %, significando, assim, que a maioria dos entrevistados possuem mais que 20 colmeias e já tiveram uma capacitação em práticas apícolas. Contudo, é preocupante o número dos recolectores (9.4 %) que, embora reduzido, mostra a necessidade de mais sensibilização e formação em práticas apícolas, pois que este grupo não só mata as abelhas, mas também pode provocar outros problemas, tais como as queimadas descontroladas. A reserva de Niassa apresenta um valor (15 %) relativamente superior em relação às outras regiões em estudo.

Ilustração 02 - Tipo de apicultores

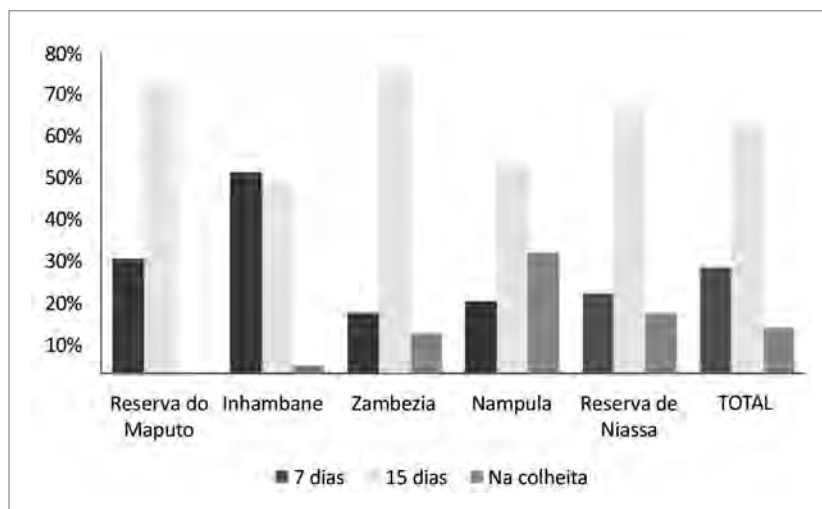


Os sistemas de exploração do mel dependem principalmente dos recursos disponíveis e também da formação prévia nos casos em que os apicultores a tenham recebido. O nível de formação dos apicultores tem influência direta na melhoria das suas práticas apícolas. O treinamento recebido de outro apicultor traz grandes vantagens, pois poderá proporcionar informações valiosas por conhecer as condições locais e, além disso, é provável que desfrute de uma maior aceitação e confiança por parte dos membros da comunidade local (Doménech Antich *et al.*, 2022).

Inspeção e manutenção de apiários/colónias

A inspeção e a manutenção das colónias de abelhas e do apiário são necessárias para garantir que as colónias de abelhas estejam a salvo de pragas, doenças e predadores. De acordo com os resultados obtidos, mais de metade dos apicultores inspecionam os apiários e as colmeias regularmente, destacando a inspeção quinzenal mais realizada na província de Zambézia com 75 % (Ilustração 03). Este facto está de acordo com as conclusões de Kalayu *et al.* (2017). Da mesma forma, Teklu e Dinku (2016) relataram que alguns apicultores não inspecionavam o interior da colmeia sazonalmente, exceto para verificar se a colmeia estava cheia de mel. Além disso, Kinati *et al.* (2012) observaram que os apicultores da Etiópia não praticam habitualmente a inspeção interna das colmeias devido à dificuldade de inspecionar as colmeias tradicionais sazonalmente, exceto para verificar se a colmeia está cheia de mel.

Ilustração 03 - Inspeção de apiários/colmeias



Na província de Nampula, concretamente no distrito de Ribáuê, observou-se algo preocupante de abandono e danificação das colmeias por falta de inspeção e manutenção frequente (Ilustração 04). Os apicultores entrevistados assumiram a responsabilidade, porém alegaram a instalação inapropriada dos apiários, pois que as colmeias estão por cima da montanha e nas árvores. A escolha de um local adequado para a instalação do apiário é um facto determinante para a produtividade das colmeias. Para isso, devem-se levar em consideração diversos fatores que permitam, além da produção adequada, segurança, saúde das abelhas, facilidade na execução das práticas de manejo e, não menos importante, a qualidade do mel.

Ilustração 04 - Estado de limpeza das colmeias no distrito de Ribáuê (Nampula)



Equipamentos apícolas e manutenção

Os principais equipamentos utilizados na apicultura (Ilustração 05) são: fumigador, vestimenta de proteção (vestido com macacão, máscara, botas e luvas), ferramenta para manejo de colmeia (formão, espanador e levantador de quadros) e equipamento para a extração do mel (centrifugadoras, prensas, decantadores e filtros).

O fumigador é fundamental para o manejo das abelhas em qualquer situação. Produz e direciona jatos de fumaça, que têm efeito calmante, diminuindo sensivelmente a agressividade das abelhas. A recolha dos favos de mel de qualquer tipo de colmeia é sempre efetuada através da aplicação de fumo para afugentar as abelhas. Trata-se de uma prática muito difundida em quase todo o mundo, mas sobretudo em Moçambique, devido à agressividade da abelha (*Apis mellifera scutellata*) que aqui predomina (Tanleque-Alberto *et al.*, 2019; Allsopp, 2006). De facto, esta prática foi observada em todos os apicultores visitados. A diferença entre eles reside na forma como o fumo é aplicado, uma vez que os caçadores/recolectores de mel não utilizam, obviamente, qualquer tipo de fumigador, limitando-se a fazer fumo ateando fogo às ervas debaixo da árvore onde se encontra a colmeia. Este tipo de incêndio é muito perigoso, pois por vezes provoca queimadas descontroladas, afetando não só as colónias de abelhas, as larvas e o mel, mas também outras espécies de animais e plantas. Estes casos são mais comuns nas províncias de Niassa e Nampula, e menos frequentes nas províncias de Maputo e Inhambane, onde há menos caçadores/recolectores.

Ilustração 05 - Uso de equipamentos apícolas (distrito de Derre-Zambézia)



Em geral, nas zonas visitadas neste estudo, não se observou a aplicação de qualquer tipo de tratamento para as doenças das abelhas. Além disso, os apicultores confirmaram que não tratam as colmeias com quaisquer substâncias químicas. Isto pode dever-se, por um lado, à falta de recursos para a compra de medicamentos veterinários, mas também ao facto de a abelha africanizada (*Apis mellifera scutellata*) ser resistente a doenças e tolerante à Varroa (Büchler *et al.*, 2010). Especificamente, Bernstein, Du, Strauss, Hoppe & Bienefeld (2023) observaram que esta abelha é capaz de sobreviver à infestação de ácaros Varroa sem tratamento, embora não seja claro se isto se deve a mecanismos de resistência que diminuem a reprodução do parasita ou a mecanismos de tolerância que reduzem os efeitos nocivos. No entanto, o mel pode ser indiretamente afetado pelos tratamentos contra outras pragas, por isso o uso de produtos químicos como é o caso de pesticidas deve ser controlado. Em outras partes do mundo, como é o caso da Europa, a presença de acaricidas é a principal causa de resíduos químicos no mel (Juan-Borrás, 2016). Portanto, é possível que o mel e a cera de Moçambique estejam isentos deste tipo de substâncias, situação que poderia ser vantajosa para a sua comercialização como produtos ecológicos, orgânicos, e de comércio justo.

Modelos de colmeias

Em Moçambique existem diferentes modelos de colmeias feitas de vários materiais, sendo o mais comum de madeira. Neste estudo distinguimos três tipos principais que a maior parte dos apicultores utiliza: as colmeias tradicionais, as colmeias de quadros móveis e as colmeias de barras superiores, vulgarmente conhecidas como modernas (sendo as mais comuns); neste estudo consideramos “outras” as colmeias silvestres naturais, onde não houve intervenção humana.

Os resultados da entrevista mostraram que mais de metade dos entrevistados utiliza colmeias modernas (ilustração 06), sendo as mais comuns (41 %) as colmeias de barras superiores (horizontais), vulgarmente conhecidas em Moçambique de colmeias de transição, que também são utilizadas noutros países africanos, como o Quênia e a Tanzânia (Alberto, 2020; Zandamela, 2008). O uso destas colmeias é mais destacado na província de Maputo com mais de 47 %, e a que apresenta valores relativamente baixos é a província de Nampula com 35 %. Estas colmeias são feitas de caixas de madeira trapezoidais que podem conter até 40 barras (quadros) (ilustração 07). Este tipo de colmeia facilita a inspeção, o manuseamento e o transporte dos quadros com mel e abelhas (uma prática comum para reforçar as colmeias mais fracas). Outra grande vantagem é o facto de os quadros poderem ser reutilizados, o que resulta num aumento do número de abelhas na colmeia (Bradbear, 2009; Tanleque-Alberto *et al.*, 2018). O método mais fácil de extração do mel proveniente desta colmeia é a prensagem e o escorrimento, porém, a extração por centrifugação pode apresentar dificuldades.

Ilustração o6 - Modelos de colmeias

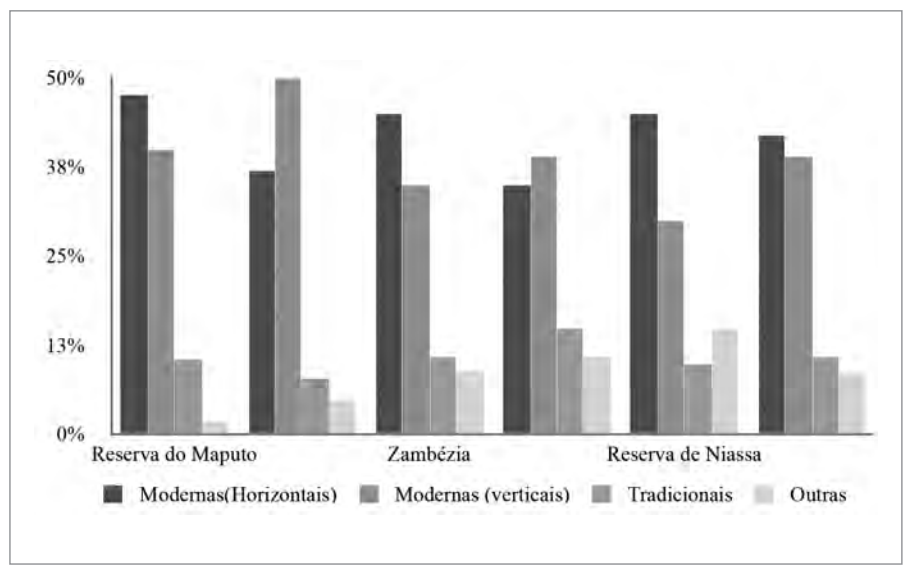


Ilustração o7 - Colmeias modernas (horizontais) de barra superior- Matharia, Nampula



Segundo os resultados da entrevista, neste estudo (ilustração o6), as colmeias de quadros móveis (verticais) são maioritariamente utilizadas nas províncias de Inhambane (50 %), seguido de Maputo (40 %) e Nampula (39 %), e menos nas províncias de Niassa (30 %) e Zambézia (35 %). Estas colmeias são constituídas por quadros retangulares de madeira ou de plástico que contêm os favos. Estes quadros têm duas vantagens principais: permitem a inspeção e a manipulação das colónias (como o transporte de quadros de abelhas ou de quadros cheios de uma colónia bem desenvolvida para reforçar uma mais fraca) e permitem obter rendimentos elevados de mel (reutilizando os quadros várias vezes e impedindo as abelhas de construir novos favos) (Bradbear, 2005; Tanleque-Alberto *et al.*, 2018). No entanto, essa reutilização pode causar a deterioração dos quadros, tornando-os inúteis. Quando tal acontece, retira-se o favo com cera velha e coloca-se na colmeia uma nova folha de cera estampada, construída a partir de cera velha, derretida e moldada. Neste tipo de colmeia, os quadros são inseridos como “uma espécie de armário de arquivo com pastas suspensas verticalmente”, geralmente em madeira, podendo ter 1 a 4 alturas (designadas por “alzas”) (ilustração o8).

Ilustração o8 - Colmeias modernas (verticais)



A parte inferior da colmeia é utilizada para a reprodução (câmara de criação), onde a rainha põe os seus ovos e onde se desenvolvem as futuras abelhas. Para impedir que a rainha (maior) não possa circular pela colmeia a diferentes alturas, usa-se uma rede chamada excludora de rainha, onde as obreiras conseguem passar por serem relativamente pequenas. (Bradbear, 2005; Estrada *et al.*, 2017; Tanleque-Alberto *et al.*, 2018). As alças superiores são utilizadas exclusivamente pela colmeia para armazenar mel. Os quadros devem ser posicionados com precisão e os espaços entre eles devem ser iguais aos espaços dos ninhos naturais (Bradbear, 2005). A madeira de que são feitas as colmeias deve ser seca, cuidadosamente cortada e aplainada. A sua construção e manutenção são trabalhosas e é necessário prever uma substituição fácil das partes danificadas (Bradbear, 2005; Gutiérrez, 2017).

Em geral, em todos os locais (províncias e distritos) onde o inquérito foi efetuado, alguns apicultores afirmaram utilizar colmeias tradicionais. Trata-se de colmeias construídas com os materiais localmente disponíveis, tais como: troncos ocos, cilindros de casca de árvore, potes de barro, ervas ou canas entrelaçadas (ilustração 09). Este tipo de colmeias é geralmente colocado sobre as árvores ou ao lado de colmeias selvagens, com o único objetivo de estimular as abelhas a nidificar num local acessível ao apicultor para extrair o mel e a cera (Alberto, 2020; Zandamela, 2008). As abelhas podem ou não ser mortas durante este processo, dependendo da habilidade do apicultor. Quando a colónia é destruída, a colmeia fica vazia durante algum tempo. Se houver uma abundância de colónias na zona, um enxame de passagem pode instalar-se na colmeia vazia e começar a construir um novo ninho (Bradbear, 2009).

Ilustração 09 - Colmeias tradicionais



Alguns autores referem que a produção de mel em África provém principalmente dos sistemas tradicionais de gestão das colmeias (Muli *et al.*, 2007), o que está de acordo com o que foi referido no EMTF (2004). Este estudo refere que, em 2002, Moçambique tinha cerca de 2000 apicultores, com 700 colmeias modernas e um grande número de colmeias tradicionais. Na mesma linha, Albarrak e Gray (2023), numa revisão da apicultura na Arábia Saudita, afirmaram que a maioria dos apicultores também utiliza colmeias tradicionais feitas de materiais locais. AlGhamdi e Nuru (2015) indicaram que, naquele país, este tipo de colmeias se situa nos 70 %. Valores semelhantes foram obtidos por Adgaba *et al.* (2014), num estudo com 182 apicultores em 5 regiões, onde verificaram que 71,1 % dos apicultores utilizavam colmeias tradicionais feitas com materiais locais. Os autores constataram que 71,1 % das colmeias eram colmeias tradicionais. Os resultados deste estudo mostram uma melhoria significativa, tendo somente 10,9 % dos apicultores entrevistados usado colmeias tradicionais e 8,4 % extraem mel nas colmeias silvestres, que denominamos "outros" (ilustração 06). Nestas colmeias

selvagens, não existe qualquer intervenção humana na sua construção, uma vez que as próprias abelhas constroem os seus ninhos em locais como árvores ocas ou outras cavidades naturais (ilustração 10), pelo que não se pode dizer que sejam efetivamente apicultores; frequentemente são chamados caçadores/e ou recolectores de mel, contudo o apoio técnico aos apicultores é determinante no tipo de colmeia usado.

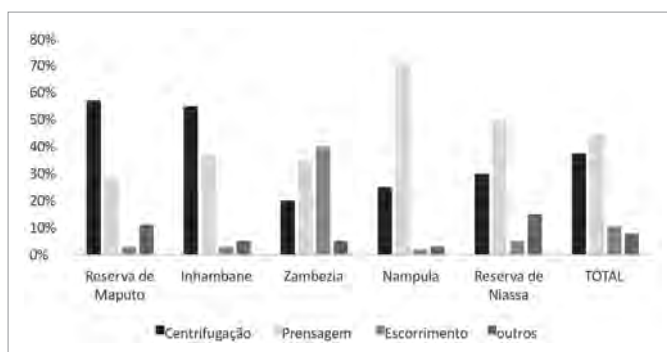
Ilustração 10 - Colmeias Silvestres



Extração e comercialização de mel

A etapa de extração do mel do favo começa com o corte do opérculo que é a camada superior de cera com a qual as abelhas selam as células onde depositam o mel para que amadureça. A fase de extração está intimamente ligada ao tipo de colmeia. A extração do mel nas colmeias modernas de quadros móveis (verticais) é feita por centrifugação enquanto nas colmeias modernas de barras superiores (horizontal), tradicionais e selvagens é feita por escorrimento e prensagem manual.

Ilustração 11 - Tipo de extração do mel



Segundo os resultados da entrevista (ilustração 11), a prensagem (ilustração 12) é o método mais usado (44,1 %), com mais destaque na província de Nampula (70 %), concretamente no distrito de Ribaué, seguida da reserva de Niassa (50 %). Estes resultados corroboram com o anterior comentado sobre a relação entre o tipo de extração e o tipo de colmeias usados, pois que, neste estudo, os resultados apontam maior predominância no uso de colmeias modernas de barra superior (41 %).

Ilustração 12 - Extração de mel por prensagem



O método de centrifugação (ilustração 13) é o mais usado nas províncias de Maputo e Inhambane, no entanto, o método de escorrimento (ilustração 14) é o mais usado na província da Zambézia, em Mocuba, concretamente na empresa *Mocuba Honey Company*. Esta empresa extrai por escorrimento (através de tanques decantadores munidos de filtros) o mel que recolhe em favos nos diversos apicultores colaboradores.

Ilustração 13 - Extração de Mel por Centrifugação



Ilustração 14 - Extração de mel por escorrimento



Alguns apicultores usam outros métodos de extração como, por exemplo, a prensagem manual. Este é um dos métodos artesanais que consiste em comprimir o favo de mel e passá-lo por um cesto ou pano que funciona como filtro para que o mel escorra. A ilustração 15 mostra um exemplo de ambos os tipos de extração. Face aos valores obtidos, esta técnica é a mais praticada pelos apicultores tradicionais ou caçadores de mel (7,84 %), maioritariamente localizados nas províncias de Niassa e Nampula.

Ilustração 15 - Extração de mel por prensagem manual (artesanal)



Os apicultores usam centrífugas modernas de aço inoxidável ou centrífugas rudimentares fabricadas localmente, embora também sejam eficazes no desempenho desta função. No entanto, tal como se referiu anteriormente, a extração de mel pressionando manualmente os favos de cera é comum em colmeias tradicionais e silvestres. Neste tipo de extração existem diversas opções, sendo uma das mais comuns realizada com o auxílio de um êmbolo de madeira com o qual, esmagando os favos que contêm, o mel vai escorrendo através de filtro ou malhas porosas. A prensagem manual, além de causar destruição total do favo de mel, pode representar um problema significativo de segurança alimentar, principalmente pela manipulação direta que é feita do mel com as mãos, segundo o que se tem observado, mas alguns apicultores não lavam as mãos quando realizam esta prática.

Depois de o apicultor extrair o mel dos favos, deixa-o decantar alguns dias para separá-lo das diversas impurezas que possam permanecer, depois filtra-o e embala-o. Nas grandes explorações apícolas ou cooperativas realiza-se um processamento “mais industrial”, que envolve uma série de operações: liquefação (40-55°C), variando geralmente entre 2 e 4 dias); pasteurização e embalagem. Esses processos industriais devem ser bem controlados, pois o mel não deve ser aquecido ou processado a ponto de sofrer alterações na sua composição essencial ou afetar a sua qualidade (Codex Alimentarius, 2019).

A forma como o mel é extraído está relacionada com a quantidade de mel obtida. Na verdade, o desempenho das colmeias tradicionais, segundo os inquiridos, varia entre 2 a 7 kg/colmeia/ano, enquanto nas modernas é aproximadamente entre 8 a 15 kg/colmeia/ano. Estes resultados estão de acordo com os valores publicados em 2004 pela EMTF, e posteriormente por Alberto (2020) e por Tanleque *et al.* (2018), sobre a produção em pequenas associações privadas com colmeias modernas do tipo Langstroth (vertical de quadros móveis) ou de transição (horizontal de barras superior) em comparação com as tradicionais. Concluiu-se que o uso de colmeias modernas não só aumenta a produção de mel, mas também facilita o reaproveitamento da cera. Valores semelhantes de extração de mel foram publicados por Al-Ghamdi e Nuru (2015), que colocam a produção média anual de mel entre 3-5 kg para uma colmeia tradicional em comparação com 5-10 kg para uma colmeia caixa. Na mesma linha estão os resultados publicados por Adgaba *et al.* (2014) e Al-Ghamdi *et al.* (2017) que dão valores de 3,7 kg e 6,6 kg por colmeia tradicional. Valores médios ligeiramente superiores, observados por Amanuel e Alemayehu (2024) na Etiópia, para colmeias de tronco tradicionais, colmeias de barra superior de transição e colmeias modernas (5,3, 7,5 e 12,8 kg/colmeia/ano, respetivamente).

Segundo os resultados da entrevista, em geral a produção de mel destina-se principalmente ao mercado interno, vendido diretamente pelo produtor, em pequenos mercados, feiras e vendas ambulantes ou revendedores. Os apicultores reportaram dificuldades no acesso às embalagens e no financiamento. A maioria dos apicultores vendem o mel em garrafas plásticas de 0,35 a 1,5 litros, para ser imediatamente vendido na rua. A maioria desses recipientes são reutilizados e geralmente continham água ou sucos. Apenas para os méis vendidos em supermercados foram observados novos recipientes de plástico ou vidro produzidos propositadamente para a venda de mel.

Conclusões

Este estudo é considerado um passo em frente na melhoria do sector apícola em Moçambique, uma vez que permitiu compreender as práticas apícolas que estão a ser desenvolvidas, identificando pontos fracos e fortes. Os resultados obtidos demonstraram que as áreas com maior assessoria apícola utilizam colmeias modernas e técnicas de manejo e extração que proporcionam um maior desempenho da sua atividade. Tornou-se clara a necessidade de estabelecer um programa de informação e divulgação dirigido às pessoas que desenvolvem atividades apícolas. Pretende-se sensibilizá-los para o impacto da sua forma de trabalhar na qualidade do mel e na possibilidade de viver dele, enfim, da importância da apicultura como oportunidade social e económica para as populações rurais do país.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) – Moçambique, concretamente na Direção Nacional de Desenvolvimento Económico Local, no programa Regulamentação da Cadeia de Valor do Mel em Moçambique.

Referências bibliográficas

- Adgaba, N., Al-Ghamdi, A., Shenkute, A. G., Ismaiel, S., Al-Kahtani, S., Tadess, Y., Ansari, Mohammad J., Wodajo, Workneh A. & Abdulaziz, M. Q. A. (2014), Socio-economic analysis of beekeeping and determinants of box hive technology adoption in the Kingdom of Saudi Arabia. *JAPS: Journal of Animal & Plant Sciences*, 24(6).
- Albarrak, A., & Gray, A (2023), An overview of beekeeping in the Kingdom of Saudi Arabia. *Journal of Apicultural Research*, 62(1), pp. 11-22.
- Alberto, F. J. T. (2020), *Características diferenciadoras de mieles y ceras de abeja del norte y centro de mozambique* (Doctoral dissertation, Universitat Politècnica de València).
- Al-Ghamdi, A. A., Adgaba, N., Herab, A. H., & Ansari, M. J. (2017), Comparative analysis of profitability of honey production using traditional and box hives. *Saudi journal of biological sciences*, 24(5), pp. 1075-1080.
- Al-Ghamdi, A., & Nuru, A. J. B. W. (2015), Beekeeping in the Kingdom of Saudi Arabia past and present practices. *Bee World*, 90(2), pp. 26-29.
- Allsopp, M. (2006), *Analysis of Varroa destructor infestation of southern African honeybee populations*. University of Pretoria (South Africa).
- Amanuel, E., & Alemayehu, Y. (2024), Beekeeping practices and challenges at Lemo district, Hadiya zone, Southern Ethiopia. *Journal of Apicultural Research*, 63(3), pp. 462- 474.
- Banco Mundial (2020), Indicator. [Em linha]. Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/SP.RUR.TOTL.ZS?locations=MZ>.
- Bernstein, R., Du, M., Du, Z. G., Strauss, A. S., Hoppe, A., & Bienefeld, K. (2023), First large-scale genomic prediction in the honey bee. *Heredity*, 130(5), 320-328.

- Birhanu, T. (2016), “Constraints and opportunities of honeybee production and honey marketing systems: A case of Guji and Borena Zone of Oromia State”. *Agriculture*, 3(3), pp. 635–645.
- Bradbear, N. (2009), “Bees and their role in forest livelihoods: A guide to the services provided by bees and the sustainable harvesting, processing and marketing of their products. Rome. Italy”. *Food and Agricultural Organisation*. 19, p. 194.
- (2005), *Apiculture et moyens d'existence durables* (Vol. 1). Food & Agriculture Org.
- Büchler, R., Berg, S., & Le Conte, Y. (2010), Breeding for resistance to *Varroa destructor* in Europe. *Apidologie*, 41(3), pp. 393–408.
- Codex Alimentarius (2019), Food Code. [Em linha]. Disponível em: <https://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/codex-texts/list-standards/es/>.
- Doménech Antich, E. M., Juan Borrás, M. D. S., Tanleque Alberto, F. & Escriche Roberto, M. (2022, January), Actuación formativa en buenas prácticas de los apicultores de Nampula (Mozambique). In *Proceedings INNODOCT/21. International Conference on Innovation, Documentation and Education*, pp. 461–468) Editorial Universitat Politècnica de València.
- EMTF - External Market Task Force (2004), “Annex 6 to the Study on the export marketing prospects of six selected Mozambican commodities for the South African market. Report on Honey”. External Market Study N.º 3(6). Maputo. Disponível em: <https://citeserx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.169.5766&rep=rep1&type=pdf>.
- Estrada, E., Alonso, G., Gutiérrez, M., & Sandoval, M. (2017), Manual de apicultura. *La montaña, la abeja y nuestros hermanos: un proceso autóctono y autosuficiente*.
- FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). (1986), “Tropical and sub tropical apiculture”. *Agricultural Services Bulletin* 68, FAO, Rome, Italy.
- FAOSTAT (2023), Food and agriculture statistical data. Cultivos y productos de ganadería: Arroz. [Em linha]. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL/visualize>.
- (2022), Food and agriculture statistical data. [Em linha]. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/es/#data/QCL/visualize>.
- (2020), Food and agriculture statistical data. Mozambique - Indicadores Específicos. [Em linha]. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/es/#country/144>.
- Jooster, A. & Smith, M. (2004), “Report on Honey. External Market Study n.º 3. Ministerio de Industria e Comercio.” *Mozambique*. 3, pp. 2–3.
- Juan Borrás, M. D. S. (2016), *Herramientas analíticas en la clasificación de mieles en base a criterios de calidad e inocuidad* (Doctoral dissertation, Universitat Politècnica de València).

- Kalayu, A., Wondifraw, Z. & Tiruneh, W. (2017), "Beekeeping practice and honey production in north-east dry land areas of Amhara National Regional State, Ethiopia". *Poultry, Fisheries and Wildlife*, 5, p. 187.
- Kinati, C., Tolemariam, T., Debele, K. & Tolosa, T. (2012), "Opportunities and challenges of honey production in Gomma district of Jimma zone, South-west Ethiopia". *Journal of Agricultural Biotechnology and Sustainable Development*, 4(4), pp. 85-91.
- Muli, E., Munguti, A. & Raina, S. K. (2007), "Quality of honey harvested and processed using traditional methods in rural areas of Kenya". *Acta Veterinaria Brno*, 76(2), pp. 315-320.
- Nieves, Estrada E., Hernández, Gerardo A., Márquez, Mayra G. & Chávez, Mynor Sandoval (2017), Manual de apicultura. *La montaña, la abeja y nuestros hermanos: un proceso autóctono y autosuficiente*.
- Tanleque-Alberto, F. J. (2020), "Características diferenciadoras de mieles y ceras de abeja del Norte y Centro de Mozambique" (Doctoral dissertation, Universitat Politècnica de València).
- (2018), Implicación de las prácticas apícolas en las características de calidad de miel de Mozambique. In *V Congresso Ibérico de Apicultura 2018, 1 a 3 Fevereiro 2018 Coimbra-Portugal: Livro de resumos*, p. 71, Universidade de Coimbra.
- Tanleque-Alberto, F., Juan-Borrás, M., & Escriche, I. (2019), Quality parameters, pollen and volatile profiles of honey from North and Central Mozambique. *Food chemistry*, 277, 543-553.
- Teklu, G. Y Dinku, N. (2016), "Honeybee production system, challenges, and opportunities in selected districts of Gedeo Zone, Southern Nation, Nationalities and Peoples Regional State". *Ethiopian International Journal of Research*, 4, pp. 49-63.
- Uacherequele, S. O.; Magaia, V. A. B.; Omar, Ali, Aquimo, C. G.; Tanleque-Alberto, F. J., Rosa, P. A. N. & Afonso, A. (2025), Avaliação De Qualidade E Práticas Apícolas Do Mel Produzido Nas Províncias De Maputo E Inhambane. *Cognitus Interdisciplinary Journal*, 2(1).
- Verde, M.V. (2014), "Apicultura y seguridad alimentaria". *Revista Cubana de Ciencia Agrícola*, 48, pp. 25-31.
- Zandamela, E. M. F. (2008), "Caracterización Físicoquímica y Evaluación Sanitaria de la miel de Mozambique." Tesis Doctoral. Universitat Autònoma de Barcelona.

PARTE II

Apicultura em África ocidental: uma ferramenta para combater a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau

Introdução

A Guiné-Bissau, um país situado na costa ocidental de África, é reconhecida pelas Nações Unidas como um país pouco desenvolvido, onde a maioria da sua população se encontra ligada ao setor primário, com destaque para a ocupação na agricultura de subsistência. Nesse contexto, o desenvolvimento rural sustentável emerge como um caminho essencial para a capacitação do país, utilizando práticas, ferramentas e técnicas que permitam a exploração e o uso racional dos recursos naturais, assegurando a preservação das espécies e dos habitats. Esse modelo promove um desenvolvimento social e económico equilibrado, beneficiando tanto as comunidades atuais quanto as gerações futuras.

A apicultura na Guiné-Bissau possui raízes históricas profundas, especialmente na região leste do país e nos setores de Bafatá e Gabu, habitados maioritariamente pelos grupos étnicos Fula e Mandinga, conhecidos como “caçadores de mel”. Nessas comunidades, o mel desempenha um papel importante, não apenas como complemento alimentar, mas também como recurso terapêutico na medicina tradicional. A prática apícola na região envolve a instalação de colónias de abelhas em colmeias tradicionais construídas com materiais disponíveis localmente, como a palha, bambu ou tara. Ilustração 01, as quais são depois colocadas no chão ou em árvores, na proximidade das aldeias denominadas de “Tabancas”.

Ilustração 01 - Colmeias tradicionais construídas com materiais locais



Habitualmente, são os mais jovens os responsáveis pela sua instalação e manutenção. Para a recolha de mel anual, as colmeias são removidas das árvores, destruídas e abertas, usando fumo para manter as abelhas afastadas e extraíndo os favos com fogo e água para facilitar o escorrimento do mel e separar da cera. O mel obtido por este método apresenta

uma baixa qualidade, com elevados teores de humidade, sabor alterado devido à caramelização dos açúcares pelo calor, aroma a fumo, e um teor de hidroximetilfurfural superior ao permitido, mesmo para méis tropicais (Codex Alimentarius, 2019; Lopes *et al.*, 2018). Adicionalmente, com a destruição das colmeias, o enxame abandona a colmeia ou morre, tendo o apicultor de iniciar o processo colocando as colmeias nas árvores e esperando o seu repovoamento natural. Essas práticas impedem o desenvolvimento de uma apicultura com objetivos comerciais.

Planeamento

O projeto “Valorização da Apicultura nas Regiões de Bafatá e Gabu: Produção, Transformação e Comercialização”, financiado pela União Europeia, pelo Instituto Camões e pela República da Guiné-Bissau (EuropeAid/128139/L/ACT/GW), procurou explorar a apicultura como uma ferramenta de desenvolvimento rural sustentável, favorecido pelas características de flora e clima da Guiné-Bissau, pelo conhecimento tradicional sobre a exploração de abelhas, e pelas características específicas da apicultura como atividade económica de baixo investimento e rápido retorno. Além de gerar impacto social e económico positivo, a apicultura contribui diretamente para a conservação dos ecossistemas e da biodiversidade, reforçando o compromisso com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

O período de execução do projeto foi de 38 meses, com início em março de 2010, e teve como instituição coordenadora a União de Cidades Capitais de Língua Portuguesa e como instituições participantes o Instituto Politécnico de Bragança a Federação Nacional dos Apicultores de Portugal e a Associação para a Promoção do Desenvolvimento Local, com sede em Bafatá. Os objetivos globais visaram a promoção da apicultura como uma atividade agrícola de carácter económico, capaz de explorar o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades locais, através do: (i) aumento da capacidade produtiva dos apicultores; (ii) introdução de conhecimento técnico e novas tecnologias capazes de gerar produtos apícolas com qualidade adequada e; (iii) procura de mercado e desenvolvimento de oportunidades comerciais.

A implementação das atividades teve início com o levantamento das condições reais de terreno, identificando-se o número de apicultores e caçadores de mel existentes nos setores de Gabú e de Bafatá, o tipo e número de colmeias, materiais disponíveis para a produção local de equipamentos apícolas, períodos de floração, acessos e estruturas de processamento, mas também a identificação de produtos apícolas existentes nos mercados locais e regionais e o seu modo de consumo. Por exemplo, as destilarias foram identificadas com um dos destinos comerciais do mel, associado à sua aplicação como coadjuvante no arranque do processo de fermentação do açúcar de cana, com vista à produção de destilados alcoólicos.

Para aumentar a capacidade produtiva do setor apícola, e dada a inexistência de regulamentação, procurou-se dinamizar e organizar a fileira apícola através de um modelo assente na criação de uma organização de apicultores regional e em pequenos agrupamentos sectoriais localizados nas vilas. Paralelamente foram organizadas ações de capacitação técnica de manejo apícola, higiene e segurança alimentar, gestão e associativismo. A transferência de tecnologia é um fator fundamental no sucesso e implementação de projetos de desenvolvimento rural em regiões desfavorecidas, pois é crucial identificar a capacidade dos interlocutores para reter e reproduzir o conhecimento com os recursos localmente disponíveis. Com base na situação encontrada (dificuldade no acesso à energia elétrica, água e limitações na aquisição de fatores de produção

externos) foi necessário ajustar os procedimentos técnicos á realidade local, organizando o processamento dos produtos, sem comprometer a sua qualidade e de acordo com as exigências do mercado. Este processo incluiu a construção de unidade industrial para processamento de produtos apícolas, e para a sua transformação em produtos de maior valor acrescentado, como confeitaria e saponária. O aporte técnico passou ainda pela capacitação de outros setores complementares, nomeadamente de carpintaria e confeção, de modo a proporcionar a capacidade dos artesãos em produzir localmente os materiais necessários ao desenvolvimento da apicultura.

Para o desenvolvimento de oportunidades comerciais, o projeto focou a ação na criação e divulgação de uma marca própria, na criação dos circuitos comerciais locais, regionais e nacionais, e em campanhas de promoção e sensibilização sobre a importância do mel e dos produtos apícolas para a alimentação humana e preservação do meio-ambiente. Estas ações foram ainda complementadas com uma função social, através do desenvolvimento de um pequeno centro juvenil de apoio a crianças e jovens disponível nas instalações da unidade de transformação.

Implementação

Aumento da capacidade produtiva

A organização da fileira teve início com o recenseamento dos apicultores e caçadores de mel, num total de 1551 indivíduos distribuídos pelos setores de Bafatá, Bambadinca, Boé, Contubel, Cossé, Gabú, Pirada, Pitche e Sonaco, dos quais foram selecionados 200 elementos convidados a integrar diretamente o projeto, de acordo com o seu nível de atividade, número de colmeias e origem geográfica. Paralelamente, foram selecionados cinco elementos com larga experiência em apicultura, os quais foram formados para executar as funções de técnicos locais de apicultura, e assim capacitados para formar e disseminar o conhecimento apícola junto dos diferentes setores, Ilustração 02. O seu processo de capacitação foi realizado com um curso de formação intensivo em biologia da abelha, instalação de apiários, manejo produtivo, extração e processamento de mel e cera, e princípios de gestão. Concluída a formação, os técnicos deram início à realização de ações de formação dos apicultores nos diversos setores, permitindo assim disseminar o conhecimento pelo número total de apicultores inicialmente identificados.

Para organizar o setor, foram definidos os estatutos e legalizada a Associação dos Apicultores do Leste (APILESTE), que contou com várias dezenas de associados das regiões de Bafatá e Gabú, com corpos sociais eleitos e regulamentos de operacionalização, Ilustração 02. Esta associação, com sede em Gabú, englobava ainda um conjunto de 9 agrupamentos de apicultores distribuídos em cada um dos setores, cada um com uma comissão responsável capacitada para apoiar os apicultores na região, bem como para gerir o processo de recolha e transporte de mel e cera para a sede da associação.

Ilustração 02 - Formação dos técnicos apícolas locais (esquerda). Assembleia de constituição da Associação de Apicultores do Leste da Guiné-Bissau, APILESTE (direita)



Transferência de tecnologia

Um dos pontos centrais do projeto foi a construção de uma unidade agroindustrial e sede da associação, a qual por questões de centralidade foi construída em Gabú, Ilustração 03. As instalações, adequadamente equipadas, foram dotadas de uma área administrativa, de uma área de formação associativa e centro para jovens com pequena biblioteca e ludoteca, de uma unidade de recolha, extração, embalagem e armazenamento de mel e cera, e uma unidade de transformação de produtos apícolas constituída por uma sala de saponária e outra de confeção de alimentos. Esta estrutura foi desenhada para processar todo o mel proveniente dos diferentes agrupamentos de apicultores. Considerando as limitações de serviços de primeira necessidade, a unidade foi apetrechada com sistema de abastecimento de água através de furo e gerador, permitindo simultaneamente disponibilizar água potável à população da tabanca onde foi instalada. Tratou-se de um processo construtivo que aliou a mão-de-obra mais especializada às capacidades locais menos diferenciadas, com impacto da maior relevância para cimentar sinergias entre o projeto, a associação e as comunidades envolvidas, ainda que algumas não diretamente relacionadas com a prática apícola.

Ilustração 03 - Construção da unidade agroindustrial (esquerda). Casas do mel, interpostos de apoio aos agrupamentos de apicultores de cada setor (direita)



Do mesmo modo foram construídas 9 casas de mel em cada setor, com poço e latrinas, e equipadas com material apícola necessário e adequado às funções de recolha, processamento e armazenamento de mel extraído, Ilustração 03. Dependendo do volume de produção, as casas do mel estão aptas a receber, temporariamente, centrifugadores destinados a potenciar a extração. Estas casas, que funcionam como interpostos, dispõem de documento de regulação de funcionamento e de gestão participativa que possibilita garantir a sua futura utilização pelos apicultores e comunidades sectoriais. Para assegurar o transporte, foram adquiridos veículos apropriados às necessidades.

Para garantir a sustentabilidade na implementação local de um modelo de atividade apícola coerente com a obtenção de produtos apícolas de qualidade, mas também com uma consciência ambiental responsável, em detrimento da importação de materiais, foi considerado fundamental capacitar as comunidades locais com conhecimento para produzir autonomamente os materiais e equipamentos de apoio à apicultura. Com este objetivo, foi desenvolvido um trabalho de capacitação junto das carpintarias, dos alfaiates e ferreiros locais, permitindo a produção, com materiais locais, de colmeias do modelo queniano, fatos de apicultor, fumigadores e formões, Ilustração 04. Para além dos materiais afetos diretamente ao projeto (1000 colmeias, 200 fumigadores, 200 formões e 200 fatos de apicultor), foi possível constatar a existência de encomendas adicionais de material apícola nessas empresas locais, o que denota a sua capacidade para garantir o fornecimento de materiais e equipamentos às iniciativas locais.

Ilustração 04 - Materiais e equipamentos apícolas produzidos nos artesãos locais



A capacitação dos apicultores envolvidos no projeto foi realizada pela equipa técnica local através de ações de formação para os 200 apicultores selecionados, com ênfase na instalação do apiário, manuseamento apícola e em práticas de higiene na recolha e processamento do mel (garantindo a extração exclusiva de mel em favos operculados e isentos de criação, e o seu armazenamento em recipientes adequados). Estas ações foram divididas em três momentos acompanhando o ciclo de desenvolvimento das colónias. A cada um dos apicultores foi fornecido um conjunto de 5 colmeias, um fumigador, um formão e um fato para início da sua atividade apícola, efetuando-se um acompanhamento com visitas regulares no terreno por parte dos técnicos apícolas. Na Ilustração 05 pode-se observar a instalação de um apiário de um dos apicultores recenseados de Brincasse, setor de Bafatá, com as colmeias colocadas em suportes de madeira. O produto obtido nestes apiários foi recolhido pelas casas do mel e depois processado na unidade agroindustrial.

Ilustração 05 - Instalação de um apiário no setor de Bafatá



Para um funcionamento adequado da unidade agroindustrial, foram adquiridos vários equipamentos para extração do mel (prensas, centrifugadores, filtros de rede, refratômetros), embalagem (decantadores, bidões de armazenamento, frascos e rótulos), purificação da cera (caldeira e tabuleiros), Ilustração 06, bem como para a unidade de transformação (bancadas de inox, fogões a lenha, batedoras, moinho, balanças, moldes, frascos, sistemas de embalagem e rotulagem, entre outros utensílios específicos). Após a instalação dos equipamentos pelos técnicos apícolas do projeto, ficaram reunidas as condições para uma laboração funcional, verificando-se a capacidade da equipa local para gestão das instalações e dos seus equipamentos.

A capacitação da unidade de transformação foi iniciada com a realização de duas formações direcionadas especificamente para a confeitaria e saponária apícola. Para estas formações foi selecionado um grupo de 10 mulheres que receberam formação orientada para as regras de higiene e segurança nos alimentos e no trabalho, para a elaboração de produtos de confeitaria (nougats, torrão, rebuçados, frutos secos caramelizados e farinhas enriquecidas) e fabrico de produtos para a cosmética/saponária (cremes de corpo e labiais, extração de óleos, sabão e sabonetes e velas), Ilustração 07. Adicionalmente, foi realizada uma sessão conjunta sobre rotulagem e embalagem. Concluída a formação foram selecionadas 4 formandas para integrar a equipa de trabalho da unidade agroindustrial.

Ilustração o6 - Equipamentos técnicos de apicultura

- (a) centrífugador radial de cestos e prensas de extração; (b) técnico apícola a controlar o nível de humidade do mel rececionado, com refratómetro; (c) decantador e mel armazenado; (d) cera purificada em tabuleiros.



As receitas e fórmulas utilizadas na elaboração dos produtos de confeitaria e saponária foram previamente desenvolvidas no Instituto Politécnico de Bragança, mas utilizando o máximo de matérias-primas disponíveis localmente.

**Ilustração o7 - Formação em confeitaria e saponária apícola.
Produtos confecionados na unidade de transformação**



De entre todos os produtos fabricados na unidade de transformação, as velas e sabonetes, os nougats e, particularmente, as farinhas enriquecidas foram os que se estabeleceram melhor no mercado. No caso das farinhas, foi importante verificar a capacidade de inovação da equipa de laboração, verificando-se vendas superiores a 200 kg por mês, o que aliado ao seu valor nutricional, custos acessíveis para as comunidades locais, permite antever um impacto relevante na melhoria nutricional das populações e particularmente da comunidade infantil que assim integra na alimentação um produto rico em proteína e bastante energético devido à incorporação de mel. A independência destas produções de qualquer bem importado garante a sua produção independente da existência de riscos de estabilidade política e comercial.

Mercado e oportunidades comerciais

A constituição de uma marca própria é de fundamental importância para estabelecer relações de comprometimento com o público e com os potenciais consumidores. O registo da marca foi efetuado em simultâneo com o registo de um símbolo junto da Organização Africana de Propriedade Intelectual. A marca “Badjudessa” foi generalizada para todos os produtos confeccionados na unidade, incluindo a rotulagem do mel Ilustração o8.

Ilustração o8 - Marca e imagem dos produtos comercializados pela unidade industrial



Associado à criação da marca, foram realizadas diversas campanhas promocionais, através do lançamento de uma música em dialeto local, brochuras, calendários, cartazes promocionais, entre outros. Para a população geral foram realizadas diversas ações de divulgação com a participação dos técnicos apícolas em programas televisivos, rádio-fónicos e em escolas, participando em ações direcionadas para a promoção da apicultura e preservação do meio-ambiente, mas também para a promoção do consumo do mel e da sua relevância numa dieta equilibrada. Foi também realizada uma exposição fotográfica destinada à população escolar, bem como um concurso de banda desenhada, alusivo à apicultura, em diversos estabelecimentos de ensino das regiões de Bafatá e Gabú.

Ilustração 09 - Participação em feiras e montras locais para promoção e venda de produtos

Com o incremento da qualidade dos produtos resultantes do processamento pela unidade industrial, afigurou-se como adequada a adoção de uma estratégia que possibilitasse a absorção dos produtos (mel e transformados) pelo mercado local e regional, participando-se ativamente em feiras e mostras de produtos locais em Bafatá e na capital, onde o mercado da “saude” demonstrou também elevada apetência, Ilustração 09. Paralelamente, a estratégia de internacionalização para mercados da sub-região, mas também para o norte de África, revelou diversas oportunidades, com vendas registadas de várias toneladas de mel para a Tunísia. Em todos os casos, verificou-se a necessidade futura de expandir as garantias dos produtos obtidos através da obtenção de certificados de qualidade. Ao nível da cera de abelha, a exportação para países fronteiriços como o Senegal, bem como a sua utilização como matéria-prima nos produtos transformados, demonstrou ser o mecanismo comercial mais eficaz.

Visão global

O projeto “Valorização da Apicultura nas Regiões de Bafatá e Gabu: Produção, Transformação e Comercialização” permitiu desenvolver regionalmente um setor agrícola capaz de explorar os recursos naturais de forma sustentável em regiões onde os rendimentos económicos são escassos e as limitações alimentares são evidentes entre a população. Paralelamente, pelo forte envolvimento dos atores locais, a sua implementação proporcionou uma evolução conjunta de outros setores industriais de apoio, implicando de forma inclusiva homens e mulheres. A adoção de tecnologias simples, passíveis de serem evolutivas, foi tido em conta no espírito da parceria e das opções tomadas (por exemplo na adoção da colmeia queniana) e allustração-se da maior pertinência na conceção de toda e qualquer intervenção a ter lugar no território.

Em termos globais o projeto permitiu: **(i)** fomentar o associativismo com uma melhoria direta da interligação entre associados diretos e os demais, que beneficiam indiretamente de mais-valias das estruturas criadas; **(ii)** formar e orientar nas técnicas e manejo apícola, indutoras de criar autonomia para a prestação de assistência técnica e formação a outras organizações nacionais; **(iii)** fomentar melhor a informação e sensibilização (apropriação) para a preservação dos recursos florestais e do ambiente em geral; **(iv)** promover a apropriação de medidas adequadas de manipulação de materiais e produtos para uma melhor conservação e preservação da higiene e qualidade das produções. Genericamente, a apicultura pode e deve ser uma atividade de grande rentabilidade na Guiné-Bissau, mas com base em ferramentas de organização, planificação, gestão e controlo comercial e produtivo.

Considerações finais

Num país como a Guiné-Bissau onde as populações sofrem diariamente de dificuldades económicas, má nutrição e sem acesso aos mínimos de qualidade de vida, é impossível não sentir a vontade de contribuir com um pequeno avanço no conhecimento, que poderá significar muito no bem-estar das pessoas, no curto e médio prazo. Este sentimento, associado à riqueza natural que caracteriza o espaço rural deste país, foi o motor para o nosso empenhamento e a vontade de contribuir para o desenvolvimento da apicultura nesta região e capacitar as famílias com alternativas de negócio que possam melhorar o seu rendimento e ao mesmo tempo enriquecer a dieta alimentar das populações.

Ilustração 10 - Produtos comercializados atualmente pela APILESTE, e prémio atribuído em 2024 para soluções de negócio inovadoras



A vontade de aprender e a alegria de viver, num território onde as dificuldades são enormes, a falta de meios é gritante e a instabilidade económica e política é devastadora (durante a execução do projeto houve mais um golpe de estado na Guiné-Bissau) a confiança na concretização e mais ainda na permanência das atividades pós-projeto vacila, e em alguns momentos quase que cai por terra, e com ela os próprios projetos. São vários os exemplos que encontramos, mas neste caso não. Apesar de já se terem passado 15 anos, a associação APILESTE continua a laborar e a manter as bases orientadoras sobre as quais foi criada em 2010, garantindo 15 postos de trabalho (9 homens e 6 mulheres), e apoiando os apicultores na região, Ilustração 10. A sua resiliência, que nos encanta e preenche, deixa um sinal bem claro, que apesar das dificuldades, as populações, associações e regiões, são capazes de inovar e desenvolver, se os projetos forem completos, ajustados e efetivamente inseridos na realidade local. No Leste da Guiné- Bissau, a apicultura demonstrou ser uma ferramenta capaz de contribuir para a redução da pobreza e promover o desenvolvimento sustentável dos territórios desfavorecidos.

Conclusão

A distância que separa a Guiné-Bissau de Moçambique é significativa, mas é curioso constatar que as tradições apícolas e o potencial produtivo dos dois países apresentam semelhanças inegáveis, o que nos leva a pensar que os modelos para o uso da apicultura como ferramenta para o desenvolvimento das populações rurais, com as devidas adaptações, poderão funcionar nos diferentes espaços. A experiência bem-sucedida do projeto implementado no Leste da Guiné-Bissau, que resultou na modernização regional do setor e

no fortalecimento da cadeia produtiva, pode servir como uma base de estudo estratégico para a introdução de iniciativas paralelas em Moçambique. Considerando as semelhanças entre a apicultura nos dois países, a adaptação das melhores práticas já testadas poderia acelerar o desenvolvimento do setor apícola moçambicano, promovendo práticas mais sustentáveis e integrando o conhecimento técnico às tradições locais. Paralelamente, a apicultura pode representar uma alternativa viável de subsistência para populações deslocadas em situação de vulnerabilidade, como refugiados, vítimas de conflitos, ao fomentar a cooperação com as comunidades locais e promover a inclusão produtiva de grupos marginalizados, num processo de baixo nível de investimento, e difusor de melhoria na saúde, nutrição e bem-estar das populações.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado pela União Europeia, projeto EuropeAid/128139/L/ACT/GW, em colaboração com a Cooperação Portuguesa, IPAD, e o Governo da Guiné-Bissau. Os autores agradecem também o suporte da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal) através dos fundos FCT/MCTES para o CIMO (UIDB/00690/2020 e UIDP/00690/2020) e SusTEC (LA/P/0007/2021).

Referências bibliográficas

- Codex Alimentarius (2019), Codex, 2019. Revised Codex Alimentarius standard for honey. Adopted in 1981. Revised in 1987, 2001. Amended in 2019.
- Lopes, M., Falcão, S. I., Dimou, M., Thrasyvoulou, A., & Vilas-Boas, M. (2018), Impact of traditional and modern beekeeping technologies on the quality of honey of Guinea-Bissau. *Journal of Apicultural Research*, 57(3), pp. 406–417. [Em linha]. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00218839.2018.1430979>.

The first part of the paper discusses the importance of the research and the objectives of the study. It then presents a literature review of the existing research on the topic. The second part of the paper describes the methodology used in the study, including the data collection and analysis techniques. The third part of the paper presents the results of the study, and the fourth part discusses the conclusions and implications of the findings.

The research was conducted using a quantitative approach, and the data was collected from a sample of participants. The results of the study show that there is a significant relationship between the variables being studied. The findings have important implications for the field of research, and they provide a basis for further research in this area.

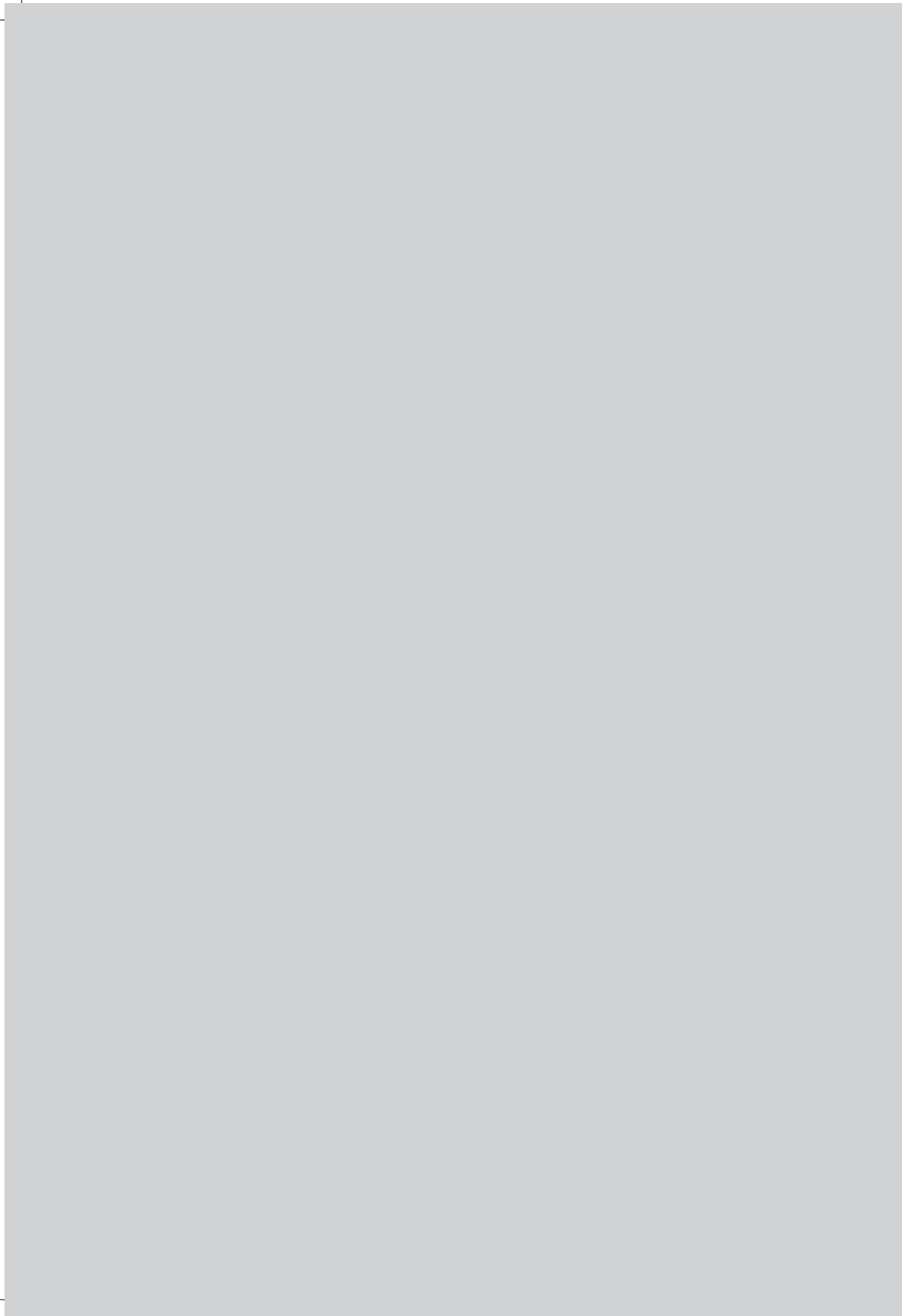
In conclusion, the study has shown that the research objectives have been achieved, and the findings are consistent with the hypotheses. The study has contributed to the understanding of the topic, and it has provided a basis for further research. The authors would like to thank the participants and the research team for their contribution to the study.

Resumos

Abstracts

Resumés

الملخصات



Chefes africanos, islamismo e nacionalismo no sul de Cabo Delgado, c. 1919-1974/75

Eduardo Medeiros

A presença islâmica na costa moçambicana a norte do Cabo Delgado é anterior à chegada dos portugueses ao Oceano Índico. A expansão do Islão para o interior do continente, a sul do rio Montepuez, e a chegada das irmandades islâmicas ao território moçambicano ocorreram durante a segunda metade do século XIX e ao longo do século XX. Ao abraçar o Islão, as chefiarias políticas africanas da região procuraram reforçar o seu poder e autonomia política em resposta à estrutura matrilinear e matrilocal da sociedade local. Procuraram também uma maior manobrabilidade em relação aos colonos, que na segunda metade do século XX pretendiam estabelecer, a par do Islão negro, uma barreira contra o movimento nacionalista. No entanto, embora a rede de chefiarias islâmicas procurasse afirmar-se dentro da luta mais ampla pela liberdade, ela oscilava entre a sua própria forma de «nacionalismo» e uma posição reconhecida pelo Estado colonial.

Palavras-chave: Cabo Delgado, Irmandades Islâmicas, Macuas-Mêto, Nacionalismo.

African chieftains, Islam and nationalism in southern Cabo Delgado, c. 1919-1974/75

The Islamic presence on the Mozambican coast north of Cape Delgado predates the arrival of the Portuguese in the Indian Ocean. The expansion of Islam into the interior of the continent, south of the Montepuez River, and the arrival of Islamic brotherhoods in Mozambican territory took place during the second half of the 19th century and throughout the 20th century. By embracing Islam, the African political chiefdoms of the region sought to strengthen their power and political autonomy in response to the matrilinear and matrilocal structure of local society. They also sought greater maneuverability in relation to the colonists, who, in the second half of the 20th century, aimed to establish, alongside black Islam, a barrier against the nationalist movement. However, while the network of Islamic chiefdoms sought to assert itself within the broader struggle for freedom, it oscillated between its own form of "nationalism" and a position recognized by the colonial state.

Keywords: Cape Delgado, Islamic Brotherhoods, Macuas-Mêto, Nationalism.

Chefs africains, islam et nationalisme dans le sud de Cabo Delgado, vers 1919-1974/75

La présence islamique sur la côte mozambicaine au nord du cap Delgado est antérieure à l'arrivée des Portugais dans l'Océan Indien. L'expansion de l'islam vers l'intérieur du continent, au sud du fleuve Montepuez, et l'arrivée des confréries islamiques sur le territoire mozambicain ont eu lieu au cours de la seconde moitié du XIXe siècle et tout au long du XXe siècle. En embrassant l'islam, les chefferies politiques africaines de la région ont cherché à renforcer leur pouvoir et leur autonomie politique en réponse à la structure matrilineaire et matrilocale de la société locale. Elles ont également cherché à gagner une certaine marge de manœuvre vis-à-vis des colons qui, dans la seconde moitié du XXe siècle, visaient à établir, parallèlement à l'islam noir, une barrière contre le mouvement nationaliste. Cependant, alors que le réseau des chefferies islamiques cherchait à s'affirmer dans le cadre plus large de la lutte pour la liberté, il oscillait entre sa propre forme de « nationalisme » et une position reconnue par l'État colonial.

Mots-clés: Cabo Delgado, Cconfréries Islamiques, Macuas-Mêto, Nationalisme.

القادة التقليديين الأفارقة، الإسلام والقومية في جنوب كابو ديلغادو، ما بين 1919-1974/75

إدواردو ميديروس

المخلص

يعود الوجود الإسلامي على الساحل الموزمبيقي شمال رأس ديلغادو إلى ما قبل وصول البرتغاليين إلى المحيط الهندي. وقد توسع الإسلام إلى داخل القارة، جنوب نهر مونتيبوز، ووصلت الطرق الصوفية الإسلامية إلى الأراضي الموزمبيقية خلال النصف الثاني من القرن التاسع عشر وطوال القرن العشرين. ومن خلال تبني الإسلام، سعى زعماء القبائل الأفارقة في المنطقة إلى تعزيز قوتهم واستقلالهم السياسي، كرد على البنية الاجتماعية المحلية القائمة على النسب من جهة الأم والإقامة مع أهل الزوجة. كما سعوا إلى توسيع هامش المناورة في علاقتهم بالمستعمرين الذين حاولوا، في النصف الثاني من القرن العشرين، إقامة حاجز ضد الحركة الوطنية، باستخدام الإسلام الأسود كوسيلة. ومع ذلك، وبينما سعت شبكات الزعامات الإسلامية إلى إثبات نفسها ضمن النضال الأوسع من أجل الحرية، تأرجحت بين فهمها وتطبيقها الخاص لـ "القومية" وبين البحث عن موقع معترف به من قبل الدولة الاستعمارية.

الكلمات المفتاحية: كابو ديلغادو؛ الطرق الصوفية الإسلامية؛ الماكوا-ميتو؛ القومية

A reorganização social nas aldeias comunais de Moçambique

Cardoso Armando

Este estudo analisa a implementação das aldeias comunais em Moçambique após a independência em 1975, com o objetivo de promover a equidade social e reformar as estruturas rurais herdadas do colonialismo. Inspirado no modelo Ujamaa da Tanzânia, o projeto procurava centralizar a população rural, garantir o acesso a serviços essenciais e incentivar a produção coletiva. No entanto, enfrentou desafios significativos, tais como a falta de um planeamento adequado, a resistência das comunidades e a imposição de um modelo externo que ignorava as realidades sociais e culturais locais. A centralização das decisões e a ausência de participação da comunidade enfraqueceram os objetivos da política. Os recursos insuficientes e a falta de infraestruturas adequadas resultaram em más condições de vida, gerando frustração e resistência.

A análise revela que, apesar dos ideais de equidade social, a falta de diálogo com as comunidades e o desrespeito pelas especificidades locais comprometeram o sucesso do modelo. O estudo sugere que, para futuras políticas de reorganização social, é crucial adotar um planeamento integrado, respeitar a diversidade cultural e garantir a participação ativa das comunidades na concepção e implementação das políticas públicas.

Palavras-chave: Aldeias comunais, reorganização social, FRELIMO, políticas públicas.

Social reorganisation in Mozambique's communal villages

This study analyses the implementation of communal villages in Mozambique after independence in 1975, with the aim of promoting social equity and reforming rural structures inherited from colonialism. Inspired by the Ujamaa model in Tanzania, the project sought to centralise the rural population, ensure access to essential services, and encourage collective production. However, it faced significant challenges, such as the lack of proper planning, resistance from communities, and the imposition of an external model that disregarded local social and cultural realities. The centralisation of decisions and the absence of community participation weakened the policy's objectives. The insufficient resources and lack of adequate infrastructure resulted in poor living conditions, generating frustration and resistance.

The analysis reveals that, despite the ideals of social equity, the lack of dialogue with communities and the

disregard for local specificities compromised the success of the model. The study suggests that for future social reorganisation policies, it is crucial to adopt integrated planning, respect cultural diversity, and ensure the active participation of communities in the design and implementation of public policies.

Keywords: Communal Villages, Social Reorganisation, FRELIMO, Public Policies.

Réorganisation sociale dans les villages communaux du Mozambique

Cette étude analyse la mise en place des villages communautaires au Mozambique après l'indépendance en 1975, dans le but de promouvoir l'équité sociale et de réformer les structures rurales héritées du colonialisme. Inspiré du modèle Ujamaa en Tanzanie, le projet visait à centraliser la population rurale, à garantir l'accès aux services essentiels et à encourager la production collective. Cependant, il s'est heurté à des défis importants, tels que l'absence de planification adéquate, la résistance des communautés et l'imposition d'un modèle externe qui ne tenait pas compte des réalités sociales et culturelles locales. La centralisation des décisions et l'absence de participation communautaire ont affaibli les objectifs de la politique. L'insuffisance des ressources et le manque d'infrastructures adéquates ont entraîné de mauvaises conditions de vie, générant frustration et résistance.

L'analyse révèle que, malgré les idéaux d'équité sociale, l'absence de dialogue avec les communautés et le mépris des spécificités locales ont compromis le succès du modèle. L'étude suggère que pour les futures politiques de réorganisation sociale, il est essentiel d'adopter une planification intégrée, de respecter la diversité culturelle et d'assurer la participation active des communautés à la conception et à la mise en œuvre des politiques publiques.

Mots-clés: Villages communaux, Réorganisation sociale, FRELIMO, Politiques publiques.

إعادة التنظيم الاجتماعي في القرى الاشتراكية في الموزمبيق: مثالية العدالة الاجتماعية وقيودها العملية

أرماندو كارديسو

الملخص

تحلل هذه الدراسة تجسيد القرى الاشتراكية في الموزمبيق بعد الاستقلال عام 1975، بهدف تعزيز العدالة الاجتماعية وإصلاح النظام الاجتماعي الريفي الموروث عن الاستعمار. هذه المشاريع المستوحاة من نموذج "أوجاما" في تنزانيا، تسعى إلى مركزية سكان الريف، وضمان الوصول إلى الخدمات الأساسية، وتشجيع الإنتاج الجماعي. ومع ذلك، واجه المشروع تحديات كبيرة مثل نقص التخطيط المناسب،

عدم القبول التام من طرف السكان، وفرض نموذج خارجي تجاهل الحقائق الاجتماعية والثقافية المحلية. أدت مركزية القرارات وغياب مشاركة السكان إلى إضعاف أهداف هذا النموذج. كما أدت الموارد غير الكافية ونقص البنية التحتية الملائمة إلى ظروف معيشية سيئة، ما أدى إلى الشعور بالإحباط والرفض من طرف الجماعات المحلية. تكشف الدراسات أنه بالرغم من مثالية العدالة الاجتماعية، فإن نقص الحوار مع المجتمعات وتجاهل الخصوصيات المحلية أضعف إمكانية نجاح النموذج.

تقترح الدراسة أنه من الضروري في سياسات إعادة التنظيم الاجتماعي المستقبلية اعتماد تخطيط متكامل، واحترام التنوع الثقافي، وضمان مشاركة فاعلة للمجتمعات في تصميم وتنفيذ السياسات العامة.

الكلمات المفتاحية: القرى الجماعية؛ إعادة التنظيم الاجتماعي؛ فرليمو؛ السياسات العامة

Vozes de Afungi: «deixar a nossa terra, os nossos antepassados, os nossos locais de pesca, as nossas árvores e os nossos locais sagrados, mas sem reassentamento não há desenvolvimento?»

Jafar Silvestre Jafar

Mozambique, especialmente desde o pós-guerra civil até ao presente, tem sido palco de megaprojetos extrativos. Um desses projetos é o de gás natural liquefeito, anteriormente liderado pela multinacional Anadarko e agora pela TotalEnergies, localizado em Afungi. Este trabalho analisa os impactos da sua implementação nas comunidades de Maganja, Quitupo e Senga, partindo das seguintes questões: qual é o impacto do projeto nessas comunidades? O projeto Afungi tem melhores impactos a nível local do que outros projetos extrativos?

Com base numa abordagem qualitativa e utilizando métodos de Estudo de Caso Alargado e História Local, trabalho de campo, revisão da literatura e análise documental, o estudo concluiu que, apesar da compensação, as comunidades foram forçadas a realojar-se, perderam o acesso à terra, aos mangais, aos estuários e às zonas de pesca e, consequentemente, perderam a capacidade de produção agrícola e pesqueira e de manter outros meios de subsistência. Viram também os seus valores culturais e locais sagrados profanados. As oportunidades de emprego para os nativos são muito escassas. Com estes resultados, conclui-se que o projeto agravou as desigualdades, a pobreza e a vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, enfraqueceu o poder do Estado, que deveria proteger os interesses das pessoas afetadas e gerar desenvolvimento local sustentável a longo prazo.

Palavras-chave: Anadarko, Afungi, Gás Natural, Palma.

Voices from Afungi: 'leaving our land, ancestors, fishing grounds, trees and sacred sites, but without resettlement there is no development?'

Mozambique, especially since the post-civil war to the present, has been the scene of extractive megaprojects. One of these projects is liquefied natural gas, formerly led by the multinational Anadarko and now by TotalEnergies, located in Afungi. This work analyzes the impacts of its implementation in the communities of Maganja, Quitupo and Senga, starting by the following questions: what is the impact of the project on the communities of Maganja, Quitupo and Senga, in Afungi? Does the Afungi project have better impacts at a local level than other extractive projects?

Based on a qualitative approach, and using *Extended Case Study* and *Local History* methods, fieldwork, literature review and documentary analysis, the study found that, despite compensation, communities were forced to relocate, lost access to land, mangroves, estuaries and fishing areas and, consequently, lost the capacity for agricultural and fishing production, and to maintain other means of subsistence, saw their cultural values and sacred sites desecrated, job opportunities for natives are very scarce. With these results, it is concluded that the project worsened inequalities, poverty and vulnerability and, at the same time, weakened the power of the State, which was supposed to protect the interests of those affected and generate local, sustainable development in the long term.

Keywords: Anadarko, Afungi, Natural Gas, Palma.

Voix d'Afungi: «Quitter notre terre, nos ancêtres, nos lieux de pêche, nos arbres et nos sites sacrés, mais sans réinstallation, y a-t-il vraiment développement?»

Le Mozambique, en particulier depuis la fin de la guerre civile jusqu'à aujourd'hui, a été le théâtre de mégaprojets extractifs. L'un de ces projets est celui du gaz naturel liquéfié, initialement dirigé par la multinationale Anadarko et désormais par TotalEnergies, situé à Afungi. Ce travail analyse les impacts de sa mise en œuvre dans les communautés de Maganja, Quitupo et Senga, en partant des questions suivantes : quel est l'impact du projet sur ces communautés? Le projet Afungi a-t-il de meilleurs impacts au niveau local que d'autres projets extractifs ?

Sur la base d'une approche qualitative et à l'aide de méthodes d'étude de cas approfondie et d'histoire locale, de travaux sur le terrain, d'une analyse documentaire et d'une revue de la littérature, l'étude a révélé que, malgré les indemnités, les communautés ont été contraintes de se déplacer, ont perdu l'accès à leurs terres, mangroves, estuaires et zones de pêche et, par conséquent, ont perdu leur capacité à produire des denrées agricoles et à pêcher, ainsi qu'à maintenir

d'autres moyens de subsistance. Elles ont également vu leurs valeurs culturelles et leurs sites sacrés profanés. Cependant, les opportunités d'emploi pour les autochtones sont très rares. Au vu de ces résultats, il est conclu que le projet a aggravé les inégalités, la pauvreté et la vulnérabilité, tout en affaiblissant le pouvoir de l'État, qui était censé protéger les intérêts des personnes touchées et générer un développement local durable à long terme.

Mots-clés: Anadarko, Afungi, Gaz Naturel, Palma.

أصوات من أفونغي: “تترك أرضنا وأجداننا ومناطق الصيد والأشجار والأماكن المقدسة، ولكن بدون إعادة توطين لا يوجد تنمية؟”

جعفر سيلفيستر جعفر

الملخص

كانت الموزمبيق، خصوصاً منذ ما بعد الحرب الأهلية وحتى الوقت الحاضر، مسرحاً لمشاريع استخراج ضخمة للموارد الطبيعية. ومن بين هذه المشاريع مشروع الغاز الطبيعي المسال، الذي كان سابقاً تستخرجه الشركة متعددة الجنسيات أناداركو، والآن شركة توتال إنرجيز، ويقع في أفونغي. تحلل هذه الدراسة تأثيرات تنفيذ المشروع في سكان ماجانجا وكيتويو وسينغا، انطلاقاً من الأسئلة التالية: ما تأثير المشروع على مجتمعات ماجانجا وكيتويو وسينغا في أفونغي؟ هل لمشروع أفونغي تأثيرات أفضل على المستوى المحلي مقارنة بالمشاريع الاستخراجية الأخرى؟

استناداً إلى منهج نوعي، وباستخدام دراسة حالة موسعة وأساليب التاريخ المحلي، والعمل الميداني، ومراجعة المراجع، وتحليل الوثائق، وجدت الدراسة أنه بالرغم من التوعيزات، أجبر السكان على النزوح؛ فقتلوا الأراضي وأشجار المانغروف والمصبات ومناطق الصيد، وبالتالي فقدوا القدرة على الإنتاج الزراعي والسمكي، والحفاظ على وسائل المعيشة الأخرى؛ وشهدت قيمهم الثقافية وأماكنهم المقدسة تراجعاً؛ كما أن فرص العمل للسكان الأصليين نادرة جداً. وبناءً على هذه النتائج، يُستنتج أن المشروع زاد من عدم المساواة والفقر والهشاشة، وفي الوقت نفسه أضعف سلطة الدولة، التي كان من المفترض أن تحمي مصالح المتضررين وتحقق التنمية المحلية المستدامة على المدى الطويل.

الكلمات المفتاحية: أناداركو؛ أفونغي؛ الغاز الطبيعي؛ بالمبا

Promessas e frustrações: Desafios da coexistência entre comunidades locais e os megaprojetos de gás - o caso do distrito de Nacala-a-Velha, 2019-2022

Pedro Sebastião Joaquim

Os megaprojetos de gás natural no distrito de Nacala-a-Velha trouxeram promessas de desenvolvimento econômico e social para a região. No entanto, as comunidades locais enfrentam dificuldades em coexistir com esses empreendimentos. Questões relacionadas com reassentamento, compensação, acesso a empregos e benefícios, impactos ambientais e culturais geraram frustrações e tensões nas relações entre a população local e as empresas petrolíferas. A implementação desses megaprojetos tinha uma agenda específica de desenvolvimento econômico e investimento em programas de desenvolvimento local que promovem oportunidades econômicas sustentáveis para as comunidades, como empregos e infraestruturas sociais.

Este artigo analisa os desafios e frustrações enfrentados pelas comunidades locais, a fim de propor estratégias que promovam uma coexistência mais justa e sustentável. A metodologia adotada é de natureza qualitativa. Para a análise do objeto de estudo, foi privilegiada a pesquisa bibliográfica e documental. Foi realizado um estudo de caso exploratório por meio de um questionário. Os resultados do estudo revelam que os programas de reassentamento da Vale no distrito de Nacala-a-Velha não atenderam às expectativas da população. Consequentemente, as famílias enfrentam um desafio significativo de coexistência e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Nacala-a-Velha, gás natural, megaprojetos, reassentamento.

Promises and frustrations: challenges of coexistence between local communities and gas megaprojects – the case of Nacala-a-Velha district, 2019-2022

The natural gas megaprojects in the district of Nacala-a-Velha have brought promises of economic and social development to the region. However, local communities face difficulties in coexisting with these ventures. Issues related to resettlement, compensation, access to jobs and benefits, environmental and cultural impacts have generated frustrations and strained relations between the local population and the oil companies. The implementation of these megaprojects had a specific agenda of economic development and investment in local development programs that promote sustainable economic opportunities for communities, such as jobs and social infrastructure.

This article analyzes the challenges and frustrations faced by local communities in order to propose strategies that promote fairer and more sustainable coexistence. The adopted methodology is qualitative in nature. For the analysis of the study object, bibliographical and documentary research was privileged. An exploratory case study was conducted through a questionnaire survey. The study's results reveal that Vale's resettlement programs in the district of Na-

cala-a-Velha did not meet the population's expectations, and as a result, families face a significant challenge of coexistence and social vulnerability.

Keywords: Natural Gas, Megaprojects, Resettlement, Nacala-a-Velha

Promesses et frustrations: les défis de la coexistence entre les communautés locales et les mégaprojets gaziers - le cas du district de Nacala-a-Velha, 2019-2022

Les mégaprojets gaziers dans le district de Nacala-a-Velha ont apporté des promesses de développement économique et social à la région. Cependant, les communautés locales rencontrent des difficultés à cohabiter avec ces projets. Les questions liées à la réinstallation, à l'indemnisation, à l'accès à l'emploi et aux avantages sociaux, ainsi qu'aux impacts environnementaux et culturels ont généré des frustrations et tendu les relations entre la population locale et les compagnies pétrolières. La mise en œuvre de ces mégaprojets s'accompagnait d'un programme spécifique de développement économique et d'investissement dans des programmes de développement local visant à promouvoir des opportunités économiques durables pour les communautés, telles que des emplois et des infrastructures sociales.

Cet article analyse les défis et les frustrations auxquels sont confrontées les communautés locales afin de proposer des stratégies favorisant une coexistence plus équitable et plus durable. La méthodologie adoptée est de nature qualitative. Pour l'analyse de l'objet d'étude, la recherche bibliographique et documentaire a été privilégiée. Une étude de cas exploratoire a été menée à l'aide d'un questionnaire. Les résultats de l'étude révèlent que les programmes de réinstallation de Vale dans le district de Nacala-a-Velha n'ont pas répondu aux attentes de la population. Par conséquent, les familles sont confrontées à un défi important en matière de coexistence et de vulnérabilité sociale.

Mots-clés: Gaz naturel, Mégaprojets, Réinstallation, Nacala-a-Velha.

بين الوعود والإحباط: تحديات التعايش بين السكان المحليين ومشاريع الغاز الضخمة - حالة محافظة ناكالا-أفيلها 2019-2022

بيدرو سباستياو جواكيم

المخلص

جلبت مشاريع الغاز الطبيعي العملاقة في محافظة ناكالا-أفيلها وعودًا بالتنمية الاقتصادية والاجتماعية للمنطقة. ومع ذلك، تواجه المجتمعات المحلية صعوبات في التعايش مع هذه المشاريع. تسببت قضايا متعلقة بإعادة التوطين، التعويضات، الحصول على فرص العمل

والاستقادات، والتأثيرات البيئية والثقافية في إحيات وتوترات في العلاقات بين السكان المحليين وشركات النفط. كان لتنفيذ هذه المشاريع جدول أعمال محدد للتنمية الاقتصادية والاستثمار في برامج التنمية المحلية التي تعزز فرص اقتصادية مستدامة للسكان، مثل فرص العمل والبنية التحتية الاجتماعية.

تحلل هذه المقالة التحديات والإحباطات التي تواجهها المجتمعات المحلية بهدف اقتراح استراتيجيات تعزز التعايش العادل والأكثر استدامة. المنهجية المتبعة نوعية بطبيعتها. وتحليل موضوع الدراسة، تم التركيز على البحث في المراجع والوثائق. كما أجريت دراسة حالة استكشافية من خلال مسح استبياني. تكشف نتائج الدراسة أن برامج إعادة التوطين لشركة فال في محافظة ناكالا-أفيلها لم تلبي توقعات السكان، ونتيجة لذلك تواجه الأسر تحديًا كبيرًا في التعايش والهشاشة الاجتماعية.

الكلمات المفتاحية: الغاز الطبيعي؛ المشاريع الضخمة؛ إعادة التوطين؛ ناكالا-أفيلها

Contradições do capital e mudança social em Cabo Delgado: A experiência da «Montepuez Ruby Mining»

Maciel Santos

A desvalorização do capital produtivo nas últimas quatro décadas aumentou a taxa média de lucro e produziu um mercado mundial unificado pelo capital financeiro. Com menos lucro reinvestido, mesmo em atividades como a mineração onde a rotação de ativos é longa, os critérios de rentabilidade aumentaram as suas contradições.

Em África, onde historicamente quase só os investimentos mineiros são significativos, a maximização do lucro acelera a desorganização das sociedades locais. A trajetória de um fundo de investimento como o Gemfields Group, que se tornou cada vez mais dependente dos seus depósitos de rubis em Montepuez (Cabo Delgado) explica como essa deriva do modo de produção capitalista se tornou um fator-chave nos eventos que caracterizam o norte de Moçambique hoje: conflitos industriais, violência contra camponeses, insurgências armada e civil.

Palavras-chave: Montepuez, Rubis, Gemfields Group, Taxa de Lucro.

Capital Contradictions and Social Change in Cabo Delgado: the "Montepuez Ruby Mining" Experience

The devaluation of productive capital in the last 4 decades has raised the average rate of profit and produced a world market unified by financial capital. With

less profit reinvested, even in activities such as mining, where asset turnover is long, profitability criteria increased its contradictions.

In Africa, where historically almost only mining investments are significant, the acceleration of exploitation times often collides with profit maximisation and accelerates the disruption of local societies. The trajectory of an investment fund such as the Gemfields Group, which has become increasingly dependent on its ruby deposits in Montepuez, Cabo Delgado, explains how this drift of the capitalist mode of production has become a key factor in the events that characterise northern Mozambique today: industrial conflict, violence against peasants, armed and civil insurgency.

Keywords: Montepuez, Ruby Mining, Gemfields Group, Profit Rate.

Contradictions du capital et changement social à Cabo Delgado: l'expérience de la «Montepuez Ruby Mining»

La dévaluation du capital productif au cours des quatre dernières décennies a entraîné une augmentation du taux de profit moyen et donné naissance à un marché mondial unifié par le capital financier. Avec moins de profits réinvestis, même dans des activités telles que l'exploitation minière, où la rotation des actifs est longue, les critères de rentabilité ont accentué leurs contradictions.

En Afrique, où historiquement seuls les investissements miniers sont significatifs, l'accélération des rythmes d'exploitation entre souvent en collision avec la maximisation des profits et accélère la disruption des sociétés locales. La trajectoire d'un fonds d'investissement tel que le groupe Gemfields, qui est devenu de plus en plus dépendant de ses gisements de rubis à Montepuez (Cabo Delgado), explique comment cette dérive du mode de production capitaliste est devenue un facteur clé dans les événements qui caractérisent aujourd'hui le nord du Mozambique : conflits industriels, violences contre les paysans, insurrections armée et civile.

Mots-clés: Montepuez, Rubis, Gemfields Group, Taux de Profit.

تناقضات رأس المال والتغيير الاجتماعي في كابو ديلغادو: تجربة «استخراج الياقوت في مونتيبوز»

مابيل ساتوس

الملخص

أدى انخفاض قيمة رأس المال الإنتاجي خلال العقود الأربعة الماضية إلى رفع متوسط معدل الربح وإنتاج سوق عالمي موحد برأس المال. ومع تخفيض إعادة استثمار الأرباح، حتى في أنشطة مثل التعدين التي تتميز بطول دورة تحويل الأصول، زادت تناقضات معايير الربح في أفريقيا، حيث تاريخياً لا تمثل الاستثمارات المهمة سوى التعدين في الغالب، غالباً ما تتصادم تسارعات أوقات الاستغلال مع تضخيم الأرباح، مما يسرع من تفكك المجتمعات المحلية. توضح مسيرة صندوق استثماري مثل مجموعة جيمفيلدز، التي أصبحت تعتمد بشكل متزايد على رواسب الياقوت في مونتيبوز، كابو ديلغادو، كيف أصبح هذا الانحراف في نمط الإنتاج الرأسمالي عاملاً رئيسياً في الأحداث التي تميز شمال موزمبيق اليوم: الصراع الصناعي، العنف ضد الفلاحين، والتمرد المسلح والمدني.

الكلمات المفتاحية: مونتيبوز؛ استخراج الياقوت؛ صندوق جيمفيلدز؛ معدل الربح

Uma visão panorâmica das insurreições jihadistas em África. Compreender o lugar da ASWJ-Moçambique no panorama jihadista mais alargado

Alexander Zhukov

Este artigo examina o panorama contemporâneo das insurreições jihadistas em África, com o objetivo de situar o Ahlu Sunna wal Jama'a (ASWJ), o grupo armado de Cabo Delgado, no contexto mais amplo dos grupos armados africanos alinhados com o grupo Estado Islâmico (ISg) ou a Al-Qaeda (AQ). Seguindo uma abordagem regional, o autor sublinha a natureza complexa da relação entre os diferentes grupos alinhados com o ISg e a AQ dentro das redes jihadistas regionais (na África do Norte, Ocidental e Oriental). O estudo revela que o ASWJ-Moçambique é um ator com raízes locais, com ligações externas limitadas e um estatuto hierárquico baixo dentro da rede do ISg. A análise demonstra como o enfraquecimento das ligações verticais entre a liderança central e os afiliados regionais, combinado com as limitações dos mecanismos de *pooling* financeiro na rede do ISg, deixa grupos periféricos como o ASWJ-Moçambique com poucas opções além de se concentrarem nos recursos locais e em estratégias de auto-sustentabilidade.

Palavras-chave: Jihadismo, Estado Islâmico, Al-Qaeda, Ahlu Sunna wal Jama'a- Moçambique.

A Bird's-eye view of the Jihadist Insurgencies in Africa. Towards understanding the place of ASWJ-Mozambique in the wider Jihadist landscape

This article examines the contemporary landscape of Jihadist insurgencies across Africa, with the aim of placing Ahlu Sunna wal Jama'a (ASWJ), the armed group from Cabo Delgado, into the broader context of the African armed groups aligned with the Islamic State group (ISg) or al-Qaeda (AQ). Following the regional approach, the author underpins the complex nature of relationship between different ISg- and AQ-aligned groups within regional Jihadist networks (in North, West, and East Africa). The study reveals ASWJ-Mozambique as a locally-rooted actor with limited external connections and low hierarchical status within the ISg network. The analysis demonstrates how weakening vertical ties between core leadership and regional affiliates, combined with the limitations of the financial pooling mechanisms in the ISg network, leaves peripheral groups like ASWJ-Mozambique with few options other than focusing on local resources and self-sustaining strategies.

Keywords: Jihadism, Islamic State, Al-Qaeda, Ahlu Sunna wal Jama'a -Mozambique.

Une vue d'ensemble des insurrections djihadistes en Afrique. Comprendre la place de l'ASWJ-Mozambique dans le panorama djihadiste plus large

Cet article examine le panorama contemporain des insurrections djihadistes en Afrique, dans le but de situer Ahlu Sunna wal Jama'a (ASWJ), le groupe armé de Cabo Delgado, dans le contexte plus large des groupes armés africains alignés sur le groupe État islamique (EI) ou Al-Qaïda (AQ). Suivant une approche régionale, l'auteur souligne la nature complexe des relations entre les différents groupes alignés sur l'EI et AQ au sein des réseaux djihadistes régionaux (en Afrique du Nord, de l'Ouest et de l'Est). L'étude révèle que l'ASWJ-Mozambique est un acteur ayant des racines locales, avec des liens externes limités et un statut hiérarchique faible au sein du réseau de l'EI. L'analyse montre comment l'affaiblissement des liens verticaux entre la direction centrale et les affiliés régionaux, combiné aux limites des mécanismes de mise en commun des ressources financières au sein du réseau de l'EI, laisse aux groupes périphériques tels que l'ASWJ-Mozambique peu d'autres options que de se concentrer sur les ressources locales et les stratégies d'autosuffisance.

Mots-clés: Djihadisme, État islamique, Al-Qaïda, Ahlu Sunna wal Jama'a -Mozambique.

إيغا شيببستان

امتلاك الأرض وإصلاح قانون الأراضي في موزمبيق: حالة الأشخاص النازحين داخلياً في مركز إعادة التوطين كوراني

المخلص

تبع هذا المقال نهجاً تحليلياً من الأساس إلى الأعلى يبدأ من التجربة الملموسة في مركز إعادة التوطين كوراني في مقاطعة نامبولا، وصولاً إلى النقاش الوطني حول مراجعة قانون الأراضي في موزمبيق. يهدف المقال إلى الإسهام في النقاش المتعلق بحقوق استخدام وبوجه خاص لصالح المجتمعات، (DUAT) الأرض والانتفاع بها التي تعيش وفقاً للأعراف والعادات التقليدية، والنساء داخل هذه المجتمعات. وقد أبرزت مراجعة الأدبيات المتعلقة بالعلاقة الثلاثية بين الأشخاص النازحين داخلياً، والمجتمعات المضيفة، والوصول إلى الأرض، أهمية قانون الأراضي الصادر عام 1997 — والذي يُعد من بين أكثر القوانين تقدماً في إفريقيا — إلى جانب التحديات التي تحيط بتطبيقه العمل.

الكلمات المفتاحية:

النازحون داخلياً؛ حقوق الأرض؛ النزاعات المجتمعية؛ دراسات النوع الاجتماعي

Propaganda do Grupo Al-Shabaab nas aldeias de Cabo Delgado - Moçambique

Emílio J. Zeca

Desde 2017, a região norte de Moçambique enfrenta uma insurgência que se manifesta através de atos de terrorismo e guerrilha rural no contexto de uma guerra híbrida e de quarta geração, que utiliza a propaganda para concretizar a sua agenda. A divulgação de vídeos, fotos e textos nas várias aldeias das províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula tem sido uma estratégia utilizada para conquistar mentes e corações.

A investigação e análise documental do material produzido e divulgado pelo grupo Al-Shabaab em Cabo Delgado mostra que este grupo tem recorrido sistematicamente à propaganda para criar um clima de medo e insegurança geral e isolar as comunidades das autoridades.

Palavras-chave: Propaganda, Al-Shabaab-Cabo Delgado, Insurgência Islâmica, Guerrilha.

Al-Shabaab Group propaganda in the villages of Cabo Delgado - Mozambique

Since 2017, the northern region of Mozambique has been facing an insurgency, which manifests itself through acts of terrorism and rural guerrilla warfare, violent extremism and armed subversion, in the context of hybrid and 4th generation warfare, which uses propaganda as an instrument to sow fear and materialise its agenda. The dissemination of videos, photos and texts in the various villages of Cabo Delgado,

Niassa and Nampula Province has been a strategy used to win over minds and hearts.

The research and documentary analysis of the material produced and disseminated by the al-Shabaab group in Cabo Delgado shows that this group has systematically resorted to disseminating propaganda material to: create a climate of fear and general insecurity, isolate communities from the authorities.

Keywords: Propaganda, Al-Shabaab of Cabo Delgado, Islamic Insurgency, Guerrilla Warfare.

Propagande du groupe Al-Shabaab dans les villages de Cabo Delgado - Mozambique

Depuis 2017, la région nord du Mozambique est confrontée à une insurrection qui se manifeste par des actes de terrorisme et de guérilla rurale dans le contexte d'une guerre hybride et de quatrième génération qui utilise la propagande comme un instrument pour concrétiser son programme. La diffusion de vidéos, de photos et de textes dans les différents villages des provinces de Cabo Delgado, Niassa et Nampula a été une stratégie utilisée pour gagner les cœurs et les esprits.

La recherche et l'analyse documentaire du matériel produit et diffusé par le groupe Al-Shabaab à Cabo Delgado montrent que ce groupe a systématiquement recouru à la diffusion de matériel de propagande pour créer un climat de peur et d'insécurité générale et isoler les communautés des autorités.

Mots-clés: Propagande, Al-Shabaab de Cabo Delgado, Insurrection islamique, Guérilla.

التمرد، البروباغندا والرعب: الوثائق الصادرة عن جماعة الشباب في كابو ديلغادو

إميليو ج. زكا

المُلخَص

منذ عام 2017، تواجه المنطقة الشمالية من موزمبيق تمردًا يتجلى في أعمال الإرهاب وحرب العصابات في المناطق الريفية، والتطرف العنيف، والتمرد المسلح، في سياق حروب هجينة ومن الجبل الرابع، تستخدم الدعاية كأداة لنشر الخوف وتحقيق أجندات مختلفة. يعد نشر مقاطع الفيديو والصور والنصوص في القرى المختلفة في كابو ديلغادو، ونياسا، ومحافظة نامبولا، استراتيجية تُستخدم لكسب العقول والقلوب.

تُظهر الأبحاث وتحليل الوثائق الخاصة بالمواد التي تنتجها وتروجها جماعة الشباب في كابو ديلغادو أن هذه الجماعة تلجأ بشكل منهجي إلى نشر مواد دعائية من أجل: خلق مناخ من الخوف وانعدام الأمن العام؛ وعزل المجتمعات عن السلطات.

الكلمات المفتاحية: الدعاية؛ جماعة الشباب في كابو ديلغادو؛ التمرد لإسلامي؛ حرب العصابات

De combatentes a vítimas da «Causa»: deserções da insurgência no norte de Moçambique

Rufino Sitoe

A violência extrema que começou em outubro de 2017 na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique foi acompanhada por um forte processo de mobilização de jovens, tanto voluntária como involuntária, antes e depois de 2017. Isso refletiu-se no rápido crescimento da insurgência através do aumento do número de ataques, da sua cobertura geográfica e das deslocações forçadas. No entanto, a partir de 2021, particularmente com a intervenção da Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em Moçambique (SAMIM) e das Forças de Defesa do Ruanda (FDR), coordenadas pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), houve uma redução substancial no número de insurgentes: de 2500 antes de 2021 para cerca de 300 em fevereiro de 2023, de acordo com o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Este artigo analisa, através de entrevistas com ex-membros da insurgência nos distritos de Palma, Macomia e Mocimboa da Praia, bem como de uma revisão da literatura, as dinâmicas que levaram à perda de interesse desses membros a ponto de desertar ou desmobilizar-se. A análise baseia-se em abordagens de mobilização e desmobilização em grupos insurgentes, enfatizando os fatores «push and pull» (empurrar e puxar). A principal conclusão é que os fatores de «empurrar», caracterizados pela vitimização dos membros e pelo sofrimento dentro do grupo, foram mais determinantes na desmobilização do que os fatores de «puxar», isto é, a esperada melhoria das condições estruturais fora da insurgência.

Palavras-chave: Propaganda, Al-Shabaab de Cabo Delgado, Insurgência Islâmica, Guerrilha.

From Combatants to Victims of the 'Cause': People Deserting the Insurgency in Northern Mozambique

The extreme violence that began in October 2017 in the province of Cabo Delgado, Northern Mozambique, was accompanied by a strong process of mobilization of young people, both voluntary and involuntary, before and after 2017. This was reflected in the rapid growth of insurgency through an increase in the number of attacks, its geographical coverage, and forced displacements. However, as of 2021, particularly with the intervention of the Southern African Development Community Mission in Mozambique (SAMIM) and the Rwandan

Defence Forces (FDR), coordinated by the Mozambique Defence Armed Forces (FADM), there has been a substantial reduction in the number of insurgents from 2500 before 2021 to around 300 in February 2023, according to the United Nations Security Council.

This article analyzes, through interviews with former insurgency members in the districts of Palma, Macomia, and Mocimboa da Praia, as well as literature review, the dynamics that led to the loss of interest in these members to the point of desertion or demobilization. The analysis is based on approaches to mobilization and demobilization in insurgent groups, emphasizing “push and pull” factors. The main conclusion is that the “push” factors, characterized by the victimization of the members and suffering within the group, were more determinant in demobilization than the “pull” factors, which would be characterized by the improvement of structural conditions outside the insurgency that led to the mobilization into violent extremism in the first place.

Keywords: Propaganda, Al-Shabaab of Cabo Delgado, Islamic Insurgency, Guerrilla Warfare.

De combattants à victimes de la «cause»: les personnes désertant l'insurrection dans le nord du Mozambique

La violence extrême qui a débuté en octobre 2017 dans la province de Cabo Delgado, au nord du Mozambique, s'est accompagnée d'un fort processus de mobilisation des jeunes, volontaire et involontaire, avant et après 2017. Cela s'est traduit par une croissance rapide de l'insurrection, avec une augmentation du nombre d'attaques, de sa couverture géographique et des déplacements forcés. Cependant, depuis 2021, notamment grâce à l'intervention de la Mission de la Communauté de développement de l'Afrique australe au Mozambique (SAMIM) et des Forces de défense rwandaises (FDR), coordonnées par les Forces armées de défense du Mozambique (FADM), le nombre d'insurgés a considérablement diminué: de 2 500 avant 2021 à environ 300 en février 2023, selon le Conseil de sécurité des Nations unies.

Cet article analyse, à travers des entretiens avec d'anciens membres de groupes insurgés dans les districts de Palma, Macomia et Mocimboa da Praia, ainsi qu'une revue de la littérature, les dynamiques qui ont conduit à la perte d'intérêt de ces membres au point de les pousser à désertir ou à se démobiliser. L'analyse s'appuie sur des approches de la mobilisation et de la démobilisation dans les groupes insurgés, en mettant l'accent sur les facteurs «push» et «pull». La principale conclusion est que les facteurs «push», caractérisés par la victimisation des membres et les souffrances au sein du groupe, ont été plus déterminants dans la démobilisation que les facteurs «pull», caractérisés par les attentes d'amélioration des conditions structurelles en dehors de l'insurrection.

Mots-clés: Propagande, Al-Shabaab de Cabo Delgado, Insurrection islamique, Guérilla.

من مقاتلين إلى ضحايا "القضية": الأفراد الذين يعودون التمرد في شمال موزمبيق

روفيو سيثوي

الملخص

بدأ العنف بشكل قوي في أكتوبر 2017 في مقاطعة كابو ديلغادو شمال موزمبيق، مصحوبًا بعملية تعبئة واسعة للشباب سواء طوعية أو قسرية، قبل عام 2017 وبعده. تجلّى ذلك في التزايد السريع للتمرد من خلال زيادة عدد الهجمات، وتوسع النطاق الجغرافي، والتجهيز القسري. ومع ذلك، اعتبارًا من عام 2021، وخاصة مع تدخل بعثة تنسيق جنوب أفريقيا للتنمية في موزمبيق (ساميم) وقوات الدفاع بالتنسيق مع قوات الدفاع المسلحة الموزمبيقية (FDR) الرواندية حدث انخفاض كبير في عدد المتمردين من 2500 قبل (FADM) 2021 إلى حوالي 300 في فبراير 2023، وفقًا لمجلس الأمن الدولي. تحلل هذه المقالة، من خلال مقابلات مع أعضاء سابقين في الجماعات المتمردة في مناطق بالماء، ماكوميا، وموسيمبوا دا برايا، بالإضافة إلى مراجعة المراجع، و الديناميكيات التي أدت إلى خلق عدم حماس لدى هؤلاء الأعضاء حتى قرروا الانشقاق. يركز التحليل على مناهج التعبئة والتسريح في الجماعات المتمردة، مع التأكيد على عوامل "الدفع والجذب". الاستنتاج الرئيسي هو أن عوامل "الدفع"، التي تتمثل في معاناة الأعضاء وظلمهم داخل المجموعة، كانت أكثر حسماً في الانفصال مقارنة بعوامل "الجذب"، التي تتمثل في تحسين الظروف الهيكلية خارج التمرد والتي أدت في البداية إلى التعبئة نحو التطرف العنيف.

الكلمات المفتاحية: الدعاية؛ جماعة الشباب في كابو ديلغادو؛ التمرد الإسلامي؛ حرب العصابات

Práticas de reintegração de Deslocados Internos (PDI) em Cabo Delgado: ação humanitária, pedagogia e arte em Centros de Acolhimento

Armindo Armando e Castro António Tafula

Este artigo investiga as práticas de reintegração humanizada de pessoas deslocadas internamente (PDI) em Cabo Delgado, com foco nos centros de acolhimento nos distritos de Metuge (ADPP), Chiúre (JUSTAPAZ) e Palma (NUDEC). Analisa como as abordagens pedagógicas e as expressões artísticas foram incorporadas nas intervenções humanitárias para promover a adaptação social e económica das famílias deslocadas pelo conflito armado. A investigação procura responder à questão central: como podem as práticas de reintegração humanizada ser melhoradas para fortalecer a

reconstrução das trajetórias individuais e coletivas das PDI? Com uma abordagem qualitativa, o estudo combina pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e estudos de caso, analisando como as metodologias pedagógicas e as práticas artísticas contribuem para o bem-estar psicológico, o desenvolvimento de competências e a reconstrução da identidade dos deslocados. A investigação sugere que a integração de práticas artísticas (como teatro, música e artes visuais) pode fortalecer a resiliência e o sentimento de pertença dos deslocados internos, criando espaços de expressão e aprendizagem nos centros de acolhimento. Além disso, recomenda o reforço de estratégias pedagógicas centradas na formação profissional e na educação comunitária, a fim de garantir uma reintegração mais sustentável e humanizada.

Palavras-chave: Deslocados Internos, Pedagogia, Educação Artística.

Reintegration Practices for Internally Displaced Persons (IDPs) in Cabo Delgado: Humanitarian Action, Pedagogy and Art in Reception Centres

This article investigates the practices of humanized reintegration of internally displaced persons (IDPs) in Cabo Delgado, focusing on reception centers in the districts of Metuge (ADPP), Chiúre (JUSTAPAZ), and Palma (NUDEC). It analyzes how pedagogical approaches and artistic expressions have been incorporated into humanitarian interventions to promote the social and economic adaptation of families displaced by armed conflict. The research seeks to answer the central question: how can humanized reintegration practices be enhanced to strengthen the reconstruction of the individual and collective trajectories of IDPs? With a qualitative approach, the study combines bibliographic research, semi-structured interviews, and case studies, analyzing how pedagogical methodologies and artistic practices contribute to the psychological well-being, skills development, and identity reconstruction of the displaced.

The research suggests that the integration of artistic practices (such as theater, music, and visual arts) can strengthen the resilience and sense of belonging of IDPs, creating spaces for expression and learning within reception centers. Additionally, it recommends enhancing pedagogical strategies focused on professional training and community education to ensure a more sustainable and humanized reintegration.

Keywords: Internally Displaced Persons, Pedagogy, Artistic Education.

Pratiques de réintégration des personnes déplacées à l'intérieur du pays (PDI) à Cabo Delgado: action humanitaire, pédagogie et art dans les centres d'accueil

Cet article examine les pratiques de réintégration humanisée des personnes déplacées à l'intérieur du pays (PDI) à Cabo Delgado, en se concentrant sur les centres d'accueil des districts de Metuge (ADPP), Chiúre (JUSTAPAZ) et Palma (NUDEC). Il analyse comment les approches pédagogiques et les expressions artistiques ont été intégrées dans les interventions humanitaires afin de favoriser l'adaptation sociale et économique des familles déplacées par le conflit armé. La recherche cherche à répondre à la question centrale suivante: comment améliorer les pratiques de réintégration humanisée afin de renforcer la reconstruction des trajectoires individuelles et collectives des PDI ? Avec une approche qualitative, l'étude combine recherche bibliographique, entretiens semi-structurés et études de cas, analysant comment les méthodologies pédagogiques et les pratiques artistiques contribuent au bien-être psychologique, au développement des compétences et à la reconstruction de l'identité des personnes déplacées. La recherche suggère que l'intégration de pratiques artistiques (telles que le théâtre, la musique et les arts visuels) peut renforcer la résilience et le sentiment d'appartenance des personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays, en créant des espaces d'expression et d'apprentissage au sein des centres d'accueil. En outre, elle recommande de renforcer les stratégies pédagogiques axées sur la formation professionnelle et l'éducation communautaire afin de garantir une réintégration plus durable et plus humaine.

Mots-clés: Personnes Déplacées, Pédagogie, Éducation artistique.

مشارِع إعادة الإدماج للنازحين داخليًا في كابو ديلغادو: العمل الإنساني، البیداءوچیا والفن في مراكز الإيواء

أرميندو أرمندو / كاسترو أنطونيو تافولا

المُلخَص

تبحث هذه المقالة في سياسات إعادة الإدماج الإنسانية للنازحين داخليًا في كابو ديلغادو، مع التركيز على مراكز الاستقبال في محافظات (NUDEC) وبالما، (JUSTAPAZ) تشيوري، (ADPP) متوجي. تحلل كيف تم دمج المناهج البیداءوچية والتعبيرات الفنية ضمن السياسات الإنسانية لتعزيز التكيف الاجتماعي والاقتصادي للأسر النازحة بسبب النزاع المسلح. تسعى الدراسة للإجابة على السؤال الجوهری: كيف يمكن تعزيز ممارسات إعادة الإدماج الإنسانية لتقوية إعادة بناء المشاريع الفردية والجماعية للنازحين؟ باستخدام منهج نوعي، تجمع الدراسة بين البحث البیلوگرافي، المقابلات شبه المنظمة، ودراسات الحالة، وتحليل كيف تساهم المناهج

البيداغوجية والممارسات الفنية في الصحة النفسية، تطوير المهارات، وإعادة بناء الهوية للنازحين. تشير النتائج إلى أن دمج الممارسات الفنية (مثل المسرح، الموسيقى، والفنون البصرية) يمكن أن يعزز الصمود والشعور بالانتماء لدى النازحين، ويوفر مساحات للتعبير والتعلم داخل مراكز الاستقبال. بالإضافة إلى ذلك، توصي الدراسة بتعزيز الاستراتيجيات البيداغوجية التي تركز على التكوين المهني والتعليم المجتمعي لضمان إعادة إدماج أكثر استدامة وإنسانية.

الكلمات المفتاحية: النازحون داخليًا؛ البيداغوجيا؛ التعليم الفني

Qualidade de vida da população deslocada pelo conflito armado em Cabo Delgado - uma avaliação

Elídio Muamine, Hamida Mulungo e Naisa Manafe

O deslocamento forçado induzido por conflitos pode causar problemas para o bem-estar e a saúde mental das pessoas deslocadas. Desde 2017, Moçambique tem sido palco de violência causada por conflitos armados, provocando o deslocamento de milhares de pessoas. No entanto, há uma lacuna no conhecimento sobre a satisfação com a disponibilidade de serviços essenciais para pessoas deslocadas em um contexto de emergência em Moçambique.

Este artigo tem como objetivo avaliar a qualidade de vida e a satisfação em relação à disponibilidade de serviços essenciais para pessoas deslocadas na província de Cabo Delgado. Foram realizadas entrevistas aprofundadas e discussões em grupos focais utilizando um roteiro com perguntas sobre a qualidade de vida e a satisfação em relação à disponibilidade de serviços essenciais para as pessoas deslocadas. Os resultados revelaram baixos níveis de qualidade de vida e satisfação com os serviços prestados à população deslocada.

Palavras-chave: Deslocados Internos, qualidade de vida, saúde mental, Cabo Delgado.

Evaluation of the quality of life and satisfaction with the readiness of essential services for the internally displaced population in the context of a humanitarian crisis in Cabo Delgado, Mozambique

Conflict-induced forced displacement can cause problems for the well-being and mental health of the displaced. Since 2017, Mozambique has been the scene of violence caused by armed conflict, causing the displacement of thousands of people. However, there is a gap in knowledge about satisfaction with

the readiness of essential services for displaced people in an emergency context in Mozambique.

This article aims to assess quality of life and satisfaction in relation to the readiness of essential services for displaced people in Cabo Delgado province. In-depth interviews and focus group discussions were conducted using a script with questions about quality of life and satisfaction in relation to the readiness of essential services for the displaced. The results revealed low levels of quality of life and satisfaction with the services provided to the displaced population.

Keywords: Internally Displaced Persons, Quality of Life, Mental Health, Cabo Delgado.

Évaluation de la qualité de vie et de la satisfaction à l'égard de la disponibilité des services essentiels pour les personnes déplacées à l'intérieur du pays dans le contexte d'une crise humanitaire à Cabo Delgado, au Mozambique

Les déplacements forcés induits par les conflits peuvent nuire au bien-être et à la santé mentale des personnes déplacées. Depuis 2017, le Mozambique est le théâtre de violences causées par un conflit armé, qui a provoqué le déplacement de milliers de personnes. Cependant, il existe un manque de connaissances sur la satisfaction à l'égard de la disponibilité des services essentiels pour les personnes déplacées dans un contexte d'urgence au Mozambique.

Cet article vise à évaluer la qualité de vie et la satisfaction à l'égard de la disponibilité des services essentiels pour les personnes déplacées dans la province de Cabo Delgado. Des entretiens approfondis et des discussions de groupe ont été menés à l'aide d'un script comprenant des questions sur la qualité de vie et la satisfaction à l'égard de la disponibilité des services essentiels pour les personnes déplacées. Les résultats ont révélé de faibles niveaux de qualité de vie et de satisfaction à l'égard des services fournis à la population déplacée.

Mots clés: Personnes Déplacées, Qualité de vie, Santé mentale, Cabo Delgado.

تقييم جودة الحياة والرضا عن الخدمات الأساسية للسكان النازحين داخليًا في سياق الأزمة الإنسانية في كابو ديلغادو موزمبيق

إليديو موامين، حميدة مولونغو، نائسا مانافه

الملخص

يمكن للنزوح القسري الناتج عن الصراع أن يسبب مشاكل في جودة الحياة والصحة النفسية للنازحين. منذ عام 2017، كانت موزمبيق مسرحاً لأعمال عنف ناجمة عن الصراع المسلح، مما أدى إلى نزوح آلاف الأشخاص.

ومع ذلك، هناك فجوة في المعرفة حول مدى الرضا عن جاهزية الخدمات الأساسية للنازحين في سياق الطوارئ في موزمبيق. تهدف هذه المقالة إلى تقييم جودة الحياة والرضا فيما يتعلق بجاهزية الخدمات الأساسية للنازحين في مقاطعة كايو ديلغادو. تم إجراء مقابلات معمقة ونقاشات جماعية باستخدام دليل يحتوي على أسئلة حول جودة الحياة والرضا عن جاهزية الخدمات الأساسية للنازحين. كشفت النتائج عن مستويات منخفضة من جودة الحياة والرضا تجاه الخدمات المقدمة للسكان النازحين.

الكلمات المفتاحية: النازحون داخليًا؛ جودة الحياة؛ الصحة النفسية؛ كايو ديلغادو

Acesso à Terra e Revisão da Lei de Terras em Moçambique: O Caso dos Deslocados Internos no Centro de Reassentamento de Corrane

Éva Sebestyén

Este artigo adota uma abordagem de base (*bottom-up*), partindo da experiência concreta do Centro de Reassentamento de Corrane, na província de Nampula até à discussão nacional sobre a revisão da Lei de Terras moçambicana. O objetivo é contribuir para o debate sobre os Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT), especialmente em favor das comunidades que detêm direitos costumeiros e das mulheres que as compõem. A revisão da literatura relacionada com o triângulo formado por deslocados internos, comunidades de acolhimento e acesso à terra evidenciou a centralidade da Lei de Terras de 1997 – considerada uma das mais progressistas do continente africano – bem como os obstáculos à sua implementação prática.

Palavras-chave: Deslocados Internos, Direito da Terra, conflitos comunitários, estudos de género.

Access to Land and Land Law Reform in Mozambique: The Case of Internally Displaced Persons at the Corrane Resettlement Centre

This article adopts a bottom-up approach, starting from the concrete experience of the Corrane Resettlement Centre in Nampula Province to the national debate on the revision of Mozambique's Land Law. Its aim is to contribute to the discussion on Land Use and Benefit Rights (DUAT), particularly in favour of communities under customary tenure and the women within them. The literature review concerning the triangular relationship between internally displaced persons, host communities, and access to land highlighted the centrality of the 1997 Land Law — considered one of the most progressive in Africa — as well as the challenges surrounding its practical implementation.

Keywords: Internally displaced persons (IDPs), Land Rights, Community Conflicts, Gender Studies

Accès à la terre et révision de la loi foncière au Mozambique: le cas des personnes déplacées au centre de réinstallation de Corrane

Cet article adopte une approche ascendante (*bottom-up*), partant de l'expérience concrète du centre de réinstallation de Corrane, dans la province de Nampula pour aboutir à un débat national sur la révision de la loi foncière mozambicaine. L'objectif est de contribuer au débat sur les droits d'utilisation et d'exploitation des terres (DUAT), en particulier en faveur des communautés qui détiennent des droits coutumiers et des femmes qui les composent. L'analyse de la littérature relative au triangle formé par les personnes déplacées à l'intérieur du pays, les communautés d'accueil et l'accès à la terre a mis en évidence le rôle central de la loi foncière de 1997 – considérée comme l'une des plus progressistes du continent africain – ainsi que les obstacles à sa mise en œuvre pratique.

Mots-clés: Personnes Déplacées, Droit Foncier, Conflicts Communautaires, Études de Genre.

الأسكندر جوكوف

نظرة شاملة على التمردات الجهادية في إفريقيا: نحو فهم موقع جماعة «أهل السنة والجماعة» - موزمبيق، ضمن المشهد الجهادي الأوسع

المخلص:

يتناول هذا المقال المشهد الراهن للتمردات الجهادية عبر القارة الإفريقية، بهدف وهي جماعة مسلحة (ASWJ) «تحديد مكانة جماعة «أهل السنة والجماعة» وتنشيط في مقاطعة كايو ديلغادو في موزمبيق، ضمن السياق الأوسع للجماعات أو تنظيم القاعدة (ISg) المسلحة الإفريقية المرتبطة بتنظيم الدولة الإسلامية (AQ).

و من منظور إقليمي، يُبرز الكاتب الطابع المعقد للعلاقات بين الجماعات المرتبطة بكل من «داعش» و«القاعدة» داخل الشبكات الجهادية الإقليمية في شمال وغرب وشرق إفريقيا. وتُظهر الدراسة أن جماعة «أهل السنة والجماعة» - موزمبيق» هي فاعل محلي الجذور، بعلاقات خارجية محدودة، ومكانة تنظيمية متدنية داخل شبكة تنظيم الدولة الإسلامية.

يكشف التحليل كيف أن ضعف الروابط الفوقية بين القيادة المركزية والفروع الإقليمية، إلى جانب القيود المفروضة على البيات التمويل داخل شبكة تنظيم الدولة، يضع الجماعات التي لا تتمتع بمكانة مركزية مثل «أهل السنة والجماعة» - موزمبيق» أمام خيارات محدودة، ويجبرها على التركيز على الموارد المحلية واستراتيجيات الاكتفاء الذاتي.

الكلمات المفتاحية:

الجماعات الجهادية؛ تنظيم الدولة الإسلامية؛ تنظيم القاعدة؛ أهل السنة والجماعة - موزمبيق

A apicultura como estratégia para o desenvolvimento rural e socioeconómico em África: paralelos entre a Guiné-Bissau e Moçambique

Maria João Sousa, Fernando J. Tanleque-Alberto, Porfírio Rosa e Miguel Vilas-Boas

Apesar da distância geográfica entre a Guiné-Bissau e Moçambique, as tradições apícolas e o potencial produtivo de ambos os países são semelhantes. Isto sugere que os modelos apícolas para o desenvolvimento rural, com as adaptações adequadas, poderiam ser aplicados de forma eficaz em diferentes contextos. O sucesso do projeto na Guiné-Bissau Oriental, que modernizou o setor e fortaleceu a cadeia de produção, pode servir como referência estratégica para iniciativas semelhantes em Moçambique. A adoção de melhores práticas testadas poderia acelerar o desenvolvimento do setor apícola de Moçambique, tornando-o mais sustentável e integrando o conhecimento técnico com as tradições locais. Além disso, a apicultura pode proporcionar uma alternativa viável de subsistência para populações vulneráveis, como refugiados e vítimas de conflitos, promovendo a inclusão produtiva e melhorando a saúde, a nutrição e o bem-estar da comunidade com um investimento mínimo.

Palavras-chave: Apicultura, Desenvolvimento Sustentável, Guiné-Bissau, Moçambique.

Beekeeping as a strategy for rural and socio-economic development in Africa: parallels between Guinea-Bissau and Mozambique

Despite the geographical distance between Guinea-Bissau and Mozambique, the beekeeping traditions and productive potential of both countries share undeniable similarities. This suggests that beekeeping models for rural development, with appropriate adaptations, could be effectively applied in different contexts. The success of the project in Eastern Guinea-Bissau, which modernized the sector and strengthened the production chain, can serve as a strategic reference for similar initiatives in Mozambique.

The adoption of tested best practices could accelerate the development of Mozambique's beekeeping sector, making it more sustainable and integrating technical knowledge with local traditions. Furthermore, beekeeping can provide a viable livelihood alternative for vulnerable populations, such as refugees and conflict victims, by fostering productive inclusion and improving health, nutrition, and community well-being with minimal investment.

Keywords: Beekeeping, Sustainable Development, Guiné-Bissau, Mozambique.

L'apiculture comme stratégie de développement rural et socio-économique en Afrique: parallèles entre la Guinée-Bissau et le Mozambique

Malgré la distance géographique qui sépare la Guinée-Bissau et le Mozambique, les traditions apicoles et le potentiel productif des deux pays présentent des similitudes indéniables. Cela suggère que les modèles apicoles destinés au développement rural, moyennant des adaptations appropriées, pourraient être appliqués efficacement dans différents contextes. Le succès du projet mené dans l'est de la Guinée-Bissau, qui a modernisé le secteur et renforcé la chaîne de production, peut servir de référence stratégique pour des initiatives similaires au Mozambique.

L'adoption de bonnes pratiques éprouvées pourrait accélérer le développement du secteur apicole au Mozambique, le rendre plus durable et intégrer les connaissances techniques aux traditions locales. En outre, l'apiculture peut offrir un moyen de subsistance viable aux populations vulnérables, telles que les réfugiés et les victimes de conflits, en favorisant l'inclusion productive et en améliorant la santé, la nutrition et le bien-être des communautés avec un investissement minimal.

Mots-clés: Apiculture, Développement durable, Guinée-Bissau, Mozambique

تربية النحل كاستراتيجية للتنمية الريفية والاجتماعية والاقتصادية في أفريقيا: أوجه التشابه بين غينيا بيساو وموزمبيق

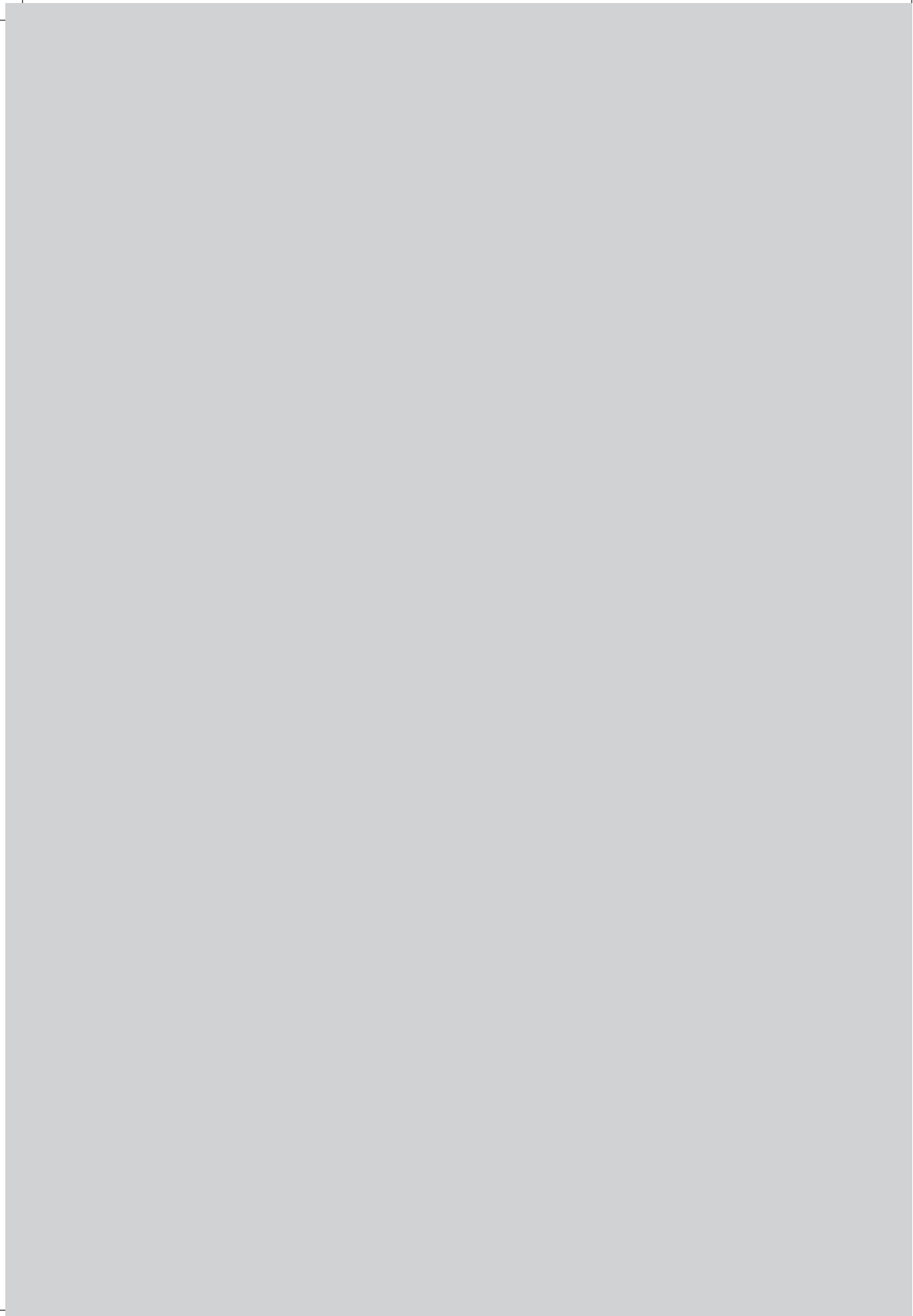
ماريا جواو سوزا، فرناندو ج. تانليك-ألبرتو، بورفيريو روزا، ميغيل فيلاس-بواس

ملخص

على الرغم من البعد الجغرافي بين غينيا بيساو وموزمبيق، تشترك تقاليد تربية النحل والإمكانات الإنتاجية في كلا البلدين في أوجه شبه لا يمكن إنكارها. وهذا يشير إلى أن نماذج تربية النحل للتنمية الريفية، مع التعديلات المناسبة، يمكن تطبيقها بفعالية في سياقات مختلفة. يمكن أن يكون نجاح المشروع في شرق غينيا بيساو، الذي حدثت القطع وعزز سلسلة الإنتاج، مرجعاً استراتيجياً لمبادرات مماثلة في موزمبيق.

يمكن أن يسرع تبني أفضل الممارسات المجربة من تطوير قطاع تربية النحل في موزمبيق، مما يجعله أكثر استدامة ويجمع بين المعرفة التقنية والتقاليد المحلية. علاوة على ذلك، يمكن لتربية النحل أن توفر بديلاً معيشياً قابلاً للحياة للفئات الضعيفة مثل اللاجئين وضحايا النزاعات، من خلال تعزيز الشمول الإنتاجي وتحسين الصحة والتغذية ورفاهية المجتمع باستثمار بسيط.

الكلمات المفتاحية: تربية النحل؛ التنمية المستدامة؛ غينيا بيساو؛ موزمبيق



Legenda das ilustrações

1. “Aspeto parcial de Porto Amélia”. Distrito de Pemba, Província de Cabo Delgado. Foto: Rufino, José dos Santos (1929), *Álbuns Fotográficos e Descritivos, Distrito de Tete e Territórios de Cabo Delgado e Niassa*, Hamburgo, vol. VIII, p. 40.
2. “Um velho Régulo Maconde”. Foto: Rufino, José dos Santos (1929), *Álbuns Fotográficos e Descritivos, Raças, Usos e Costumes Indígenas*, Hamburgo, vol. X, p. 75.
3. “Cobrimdo uma palhota”. Rufino, José dos Santos (1929), *Álbuns Fotográficos e Descritivos, Raças, Usos e Costumes Indígenas*, Hamburgo, vol. X, p. 43.
4. Greve na Montepuez Ruby Mining (MRM). Namanhumbir, distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado. Fevereiro 2025. Foto: enviada por informador não identificado da MRM.
5. Idosos da aldeia de Maganja deslocados pelo projeto LNG liderado pela empresa Anadarko Moçambique Area1. Afungi, distrito de Palma, Província de Cabo Delgado, 2017. Foto: Jafar Silvestre Jafar.
6. Foto aleatória de crianças. Distrito de Nacala-a-Velha, Província de Nampula, 2022. Foto: Pedro Joaquim.
7. Greve na Montepuez Ruby Mining (MRM): mensagens simultâneas mas contraditórias. Namanhumbir, distrito de Montepuez, Província de Cabo Delgado. Fevereiro 2025. Foto: Enviada por informador não identificado da MRM.
8. Populares e membros da equipa no Centro de Acomodação 25 de junho, distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, Moçambique. Janeiro de 2023. Foto: Equipa de recolha de dados (Elídio Muamine).
9. Militantes jihadistas no norte do Mali. Cortesia de International Crisis Group.
10. Carta do Grupo al-Shabaab de Cabo Delgado que circulou nos Distritos de Cabo Delgado em Outubro de 2023.
11. Aspeto da localidade de Memba. Distrito de Memba, Província de Nampula, 2024. Foto: Rufino Siteo.
12. Reunião de trabalho no Centro de Acomodação 25 de junho, distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, Moçambique. Janeiro de 2023. Foto: Equipa de recolha de dados (Elídio Muamine).
13. Fontanário no Centro de Acomodação 25 de junho, distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, Moçambique. Janeiro de 2023. Foto: Equipa de recolha de dados (Elídio Muamine).
14. Recolha de dados no no Centro de Acomodação 25 de junho, distrito de Metuge, Província de Cabo Delgado, Moçambique. Janeiro de 2023. Foto: Equipa de recolha de dados (Elídio Muamine).

15. Luís Fernando Lisboa em Pemba durante o seu episcopado (2013-2021). Distrito de Pemba, Província de Cabo Delgado. Foto: enviada pelo Bispado de Cachoeira de Itapemirim, Espírito Santo, Brasil.

16. Luís Fernando Lisboa em S. Paulo. Foto: Enviada pelo Bispado de Cachoeira de Itapemirim, Espírito Santo, Brasil.

17. Transformação de produtos apícolas. Gabú, Guiné-Bissau, julho 2012. Foto: Miguel Vilas-Boas.

18. Sessão pública sobre boas práticas apícolas. Nampula, distrito de Nampula. 2024. Foto: enviada por Fernando J. Tanleque - Alberto.

Crítérios para publicação

- A *Africana Studia* só publica trabalhos inéditos.
- A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos de qualquer área de investigação cuja temática seja África e sociedades africanas.
- Os trabalhos só poderão ser aceites em português, inglês ou francês.
- A publicação de trabalhos está sujeita à apreciação dos Conselhos Científico e Editorial, bem como de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para a apresentação de originais

- Os originais devem chegar no programa WORD para Windows aos seguintes endereços eletrónicos: *africanastudia@letras.up.pt*; *ceaup@letras.up.pt*.
- Os originais devem vir acompanhados pela identificação do autor (nome, instituição e contactos).
- As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias, etc.) devem ser numeradas de 01 em diante. A localização de cada imagem no texto deve ser indicada pelo autor. As imagens devem ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel ou JPEG, TIFF ou EPS). As imagens devem ter no mínimo 10 x 6 cm com 1200 x 800 pixel (300 dpi).
- Os artigos terão no máximo 50 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens).
- Cada artigo será acompanhado de resumos em **duas línguas** escolhidas do seguinte conjunto: português e/ou inglês e/ou francês e/ou árabe. Cada resumo não poderá ultrapassar um máximo de 1000 caracteres do alfabeto latino. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de quatro).
- As resenhas não poderão exceder os 25 000 caracteres.

Normas de revisão e citação bibliográfica

- Os autores terão a possibilidade de rever provas dos seus trabalhos.
- Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de indisponibilidade, deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano: página). Exemplo: (Rodrigues, 2000: 15).
- Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser acrescido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a: 15).
- Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et al.*, 2000: 15).
- As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como quaisquer vocábulos em língua estrangeira.
- As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando cinco linhas em corpo 10.
- A lista das Referências bibliográficas será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Coletâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (orgs.), (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8 (ou vol.), pp. 12-35.
 - Artigos/capítulos em coletâneas: Matos, A. (2002), “Os novos políticos africanos”. In: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
- As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da primeira publicação.
- Nas Referências bibliográficas eletrónicas deverá indicar-se sempre o site/path, a data do artigo e a data da consulta. Ex: Portal da Língua Portuguesa, (2011), Vocabulário ortográfico do português [Em linha]. [Consult. 21.mar.2012]. Disponível em: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.

- As referências das fontes primárias deverão vir em notas de rodapé e começar pelo acrónimo do arquivo/instituição, seguindo-se as unidades de arquivo numa ordem do geral ao particular.
Exemplo: AHU, maço 1665.1 – Governo de Angola, SNI, Nota n.º 136, 02-01-1935.
- Os acrónimos deverão ser desdobrados na lista das Referências bibliográficas.
- Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.
- As imagens, no caso de serem originais e enviadas por via postal, serão devolvidas se assim for explicitado pelos autores.

Estatuto editorial e normas éticas

Ver o seguinte link: <http://www.africanos.eu/index.php/pt/africana-studia/estatuto-editorial-e-normas-%C3%A9ticas>.

Editorial Criteria

- *Africana Studia* publishes only original articles.
- *Africana Studia* accepts papers from every scientific field whose main object regards Africa and African societies.
- Papers are only accepted in Portuguese, English or French.
- Acceptance for publication depends on the validation of the Scientific and Editorial Boards of *Africana Studia* as well as on the validation of peer-reviewers.

Editorial Norms

- Articles should be sent in Windows-Word files to the following e-mail addresses: africanastudia@letras.up.pt; ceaup@letras.up.pt.
- Articles must include the author's identification (name, institution, contacts).
- If the article includes images of any sort they should be numbered from 01 onwards. In the original the location of each image should be indicated by the author. The images should have the extension XLS – Excel and/or JPEG, TIFF or EPS. Images should have at least 10x6 cm with 1200x800 pixels (300 dpi).
- Articles should not exceed 50 000 characters, including spaces, references and bibliography (images excluded).
- Each article should include abstracts (maximum 1000 characters of the Latin alphabet) in **two languages** chosen out from Portuguese, English, French and/or Arabic. Abstracts must come with a set of key-words (maximum of four).
- Book reviews should not exceed 25 000 characters.

Revision and reference norms

- Authors can review their proof-readings.
- Authors are asked to send the proofs back within the next 10 days after their reception. In case of unavailability for doing so, they should inform the *Africana Studia* Editorial Board by written statement.
- References within the text should follow the norm (author, year: page).
Example: (Rodrigues, 2000: 15).
- If there is more than one reference to the same author a minor character should be added to the name.
Example: (Rodrigues, 2000a: 15).
- If there is more than one author in the quotation, the reference should be:
Example: (Rodrigues *et alia*, 2000: 15).
- Quotations and foreign words should come in *italic*.
- Footnotes will only be used only for complementary information, preferentially not longer than five lines in size 10.
- A list of Bibliographical references should come at the end of the article and must only quote the books, articles and manuscripts mentioned in the footnotes. The order of appearance is by ascending chronological when there is more than one reference of the same author.
- The bibliographical list should come as follows:
 - Books: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Collective books: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, (org.), (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - Articles in Journals: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8 (or vol.), pp. 12-35.
 - Articles/chapters in collective books: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, in, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António (orgs.), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
- Translated books should include, if possible, the year of the first printing.
- Quotations from online databases must always show the site/path, date of publishing and date of reading. Example: Portal da Língua Portuguesa, (2011), Vocabulário ortográfico do português [Online]. [Consult. 21.mar.2012]. Available at: <http://portaldalinguaportuguesa.org>.

- References to archival sources should come in footnotes and start by the acronym of the institution, followed by the archival units in descending order.
Example: AHU, maço 1665.1 – Government of Angola, SNI, minute n.º 136, 02-01-1935.
- Acronyms should be written out in full and be included in the bibliographical list.
- Copyrights of all published material belong to *Africana Studia*.
- Original images supplied by authors will be returned to them if requested.

Editorial statute and ethical norms

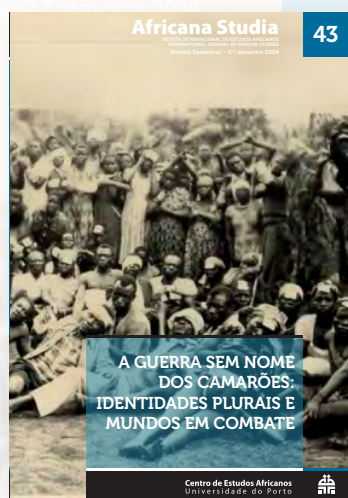
See: <http://www.africanos.eu/index.php/en/africana-studia-2/estatuto-editorial-2>.

Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

N.º 43 – 1.º semestre - 2025

A GUERRA SEM NOME DOS CAMARÕES: IDENTIDADES PLURAIS E MUNDOS EM COMBATE



Assinatura Anual

(Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. – FLUP**Africana Studia** – Via Panorâmica, s/n – 4150-564 PORTO – Portugal

Telefone / Fax (00-351-22607714)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal 28 €

U.E. (European Union) 32 €

PALOP's 28 €

Resto do Mundo (Rest of the world) 32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (*)

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 35053 – BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura/Signature)
Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

The first part of the paper discusses the importance of the research and the need for a new approach. It then presents a detailed description of the methodology used in the study. The results of the study are then presented, followed by a discussion of the implications of the findings. The paper concludes with a summary of the main points and a list of references.

The research was conducted in a laboratory setting. The participants were all male, aged between 20 and 30 years. They were all students at a university in the United Kingdom. The study was approved by the local ethics committee. The participants were given a written consent form to sign before taking part in the study.

The study was designed to investigate the effects of a new treatment on a specific condition. The treatment was a combination of two different drugs. The first drug was a new compound that had been developed by a pharmaceutical company. The second drug was a well-known drug that had been used for many years. The treatment was given to the participants in a controlled environment. The participants were given the treatment for a period of four weeks. During this time, they were monitored closely by the researchers. The researchers recorded the participants' symptoms and any side effects that they experienced.

The results of the study showed that the treatment was effective in reducing the symptoms of the condition. The participants who received the treatment showed a significant improvement in their symptoms compared to the control group. The researchers also found that the treatment was well-tolerated by the participants. There were no serious side effects reported. The researchers concluded that the treatment was a promising new approach for the treatment of the condition.

The implications of the findings are that the treatment could be used to treat other patients with the same condition. The researchers are currently conducting further studies to investigate the long-term effects of the treatment. They are also looking at the possibility of using the treatment in combination with other treatments. The researchers believe that the treatment has the potential to be a major breakthrough in the treatment of the condition.

